

policromias

Volume 7 • Número 3 • Setembro/Dezembro 2022 • ISSN 2448-2935

volume
07
número
03

Revista de estudos do discurso, imagem e som

Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som • LABEDIS

policromias

Revista de estudos do discurso, imagem e som





COMISSÃO EDITORIAL

ANA PAULA QUADROS GOMES - Universidade Federal do Rio de Janeiro

BEATRIZ PROTTI CHRISTINO - Universidade Federal do Rio de Janeiro

EDMUNDO MARCELO MENDES PEREIRA - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

EVANDRO DE SOUSA BONFIM - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

LEONOR WERNECK DOS SANTOS - Universidade Federal do Rio de Janeiro

LUCAS NASCIMENTO - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

LUCIANA NASCIMENTO - Universidade Federal do Rio de Janeiro

LUIZ BARROS MONTEZ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

MARIA LÚCIA LEITÃO DE ALMEIDA - Universidade Federal do Rio de Janeiro

MÁRIO FEIJÓ BORGES MONTEIRO - Universidade Federal do Rio de Janeiro

PAULO CORTES GAGO - Universidade Federal do Rio de Janeiro

RAQUEL SOARES - Universidade Federal do Rio de Janeiro





CONSELHO EDITORIAL

ANA PAULA DE MORAES TEIXEIRA - Exército Brasileiro
ANDRÉS ROMERO FIGUEIROA - Universidad de Oriente, Universidad Católica Andrés Bello de Caracas
ANGELA CORRÊA FERREIRA BAALBAKI - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ARISTIDES ESCOBAR - Universidad Católica de Asunción
BEATRIZ FERNANDES CALDAS - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI - Universidade Federal Fluminense
DOMINIQUE MAINGUENEAU - Université Paris - Sorbonne - Paris IV
CARLOS ALBERTO VOGT - Universidade Estadual de Campinas
EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES - Universidade Estadual de Campinas
ENI PUCCINELLI ORLANDI - Universidade Estadual de Campinas
EVANDRA GRIGOLETTO - Universidade Federal de Pernambuco
FREDA INDURSKY - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
JACQUES GUILHAUMOU - CNRS - UMR - MMSH, ENS de Lyon
JEAN-JACQUES CHARLES COURTINE - University of Auckland
JOSÉ HORTA NUNES - Universidade Estadual de Campinas
JUCIELE PEREIRA DIAS - Universidade do Vale do Sapucaí
KLEBER MENDONÇA - Universidade Federal Fluminense
LÍDIA SILVA DE FREITAS - Universidade Federal Fluminense
LUCAS NASCIMENTO - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
MARIA ONICE PAYER - Universidade do Vale do Sapucaí
MIRIAM CABRAL COSER - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA - Universidade Estadual de Campinas
NADIA RÉGIA MAFFI NECKEL - Universidade do Sul de Santa Catarina
PATRICK CHARAUDEAU - Université Paris - Sorbonne - Paris XIII
PEDRO DE SOUZA - Universidade Federal de Santa Catarina
ROBERVAL TEIXEIRA E SILVA - University of Macau
RODRIGO OLIVEIRA FONSECA - Universidade Federal do Sul da Bahia
SILMARA DELA SILVA - Universidade Federal Fluminense
SILVÂNIA SIEBERT - Universidade do Sul de Santa Catarina
SONIA SUELI BERTI-SANTOS - Universidade Cruzeiro do Sul
SYLVAIN AUROUX - Université Sorbone Nouvelle - Paris III
VANISE GOMES DE MEDEIROS - Universidade Federal Fluminense
WEDENCLEY ALVES SANTANA - Universidade Federal de Juiz de Fora



Editor responsável

Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Editores associados

Lucas Nascimento, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rodrigo Pereira da Silva Rosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rosane da Conceição Pereira, Fundação de Apoio à Escola Técnica

Organizadores da edição

Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lucas Nascimento, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rodrigo Pereira da Silva Rosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rosane da Conceição Pereira, Fundação de Apoio à Escola Técnica

Organizadores do dossiê

Dalexon Sérgio da Silva, Universidade Católica de Pernambuco
Claudemir dos Santos Silva, Universidade Católica de Pernambuco

Design e diagramação

Cesar Buscacio

Revisão

Lucas Nascimento, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rosane da Conceição Pereira, Fundação de Apoio à Escola Técnica

Divulgação

Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rodrigo Pereira da Silva Rosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rosane da Conceição Pereira, Fundação de Apoio à Escola Técnica

Ficha catalográfica

Policromias | Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som – v. 7, n. 3
(Setembro-Dezembro/2022).- Rio de Janeiro:

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Laboratório de Estudos do
Discurso, Imagem e Som.

Quadrimestral.

ISSN: 2448-2935

Editor responsável: Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade
Federal do Rio de Janeiro

Editores associados:

Lucas Nascimento, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rodrigo Pereira da Silva Rosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rosane da Conceição Pereira, Fundação de Apoio à Escola Técnica

1. Linguística. 2. Análise do discurso. I. Título. II.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Laboratório de Estudos do Discurso,
Imagem e Som.

CDD 401.41



SUMÁRIO

EDITORIAL	8
EDITORIAL	9
ÉDITORIAL	10

ARTIGOS

PSICANÁLISE E TELEVISÃO: DAR IMAGEM AO MOVIMENTO.....	12
André Lucas Guedes de SOUZA Susane Vasconcelos ZANOTTI	
A LÓGICA POÉTICA DAS IMAGENS: HILDA HILST NO CINEMA.....	40
Pascoal FARINACCIO	
O SIMBOLISMO ANIMAL NA OBRA DE GILVAN SAMICO: ICONOGRAFIA E SIGNIFICAÇÕES À LUZ DA TEORIA DO IMAGINÁRIO	61
Bruno Luiz de Arruda CARDOZO Mário de Faria CARVALHO	
O HIBRIDISMO NO PROJETO IDENTITÁRIO DE OS MENINOS MORENOS.....	81
Sheila Dias MACIEL	
SAÚDE MENTAL E A ESCRITA DO FEMININO EM CLARICE LISPECTOR.....	102
Cecília Verones Candido de MORAIS Soraya Maria Romano PACÍFICO Fabio SCORSOLINI-COMIN	





O PATRIARCADO NA CONTEMPORANEIDADE E A QUESTÃO DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE CANÇÕES BRASILEIRAS.....	126
Nadia Regina Loureiro de Barros LIMA	

DOSSIÊ

(RE)LENDO PÊCHEUX NA ATUALIDADE BRASILEIRA: DE 2018 A 2022	158
Dalexon Sérgio da SILVA Claudemir dos Santos SILVA	

AS CIÊNCIAS HUMANAS, A ANÁLISE DO DISCURSO E O MOMENTO ATUAL: DISCURSOS SOBRE CIÊNCIA ABERTA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	164
Bethania MARIANI	

A CENA BRASILEIRA VISTA PELALENTE DISCURSIVA	182
Maria Cristina LEANDRO-FERREIRA	

DISCURSO E MÍDIA E(M) INVENTÁRIO DIGITAL: UMA TOMADA DE POSIÇÃO DISCURSIVA	213
Silmara DELA SILVA Fernanda Luzia LUNKES Ceres Ferreira CARNEIRO	

EFEITO-LEITOR E DISCURSO FAKE NEWS: A LEITURA TRITURADA E A LÍNGUA DE VENTO NAS/EM REDES DIGITAIS	233
Gerenice Ribeiro de Oliveira CORTES	





O CRIME DE ESTUPRO E SEU(S) SILÊNCIO(S):
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO ENUNCIADO LEGAL DO DELITO..... 263
Dantielli Assumpção GARCIA
Ana Paula Reckziegel VENSON

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM DISCURSOS E
PRÁTICAS: (RE)LENDO PÊCHEUX..... 294
Lucilla Rafaella Pacheco da SILVA
Nadia Pereira da Silva Gonçalves de AZEVEDO
Elaine Pereira DARÓZ

UM OLHAR PECHEUXTIANO SOBRE O ESCÂNDALO DE
PASTORES NO MEC ANALISADO NUMA CHARGE:
ENTRE PARÁFRASE E POLISSEMIA 321
Dalexon Sérgio da SILVA
Claudemir dos Santos SILVA

ENTREVISTA

“A LINGUAGEM É CARACTERIZADA COMO
SOCIOINTERACIONAL E É, MUITO CLARAMENTE, PARTE DO
CONCEITO DE DIALOGISMO”:
ENTREVISTA COM LEONOR WERNECK DOS SANTOS..... 343
Ana Paula dos Quadros Gomes
Isabella Lopes Pederneira






EDITORIAL

A Revista Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, vinculada ao Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (LABEDIS) e ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – publica estudos nacionais e internacionais referentes à contemporaneidade da teoria do discurso, em áreas do conhecimento em que a linguagem se faz presente, tais como Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais, Ciências Humanas, entre outras.

Policromias tem como Missão e objetivo principal ser um espaço de análise e reflexão sobre estudos críticos, teóricos e práticos, de âmbito simbólico, social e histórico sobre a linguagem verbal e não verbal, em sua relação com aspectos políticos, culturais, sociais, tecnológicos e de ensino. Sua meta é publicar, dentre outros, textos sobre fotos e vídeos, que assinalem qualitativamente questões locais e de cunho internacional sob o escopo proposto.

Busca-se, assim, servir a estudiosos e pesquisadores, no sentido de divulgar pesquisas originais, relevantes e inovadoras para o conhecimento humano, constituindo tanto um espaço de reflexão quanto uma política de memória.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som
<http://www.labedis.mn.ufrj.br/>
labedis@mn.ufrj.br






EDITORIAL

The journal *Policromias* - Journal of Speech, Image and Sound Studies, linked to Laboratory of Speech, Image and Sound Studies (LABEDIS) and National Museum of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) - publishes national and international papers about the contemporary use of discourse theory, in areas of knowledge in which language is present, such as Linguistics, Letters and Arts, Social Sciences, Human Sciences, among others.

Policromias has as its mission and main objective to be a space for analysis and reflection on critical, theoretical and practical studies, with a symbolic, social and historical scope on verbal and non-verbal language, in relation to political, cultural, social, technological and education. Its goal is to publish, among others, texts about photos and videos, which qualitatively highlight local and international issues under the proposed scope.

It seeks to serve scholars and researchers in the sense of disseminating original, relevant and innovative research for human knowledge, constituting both a space for reflection and a policy of memory.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som
<http://www.labedis.mn.ufrj.br/>
labedis@mn.ufrj.br






ÉDITORIAL

« Policromias » – Journal d'études du Discours, l'Image et le Son, lié au Laboratoire de Recherche du Discours, l'Image et le Son (LABEDIS) et au Musée National de l'Université Fédérale du Rio de Janeiro (UFRJ) – publiées des études nationales et internationales sur la théorie contemporaine du Discours, dans les domaines de la connaissance que la langue est présente, comme la linguistique, la littérature et des arts, sciences sociales, sciences humaines, entre autres.

« Policromias » a la mission et l'objectif principal d'être un espace d'analyse et de réflexions sur des études critiques, théoriques et pratiques, dans le contexte symbolique, sociale et historique sur le verbal et non verbal, dans sa relation avec des aspects politiques, culturelles, sociales, technologiques et de l'enseignement. Votre but est de faire publier, entre autres, les textes sur les photos et vidéos, qui soulignent qualitativement les questions relevant de la réalité locale et internationale du champ d'application proposé.

Ainsi, l'idée centrale est de servir les chercheurs, avec l'intention de diffuser les recherches originales, novatrices et pertinentes à la connaissance humaine, ce qui constitue à la fois un espace de réflexion et une politique de mémoire.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som
<http://www.labedis.mn.ufrj.br/>
labedis@mn.ufrj.br



Revista Policromias
Volume 07 | Número 3

ARTIGOS



PSICANÁLISE E TELEVISÃO: DAR IMAGEM AO MOVIMENTO¹

PSICHOANALYSIS AND TELEVISION: GIVE AN IMAGE TO THE MOVEMENT

André Lucas Guedes de SOUZA²

Susane Vasconcelos ZANOTTI³

RESUMO

A imagem televisiva é criada a partir de um espaço contínuo e disperso, condensado em uma de suas criações mais férteis: os *reality shows*. Nestes, a lógica do fascínio das imagens impera na relação entre tela e espectador. Este artigo discute o estatuto da imagem na televisão a partir de um diálogo entre autores da filosofia da imagem, da comunicação visual e da psicanálise. Na perspectiva psicanalítica lacaniana, o fascínio da imagem é produzido não somente pelo espaço televisivo, mas, sobretudo, pelo olhar do espectador. Com esse referencial teórico, aborda-se a imagem televisiva para além de um paradigma representacional pautado no realismo, ancorando-se em outra forma de materialidade, encarnada no próprio olhar. O fascínio é interpretado como uma cena própria da relação do sujeito com as imagens, produzindo uma ruptura que as endereça para um outro lugar, fora do campo perceptivo. A partir dessa outra cena do olhar, apresenta-se um modo de fundamentar a investigação com imagens televisivas em psicanálise.

¹ Este artigo é um dos resultados da dissertação de André Lucas Guedes de Souza, realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (PPGP/Ufal), sob orientação da coautora.

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: andregsouza96@gmail.com.

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: susane.zanotii@ip.ufal.br.



PALAVRAS-CHAVE:

psicanálise; imagem; realismo; televisão.

ABSTRACT

The television image is created from a continuous and dispersed space, condensed in one of its most fertile creations: reality shows. In these, the logic of the fascination of the images prevails in the relationship between the screen and the viewer. This article discusses the status of image on television from a dialogue between authors of the philosophy of image, visual communication and Lacanian psychoanalysis. In the Lacanian psychoanalytic perspective, the fascination of the image is produced not only by the television space, but by the viewer's gaze. It is argued that research in psychoanalysis approaches the television image beyond a representational paradigm based on realism, anchoring itself in another form of materiality, embodied in the gaze itself. The fascination of images is interpreted in Lacanian psychoanalysis as a scene specific to the subject's relationship with them, producing a rupture that addresses them to another place, outside the perceptive field. It is in this other place that research in psychoanalysis focuses on television images.

KEYWORDS:

Psicoanalysis; image; realism; television.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir o estatuto da imagem na televisão a partir do diálogo entre os estudos sobre a imagem televisiva e a psicanálise lacaniana. Esse aspecto mostrou-se fundamental no percurso metodológico de um estudo psicanalítico sobre o amor na atualidade, a partir do *reality show* “*Catfish: The TV Show*” (2012-). Privilegiamos Baudrillard (2011) e Bucci (2021), nessa interlocução com a psicanálise, a partir de um fio condutor: o espectador, este que visualiza imagens nas telas, em sua própria casa, e se entretém com elas. Iniciamos discutindo a noção de



“instância da imagem ao vivo”, de Bucci (2021), para evidenciar a sua lógica nos *shows* televisivos.

2. AS IMAGENS TELEVISIVAS E A ‘INSTÂNCIA DA IMAGEM AO VIVO’ EM EUGÊNIO BUCCI

Eugênio Bucci, jornalista e pesquisador de comunicação visual, elabora, em 2004, a noção de “videologia”. Bucci (2004) entende a televisão como um lugar que constrói narrativas, não somente reproduz. As “videologias” têm como principal fundamento a teoria dos aparelhos ideológicos do Estado, de Althusser. Bucci (2004, p. 38) faz uma digressão apontando que a televisão alcançou a dimensão de um aparelho ideológico que, pela centralidade do olhar, se torna videológico:

Como nos sonhos, como na ideologia em geral, como no inconsciente, o passado e o futuro deságuam um no outro; não há começos encadeados a meios e fins; as narrativas lógicas se dissolvem numa pasta que, não obstante, tem um sentido profundo: o sentido integrado pelo olhar. O sentido não é apenas ideológico, mas videológico. É a (v)ideologia que interpela os indivíduos enquanto sujeitos.

O termo “videologia”, que Bucci (2004) propõe, coloca em pauta não só a televisão, mas qualquer objeto audiovisual como produtor de uma tessitura simbólica que, em nossa época, implica a visibilidade como um espaço de subjetivação. O lugar criado na televisão “[...] não se resume ao que está na tela, mas se completa quando sua luminescência banha os olhos do telespectador” (BUCCI, 2004, p. 33). O olhar do espectador está incluso nesse conteúdo fascinante, que extrai do sujeito sua capacidade reflexiva (BUCCI, 2004).



Interpreta-se que a televisão vincula o olhar do espectador à própria estrutura de seus conteúdos. O espetáculo é a ordem do olhar: “Alguém já disse que ‘nós somos seres olhados no espetáculo do mundo’. Eis aí como se consoma o lugar em si da TV, um lugar do olhar: que nos olha, que nos interpela, que nos designa e nos localiza antes de que para ele nós olhemos” (BUCCI, 2004, p. 33). Assim, para Bucci (2004), não só um voyeurismo funciona nessa lógica, mas também um exibicionismo, pois o que se olha é o que se exhibe para o olhar do mundo.

É nessa sede pela imagem ao vivo que o fascínio da transparência tem a televisão como um dos principais objetos da cultura contemporânea que sustentam tais ideais (BUCCI, 2021). É nessa ordem que, em 2021, Bucci elabora a categoria de “instância da imagem ao vivo”, em seu livro *A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. Nesse livro, Bucci (2021) retoma a noção de videologia para desenvolver uma ideia: o olhar é um objeto de consumo e de trabalho no capitalismo, hoje, e as telas são o principal ordenador subjetivo dessa lógica.

Dessa forma, Bucci (2021) compreende que o capitalismo deslocou a função do olhar de uma atividade de situar o sujeito em relação com um mundo para uma função de valor de mercadoria. O autor sustenta que o olhar é o principal atrativo para compra: estamos trabalhando quando vemos televisão e, no meio de um programa, aparece a imagem de uma marca vendendo a imagem de seu produto (BUCCI, 2021). Assim, na videologia contemporânea, o olhar é o mediador da função alienante do sujeito às imagens na tela, e isso se dá por meio da “instância da imagem ao vivo” (BUCCI, 2021).



Em que se baseia essa instância? Primeiramente, o pesquisador utiliza o termo instância como “um instante que insiste em instar. Mais que um jogo de palavras, essa insistência do instante que insta, que nos apela com sua interpelação e sentido de urgência” (p. 43). Ou seja, o instante é um lugar no qual se produz um sentido, um momento em que se cria uma cadeia associativa de palavras que formam um contorno comunicativo (BUCCI, 2021). A urgência e o movimento rápido são a tônica da imagem ao vivo: não há espaço para um exercício reflexivo.

É um lugar de urgência de sentido, em que a matéria que faz associação e produz um contorno simbólico é a imagem, que toma forma como objeto de consumo (BUCCI, 2021). Essa instância “convoca a plateia por meio das identificações fáceis, quase hormonais, muito mais explícitas; acaricia o olhar com ofertas de prazeres contemplativos: promete deleites gozosos, antropomorfizando e personificando o que lhe passa à frente; do acolhimento prazeroso aos sentidos do corpo” (p. 49). Segundo Bucci (2021, p. 50) esse movimento fascinante é endossado pela “aderência entre um ícone (um amuleto, uma figura, um nome, um logotipo, uma marca) a um sentido imediato (sem mediação da razão), envolvendo estímulos lascivos”.

Então, as imagens televisivas, hoje, garantem a prevalência da instância da imagem ao vivo como uma forma de imputar o próprio olhar de quem vê como um objeto de trocas mercantis (BUCCI, 2021). O efeito dessa lógica é a pobreza simbólica em que uma imagem é reduzida a um sentido imediato, sem um exercício crítico de apreensão da imagem, sem mediação pela palavra (BUCCI, 2021). Inclusive, o próprio pesquisador define esse movimento como



uma espécie de ausência de consciência, ausência de uma dialetização para a apreensão daquilo que é visto (BUCCI, 2021).

Se Bucci (2021) entende a origem do fascínio da imagem televisiva pelo processo de uma consumação do olhar como um objeto mercantil, vemos, em Baudrillard (2011, p. 147), que este tem um fundamento na própria criação da imagem: “A imagem-foto ou a imagem cinema passa ainda pelo negativo (e o projetivo), enquanto a imagem-televisão, a imagem-vídeo, a numérica, a de síntese etc., são imagens sem negativo e, portanto, também sem negatividade ou referência”. Para Baudrillard (2011), essa lógica das imagens fermenta uma espécie de narcose, de anestesiamento do espectador.

Mas por que o teor fascinatório de uma imagem estaria somente em uma questão técnica de sua criação? O fato que Baudrillard (2011) nos convida a refletir é que, na técnica de criação imagética, a “imagem-vídeo” é uma imagem sem um referencial simbólico: está ali, nua e crua, e o espectador seria uma espécie de abutre, à espreita de algo novo em decomposição. Porém, as reflexões feitas por Bucci (2004, 2021) e Baudrillard (2011) apontam para um lugar do espectador em ausência, um mero efeito da imagem que vê nesse *continuum* fascinatório repetitivo.

Não obstante, a conclusão de Baudrillard (2011) sobre a origem do efeito fascinatório da imagem televisiva elide um fator que é determinante para a psicanálise: o espectador. Para além da imagem, há um sujeito que olha. Já Bucci (2021) compreende o movimento fascinatório como uma despossessão da razão em prol de uma lógica mercantil capitalista. Tanto Baudrillard (2011) como Bucci (2021) apostam na destituição do sujeito que olha uma imagem na lógica televisiva. Enquanto Baudrillard



(2011) entende esse movimento como algo próprio da criação da imagem, Bucci (2021) entende que a narcose do espectador está na lógica mercantil que subjaz a sua criação. O que veremos a seguir é um aprofundamento em uma criação da televisão que condensa essa lógica da instância da imagem ao vivo: os *reality shows*.

3. A TELEVISÃO E SEUS REALITY SHOWS

O campo televisivo é vasto, possuindo inúmeras complexidades no que tange às dinâmicas de cada programa. Tal como Jost (2007) postula, a televisão tem uma herança forte do rádio e do cinema, mas isso não faz dela uma panaceia entre essas duas formas de comunicação. Nesse sentido, foi feita a delimitação dos *reality shows* como objeto de interesse. Tem-se essa forma televisiva como uma condensadora da lógica fascinante, marcada pela completude do movimento das imagens: a “instância da imagem ao vivo” (BUCCI, 2021).

Destaca-se que os *reality shows* são um formato de programa televisivo que quebra recordes de audiência. Em 2021, o Big Brother Brasil, intitulado como “Big dos bigs”, em sua final, teve a melhor média de audiência em *reality shows*, com cerca de 40 milhões de espectadores (MORENO, 2021). Pontua-se, ainda, a grande audiência de outros *shows* televisivos, como *No limite* (2021), *A fazenda* (2021), *Masterchef* (2021) e *The voice* (2021). Esses dados mostram que os *reality shows* são produtos televisivos que têm, no Brasil, um alcance imaginário contundente. Isso exige de pesquisadores uma atenção em relação a esses produtos, que são ofertados ao consumo em televisão aberta.

Ainda nessa temática, o maior serviço de *streaming* no mundo, a Netflix, está produzindo várias franquias desse mesmo gênero, tais como



Brincando com fogo (2021) (que já tem a edição brasileira), *The circle* (2021) (também com a edição brasileira) e, recentemente, a versão brasileira de *Casamento às cegas* (2021). Assim, entende-se que, não só no Brasil, mas no mundo globalizado, os *reality shows* são objetos de consumo que possuem um imponente poder no imaginário social (BUCCI, 2021; FELDMAN, 2008).

Essa soberania da instância da imagem ao vivo faz Bucci (2021) entender que estamos em uma lógica simbólica imaginizada, ou seja, com uma relação que se pauta no uso da palavra (simbólico) permeado por imagens: a imagem ganha um estatuto similar ao do signo linguístico. Bucci (2021, p. 145) chama esse processo de cooptação da imagem pela palavra de “hegemonia dos significantes visuais”, que tem seu reduto na redoma transmidiática: “As redes sociais com seus memes, suas figurinhas, seus emojis (os novos hieróglifos) e seu lixo cintilante levaram ao paroxismo a hegemonia automática do sistema significante dominante na instância da imagem ao vivo”. Assim, pode-se entender que há um fascínio, nessa instância, que faz das imagens uma forma da verdade: a visibilidade, tão evidenciada pelos *reality shows*, evoca esse lugar de uma vida nua e crua (JOST, 2007).

É na tentativa de se entender em que se pauta a indústria televisiva que Jost (2007) afirma que a televisão, desde seus primórdios, está submetida à lógica de “mostrar a vida como ela é” e transmiti-la. E, mesmo que os programas televisivos não estejam ao vivo, eles são montados nessa temporalidade, nesse paradigma da instância da imagem ao vivo que Bucci (2021) ressalta tanto, com esse tempo de urgência. Não obstante, essa espetacularização, que “mostra a vida como ela é”, junto com o tempo de urgência na instância da imagem ao vivo, é desenvolvida por Rezende e Lavinas (2017, p. 88), que, ao analisarem, a espetacularização em *reality shows* de gastronomia, entendem que:



Por mais que o telespectador tenha consciência de que as imagens em um reality show de gastronomia não são ao vivo, particularmente porque o tempo de preparo dos pratos ultrapassa a própria lógica da produção televisiva, ancorada (ainda) em grades de programação que operam sistemas comerciais (de tempo e anúncios publicitários), a edição fornece aspectos de “realidade” à medida de sua montagem.

Esses fragmentos do acontecido consistem numa espécie de apreensão da realidade como ela é, fazendo dela mesma uma forma ficcional. O telespectador frui no jogo de realidade da transmissão televisiva: “É como se presenciássemos na tela o que acontece do lado de fora dela, ou seja, um cenário de competição” (REZENDE; LAVINAS, 2017, p. 87). Esse apelo realista – termo destacado por Feldman (2008) para expor que a visibilidade se materializou com a verdade e a realidade na consolidação das mídias comunicativas – indica o poderio de uma retórica baseada na estetização do evidente.

Com os *reality shows*, essa aposta na transparência e na crueza da informação foi dando lugar a uma forma de entretenimento. Nesse ponto, é impossível não evocar o clássico de Debord (1997), *A sociedade do espetáculo*, em que o cineasta e filósofo estipula que esse espetáculo de imagens muda as relações sociais entre sujeitos, fazendo da própria vida uma relação entre imagens: “o espetáculo não é o conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens” (p. 144). O que a televisão mostra, em suas imagens em movimento, é a própria relação cotidiana. Este é o maior espetáculo: não a exposição, mas a própria mediação entre sujeitos, que está marcada pela imagem vulgarizada, pela visibilidade.

Sabe-se que os *reality shows* não são homogêneos: são variados e possuem diversas formas de estruturação, produção, edição. Entretanto, essa estética pautada em um apelo ao real da evidência condiciona uma forma



que opera nesses programas televisivos (FELDMAN, 2008). Além disso, o entretenimento se alia à evidência e ganha um caráter de jogo, visto que, em sua maioria, há uma lógica de competição, de sobrevivência que aponta para um uso da imagem ao vivo, uma captação da verdadeira coisa que está ali na aparência (FELDMAN, 2008).

Essa dimensão, que se pode dizer lúdica, é estudada por Viana (2012) ao fornecer a proposta de que os *reality shows* são uma forma de ritual de sofrimento. Esse ritual é pautado na extração de acontecimentos captados pelas câmeras e transformados em imagens que ganham uma consistência de verdade aparente (VIANA, 2012). É como se o ditado popular “as aparências enganam” fosse transportado para uma forma programática de criação de situações, para que se ateste se essa premissa condiz ou não com a “realidade” (VIANA, 2012).

Essa nova forma realista da instância da imagem ao vivo leva consigo uma lógica altamente abstrata, que Bucci (2021) entende como um movimento que não cessa, em que a temporalidade é perdida em prol de uma continuidade ilusória. “O ao vivo também não se esgota com o esgotamento do fato a que se refere, mas tem a propriedade de poder alongá-lo indefinidamente” (BUCCI, 2021, p. 64). Ou seja, uma cena que acontece em algum momento e é televisionada é comentada a semana toda, como se o fato estivesse ocorrendo. Há a suspensão de um corte temporal necessário para uma dimensão reflexiva acerca do fato, e se esvanece toda potência negativa da imagem:

Uma cena perdura no ar e, assim, faz perdurar o acontecimento num estado de acontecendo, numa temporalidade elástica. O ao vivo não é um atributo das imagens e seus conteúdos conexos, assim como não é um atributo dos fatos, mas da própria instância. (BUCCI, 2021, p. 64)



Ou seja, a imagem está condicionada a uma instância, um lugar no qual se produz uma inconsistência temporal, como no caso da instância da imagem ao vivo. A imagem não está ao vivo, mas o espaço comunicativo está a todo momento presente, fazendo dessas imagens e situações acontecimentos presentes. Pode-se ver essa lógica expandida, por exemplo, quando a fala polêmica de algum participante de *reality* causa uma comoção exponencial nas redes sociais, como evidenciado por Ehrenberg e Souza (2019). Para os autores, a implicação transmidiática que os *reality shows* incluem em sua lógica permite que, o que acontece naquele espaço seja ampliado e divulgado em outros lugares, principalmente nas redes sociais (EHRENBURG; SOUZA, 2019).

Ressalta-se que, nas teorias de Baudrillard (2011), Bucci (2021) e Debord (1997), há um binarismo acerca do que é verdadeiro/falso, real/virtual, ficção/realidade, aspecto que aproximamos do que Žižek (2003) problematizou como “paixão pelo real”. Essa paixão, que produz o apelo ao realismo, tem como resultado só mais uma forma não realista da coisa que se apresenta: “[...] ainda que se apresente como reais para valer, as pessoas que neles aparecem estão representadas – representam a si mesma” (p. 23). Longe de ser um simulacro, a paixão pelo real é a própria fuga a ele (ŽIŽEK, 2003).

Essa inversão feita por Žižek (2003) condiz com a proposta psicanalítica, que oferece um outro modo de pensar a dimensão da verdade, realidade e visibilidade pela via do olhar como um objeto de causa de desejo (LACAN 2008). Para introduzir essa dimensão do olhar fora do campo realístico sem perder de vista um lugar de representação, em que o fascínio se coloca como implicação subjetiva, recorreremos às palavras de Hooks (2017, s. p.):



O “olhar” sempre foi político na minha vida. Imagine o terror que a criança sente quando, após repetidas punições, vem a entender que o olhar pode ser perigoso. A criança que aprendeu tão bem a olhar para o outro lado quando preciso. No entanto, quando punida, os pais lhe dizem: “Olhe para mim quando falo com você!”. Só que a criança tem medo de olhar. Tem medo, mas é fascinada pelo olhar. Há poder em olhar.

A situação que Hooks (2017) evidencia é essa dinâmica do olhar que não cessa no fascínio, mas em que o próprio fascínio é um signo de um outro lugar, este produzido pela experiência do olhar. Nesse ponto, a psicanálise contribui com o debate acerca da instância da imagem ao vivo a partir das elaborações de Jacques Lacan (2008) sobre a esquizo do olho e do olhar, deslocando o lugar do sujeito nessa gramática televisiva que, supostamente, o destitui.

4. O OLHO E O OLHAR: A ANAMORFOSE DAS IMAGENS EM LACAN

Em 1964, o psicanalista francês Jacques Lacan, em um diálogo com o filósofo Merleau-Ponty acerca da fenomenologia da percepção – precisamente o que é visível e o que é invisível –, indicou que, no ato de ver, o olhar se distancia da função orgânica do olho. Ou seja, opondo-se a Merleau-Ponty, que faz da percepção uma condição do ato de ver, Lacan (2008) demonstra que há uma esquizo entre o olho e o olhar, operando no que se estabeleceu, a partir daquele momento, com a pulsão escópica.

O ato de olhar não é meramente um ato de perceber, mas uma pulsão, uma fronteira entre o psíquico e o orgânico na qual o olho se torna um lugar de onde se extrai uma causa de desejo (FREUD, 2013; LACAN, 2008). O olho é um órgão; o olhar, um objeto de investimento libidinal: um objeto a (LACAN,



2008). Importa destacar que a noção de objeto a, no ensino de Lacan, liga-se ao desejo, mas “já não se trata do desejo, à maneira da concepção de consciência husserleriana, movido pela intenção, um desejo que se dirige ao objeto. Trata-se a partir de então, do desejo ‘causado’, determinado pelo objeto” (VIVAS, 2008, p. 47). Assim, o olhar não é concebido como um ato de intenção, mas um acontecimento que rompe com ela e faz uma barra no determinismo perceptivo.

Para pensar esse caráter fascinatório das imagens, articulamos essa esquizo do olho e do olhar em relação à dimensão de anamorfose trabalhada por Lacan (2008). Lacan (2008) sustenta suas formulações a partir da análise do quadro “Os embaixadores”, de Hans Holbein. A referida pintura apresenta Jean de Dinteville, embaixador francês, junto com Georges de Selve, um bispo, se apoiando em uma cômoda cheia de objetos espalhados. O quadro é intrigante por apresentar uma anamorfose de um crânio na parte inferior da pintura, exigindo, de quem olha, um trabalho de mudança de perspectiva para conseguir apreender com clareza o objeto inanimado no quadro.

Como Lacan distingue o olho do olhar? A partir do que ele define com a função de uma mancha no que se vê: “Se a função da mancha é reconhecida em sua autonomia e identificada à do olhar, podemos procurar sua inclinação, seu fio, seu traço, por todos os estágios da constituição do mundo no campo escópico” (LACAN, 2008, p. 78). Assim, uma mancha indica uma certa topologia, em que “[...] ao mesmo tempo o que o comanda mais secretamente e o que escapa sempre à apreensão dessa forma da visão que se satisfaz consigo mesma imaginando-se como consciência” (LACAN, 2008, p. 78). Na anamorfose, existe uma dialética em que o reconhecido se funda por meio daquilo que escapa em uma imagem, levando à conclusão de que a consciência do visto é uma função psíquica de satisfação do próprio órgão, uma imaginação.



Essa dinâmica do olhar coloca em jogo que “não só isso olha, mas que isso mostra” (LACAN, 2008, p. 78). A mancha, então, pode ser definida como um ponto causal, um ponto de real, nomeado por Lacan (2008) de **ponto tíquico**, em alusão à ideia de *tiquê* de Aristóteles. Lacan (2008) entende que a *tiquê* de Aristóteles define uma repetição que coloca em jogo uma causa, um encontro do real. Assim, a mancha no olho é uma insígnia do olhar, pois condiciona uma experiência que brinca com a representação. É nesse brincar que se apresenta um sujeito dividido. O olhar, por ele mesmo, é expropriado da visão: está fora do campo dito perceptivo, quebrando com um realismo, mas incluindo um modelo representacional definido pela própria extração desse encontro tíquico.

O olhar, para Lacan (2008), encarna um limite no processo de representação plena trabalhado por Merleau-Ponty em sua fenomenologia da percepção, a quem Lacan crítica ao propor o olhar como um objeto causa de desejo. Assim, o olhar não é uma percepção, muito menos uma representação plena do que é visível e invisível em um objeto, mas “uma substância inominada da qual eu mesmo, o vidente, me extraio” (LACAN, 2008, p. 85). Segundo Freitas e Weinmann (2017, p. 28), “é no instante que falta a visão das imagens de conquista e saber, ou seja, em que a representação desaparece, que surge o olhar como causa do desejo escópico”. O olhar opera no espaço de um campo de visão em que o sujeito se apresenta enquanto faltoso, angustiada.

Nas palavras do psicanalista francês, “a anamorfose nos mostra que não se trata, na pintura, de uma reprodução realista das coisas do espaço – expressão sobre a qual há aliás muitas reservas a fazer” (LACAN, 2008, p. 94). O sujeito é cooptado pela consciência no espaço geométrico da visão,



ali onde pode se supor um certo realismo. O que Lacan (2008) destaca é que se trata de uma produção que evanesce o sujeito do inconsciente. O que, na verdade, realiza o efeito da pintura não é seu realismo, mas seu teor enigmático; a caveira como um ponto que enquadra a percepção da pintura – fazendo do realismo uma mera ilusão – e a insistência como um ponto real na imagem.

A partir dessas formulações, o que interessa ressaltar, nessa esquete, é uma contraposição ao modelo realista, tão presente nos comentários dos autores de estudos da imagem mencionados anteriormente. Há um lugar de representação acabado em si mesmo, complementando um processo de significado ali nas imagens. A imagem representa a realidade, e a realidade se mostra nas imagens.

Faz-se necessário ressaltar que, no processo de ver uma imagem, “o olhar está do lado de fora, sou olhado, quer dizer, sou quadro” (LACAN, 2008, p. 107). Ou seja, não há realismo na imagem: há um olhar que implica uma reconfiguração da posição de quem vê:

É aí que está a função que se encontra no mais íntimo da instituição do sujeito no visível. O que me determina fundamentalmente no visível é o olhar que está do lado de fora. É pelo olhar que entro na luz. E é do olhar que recebo seu efeito. Donde se tira que o olhar é o instrumento pelo qual a luz se encarna, e pelo qual – se vocês me permitem servir-me de um termo, como faço frequentemente, decompondo-o – sou foto-grafado (LACAN, 2008, p. 107).

Se voltarmos ao início de nossa discussão, com Bucci (2021), sobre a pobreza simbólica do estatuto da imagem na atualidade, Rivera (2018) nos ajuda a avançar. Embasada nas implicações freudianas acerca da interpretação dos sonhos, Rivera (2018) ressalta que a imagem pode ter duas funções: a



de encobrir e a de desvelar. Freud (2017 [1900]), por mais que entenda que o sonho é o relato do sonho, há uma experiência forte com uma imagem: a escrita onírica é pictórica (FREUD, 2017; RIVERA, 2018).

Tendo como principal fundamento o relato onírico, Rivera (2018) entende que esse processo de desvelar-encobrir se define por dois termos que a própria psicanalista elabora: imagem-furo e imagem-muro. Um exemplo que Rivera utiliza da doutrina freudiana é a célebre elaboração da lembrança encobridora (FREUD, 2016 [1899]), em que o fundador da psicanálise trabalha a relação entre imagem e memória.

A lembrança encobridora é uma lembrança que vela a dimensão traumática de uma cena originária. Há um processo de interposição que rege essa cena, em que o elemento traumático substituído se faz presente na sua própria substituição (FREUD, 2016). Na interpretação de Rivera (2018, p. 52), “assim Freud faz da reprodução mnêmica uma construção que encobre a verdade, mas de alguma maneira a deixa entrever e pode, portanto, ser perscrutada em uma tentativa de desvelamento”.

Portanto, Rivera (2018, p. 52) eleva a ideia de lembrança encobridora de Freud (2016) a um paradigma estético para pensar a imagem como muro e como furo. Então, “a imagem é obstáculo, é véu sobre o trauma, e podemos chamá-la, nessa vertente, de *imagem-muro*. Mas por entre sua trama, em suas lacunas, encontra-se, in-visível, um acontecimento terrível – em sua vertente, digamos, *imagem-furo*”. Na própria imagem extraída na continuidade fascinatória, há um muro que resiste à significação e há um furo que implica uma escrita da in-visibilidade própria da mancha, que se impõe a quem tem um olhar atento à televisão.

Entretanto, um importante efeito da imagem televisiva no espectador, elencado por Bucci (2021) e Baudrillard (2011), é uma espécie de narcose,



uma desimplicação do espectador diante da tela. Com a esquizo do olho e do olhar, como pensar essa desimplicação fascinatória da imagem televisiva?

5. UMA VERTIGEM DO OLHAR?

O olhar está extraído da visão. Há uma esquizo no olho e no olhar que rompe com o campo perceptivo. Bucci (2021) e Baudrillard (2011) entendem que o fascínio da imagem está condicionado ao lugar perceptivo, em que a técnica e a lógica da produção das imagens fazem delas uma prótese tóxica, em que o espectador consome e é consumido por elas.

No entanto, com o aporte psicanalítico, Laia (1995) nos apresenta um norte para indicar o lugar do espectador nessa dinâmica das imagens televisivas: a tela da televisão não é um espelho, não tem um paradigma especular. A partir da esquizo do olho e do olhar, pode-se entender como uma imagem vira um quadro, ou até mesmo uma janela, na qual o sujeito olha em falta, e na qual se produz um furo que impele o sujeito que vê à produção de um sentido. Laia (1995) ressalta que a televisão não permite à imagem ser entendida como um quadro: há uma opacidade nessa tela televisiva.

Essa opacidade, de início, vela a própria opacidade que uma imagem não televisiva produz: por exemplo, uma pintura, uma fotografia. Essas imagens precisam de uma luz externa em que a mancha se apresenta pelo ponto luminoso, produzindo uma opacidade (LAIA, 1995). Laia (1995, p. 409) considera que toda imagem tem um ponto opaco: “toda imagem comporta uma certa opacificação na medida que ela coincide com o que nesse campo aparece como tela”. Então, a tela preta é um ponto inicial para a lógica da instância da imagem ao vivo, mas, em comparação com a



fotografia e a pintura, há uma discrepância na própria formação da imagem que é devida à tela (LAIA, 1995).

Em diferença, Baudrillard (2011) aponta uma reflexão: no cinema, a atuação se apresenta enquanto uma ficção que atinge uma realidade; na televisão, há uma realidade produzindo uma realidade, uma ficção produzindo outra ficção. Ora, aqui cabe reafirmar a máxima lacaniana: “A necessidade estrutural que é carregada por toda expressão da verdade é justamente uma estrutura que é a mesma da ficção. A verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção” (LACAN, 1995, p. 258-259).

Ou seja, Lacan (1995), ao pensar que toda verdade tem uma estrutura de ficção, rompe com formalismos realistas, o que possibilita trabalhar com um regime diferente de Baudrillard (2011), partindo do pressuposto de que a verdade não se encontra na percepção ou em uma realidade, mas na própria condição ficcional que se dá a essa categoria. Assim, não se trata de uma realidade interferindo em outra realidade, produzindo ficções do visível, mas do fato de que nesses semblantes se produz uma verdade deslizando. Partindo desse pressuposto, nos distanciamos da explicação de base realista, para a qual o teor fascinatório das imagens televisivas se dá pela incitação ao olhar pela lógica da “verdade nua e crua”.

Uma alternativa que Laia (1995, p. 410) nos oferece para entender o fascínio das imagens é a dimensão da tela opaca, que, por si mesma, produz sua própria luminosidade, que tem um efeito de pastagem: “[...] o campo das imagens televisivas se oferece como uma espécie de pasto”. Esse efeito de pastagem, para Laia (1995, p. 410), enuncia uma perda daquilo que Lacan chamou de mancha:



Pastagem eletrônica para os olhos que se colocam diante delas, efeito paralisante da televisão obtido graças ao desarmamento da força ofuscante do olhar pela compactação violenta da profundidade do campo que, para além da tela, da imagem, resta sempre ambígua, variável imperiosa.

Nesse ponto, a ideia de Bucci (2021) de uma certa colonização do olhar na lógica das imagens televisivas encontra uma confluência com as propostas lacanianas acerca da esquizo do olho e do olhar, visto que esse efeito de pastagem ressaltado por Laia (1995) expropria do olhar sua condição de objeto causa de desejo, fazendo com que o espectador seja um mero visualizador.

O trabalho de Gomes, Pedrosa Filho e Texeira (2019) amplia esse debate sobre a expropriação do olhar, levando em consideração que o exibicionismo é diferente da exibição. Logo, é preciso diferenciar o que é uma lógica exibicionista, própria da pulsão escópica, de uma lógica da exibição, que se relaciona com a visão, não com o olhar.

Gomes, Pedrosa Filho e Texeira (2019) evidenciam que a lógica contemporânea se vale da exibição, ou seja, ver e ser visto. Para os/as autores/as, fazer essa pontuação é salutar, pois “o olhar causa embaraço, estorvo, perturba a imagem, e põe em xeque a função da visão. A visão serve justamente para tirar o olhar da cena, garantindo uma permanência ostentatória, fálica. Por isso é frustrante publicar e não ser visualizado” (GOMES; PEDROSA FILHO; TEXEIRA, 2019, p. 96). Assim, o que acontece nas telas de um modo geral (televisão e celulares) é uma lógica da exibição, que exclui o olhar como um objeto causa de desejo, e o capitaliza, velando a angústia que a própria pulsão escópica inclui em sua relação com a alteridade



(GOMES; PEDROSA FILHO; TEXEIRA, 2019). Há uma perda da experiência do olhar como um lugar de eclipse do sentido.

Essa divisão proposta pelos autores citados anteriormente possibilita pensar que o teor fascinatório das telas se dá pela inflação da visão na esquizo do olho e do olhar (GOMES; PEDROSA FILHO; TEXEIRA, 2019). Inflação proporcionada pela própria criação das imagens virtuais na instância da imagem ao vivo, que elidem a mancha, que é a fratura que há na divisão de um quadro, ou até mesmo de uma fotografia, e propriamente de uma tela (LACAN, 2008; LAIA, 1995; GOMES; PEDROSA FILHO; TEXEIRA, 2019).

Assim, esse processo não se assemelha a um paradigma da razão: a pulsão escópica evoca o avesso da razão, em que Lacan (1998) estipula uma inversão do *cogito* cartesiano: “eu não sou lá onde sou joguete de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não penso pensar” (LACAN, 1998, p. 521). Essa inversão de Lacan (1998) conflui com a própria esquizo do olho e do olhar. Sendo assim, a visibilidade implica um gozo da imagem que condiciona e capitaliza o ver, formando, na exibição, o destino de um aprisionamento narcísico.

Contudo, na psicanálise lacaniana, não se utiliza desse argumento como falta de reflexividade ou falta da razão, mas como um certo embotamento subjetivo que elide um encontro com a alteridade, evidenciando um mal-estar próprio dessa inflação da visão no olhar. Tanto Laia (1995) como Gomes, Pedrosa Filho e Texeira (2019) ressaltam uma relação entre espectador e televisão que beira uma adicção:

A exibição, numa outra via, toma da cultura seu viés de adicto, o imperativo do gozo escópico na contemporaneidade, revelando um mal-



estar do olho, no campo das visibilidades, e pedindo, portanto, sempre uma nova e repetida autenticação das telas anônimas e desencarnadas das redes sociais (GOMES; PEDROSA FILHO; TEXEIRA, 2019, p. 98).

Destaca-se que o estudo de Gomes, Pedrosa Filho e Texeira (2019) focaliza o uso das telas do celular para pensar a lógica da visualização, que elide o olhar, dando prevalência à visão como esse destino de satisfação libidinal. Contudo, a tela do celular é a mesma da televisão: é um espelho opaco, o que leva a considerar que a televisão também está nesse campo da visão que elide o olhar. Importa realçar que a instância da imagem ao vivo condiz com a tela opaca (BUCCI, 2021). Porém, seria a televisão um instrumento que elide a fratura do olhar?

6. A OUTRA CENA DO OLHAR

No intuito de avançar na interlocução entre os estudos da imagem, a crítica televisiva e a psicanálise, voltamos à fala de Hooks (2017) sobre o olhar, que nos ensina que **a imagem que fascina é, também, a imagem que fratura**. Essa proposta aproxima-se das considerações de Laia (1995) quanto ao efeito de pastagem da televisão, mas também do “[...]sentido inverso, isto é, fazer vazar na própria tela o olhar: a tevê torna-se, literalmente, o canal transmissor de alguma coisa que te vê” (LAIA, 1995, p. 411). Ou seja, a própria tela, que elide um olhar, pode “vazar” e, assim, a marca de uma inscrição, para que seja possível dizer algo sobre a divisão que o olhar produz. Laia (1995, p. 411) conclui:

O olhar que invade a tela de TV não é o que é presentificado por aquele que visa diretamente a telecâmara, nem pelo olhar que se encontra ausente quando estamos diante de uma imagem na qual



tanto essa presença quanto essa ausência do olhar se mantêm ao nível da mediação televisiva [...] trata-se de um olhar opacificado pela tela.

Assim, servimo-nos da imagem televisiva, na pesquisa psicanalítica, levando em consideração não só seu próprio fascínio, mas a potência inversa que condensa a sua imagem (LAIA, 1995). Há uma confluência entre a reflexão de Laia e a dimensão estética da imagem proposta por Rivera (2018) entre a imagem-furo e a imagem-muro. Pode-se pensar que a imagem televisiva condensa, em seu teor fascinante (imagem-muro), uma fratura que o sustenta (imagem-furo). Essa indicação é fundamentada, também, a partir do que Laia (1995, p. 411) afirma: “O olhar invade a tela da TV”.

Isto posto, consideramos que o pesquisador, preocupado pela esquizofrenia do olho e do olhar proposta por Lacan (2008), pode se servir da anamorfose para sustentar o uso de imagens televisivas na pesquisa psicanalítica. Esse movimento anamórfico da posição do pesquisador permitirá aprender que, nas imagens, há um discurso que as sustenta, e que as mesmas podem curto-circuitar tal discurso. Laia (1995, p. 414) entende que, se tomamos essa dupla potência da imagem ao olhar um programa televisivo, o espectador estará diante de um semblante:

Em outros termos, a televisão poderá por vezes nos colocar diante do que Lacan chamou de *semblant* do que nos faz supor ao olhar um ser, pois suas imagens poderão fazer parecer alguma coisa sem deixar transparecer que o fazem, poderão fazer valer esse parecer sem se confundir com ele, permitindo ao telespectador se perguntar a propósito da verdade que irrompe nesse jogo.

Essa posição do espectador possibilita romper com as categorias estanques de verdade e mentira, falso e verdadeiro, e atingir aquilo que,



nessa dinâmica das aparências, produz um semblante que enuncia uma verdade. Na psicanálise lacaniana, a verdade tem um outro estatuto: “eu digo sempre a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível materialmente: as palavras faltam. É justamente por esse impossível que a verdade provém do real” (LACAN, 1993, p. 11). O jogo que a psicanálise lacaniana faz com o olho e o olhar permite que as imagens televisivas não sejam tomadas de antemão como alienantes, pois a própria alienação à imagem se destina a uma fratura nela mesma.

Os *reality shows*, com sua ânsia narrativa, indicam uma tela que quer ver tudo: uma visão sem olhar cujo movimento fascinatório serve de uso para a função da verdade. Destaca-se a afirmação de Lacan (1993, p. 11): “É justamente por esse impossível que a verdade provém do real”. Ou seja, o real da imagem não está no apelo realista, mas no ponto impossível, uma mancha tíquica que há na própria relação com a imagem.

Para exemplificar esse movimento, a reflexão de Žižek (2003) acerca da repetição insistente das redes televisivas sobre o atentado terrorista ao World Trade Center se faz pertinente. Para Žižek (2003), a insistência constante nesse momento fatídico indica que o real se apresenta como algo “irreal”, fora da realidade. Para ele, a própria dialética entre o semblante e o real não pode ser reduzida à virtualização da vida cotidiana, em que o apelo ao real surge como uma necessidade de retornar à realidade nua e crua. Em suas palavras:

O Real que retorna tem o status de outro semblante: exatamente por ser real, ou seja, em razão de seu caráter traumático e excessivo, não somos capazes de integrá-lo na nossa realidade (no que sentimos como tal), e, portanto, somos forçados a senti-lo como um pesadelo fantástico. (ŽIŽEK, 2003, p. 29)



Assim, sem partir de uma categoria de verdade que se assemelha a um fato ou a um referente, e fazendo do semblante esse lugar operante que inverte o realismo televisivo, o retorno do Real é suportado por um novo semblante que ordena a irrupção do fato anterior (LACAN, 2009; LAIA, 1995; ŽIŽEK, 2003). Apoiado nessa teorização, o trabalho do pesquisador aponta para esse movimento no qual os semblantes produzem uma verdade, ali onde a representação falta. O semblante, que não é uma aparência para a psicanálise lacaniana, mas uma “apareência”, em que uma produção discursiva, seja ela imagética ou não, é suportada por uma verdade que não tem um valor estanque, é fugidio (LACAN, 2009).

O apelo realista, sustentado por Baudrillard (2011) ao postular que o que acontece na televisão é uma realidade produzindo uma realidade, encontra na psicanálise uma inversão; a realidade não é ficcional, mas a relação com a verdade tem uma estrutura de ficção, tal como propõe Lacan (1998). Nesse sentido, apostamos, com Žižek (2003, p. 30), que “é preciso discernir, naquilo que percebemos como ficção, o núcleo duro do Real que só temos condições de suportar se o transformamos em ficção”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da importância dos *reality shows* na atualidade, indicamos uma intersecção de saberes que versam sobre a relação entre o estatuto das imagens televisivas e a psicanálise lacaniana. A partir de autores que fomentam discussões na área da comunicação visual, na filosofia da imagem e na psicanálise, ressaltamos um ponto nodal no uso de objetos audiovisuais na pesquisa em psicanálise: o espectador.



A partir da psicanálise lacaniana, vimos que o fascínio da imagem televisiva faz dela um objeto com que se interpreta a cultura contemporânea. A esquizo do olho e do olhar se faz presente no fascínio causado pela tela opaca da televisão. Não obstante, fazer o olhar vazar dessas imagens é uma forma de dar ao movimento fascinante uma imagem que comporta uma fratura dessa lógica, possibilitando a emergência dessa outra cena do olhar.

Trata-se do olhar do pesquisador operando um corte nessa instância da imagem ao vivo, pois impor uma imagem é fazer um corte temporal na repetição constante da informação própria à televisão. Dar vazão ao olhar aponta para um exercício anamórfico, no qual se olha as imagens televisivas operando sob o movimento, extraíndo do lugar do “ao vivo” as imagens que estão nessa instância.

Destaca-se, como contribuição da psicanálise às pesquisas com objetos audiovisuais, que o próprio fascínio produz uma negatividade concernente à relação entre sujeito e imagem, do movimento da imagem à imagem no movimento, possibilitando um paradigma representacional que se diferencia do realismo. Os semblantes que se produzem nessa gramática do olhar guiam o pesquisador em direção ao real estruturante em que a pesquisa psicanalítica se funda.

Uma pesquisa psicanalítica parte do pressuposto de que a relação entre imagem, ficção e verdade tem seu principal lugar de emergência no espectador. A inflação da visão no olhar não impede que este possa emergir como uma fratura do campo perceptivo, tampouco impossibilita o sujeito de uma atividade reflexiva. O que está em jogo, nessa inflação da visão, é a relação com a alteridade. Nesse sentido, a psicanálise aposta no avesso da razão, no inconsciente, e a pesquisa psicanalítica



que privilegia as imagens televisivas aposta nessa outra cena que se apresenta na instância da imagem ao vivo.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. Televisão/Revolução: o Caso Romênia. In: PARENTE, André (org.) **Imagem máquina**. Rio de Janeiro: 34, 2011.

BUCCI, E. Sobre a televisão. In. KEHL, M. R.; BUCCI, E. (org.). **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Rio de Janeiro: Autêntica, 2021.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EHRENBERG, K; SOUZA, R. Internet, transmídia e audiência participativa no universo das emissoras de TV aberta brasileiras. **Animus**: Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 18, n. 36, p. 75-94, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/37383>. Acesso em: 2 out. 2022.

FELDMAN, I. O apelo realista. **Revista FAMECOS**, v. 15, n. 36, p. 61-68, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4416>. Acesso em: 10 out. 2022.

FREITAS, A. S.; WEINMANN, A. O. Conjugando imagens, vertendo o olhar: notas sobre o filme “Perfect sense”. **Parrésia**: Revista Discente de Psicologia, Assis, v. 1, n. 1, 2017, p. 21-32.

FREUD, S. Pulsões e seus destinos. In. FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 [1915].



FREUD, S. **Interpretação dos sonhos**. Porto Alegre: L&PM, 2017 [1900].

FREUD, S. Lembranças encobridoras. In. FREUD, S. **Estudos sobre a histeria**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016 [1899].

GOMES, A. C. C.; PEDROSA FILHO, R. B. A.; TEXEIRA, L. C. Nem ver, nem olhar: Visualizar! Sobre a exibição dos adolescentes nas redes sociais. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, v. 24, n. 1, p. 91-99, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/vGnfQLMdCQck5HscGGb7wLg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

HOOKS, B. O olhar opositivo: a espectadora negra. **Fora de quadro**, [S. l.], 26 maio 2017. Disponível em: <https://foradequadro.com/2017/05/26/olhar-opositivo-a-espectadora-negrapor-bell-hooks/>. Acesso em: 15 out. 2022.

JOST, F. **Compreender a televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LACAN, J. **Televisão**. Jorge Zahar, 1993 [1974].

LACAN, J. **O seminário: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 [1956].

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In. LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1957].

LACAN, J. **O seminário: os quatro conceitos fundamentais em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1964].

LACAN, J. O seminário: de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009 [1971].

LAIA, S. A visão de longe: televisão. In. ZBRUN, M. (org.). **A imagem rainha: as formas do imaginário nas estruturas clínicas e na prática psicanalítica**. Rio de Janeiro: 7 letras, 1995.



MORENO, V. BBB 21 chega à final com recordes e favoritismo de Juliette. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 maio 2021. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/bbb21/2021/05/bbb-21-chega-a-final-com-numericos-recordes-e-favoritismo-de-juliette.shtml?origin=folha> . Acesso em: 12 out. 2022.

REZENDE, R.; LAVINAS, E. L. C. Gastronomia midiática: reality shows e a estetização da comida na TV. **Lumina**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 75–94, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21240> . Acesso em: 5 out. 2022.

RIVERA, T. **O avesso do imaginário**: arte contemporânea e psicanálise. São Paulo: SESI, 2018.

VIANA, S. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

VIVAS, H. C. Causa de desejo. In: AMP (org.). **Scilicet**: os objetos na experiência psicanalítica. Rio de Janeiro: Contra-capas, 2008.

ŽIŽEK, S. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2003.



A LÓGICA POÉTICA DAS IMAGENS: HILDA HILST NO CINEMA

THE POETICAL LOGIC OF IMAGES: HILDA HILST IN CINEMA

Pascoal FARINACCIO¹

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão a respeito das singularidades da prosa de ficção da escritora Hilda Hilst e as soluções encontradas pelo diretor Eduardo Nunes para transpô-la para a linguagem cinematográfica em seu longa-metragem *Unicórnio* (2018). Tomando como principais referências teóricas ensaios de Wim Wenders e Andrei Tarkovski a propósito da relação e tensão entre história (narrativa em palavras, pressupondo-se linearidade no encadeamento dos fatos) e imagem no cinema, procura-se demonstrar como Nunes vale-se de uma lógica poética para a organização formal de seu filme, buscando capturar as diversas sugestões imagéticas de forte impacto sensorial da prosa de Hilst.

PALAVRAS-CHAVE

Hilda Hilst; Eduardo Nunes, literatura e cinema; *Unicórnio* (filme).

ABSTRACT

The article proposes a reflection on the singularities of the prose fiction of the writer Hilda Hilst and the solutions found by the director Eduardo Nunes to transpose it to the cinematographic language in his feature film *Unicórnio* (2018). Taking as main theoretical references the essays by Wim Wenders and Andrei Tarkovski on the relation and tension between history (narrative in words, presupposing linearity in the chain of facts) and image in the cinema,

¹ Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal Fluminense. E-mail: pascoalf@hotmail.com.



we try to demonstrate how Nunes uses a poetic logic for the formal organization of his film, seeking to capture the various imagery suggestions of strong sensory impact of Hilst's prose.

KEYWORDS

Hilda Hilst; Eduardo Nunes; Literature and Cinema; *Unicórnio* (movie).

1. INTRODUÇÃO

No livro *A lógica das imagens*, que reúne textos e depoimentos diversos de Wim Wenders, há uma questão que retorna diversas vezes, sendo discutida pelo cineasta alemão de uma perspectiva muito pessoal, pois se trata de um problema essencial da atividade cinematográfica com a qual se mantém comprometido. A questão diz respeito à possibilidade de contar histórias, à narratividade. A importância das histórias, segundo Wenders, reside no fato de que há nelas “alguém que conta, que ordena e que faz entrar a ideia de que ainda intervimos na nossa própria vida. Isto é o que fazem as histórias: confirmam que somos competentes, que determinamos a nossa vida” (WENDERS, 2010, p. 71).

As histórias dão segurança aos homens, fornecem um **sentido** à vida. Para Wenders, a vida é composta por uma série de fragmentos desconexos, mais ou menos aleatórios e que, sobretudo, escapam ao controle e desejo dos sujeitos. Ao conectar esses fragmentos de forma linear, estabelecendo um princípio, um meio e projetando um fim, as histórias explicam em grande medida o devir da existência, a pertinência de seus acontecimentos. Nessa perspectiva elas também colocam à margem o medo que sente o ser humano de cair na absoluta ausência de sentido; é por isso, lembra ainda o cineasta,



que as crianças gostam tanto de ouvir histórias antes de dormir; elas ajudam a vencer o medo e a encarar a vida e seus perigos de frente.

As histórias seriam, por conseguinte, “mentiras necessárias”:

No fundo, penso que as situações isoladas não estão relacionadas umas com as outras e as experiências, na minha vida, consistem sempre e apenas em situações isoladas; nunca encontrei uma história com princípio e fim [...]. Na realidade, julgo eu, as histórias mentem, ou melhor, são, por definição, histórias de mentiras. Mas são muito, muito importantes como formas de sobrevivência. Com a sua estrutura artificial ajudam as pessoas a vencer os seus grandes medos: o medo de que não haja Deus e que elas são apenas criaturas muitíssimo pequenas, flutuantes, dotadas de percepção e consciência, mas perdidas num universo que excede todas as suas concepções. (WENDERS, 2010, p. 85-86)

2. AS HISTÓRIAS NOS FILMES: A LÓGICA LINEAR DAS IMAGENS

No que se refere à realização dos filmes o que entra em jogo é uma **oposição** entre histórias e imagens. Wenders gostaria, por exemplo, de fazer um filme somente com imagens — como quem simplesmente olha pela janela e filma, sugere — e não precisar explicar absolutamente nada depois... Em sua opinião tudo se passa como se histórias e imagens “trabalhassem umas contra as outras, sem se excluir mutuamente” (WENDERS, 2010, p. 83). Ou, precisando melhor essa relação, as histórias “estabelecem nos meus filmes uma ordem das imagens” (WENDERS, 2010, p. 86). E nesse último apontamento está de fato o essencial: as histórias **impõem** uma ordem ao fluxo de imagens, e com isso estabelecem um **sentido** para elas (nas duas acepções fortes do termo: direção e significação). “Sem história, as imagens que me interessam correriam o risco de se perder e cair em



qualquer arbitrariedade (WENDERS, 2010, p. 86). Um filme completamente destituído de história, que tentasse se sustentar apenas com as imagens, correria sempre o grande risco da ininteligibilidade e incomunicabilidade. Por isso cabe aceitar a história, que sempre força a imagem a alguma coisa, como se ela não se bastasse a si mesma – a história, um “vampiro que tenta sugar o sangue da imagem” (WENDERS, 2010, p. 84-85).

Rejeito totalmente as histórias, pois elas produzem exclusivamente mentiras, nada mais do que mentiras, e a maior mentira reside no fato de elas estabelecerem um contexto, onde não existia nenhum. Por outro lado, no entanto, precisamos tanto destas mentiras que é perfeitamente absurdo atacá-las e ordenar uma sequência de imagens sem mentira, sem a mentira de uma história. As histórias são impossíveis, mas não podemos, contudo, viver sem histórias. (WENDERS, 2010, p. 92)

Recuperamos de maneira sintética a reflexão de Wenders acerca da oposição e tensão entre história e imagem, pois a nosso ver ela abre uma perspectiva muito interessante para pensar o filme *Unicórnio* (2018), dirigido e roteirizado por Eduardo Nunes e livremente inspirado em dois textos de prosa de ficção de Hilda Hilst, “Unicórnio”, do livro *Fluxo-floema*, originalmente publicado em 1970, e “Matamoros (Da Fantasia)”, do livro *Tu não tem moves de ti*, de 1980 (ambos os livros estão agora em *Da Prosa*, publicação em dois volumes que reúne a totalidade da prosa de ficção da escritora). São duas peças ficcionais complexas, marcadas profundamente pela experimentação linguística, e que trazem à luz (digamos, dos abismos da alma) temas como a solidão, o medo, a raiva, a impotência, o desejo, a inveja, a ânsia de se comunicar com o outro. Como sugere o título do primeiro livro, um **fluxo** torrencial de palavras que vão desenhando precariamente os contornos mal definidos de uma personagem-narradora que se interroga de

maneira radical e se deixa levar pelas forças psíquicas que nela se formam de maneira incontrolável.

3. A PROSA EXPERIMENTAL DE HILDA HILST

De certa forma, estamos aqui num lugar discursivo bastante diverso da “história” a que se refere Wenders, notoriamente uma narrativa tradicional, com começo, meio e fim linearmente articulados. A prosa de Hilst em pauta constitui uma narrativa que se apresenta, em grande medida, como uma antinarrativa, na medida em que justamente coloca em crise profunda a estrutura narrativa tradicional, **optando pela representação de fluxos de consciência**, pelo desordenamento convulsivo de personagens em permanente tensão psicológica, arrebatadas por uma miríade de pensamentos e reflexões diversos. A experimentação com a linguagem, sem dúvida, tem a ver – ou, melhor dizendo, dialoga - com a experiência anterior de Hilst como poeta: *Fluxo-floema* marca sua estreia na prosa de ficção, sendo que antes dele a escritora já havia publicado vários livros de poesia, de *Presságio* (1950) à *Iniciação do poeta* (1963-1966). A dimensão poética dessa prosa não passou despercebida ao diretor Eduardo Nunes, que viu nela um desafio a mais para transpor em imagens cinematográficas as sugestões recebidas pela leitura dos textos. Procuraremos demonstrar, tendo como objeto de análise o filme *Unicórnio*, como a oposição entre imagem e história pode ser resolvida de uma maneira menos rígida que a suposta por Wenders, a partir de uma lógica poética do encadeamento de imagens, conforme a proposta do cineasta russo Andrei Tarkovski, uma grande fonte de inspiração, aliás, para o trabalho de Nunes.

O texto “Unicórnio” (pode-se defini-lo como um conto, embora ele certamente ultrapasse a delimitação do gênero pelo transbordamento verbal que apaga qualquer linearidade narrativa – as associações entre suas partes constitutivas configuram uma sequência de fatos que se articulam não segundo uma lógica de causa e efeito, mas sim conforme uma lógica atinente aos movimentos dos pensamentos da personagem, à medida que esses emergem aos borbotões) propõe variadas reflexões, das quais destacaríamos o desejo de se comunicar com o outro e a dolorosa percepção de uma limitação para cumprir tal intento.

Em primeiro lugar, vale observar que o caráter não-linear da narrativa é destacado pela própria narradora: “Sabe, uma estória deve ter mil faces, é assim como se você colocasse um coioite, por exemplo, dentro de um prisma” (HILST, 2018, p. 98). E a história tem “mil faces” porque a própria personagem é múltipla. Ela discorre sobre uma família conhecida, dois irmãos (um rapaz pederasta e uma moça lésbica) com os quais trava diálogos sobre a vida e a literatura. Entretanto, é cabível super que tais irmãos não sejam senão extensões imaginárias do seu próprio eu:

Agora o meu rosto está dividido em três partes, não é mesmo? O lado esquerdo é meu irmão pederasta, o lado direito é minha irmã lésbica e o pequeno triângulo é o meu todo que se move desde que nasci, é esse meu todo que ficou em contato com as gentes, esse todo que se expressa e que tem toda aparência de real. (HILST, 2018, p. 104)

A autopercepção do caráter fragmentário do próprio eu é uma constatação dolorosa, de que deriva o desejo de ser diferente do que se é: “Ah, como eu desejaria ser uma só, como seria bom ser inteiriça, fazer-me entender, ter uma linguagem simples como um ovo” (HILST, 2018, p. 121). Simples como um ovo... a comparação inusitada deixa evidente o diferencial criativo da



personagem-narradora, sua exuberância imaginativa, evidenciando-se também que a busca de um eu inteiriço é pura miragem, algo inalcançável. Tal eu só pode existir como “aparência do real” ou como “conveniência”, como propõe uma narradora de Virginia Woolf, nesse sentido demonstrando grande afinidade com a nossa narradora hilstiana:

Ou o verdadeiro eu não é nem este nem aquele, não está nem aqui nem lá, mas é algo tão variado e errante que é apenas quando damos rédea aos seus desejos e o deixamos seguir seu caminho livremente que somos verdadeiramente nós mesmos? As circunstâncias impõem a unidade; por conveniência, um homem deve ser um todo. (WOOLF, 2015, p. 52)

O procedimento de soltar a rédea dos desejos é exatamente o que conforma a matéria narrada por Hilst. Diversas temáticas, recorrentes em toda a obra da escritora, entram em campo já nessa sua estreia na prosa de ficção: o litígio com Deus (um Deus cruel, que faz dos homens suas cobaias, assim como os homens injetam todos os venenos imagináveis em seus ratos de laboratório); a crueldade com os animais (a criança que conduz as formigas para um tubo de papel, fechando suas duas pontas e ateando fogo; uma imagem literária de forte impacto e que será aproveitada no filme); a falta de interesse de editores em seus textos — “Sabem, eu gosto muito de escrever; ninguém publica mas eu gosto” (HILST, 2018, p. 132) —; a relação visceral com a natureza; a escrita literária que enquanto se faz pensa a si mesma: “Escrever um livro é como pegar na enxada, e se você não tem uma excelente reserva de energia, você não consegue mais do que algumas páginas, isto é, mais do que dois ou três golpes de enxada” (HILST, 2018, p. 115).

As reflexões são diversas, mas talvez o que haja de mais fundamental em “Unicórnio” seja a temática da solidão, a constatação da impossibilidade



de se comunicar com outras pessoas. A narradora comenta de um projeto de fundar uma comunidade com o irmão pederasta e a irmã lésbica:

Nós líamos bastante, tínhamos enormes propósitos, queríamos fazer uma comunidade, abrir o coração dos outros, dizer sempre a verdade, chegamos a fazer alguns estatutos para essa comunidade, mas a coisa mais importante era ter Deus no coração. (HILST, 2018, p. 98)

Esse projeto de chegar ao coração do outro não se realiza; e o sentimento de isolamento desdobra-se na gestação de um acidente inusitado: repentinamente a narradora se vê transformada em um unicórnio! É levada para um parque zoológico, onde inicialmente é tratada bem; aos poucos, entretanto, vai sendo esquecida pelos funcionários, considerada com desprezo, mal alimentada (a exemplo do famoso inseto monstruoso da metamorfose kafkiana, não demora para que o unicórnio seja visto como um estorvo perante o andamento rotineiro das coisas):

No início fui tratado com bondade: duas vezes, pela manhã e à tardezinha, jogavam verduras e restos de fruta no meu quarto. Agora, na parte da manhã, me atiram alfaces podres e um maço de brócolis e tudo isso é muito difícil de engolir. Hoje é domingo, o sol está batendo nas minhas patas, estou muito triste porque hoje faz exatamente dois anos que estou aqui, e me lembro como estava quando cheguei, como eu tinha esperança de conquistar o amor dos que me vissem. (HILST, 2018, p. 130)

Apesar de constatar a maldade humana, a fria indiferença dos homens, o próprio adoecimento que parece indiciar uma morte prematura, a narradora, esse unicórnio, diz que ainda acredita: “eu acredito eu acredito eu acredito eu acredito” (HILST, 2018, p. 145). O texto conclui-se com a múltipla repetição da expressão “eu acredito”. Em que acredita o unicórnio? Podemos avançar



várias hipóteses, naturalmente, já que o conto termina com essa abertura de significação enigmática. Talvez, apesar de tudo, o unicórnio não deixe de acreditar na vida, na beleza possível da vida. Lembrando, aqui, que a literatura toda de Hilst é percorrida por um forte vitalismo, uma celebração da vida em suas glórias e misérias: “Então, o que é a vida? E não pude chegar a nenhuma conclusão excepcional, apenas admiti que a vida é uma coisa que pode encher o nosso coração de mel e girassóis” (HILST, 2018, p. 132).

“Matamoros” é uma narrativa, de uma perspectiva formal, menos transgressiva que “Unicórnio”: enquanto essa se constitui, como vimos, do agrupamento de reflexões literárias, filosóficas e existenciais diversas, admitindo mesmo o inusitado de uma metamorfose, “Matamoros” segue maior linearidade na conexão dos fatos relatados, estando, portanto, mais próxima da estrutura narrativa tradicional e realista de começo, meio e fim, essa “mentira necessária”, segundo Wenders. Trata-se do relato feito por uma adolescente, de nome Maria Matamoros, acerca do amor que descobre sentir por um homem, de sua paixão carnal por ele, e dos ciúmes que passa a ter da própria mãe ao se sentir ameaçada por ela no consórcio com o amante. Verifica-se uma narradora que vai exprimindo seus pensamentos de forma compulsiva e aparentemente incontrolável: “vivo sozinha com Haiága, minha mãe, nem nunca aprendi nada, **o que me vem à boca vem sempre aos borbotões**” (HILST, 2018, p. 374; grifo nosso). De fato, “Matamoros” é como um vulcão expulsando lava; entretanto, insistimos aqui no caráter mais linear dessa narrativa (caráter para o qual atentar-se-á o cineasta de *Unicórnio* com consequência prática na organização formal de seu filme). Sequência linear que é alcançada mediante a descrição dos fatos relativos aos amores e ciúmes da protagonista. Tal descrição segue um **crescendo** dos sentimentos



da moça, vale dizer, parte-se de um ponto inicial de maior estabilidade emocional, chegando-se a um clímax de tensão, o que acompanhamos passo a passo, como quem segue uma flecha que se dirige ao alvo.

Matamoros diz que nunca aprendeu nada, mas em verdade possui um conhecimento visceral da natureza; uma relação que se estabelece também em num nível muito carnal, o que rende imagens literárias – e posteriormente cinematográficas – de grande impacto sensorial: “desde sempre tudo toquei, só assim é que conheço o que vejo, tocava os morangos antes do vermelho, tocava-os depois gordo-escorridos, tocava-os com a língua...” (HILST, 2018, p. 368). Quando o amante a toca, misturam-se imagens de beleza corporal, sensualidade e elementos naturais:

Matamoros muito leve, muito de asa, um pequeno cansaço sabendo a descanso, cansaço amoroso pois que cada noite era noite de abraço, de mastigar e de lamber a carne, de cheiro gosma de casuarinas, o escorrer vermelho, ferido, mas membrana de amora, eu fechava os olhos dizendo vida tão viva. (HILST, 2018, p. 376)

O filme *Unicórnio*, de belíssima fotografia, explora com grande sensibilidade e apuro estético, em planos de longa duração, o contato de Matamoros com a paisagem circundante, os frutos, as árvores, a água. Há cenas nas quais os elementos da natureza são constantemente tocados, conhecidos a fundo pelo contato físico, tépido como o sangue humano. O corpo da adolescente une-se aos dados materiais da natureza numa comunhão física e espiritual. Desde logo, cumpre reconhecer que tal “carnalidade” representada nas imagens já estava lá, previamente, no texto literário. Matamoros conhece o mundo tocando-o. Quando, pela primeira vez, vê o homem pelo qual se apaixonará, sente-se transportada pelo enlevo amoroso.



E ainda aqui o que sobrepuja é o **toque**, a aderência à materialidade do existente: “eu mesmo parecia desenhada e não viva como estivera há pouco, e mais viva do que nunca é o que eu estava, toquei-me, não com os dedos de antes, toquei-me para ter a certeza de que não havia atravessado os limites do tempo, eu-mim-Matamoros” (HILST, 2018, p. 372).

A tensão no conto vai tomando forma e aumentando gradativamente quando Matamoros começa a desconfiar da mãe, que estaria também interessada em seu homem, um criador de carneiros:

em torno de Haiága um revolver de ondas e de nadas, lhe falecia brandura e até maternidade olhava-me como se eu não fosse filha, antes madrasta, antes, e isso eu não queria ousar mas de ousança me fiz e pensei: **olhava-me como alguém que amava rigorosamente o que me pertencia**, amava-o, depressa me veio o pensado e outra vez apaguei, devia ser coisa de mim, falsos acendimentos do espírito. (HILST, 2018, p. 377; grifo nosso)

Iniciada a desconfiança ela só se agrava com o tempo: “meu esse homem, o encantado se fazendo carne, meu nas noites (...) meu nas noites e encolho-me ferida porque penso: de Haiága nas madrugadas?” (HILST, 2018, p. 381). Matamoros torna-se agressiva com a mãe, ofende-a frequentemente, é tomada por graves suspeitas: a mãe lhe parece remoçada, mais bonita (mais bonita que ela, Matamoros!), mais animada, como alguém tomada por forte paixão... Chega a cogitar na morte da mãe-rival:

e não me falta força para dizê-lo e aqui repito: nós muito vivos e Haiága morta. Pensar a morte da mãe me fez aliviada, há de morrer como todos e se desejei morte de mim por que me faria asco pensar morte de Haiága? Soturnos esses fios que nos ligam ao maternal umbigo, sofridos estes fios, tensos, agudos. (HILST, 2018, p. 384)



A narrativa prossegue e o ódio de Matamoros pela mãe alcança seu ápice quando essa lhe revela que está grávida: “Haiága não era cadela, imensa prostituíssima é o que era” (HILST, 2018, p. 400). A mãe diz à filha que a gravidez não deriva de um relacionamento sexual com homem, mas que é obra do divino, é milagre, a mãe se faz de Virgem Maria, o que só aumenta o conflito interno de Matamoros. O conto prossegue nessa linha e é naturalmente um exemplo notável de confronto psicológico entre mãe e filha, tema bastante recorrente seja na psicanálise, seja na literatura ou no cinema. “Matamoros”, a exemplo de “Unicórnio”, também tem um final que abre para um futuro incerto. Em verdade, não há propriamente um “final”, simplesmente corta-se o fluxo dos pensamentos de Matamoros em determinado momento e encerra-se a narrativa. O que fica para o leitor é imaginar o que poderá ser a deriva do ódio que a filha vota à mãe e suas consequências: “ainda que eu saiba que um veneno que inventamos sempre tem fome e não descansa se não for usado” (HILST, 2018, p. 406).

4. UNICÓRNIO, DE EDUARDO NUNES: A LÓGICA POÉTICA DAS IMAGENS

Feitas essas considerações sobre os textos de Hilst podemos passar agora ao filme de Eduardo Nunes. O que nos interessa particularmente é refletir acerca da dificuldade de transposição dos contos da autora — que escapam em grande medida à narrativa tradicional, à história entendida como encadeamento linear de acontecimentos segundo uma lógica tradicional de causa e efeito — para a linguagem específica do cinema e a solução pessoal encontrada pelo cineasta. Para o site *GQ Brasil*, Nunes concedeu



uma entrevista muito esclarecedora e que toca justamente na dificuldade a que nos reportamos:

A poética da literatura de Hilst sugere imagens muito ricas, mas de difícil transposição para as telas. Conhecer e viver por um tempo na Casa do Sol me permitiu dar uma certa “concretude” a estas imagens (...) A única forma de realizar este projeto era filmar a impressão que o livro criava em mim enquanto eu o lia, pois não há uma narrativa linear. Uma escrita como a da Hilda Hilst, onde a poesia é uma presença forte mesmo em sua prosa, não permite uma adaptação convencional. (CORREA, 2018, on-line)

É muito interessante que o diretor revele que sua estadia na Casa do Sol, moradia de Hilst na qual a escritora elaborou a maior parte de sua extensa obra, o tenha ajudado a compreender melhor a dimensão poética desse legado. Pois é uma literatura muito “carnal”, como temos visto; Hilst elabora imagens literárias de grande impacto sensorial, devolvendo-nos em grande medida a “carnalidade” ou “concretude” da existência humana e do mundo. Certamente não por acaso, no filme a casa da mãe e filha é praticamente uma personagem da narrativa, sua materialidade rústica é explorada à exaustão em belas imagens: a câmera percorre lentamente, com notório prazer sensorial e atenta aos pequenos detalhes, os móveis de madeira grossa, louças, utensílios de bronze, as janelas pelas quais diversos reflexos luminosos atravessam conforme a hora do dia, definindo o contorno das coisas na penumbra, as ferramentas da vida no campo, como pás e baldes para carregar a água do poço. Muito da força estética que possa ter o filme nasce justamente desse olhar demorado e cuidadoso que se volta sobre objetos de uso cotidiano. Há poesia nisso tudo, conforme o diretor:



E a literatura de Hilda me ensinou que podemos aprender com a poesia que há no mundo, que não precisamos compreender inteiramente algo para poder usufruir totalmente disso. Logo nas primeiras leituras de seus livros, vemos que há diversas formas de assimilarmos o seu mundo; e a racionalidade é apenas uma delas (e talvez nem seja a melhor). A complexidade de nossa existência é melhor percebida através da poesia, e essa espécie de entendimento vem naturalmente na obra de Hilda. (CORREA, 2018, on-line)

Da obra de Hilda, certamente, mas também de um cineasta muito caro a Eduardo Nunes, cuja influência é facilmente detectada nesse *Unicórnio*: o russo Andrei Tarkovski. Nunes observa que certos aspectos complexos da existência podem ser mais bem apreendidos pela poesia do que pelo raciocínio lógico. É exatamente a mesma opinião de Tarkovski, que em seu livro teórico sobre a arte cinematográfica, propõe uma fina conexão entre o raciocínio poético e a lógica do pensamento:

A origem e o desenvolvimento do pensamento estão sujeitos a leis próprias e às vezes exigem formas de expressão muito diferentes dos padrões de especulação lógica. Na minha opinião, o raciocínio poético está mais próximo das leis através das quais se desenvolve o pensamento e, portanto, mais próximo da própria vida, do que a lógica da dramaturgia tradicional. (TARKOVSKI, 2010, p. 17)

Estamos aqui nos antípodas da dramaturgia tradicional, da história conforme referida por Wenders. Propõe-se, ao invés do encadeamento linear de imagens e cenas, outro tipo de vinculação entre elas, “poética”. Pois há “alguns aspectos da vida humana que só podem ser revelados fielmente pela poesia” (TARKOVSKI, 2010, p. 31). Poesia entendida aqui, caberia frisar, como algo que vai além da categorização de gênero: poesia também como um modo de ver e compreender a vida e o mundo. Valendo-se de associações



poéticas na organização formal do filme o cineasta convida o espectador a uma participação mais ativa na decodificação e recriação subjetiva da obra:

Através de associações poéticas, intensifica-se a emoção e torna-se o espectador mais ativo. Ele passa a participar do processo de descoberta da vida, sem apoiar-se em conclusões já prontas, fornecidas pelo enredo, ou nas inevitáveis indicações oferecidas pelo autor (TARKOVSKI, 2010, p. 17)

Tarkovski é um grande defensor da especificidade irreduzível do cinema em relação a outras expressões artísticas. Daí defender que o cinema pode buscar diálogos na literatura, mas não mais que isso; o cinema, segundo ele, não mantém nenhuma “relação essencial” com a literatura:

No cinema, porém, o diálogo é apenas um dos componentes da estrutura material do filme. Por uma questão de princípios, tudo aquilo que tiver pretensões literárias num roteiro, deve ser assimilado e adaptado de modo coerente durante a realização do filme. No cinema, o elemento literário deve ser **filtrado**; ele deixa de ser literatura assim que o filme for concluído (TARKOVSKI, 2010, p. 161; grifo do autor)

A defesa firme da singularidade do cinema, de seus recursos estéticos próprios, conduz Tarkovski à valorização da imagem cinematográfica; segundo ele, a imagem não “simboliza” a vida, mas sim a “corporifica”, exprimindo-lhe seu caráter único. A definição de imagem é das mais belas concebíveis: “Em resumo, a imagem não é certo **significado** expressado pelo diretor, mas um mundo inteiro refletido como que numa gota d’água” (TARKOVSKI, 2010, p. 130; grifo do autor).

Creemos que essas reflexões de Tarkovski, sobretudo se consideradas em contraposição ou complementação àquelas de Wim Wenders, são muito



uteis como chave analítica para o problema que nos colocamos neste ensaio: a organização formal de um filme livremente baseado em textos literários que transgridam deliberadamente os gêneros da prosa e da poesia, associando-os numa trama complexa, cujo motor é o fluxo de consciência de protagonistas sob forte tensão psicológica. Em primeiro lugar, caberia destacar a solução mais notória encontrada por Eduardo Nunes: o texto “Unicórnio”, que é basicamente uma espécie de compilação de pensamentos diversos, por conseguinte menos linear que “Matamouros”, é transformado em um diálogo entre pai e filha; paralelamente a esse diálogo, encena-se a narrativa da adolescente Matamouros, que seguramente está mais próxima do enredo tradicional.

Assim, as diversas reflexões da protagonista de *Unicórnio* são representadas nesse diálogo entre pai (o ator Zé Carlos Machado) e filha (a atriz Barbara Luz), em cenas curtas que são entremeadas à sequência bem mais longa da história de “Matamouros”. O diálogo se passa numa espécie de hospital psiquiátrico: vemos pai e filha sentados em um banco defronte a uma parede de ladrilhos brancos e encardidos. Uma atmosfera de total clausura. Uma solução cênica magistral, pois demonstra sintonia fina com a biografia de Hilst, mais precisamente, com sua relação apaixonada e sofrida com o pai esquizofrênico, que era poeta, e ao qual a escritora dedicou vários poemas e livros seus – portanto, um dado biográfico que contaminou essencialmente a sua obra literária. No filme, por meio do diálogo entre pai e filha no hospital recuperam-se reflexões impactantes do conto: a relação com Deus, considerado ele próprio um pai cruel com suas criaturas, as quais trata como cobaias em experimento laboratorial, transforma-se aqui em palavras do pai dirigidas à adolescente Maria, como



um ensinamento de vida. Também comparece no diálogo a história do rato, do mesmo conto: um rato deseja escalar um muro, o que é impossível dada sua condição de rato e a altura da parede; em sonhos, porém, o rato consegue escalá-lo e do alto se encanta com o que vê; deseja, porém, ver mais, pois lhe parece que há muita coisa ainda fora de seu campo de visão e então deseja um muro ainda mais alto para escalar e então enxergar mais longe... O pai conta essa anedota do rato à filha, uma espécie de parábola que diz do desejo de conhecimento que arde em todo ser humano, mas que é ou bloqueado por algum obstáculo (no caso representado pelo muro), ou então se reduz à frustração, pois o conhecimento adquirido não satisfaz e aponta para outro, muito além no horizonte, e que se passa a perseguir... Um tema essencialmente hilstiano, o desejo humano pelo conhecimento, pelo absoluto, mas que é de impossível realização dadas as limitações físicas e espirituais do homem. Conforme o pai conta a história do rato o que vemos na tela é uma belíssima animação de Marão (conforme atribuição nos créditos finais do filme), marcando-se um ponto alto de experimentação formal nessa mescla de ilustração gráfica e imagens cinematográficas.

Já a história da mãe (Patrícia Pillar) e da filha (Barbara Luz) toma a maior parte do filme. As sequências se passam num lugar montanhoso (as filmagens foram realizadas na região serrana do estado do Rio de Janeiro), um lugar muito bonito, de natureza esplendorosa e mil gradações de luz, mais fortes ou tênues ao longo do dia, com manchas aqui e acolá de névoa. Cria-se uma atmosfera de fábula, de proposital indeterminação temporal, e, também, aqui, como no caso do diálogo entre pai e filha no hospital, é forte a sensação de produção de uma narrativa de certa forma **exemplar**, como se estivesse em pauta a transmissão de um conhecimento



profundo da vida de uma pessoa à outra, de uma geração à outra. Aliás, em determinado momento a mãe diz à filha: “Filha, você não sabe nada da vida...” O aspecto cinematográfico de fábula afirma ainda mais essa combinação entre narrativa e transmissão de experiência.

No centro da narrativa as mesmas personagens do conto “Matamouros”: a mãe, a filha, o criador de carneiros (representado pelo ator Lee Taylor) que surge e logo se torna o núcleo da tensão entre as duas mulheres. Mesmos protagonistas, idêntica tragédia desagregadora instaurada no seio familiar, mas com uma forma de narração completamente diversa. Vimos anteriormente que no texto literário há um determinado movimento linear que se dá pelo **aumento gradativo** da tensão psicológica do conflito entre mãe e filha, que tende a um desfecho explosivo, porém incerto. A força estética do conto de Hilst reside, em grande parte, na exploração metódica do conflito e de seu acirramento até o limite do tolerável. O diretor Eduardo Nunes traz o conflito à baila produzindo uma espécie de **revelação lenta e silenciosa** de seus meandros. O conflito está presente, mas é apresentado de forma sutil, e pode ser apreendido principalmente mediante uma leitura dos pequenos gestos de Maria Matamouros. Nas falas há poucos indícios, como se dá na indagação que a adolescente dirige em voz baixa à mãe: “- Mãe, por que é que você está tão bonita?”. Na literatura, a beleza da mãe que parece remoçar é motivo de dilacerações explosivas da filha.

Há duas cenas que são bastante ilustrativas das revelações em surdina de que falamos. São cenas silenciosas em que vemos a adolescente, numa delas, raspando a mão numa madeira em que se apoia, e noutra, numa pedra. Não há palavra proferida, mas o resultado da fricção é o sangue que escorre



da pele machucada... Enquanto no texto literário o conflito chegava ao leitor “aos borbotões”, como se ouvíssemos os gritos de Matamouros, nesse “Unicórnio” o sofrimento psíquico nos é revelado nos pequenos gestos, nas expressões faciais mais sutis, no olhar tantas vezes indagador da menina, que vai descobrindo o mundo, o desejo, a paixão, o ciúmes, o ódio.

Por essa maneira, o filme explora o cotidiano das personagens no campo e a relação várias vezes simbiótica entre as pessoas e a natureza: um demorar-se amoroso nos detalhes. Uma bela cena, nesse sentido, mostra-nos Maria abrindo e espremendo os sucos e os grãos de uma grande romã — fruto desde a Antiguidade simbolicamente relacionado ao erotismo, ao amor e à fertilidade. Gotas vermelhas do fruto caem sobre o rosto da menina que mexe com os dedos em seu interior: a carnalidade, a exuberância rubra da natureza adere ao corpo da adolescente que se vai descobrindo mulher. A câmera cinematográfica percorre, aliás, a natureza e os objetos (sob diversas gradações de luminosidade a desvelar diferentes detalhes) com notável sensibilidade estética e espiritual também: outra cena notável é aquela na qual Maria e o criador de ovelhas conversam diante de uma árvore frondosa: discutem sobre um prego que está cravado no tronco — a adolescente é da opinião de que o prego causa dor à árvore, ao passo que o homem defende que a dor é pertinente apenas aos seres humanos. A presença da natureza, cumpre lembrar, é marcante e muito significativa na obra literária de Hilst.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por um ritmo lento da narrativa cinematográfica poderá fazê-la parecer morosa a muitos espectadores. Sem dúvida, uma opção



de risco na perspectiva da comunicabilidade. Toda a longa sequência em torno da relação entre mãe e filha revela uma forte influência tarkovskiana (notamos, inclusive, uma citação-homenagem ao filme *O Espelho*, do cineasta russo, na cena em que a mãe de Maria mergulha o rosto numa bacia d'água, uma cena bastante similar ao gesto da mãe do menino naquele filme que recupera, em grande medida, a própria infância de Tarkovski). As imagens são extremamente poéticas em *Unicórnio*, e isso certamente de um ponto de vista, por assim dizer, “interno”, notando-se um adensamento da “concretude” das imagens (que se bastam a si mesmas, que abdicam de uma explicação verbal, da muleta da palavra, que corporificam e exprimem, enfim, o caráter único do mundo, como queria Tarkovski), e poéticas também de um ponto de vista “externo”, ao revelarem uma poesia que se entranha no cotidiano, nas pequenas vivências e nos lugares e objetos que fazem parte da vida do dia a dia das personagens e de cada um de nós. Para bem compreender *Unicórnio* é preciso um exercício de imersão nas imagens densas desse belo filme, é preciso deixar-se levar em seu fluxo lento e denso, fazendo-se acompanhar dos sons e música correlacionados. Eduardo Nunes dialoga criativamente com a obra literária de Hilst e a potencializa no cinema, reinventa-a na linguagem cinematográfica na medida exata em que afirma a especificidade irreduzível do meio e seus recursos de expressão².

² No cinema brasileiro e em relação a esse ponto específico, Eduardo Nunes tem um precursor ilustre no Glauber Rocha da última fase, momento no qual o cineasta baiano filma o curta-metragem *Di*, em 1977, e depois *A Idade da Terra*, em 1980, sua obra mais experimental: “Ao filmar *Di Cavalcanti*, descobri o aspecto eminentemente visual do cinema, o cinema realmente, como visão, como cor, como imagem, como som, como poesia, de verdade. Não somente como teatro, como romance ou como ensaio...” (ROCHA apud PIERRE, 1996, p. 205).



REFERÊNCIAS

HILST, H. Matamoros (Da fantasia). In: HILST, H. **Da prosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HILST, H. Unicórnio. In: HILST, H. **Da prosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CORREA, A. Eduardo Nunes adapta Hilda Hilst para os cinemas e lança seu filme na Flip. **GQ Brasil**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://gq.globo.com/Cultura/Cinema/noticia/2018/07/eduardo-nunes-adapta-hilda-hilst-para-os-cinemas-e-lanca-seu-filme-na-flip.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ROCHA, G. A passagem das mitologias (Portugal, agosto de 1981). In: PIERRE, S. **Glauber Rocha**: textos e entrevistas com Glauber Rocha. Trad. Eleonora Bottmann. Campinas, SP: Papirus, 1996.

TARKOVSKI, A. **Esculpir o tempo**. Trad. Jefferson Luiz. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Unicórnio (2018). Direção e roteiro. Elenco: Patrícia Pillar, Barbara Luz, Lee Taylor, Zé Carlos Machado. Direção de Fotografia: Mauro Pinheiro Jr., ABC. Direção de Arte: André Weller. Figurino: Luciana Buarque. Som: Roberto de Oliveira. Música: Zé Nogueira. Animação: Marão. Montagem: Flávio Zettel.

UNICÓRNIO. Direção de Eduardo Nunes. [S. l.]: Vitrine Filmes, 2018. 124 min.

WENDERS, W. **A lógica das imagens**. Trad. Maria Alexandra Lopes. Lisboa: 70, 2010.

WOOLF, V. **O sol e o peixe**: prosas poéticas. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.





O SIMBOLISMO ANIMAL NA OBRA DE GILVAN SAMICO: ICONOGRAFIA E SIGNIFICAÇÕES À LUZ DA TEORIA DO IMAGINÁRIO

ANIMAL SYMBOLISM IN THE WORK OF GILVAN SAMICO: ICONOGRAPHY AND MEANINGS IN THE LIGHT OF THE THEORY OF THE IMAGINARY

Bruno Luiz de Arruda CARDOZO¹

Mário de Faria CARVALHO²

RESUMO

O presente estudo perfaz a investigação do simbolismo animal, metaforizado a partir dos pássaros, nas xilogravuras de Gilvan Samico, à luz da teoria do Imaginário de Gilbert Durand. Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar quais as dimensões iconográficas e de significado presentes na manifestação simbólica dos pássaros na obra de Samico, quando consideradas a partir da Teoria do Imaginário. O trajeto metodológico do estudo, de cunho fenomenológico, é organizado no sentido de analisar simbolicamente os elementos imagéticos presentes nas xilogravuras do artista sob uma perspectiva estético-simbólica. O processo de interpretação articulado permite compreender o traço heráldico das gravuras, bem como a simetria das formas geométricas que revelam o traço característico da estética de Samico. Ressalta, também, *schèmes* da subida, ritmicidade, amplitude e abstração, a conotação religiosa presente em elementos místico, a comunicação com o transcendental e a recorrência a símbolos, imagens, arquétipos, mitos, cores e ritmos que expressam um

¹ Bacharel em Design pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: bruno.cardozo@ufpe.br.

² Doutor em Sciences Sociales pela Université René Descartes (Paris V). Professor Associado III da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: mariofariacarvalho@gmail.com.





microcosmo pessoal do artista. Por fim, a análise proposta amplia a compreensão a respeito da imaginação simbólica, da cultura nordestina, da arte e da sensibilidade, representadas por meio das imagens analisadas.

PALAVRAS-CHAVE

Gilvan Samico; imaginário; Gilbert Durand; xilogravura; Movimento Armorial.

ABSTRACT

The present study completes the investigation of animal symbolism, metaphorized from birds, in Gilvan Samico's woodcuts, in the light of Gilbert Durand's theory of the Imaginary. Thus, the general objective of this study is to analyze the iconographic and meaning dimensions present in the symbolic manifestation of birds in Samico's work, when considered from the Theory of the Imaginary. The methodological path of the study, of a phenomenological nature, is organized in the sense of symbolically analyzing the image elements present in the artist's woodcuts from an aesthetic-symbolic perspective. The articulated interpretation process allows us to understand the heraldic trait of the engravings, as well as the symmetry of the geometric shapes that reveal the characteristic trait of Samico's aesthetics. It also highlights schèmes of ascent, rhythmicity, amplitude and abstraction, the religious connotation present in mystical elements, communication with the transcendental and the recurrence of symbols, images, archetypes, myths, colors and rhythms that express a personal microcosm of the artist. Finally, the proposed analysis expands the understanding of symbolic imagination, Northeastern culture, art and sensitivity, represented through the analyzed images.

KEYWORDS

Gilvan Samico; imaginary; Gilbert Durand; Woodcut. Armory Movement.

1. INTRODUÇÃO

A cultura popular do Nordeste, que tem o cordel como seu representante por excelência, forjou-se no Brasil em circunstâncias muito específicas e mediante a convergência de povos diversos, como os portugueses, os africanos e os indígenas. Desse contexto cultural delineou-se uma cultura



singular, representada, simbolicamente, por cordéis e, potencialmente, por imagens como as xilogravuras. Em vista disso, foi em busca de compor uma arte brasileira, com características próprias, em oposição a, simplesmente, reproduzir o que era feito no exterior, que muitos artistas se voltaram para o cordel nordestino.

Esse foi o caso do pintor e xilógrafo, Gilvan Samico. Após um período de cerca de sete anos passados em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde recebeu ensinamentos de grandes gravuristas³, Samico retornou no início dos anos 60 para Recife, sua terra natal. Ao buscar ‘matéria’ para compor uma arte original e brasileira, o artista, até então voltado para representações do cotidiano, encontrou no universo imagético do sertão nordestino vasta significação para a composição de uma arte calcada no simbólico e no fantástico. Tal perspectiva simbólica permitiu ao artista expressar aspectos profundos da realidade que não poderiam ser expressos por outros meios, como sugere Eliade (1976).

De tal modo, o presente estudo tem como finalidade a análise da dimensão simbólica vislumbrada na obra do artista pernambucano Gilvan Samico (1928-2013), sob a perspectiva da Teoria do Imaginário de Gilbert Durand. Para tanto, lançamos mão de questões relacionadas à identificação regional, mais especificamente a do sertão nordestino, fonte da qual o gravador se inspirou para compor sua obra.

Ainda, no decorrer do texto, abordamos alguns elementos que compõem o imaginário nordestino, ressaltando a forma como Samico se apropriou de tal conteúdo e, por meio da imaginação, criou e (de)formou imagens pré-

³ Destaca-se, nesse processo, as influências de Lívio Abramo (1903-1992) e Oswald Goeldi (1895-1961).



estabelecidas; mesclou a outras imagens, elaborando, assim, uma linguagem e iconografia própria. Linguagem essa que se transmutou e propagou a cultura popular do Nordeste ante à influência homogeneizante da globalização.

Nesse sentido, considerando que o simbolismo animal é universal e parece estar solidamente instalado na língua, na mentalidade coletiva e na fantasia individual do ser humano (DURAND, 2001), focamos, nesta pesquisa, na análise de uma das figuras mais presentes na gravura de Samico: o pássaro. A pergunta que direciona o estudo é: quais as dimensões iconográficas e de significado presentes na manifestação simbólica dos pássaros na obra de Samico, quando consideradas a partir de uma perspectiva da teoria do Imaginário?

Como objetivo geral desse estudo, pretendemos analisar quais as dimensões iconográficas e de significado presentes na manifestação simbólica dos pássaros na obra de Samico, quando consideradas a partir da teoria do Imaginário. Os objetivos específicos vislumbrados são: a) analisar a representação simbólica do pássaro no bestiário que compõe as xilogravuras de Samico; b) refletir sobre os elementos místicos e religiosos na produção artística de Samico; e c) identificar aspectos que representam a dimensão estética nas xilogravuras de Samico.

A justificativa para a realização do presente estudo se dá com vistas à necessidade de tematizar a gravura de Gilvan Samico, com base nos estudos do imaginário de Gilbert Durand. Particularmente, considerando o crescente espaço que a teoria do imaginário tem alcançado atualmente, e tendo em vista que a obra de Samico constitui um terreno especialmente fértil para tal abordagem.



2. A DIMENSÃO METODOLÓGICA

Tomamos como parâmetro de análise das xilogravuras de Samico as lentes sugeridas por Gilbert Durand, sobretudo o livro *Estruturas Antropológicas do Imaginário* (2001). A escolha pelo método apresentado deu-se em virtude de sua capacidade de apreender o imaterial e o simbólico mediante um conhecimento adquirido da convergência dos mais diversos campos da imagem. É somente com o estudo do simbólico, do indizível, e mais, do “absurdo” — que constitui, nas palavras do próprio Samico, o seu tema preferido —, que obtemos os meios de se aproximar da obra do referido artista.

A abordagem da pesquisa é de caráter fenomenológico, pois busca analisar o fenômeno em si e atribuir significado e sentido à imagem ao passo que se apresenta como acontecimentos e influi em nós (CARVALHO; CARDOSO, 2015). Interessa-nos a aparência e não a realidade técnica em si. Assim, de acordo com Gil (2008, p. 14): “o objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito”.

Desse modo, a fenomenologia, enquanto pertencente ao campo da pesquisa social, considera a subjetividade e busca uma descrição a partir da experiência do indivíduo com e no cotidiano. Portanto: “a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado” (GIL, 2008, p. 15).

Corroborando com a perspectiva descrita, ressaltamos a importância da relação direta entre obra e observador, onde nas palavras de Durand (1996): “leitura e interpretação são, em última análise ‘tradução’ que dá vida, que empresta vida à obra gelada, morta. Através da ‘tradução’ a minha própria linguagem se torna uma com a do criador” (DURAND, 1996, p. 252).



Por fim, a respeito da dimensão estética, subjacente aos demais elementos da gravura, por se fazer presente em cada aspecto da imagem, se dá pela reflexão acerca de elementos cotidianos (nordestinos) encontrados nas obras, bem como, acerca das questões referentes à linguagem do artista, como a preferência pelas formas geométricas, as cores puras, a simetria e a questão técnica dos detalhes da composição. Nesse campo, contamos com o embasamento teórico acerca da estética fenomenológica do livro *Problemática da Estética* (1958), de Moritz Geiger.

O conceito de estética por si só, é bastante complexo. Inicialmente considerada como filosofia do belo, ao longo do tempo, entretanto, o campo da estética encontrou diversos problemas no que tange a delimitação de seus princípios axiológicos (CARVALHO; GOMES, 2019). Tais princípios foram, e seguem sendo, objeto de disputa entre a filosofia, a psicologia e a fenomenologia.

Conforme Geiger (1958), a estética fenomenológica, ou seja, aquela que considera não o objeto em si, mas o modo como nos aparece como fenômeno, dimensiona elementos que compõem a obra de arte como fenômeno e, assim, pode-se encontrar relevância para os problemas da estética como ciência autônoma⁴. A estética envolve questões relativas ao valor ou desvalor de uma obra, bem como a percepção de um estilo e sensações experimentadas diante dela. Desse modo, a experiência estética em si, só pode ocorrer de forma individual e subjetiva. É necessário lançar mão, pois, da sensibilidade e experienciar.

⁴ Segundo Geiger (1958), em última instância, embora não se tenha consciência disso, com efeito, todos os resultados obtidos em matéria de estética, ao longo da história, tiveram participação da fenomenologia que, por sua vez, atua por intuição das essências, das afecções e das sensibilidades.



Geiger (1958) releva a eficácia da estética como método, contudo aponta para a necessidade de certos conhecimentos por parte do indivíduo. O imaginário nordestino, por exemplo, comporta *schèmes*⁵ e arquétipos que, segundo a Teoria do Imaginário, encontra consonância no ser. É necessário, no entanto, conhecimento da terminologia empregada para compartilhar os resultados obtidos.

De tal modo, para analisar as xilogravuras de Gilvan Samico, delimitamos dois eixos temáticos: os pássaros e o místico/sagrado. De modo complementar, contando com o embasamento teórico e lentes do Imaginário de Durand, e o auxílio do *Dicionário de Símbolos* de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2001), buscamos, a partir de uma perspectiva subjetiva e sensível, identificar os *schèmes*, arquétipos, símbolos e mitos presentes nas gravuras. Por fim, expressamos nossas impressões estéticas, sob um ponto de vista fenomenológico, diante das imagens eleitas.

3. O IMAGINÁRIO DE GILBERT DURAND: NOTAS PARA O DEBATE E PARA O ENCONTRO COM GILVAN SAMICO

Durand (2001) ressalta que toda arquetipologia deve se iniciar a partir de um Bestiário que, tomado em sua forma simbólica, atribui aos animais características cuja observação direta apenas iria, porventura, contradizer. Assim, o simbolismo animal é universal e atemporal, do mesmo modo que a disparidade entre o animal real e o simbólico.

⁵ Os *schèmes* são anteriores à imagem, aos gestos. Configuram-se por intermédio da ação baseados na Reflexologia (Bechterew), na deglutição, verticalização, copulação, representada pelos verbos que remetem a ideia de acolhida, conduzir, aconchegar, acolher, nutrir. Estão presentes no cotidiano e contribuem para a reflexão sobre ações que apontam para a construção da identificação coletiva, dada a forma como os realizamos repetidas vezes, em momentos distintos no dia a dia (ALBUQUERQUE, 2021).



Não obstante seu bestiário possua uma fonte de inspiração de localização definida, o sertão nordestino, ao relacionar o uso de arquétipos, que são universais (MOTTA; CARVALHO, 2018), o bestiário de Samico, por exemplo, se faz compreender em qualquer lugar do mundo. A função da imaginação, capaz de transportar um sentido universalmente partilhado, Durand (2001, p. 378) denominou de “fantástica transcendental”.

Com efeito, é justamente a universalidade simbólica da gravura de Samico que possibilita que suas criações artísticas gozem de boa reputação em suas diversas exposições internacionais. Tal reação só vem a confirmar a adequação de sua obra ao Movimento Armorial, iniciativa artístico-cultural que tinha por intuito representar a arte brasileira mundo afora⁶.

O Imaginário é definido por Durand, pois, como: “o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens” (2001, p. 11). Todas as criações artísticas, científicas e intelectuais do ser humano, desse modo, são regidas por três fatores fundamentais: a imagem, a imaginação, e o imaginário.

Conforme Durand, “a razão e a ciência ligam os homens às coisas, mas o que liga os homens entre si é a representação afetiva” (DURAND, 2000, p.104). Depreende-se assim, que a relação social responsável pela criação de grandes comunidades e culturas se baseia em representações afetivas compartilhadas por meio de expressões simbólicas.

Na teoria durandiana (2001), as diversas imagens que compõem o imaginário se estruturam não de maneira linear, mas constelacional, ou seja, aglutinando-se em torno de núcleos organizadores. Essas constelações,

⁶ Movimento regional que tem o intuito desenvolver a ideia de arte erudita inspirada em elementos e aspectos cotidianos da cultura popular nordestina.

por sua vez, ordenam-se simultaneamente em torno de imagens de gestos, *schèmes*⁷ e objetos privilegiados pela imaginação.

A fim de evitar confusão em relação aos termos usados no imaginário, fato já notado antes por muitos pensadores, Durand (2001) enuncia sua terminologia antes de adentrar à teoria de fato. Tal terminologia é composta por quatro categorias, a saber: *Schèmes*, arquétipos, símbolos e mitos.

O *Schème* é, para Durand (2001), o motor responsável pela natureza dinâmica do Imaginário. Portanto, é anterior à imagem e corresponde a uma tendência geral dos gestos. Trata-se de algo metaforicamente verbal e dinâmico (DURAND, 1996). Podemos citar como exemplo de *schèmes*, aqueles que expressam a verticalização, a descida ou a intimidade.

O arquétipo, por sua vez, é a manifestação do *schème*. Trata-se da imagem primeira e possui caráter coletivo. Segundo Klintowitz (1999, p. 56) a “descoberta da existência do arquétipo tem origem na verificação de padrões que se repetem em várias civilizações”. São exemplos os arquétipos do chefe, da mãe alimentadora, do herói e do palhaço.

O símbolo, por sua vez, define como um signo concreto que evoca algo ausente ou impossível de ser percebido. Um símbolo não possui a mesma universalidade de um arquétipo. Enquanto o arquétipo está no caminho da ideia, o símbolo está no caminho do substantivo (DURAND, 2001). O arquétipo universal da mãe, por exemplo, é simbolizado na Igreja Católica pela Virgem Maria.

Por fim, no que se refere ao mito, Durand define como um sistema dinâmico de *schèmes*, arquétipos e símbolos estruturados numa narrativa.

⁷ A palavra *schème* não possui tradução.



Para o autor: “do mesmo modo que o arquétipo promovia a ideia e que o símbolo engendrava o nome, podemos dizer que o mito promove a doutrina religiosa, [e] o sistema filosófico” (DURAND, 2001, p. 63). É o caso da mitologia grega e dos mitos de Platão, respectivamente.

De acordo com o Imaginário de Durand (2001), não existem apenas verdades objetivas, mas também verdades subjetivas, e estas, por sua vez, são fundamentais para o pensamento criativo. Nessa perspectiva, não é possível classificar a função fantástica como “fraudulenta”. Para Durand (2001), uma vez que nos coloca em contato com realidades psíquicas, o mito, enquanto matriz de todo discurso, não pode ser qualificado como falso. Paradoxalmente, não há mitos novos, mas “qualquer mito é sempre novo porque está investido numa cultura e numa consciência, ao contrário do seu esquematismo” (DURAND, 1995, p. 116). Para ele, a mobilidade e o constante adaptar-se do mito é o que permite sua perenidade.

Nessa acepção, consideramos oportuno mencionar que Samico foi definido por Klintowitz (1999) justamente como “inventor de mitos”. Isso pode ser exemplificado pelo fato de que, apesar de lançar mão de mitemas – elementos unitários que compõem o mito – em suas xilogravuras, Samico dispõe tais elementos guiado por seu inconsciente e sensibilidade, e não pela intenção de ilustrar com exatidão mitos pré-concebidos.

De acordo com Gilbert Durand (1996, p. 78), “o universo simbólico é todo universo humano” e, por extensão, a teoria do Imaginário de Durand apreende perspectivas de analisar obras de arte de uma maneira sensível. A xilogravura de Samico, portanto, se mostra um campo fértil para tais categorias de análise, sensíveis, uma vez que é minuciosamente planejada, simbólica e espacialmente, pela dimensão intuitiva do artista. Desse modo,



tanto os elementos utilizados por Samico em suas composições, quanto a relação entre eles, são passíveis de interpretação pela Teoria do Imaginário.

4. UM OLHAR SOBRE O SIMBOLISMO DOS PÁSSAROS NAS XILOGRAVURAS DE GILVAN SAMICO

De acordo com Durand, o pássaro geralmente é visto menos como um animal e mais como um acessório para a asa. Ainda segundo o autor, a asa é “o símbolo ascensional por excelência” (DURAND, 2001, p. 130) e o símbolo tende a ser visto não pelo substantivo, mas pelo verbo, nesse caso o voar.

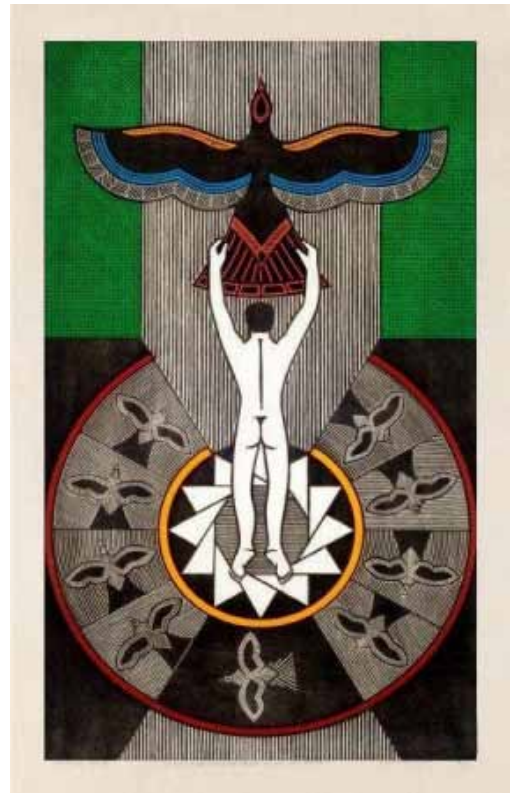


Figura 1 —*Ascensão*, Samico, 2004
Fonte: Catálogo das Artes (2019).

Conforme Durand (1996), o próprio título de um trabalho pode ser significativo no guiar de uma análise. A xilogravura *Ascensão* (2004), de



Samico, por exemplo, possui um título autoexplicativo. Nela, o desejo de transcendência do ser humano é simbolicamente expresso no agarrar-se ao pássaro. O pássaro é isomorfo da pureza celeste, da luz, da elevação moral (DURAND, 2001), além de, em diversas culturas, ser o responsável pela comunicação entre os humanos e os deuses. Desse modo, o pássaro referido detém um sentido místico/religioso.

De modo complementar, o fato de o homem da gravura não estar vestido, não nos permite identificá-lo a nenhuma cultura em particular, o que, por conseguinte, remete à universalidade. O círculo composto por formas triangulares e pássaros na parte inferior da gravura, por sua vez, relaciona a ciclicidade e a eternidade, o tempo cíclico mencionado por Eliade como o “eterno retorno” (ELIADE, 1992, p. 48).

Encontramos na imagem o *schème* da subida, representado no alçar voo. Temos, também, o arquétipo do inocente na figura homem que, por meio da nudez, nos remete a uma condição de harmonia com a natureza. O pássaro, nesse caso, é referido à pureza. Quanto ao mito, encontramos entre os Yezidis o relato no qual, nos tempos “em que todo o universo estava coberto pelo mar, Deus é representado sob a forma de um pássaro” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p. 689).

O traço heráldico da gravura, por sua vez, bem como a simetria e a perfeição das formas geométricas revelam o traço característico da estética de Samico. Ademais, a cor vermelha do círculo exterior da gravura, refere ao elemento fogo, que está interligado ao *schème* da ritmicidade e possui ampla conotação religiosa. Por fim, ressaltamos que apesar do traço erudito, a xilogravura é interligada ao Nordeste brasileiro. Tal identificação pode ser atribuída à paleta de cores, à técnica da xilogravura, o traço heráldico, ou



mesmo a algum aspecto mais sutil, pertencente ao fruir estético e, portanto, difuso demais para ser racionalizado.



Figura 2 — Criação: o Sol, a Lua e as estrelas, Samico, 2011

Fonte: Catálogo das Artes, 2015.

Em *Criação: o Sol, a Lua e as estrelas* (2011), posicionado sobre a lua crescente, temos a figura de um pássaro que se assemelha ao Carcará, o maior gavião do Nordeste brasileiro. Quanto à lua, esta é o símbolo de transformação e de crescimento (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p. 561).

Localizadas em ambos os lados desta lua, temos em vermelho duas figuras abstratas cujos espaços vazios delineiam o formato de uma cruz. Nessa conjuntura, destacamos o fato de que, assim como a lua representa não só o primeiro morto, mas também o primeiro morto que renasceu (DURAND, 2001), para o cristianismo, a cruz também expressa a ideia de renascimento e eternidade.



O elemento místico/religioso principal da gravura, por sua vez, encontra-se na Estrela de Davi. Não propriamente por seu significado, mas por seu posicionamento dentro da imagem. O simbolismo do centro é bastante caro para diversas religiões. Eliade (1979, p 40) afirma que: “nas culturas que conhecem a concepção das três regiões cósmicas — Céu, Terra, Inferno — o «centro» constitui o ponto de intersecção destas regiões”. Portanto, em *Criação: o Sol, a Lua e as estrelas* (2011), a comunicação com o transcendental é representada tanto pelo pássaro quanto pelo simbolismo do centro. Ou seja, ao ascender, o pássaro não tem por objetivo as alturas, mas o centro.

Quanto ao tema da criação, sugerido pelo título da gravura: “um universo origina-se a partir do seu centro, estende-se a partir de um ponto central que é como o seu ‘umbigo’” (ELIADE, 1992, p 27). A estrela de Davi, símbolo de proteção divina localizada no centro da gravura, além de possuir um círculo demarcando seu núcleo, tem em sua parte externa raios que apontam para todas as direções. Trata-se da fonte central de energia por onde o universo foi criado. Soma-se a isso o fato de que, simbolicamente, a estrela tem em si o sentido de criadora do universo, ressaltados por Chevalier e Gheerbrant (2001).

Na parte superior da gravura temos a lua cheia que simboliza a completude. Quanto às quatro luas menores, estas são representações do ciclo lunar e, por conseguinte, do tempo. Em torno da lua cheia, por sua vez, temos quatro sóis. Segundo Chevalier e Gheerbrant (2001), quatro é o número da totalidade. Quatro são os pontos cardeais, as estações, as fases da lua. Quatro letras tem o nome Deus (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001).

No mito Asteca dos Quatro Sóis, “os deuses haviam criado o universo por quatro vezes, mas este fora destruído e recriado sucessivamente, o



que demonstra a instabilidade do cosmos, que já nasceu condenado à destruição” (BORDIN, 2003, p. 23). Desse modo, tal mito expressa o aspecto imprevisível da vida, do qual a religião asteca pretende tornar o ser humano consciente e capacitá-lo a aceitar.

No que se refere à dimensão estética, o contemplar da xilogravura causa a sensação de estar diante de uma obra litúrgica. Sob uma perspectiva pessoal, devido sua amplitude e abstração, o simbolismo do centro expressa o místico/religioso de modo elementar. Mais uma vez temos a presença de cores primárias e de elementos de simetria, ordem e harmonia na obra de Samico, constituindo uma arte bela em sua composição e sublime em seus significados (ALBUQUERQUE; CARVALHO, 2022).



Figura 3 — A chave de ouro do Reino do Vai Não Volta, Samico, 1969

Fonte: Catálogo das Artes (2017).

Em *A chave de ouro do Reino do Vai Não Volta* (1969), temos na parte inferior da gravura um simbolismo universal da barca. “A barca dos mortos



é encontrada em todas as civilizações” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001). Na mitologia grega, tal simbolismo pode ser identificado no Rio Aqueronte, onde os mortos são guiados por Caronte.

Segundo Bachelard: “a função de um simples barqueiro, quando encontra seu lugar numa obra literária, é quase fatalmente tocada pelo simbolismo de Caronte. Por mais que atravesse um simples rio, ele traz o símbolo de um além. O barqueiro é guardião de um mistério” (1998, p. 80-81).

O título da gravura, ao fazer menção ao “*Reino do Vai Não Volta*” nos remete a ideia de morte. Todavia, aqui mais uma vez a figura do pássaro assume um papel místico/religioso. O simbolismo da chave, presa ao bico do pássaro, sob uma perspectiva cristã está relacionado ao seu duplo papel de abertura e fechamento do reino dos céus. Na Bíblia, tal tarefa é conferida a São Pedro. No Corão, *Shahadah* é a chave do paraíso (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001).

O fato de a chave representada na gravura possuir dentes para ambos os lados, relaciona a possibilidade de acesso a dois paraísos: o celeste e o terrestre. Ou, aos grandes mistérios e pequenos mistérios (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001). Quanto ao ouro, identificado à cor da chave, este nos remete à constelação de imagens que interrelaciona: luz, sol, brilho, iluminar, pureza, subir, céu e Deus (DURAND, 2001). Portanto, temos na gravura o *schème* do deslizar representado pela balsa, o arquétipo do guardião pela figura do pássaro que detém a chave, o simbolismo da balsa e o mito grego de Caronte.

No que tange à estética, apesar do sinalizar da esperança advindo do pássaro que segura a chave, a xilogravura referida, em virtude de sua formatação e da representação da barca, nos causa um sentimento de



incerteza e angústia. Os tons escuros predominam por toda a gravura, incluso a área em que o pássaro se situa. Quanto ao estilo da obra, este é caracterizado pela simetria, as cores primárias e a sofisticação do acabamento minucioso de Samico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou relacionar alguns achados a partir da seguinte pergunta: quais as dimensões iconográficas e de significado presentes na manifestação simbólica dos pássaros na obra de Samico, quando consideradas a partir de uma perspectiva da teoria do Imaginário? Durante todo nosso percurso buscamos refletir a acerca da questão, relacionando como aporte as imagens eleitas mediante a sensibilidade.

Diante da sensibilidade presente na produção de Samico percebemos que, para além da imagem-palavra, o artista recorre a símbolos, imagens, arquétipos, mitos, cores e ritmos a fim de expressar seu microcosmo pessoal. Obras de tal profundidade, por sua vez, não podem ser experienciadas em plenitude se não pelo mergulhar voluntário e individual do observador. Afinal, só a dimensão sensível pode compreender o que foi talhado pela sensibilidade. Apenas o inconsciente compreende a linguagem do inconsciente. Por meio do imaginário coletivo, o mergulho na obra de Samico acaba por, invariavelmente, nos colocar em contato com nós mesmos.

Apesar de não se considerar religioso, as gravuras de Samico trazem diversos elementos que realçam o campo mencionado. Sua linguagem simbólica expressa o desejo humano por transcendência, paz, completude e equilíbrio. Algumas imagens e símbolos utilizados pelo xilógrafo podem ser identificadas ao catolicismo oriundo de sua



infância. Contudo tais interpretações não esgotam seus significados. Com efeito, os arquétipos são universais e diversas culturas compartilham de simbolismos convergentes.

Além disso, muitos dos símbolos presentes no cristianismo possuem uma origem anterior. São realidades universalmente compartilhadas pelo inconsciente humano. O simbolismo católico reflete, muitas vezes, as imagens que permaneceram no imaginário do artista por intermédio das experiências de sua infância.

No que se refere a representação simbólica dos pássaros no bestiário de Samico, constatamos sua tendência a expressar significados místicos/religiosos. A figura do pássaro em Samico visa exprimir um estado de espírito caracterizado pela esperança, além da busca humana por equilíbrio, completude e transcendência.

Quanto aos elementos místicos/religiosos presentes na xilogravura do artista, constatamos o prevalecer de simbolismos universais como o pássaro e o centro. Ademais, apreendemos uma considerável incidência de símbolos de inspiração cristã, como o paraíso bíblico, a cruz e a serpente sob uma perspectiva negativa. Desse modo, sublinhamos a convergência entre o bestiário e o místico/religioso nas xilogravuras de Gilvan Samico.

Por fim, importa ressaltar que a abordagem do artista não visa, a nosso ver, divulgar a fé católica ou alguma outra religião em particular. Para nós, o artista mira representar em sua gravura questões grandiosas, usar do simbolismo para suscitar mistério e um amplo campo de interpretação.

Mais do que uma arte regional, a gravura de Samico coloca-nos em contato com dimensões do ser que transcende a barreira espaço-tempo-



experiência. Sua arte possui caráter místico e, por meio da linguagem simbólica, converge a sensibilidade em direção à sensação de equilíbrio e amplitude.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Hidelbrando Lino de; CARVALHO, Mário de Faria. Pedagogia do imaginário: contornos do conceito segundo Gilbert Durand. **Conjecturas**, [S. l.], v. 22, n. 8, p. 1254–1268, 2022. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1295>. Acesso em: 7 ago. 2022.

ALBUQUERQUE, Hidelbrando Lino de. **Educação, cultura e imagem: as xilogravuras de J. Borges e a poética de uma pedagogia imaginante**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) — Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BORDIN, Reginaldo Aliçandro. Mito e religião na sociedade Asteca. **Revista Cesumar**, [S. l.], v. 8, p. 20-45, 2003. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/212>. Acesso em: 3 ago. 2022.

CARVALHO, Mário de; CARDOSO, Fernando da Silva. Contemporaneidade, pesquisa social e imaginário. **Revista NUPEM**, [S. l.], v. 7, p. 105-117, 2015. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/793/603>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CARVALHO, Mário de Faria; GOMES, Graciele Maria Coelho de Andrade. Da racionalidade à subjetividade: educação estética e sensibilidades nas cartas de Friedrich Schiller. **Quaestio** — Revista de Estudos em Educação, [S. l.], v. 21, n. 3, 2019. Disponível em: DOI: 10.22483/2177-5796.2019v21n3p693-707. Acesso em: 28 jul. 2022.



CATÁLOGO das Artes. Obras de Arte de Gilvan Samico. **Catálogo das Artes**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.catalogodasartes.com.br/cotacao/obrasdearte/artista/Gilvan%20Samico%20-%20Gilvan%20Jos%E9%20Meira%20Lins%20Samico%20/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Trad. Vera da Costa e Silva. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: 70, 2000.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 551 p.

DURAND, Gilbert. **Campos do imaginário**. Trad. de Maria João Batalha Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. Lisboa: Arcádia, 1979.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GEIGER, Moritz. **Problemática da estética: estética fenomenológica**. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 1958.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KLINTOWITZ, Jacob. **A ressacralização da arte**. São Paulo: Sesc, 1999.

LEAL, Weydson Barros. **Samico**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2020.

MOTA, Larissa Fernanda de Barros; CARVALHO, Mário de Faria. Iluminogravuras: análise do Movimento Armorial a partir da Abordagem Sensível da Teoria do Imaginário de Gilbert Durand. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, [S. l.], v. 23, p. 205-222, 2018.





O HIBRIDISMO NO PROJETO IDENTITÁRIO DE OS MENINOS MORENOS

HYBRIDISM IN THE IDENTITY PROJECT OF OS MENINOS MORENOS

Sheila Dias MACIEL¹

RESUMO

O termo hibridismo comporta uma gama variada de significações e, dentre elas, também diz respeito à junção de diferentes aspectos do universo cultural. Neste âmbito, busca-se compreender o hibridismo como um dos processos de representação literária da atualidade por meio da leitura crítica da obra infantojuvenil *Os meninos morenos* (2004), de Ziraldo. Ao avaliar o hibridismo como um aspecto constitutivo do discurso e da imagem em *Os meninos morenos*, avalia-se também as questões relativas à identidade. Para tanto, o suporte teórico inclui Aguiar (2016); Colomer (2003); Ludmer (2010) e Pereira (2010). Ao final, compreende-se que as questões de identidade, de miscigenação e de raça estão apresentadas menos como soluções ou mensagens fechadas e mais como pontos de partida para reflexões próprias a serem impulsionadas pela leitura de iniciação. Desta maneira, o suporte do hibridismo como método de composição pode ser visto como uma solução isomórfica para lidar com as marcas de uma suposta *morenidade*, em suas várias nuances.

PALAVRAS-CHAVE

literatura infantojuvenil; Ziraldo; hibridismo; identidade.

ABSTRACT

The term hybridism has a wide range of meanings and, among them, it also refers to the junction of different aspects of the cultural universe. In this context, we seek to understand

¹ Doutora em Letras (Teoria da Literatura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora Titular da Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail:





hybridism as one of the processes of literary representation at the present time through a critical reading of the work *Os meninos morenos* (2004), by Ziraldo. When evaluating hybridism as a constitutive aspect of discourse and image in *Os meninos morenos*, issues related to identity are also evaluated. For that, the theoretical support includes Aguiar (2016); Colomer (2003); Ludmer (2010) and Pereira (2010). In the end, it is understood that the issues of identity, miscegenation and race are presented less as solutions or closed messages and more as starting points for reflections to be stimulated by the initiation reading. In this way, the support of hybridism as a composition method can be seen as an isomorphic solution to deal with the marks of a supposed morenidade, in its various nuances.

KEYWORD

Children's Literature; Ziraldo; hybridism; identity.

1. PONTO DE PARTIDA

*Aquela gota
Que se desprendia do teto
Da minha Infância –
A única que ficava
Depois da chuva –
Continua pingando
Na minha memória. ²*
Humberto Ak'abal

Existe uma larga produção na literatura brasileira que chamamos de literatura infanto-juvenil ou de literatura de iniciação. Dentre essa parcela, por vezes taxada de subliteratura ou de literatura menor, estão narrativas e pequenos romances permeados por grandes inovações. Desde a década de 80 do século XX, considerada como um momento chave da expansão da

² Um dos poemas que compõem a obra em análise.

literatura infanto-juvenil no Brasil, o caráter açambarcador do romance se compagina com as inovações próprias de um universo lúdico, produzindo obras que utilizam da imagem para implementar sua produção.

Esse impulso inovador está vinculado, como aponta Teresa Colomer, à necessidade de atender a “um público formado por leitores integrados em uma sociedade alfabetizada e familiarizados com os sistemas audiovisuais” (COLOMER, 2003, p. 173). É para esse público que “se destinam textos que refletem as mudanças sociológicas e os pressupostos axiológicos e educativos de nossa sociedade pós-industrial e democrática” (COLOMER, 2003, p. 174). As características desses novos destinatários acabam por motivar importantes mudanças nas narrativas infanto-juvenis, sobretudo na descrição do mundo apresentado, nos valores a ele atrelados e na utilização, em larga escala, de soluções narrativas de tendência híbrida, muito além do que foi considerado, anteriormente, adequado e compreensível para o público específico a qual essas obras se destinam.

As mudanças na literatura infanto-juvenil, que se firmaram no século XX, e podem ser constatadas mais amiúde na produção brasileira do século XXI, agem como um bálsamo para vencer a ideia cristalizada de oferecer, às crianças e jovens, narrativas lineares, compostas por uma sucessão de acontecimentos organizados cronologicamente e isolados das outras formas literárias.

De natureza transgressora, muitas dessas obras misturam personagens de tradições diversas, misturam diferentes maneiras de contar e de estruturar a narrativa, apresentam variações no foco narrativo e inovam nas temáticas apresentadas, formando um jogo lúdico de descobertas de toda ordem por meio de um trabalho reconhecidamente significativo com a linguagem e o uso da imagem. Muitas dessas obras são alicerçadas numa ideia de texto híbrido.



No âmbito das Letras, o hibridismo é inicialmente empregado para tratar da formação de novas palavras a partir da união de radicais de idiomas diferentes. O termo, no entanto, também pode ser aplicado para referendar, dentro do universo da cultura, um fenômeno histórico-social que existe desde os primeiros deslocamentos humanos, quando esses deslocamentos resultaram em contatos permanentes entre grupos distintos. Então, quando se faz referência ao hibridismo, leva-se em conta não só o conceito gramatical, que diz respeito à palavra ou termo formado por elementos de línguas diferentes, mas também ao conceito de algo que é formado pela junção de elementos diferentes.

Em se tratando de literatura, é possível relacionar hibridismo ao entrelaçamento das formas literárias. Se no passado existiu uma ideia de gêneros narrativos muito bem separados, na atualidade o que se encontra com mais frequência são formas híbridas, ou seja, textos que possuem características de mais de uma matriz. Além do entrelaçamento entre formas narrativas diferentes (romance, anedota, memórias), há também, na literatura de iniciação contemporânea, uma tendência ao uso da imagem para além do suporte explicativo da matéria verbal, quando a imagem inaugura conexões diferentes do óbvio e desdobra-se sobre outras imagens reconhecíveis, criando sentidos. Convém validar a ideia de que esses entrelaçamentos promovem *espetáculos de realidade* no sentido em que ambas, literatura e artes plásticas, buscam construir “perspectivas, óticas, marcos que permitam observar um processo que se encontra em curso” (LADDAGA *apud* PEDROSA *et al.*, 2018, p. 173).

O termo hibridismo comporta, portanto, o entrelaçamento de diferentes formas narrativas dotadas de estatuto próprio como pré-requisito para o produto contemporâneo exposto e, além disso, serve para aproximar a



literatura das artes plásticas. Por este aspecto podemos compreender o hibridismo como um dos processos de representação literária da atualidade.

A Literatura na atualidade, então, em sua maior parte, nos mostra obras que parecem assumir um caráter híbrido. Busca-se uma imensa liberdade expressiva, conceitual e estilística. Embora estes entrelaçamentos não sejam novidade no universo literário, o que chama atenção é a extensão e a profundidade com que o processo do hibridismo se destaca nessa literatura, de tal maneira que inviabiliza a classificação da obra num gênero específico, bem como inviabiliza a ideia de um caminho de mão única no âmbito da ilustração.

Dentro dessa perspectiva, o objetivo, agora exposto, é investigar a riqueza da composição híbrida de *Os meninos morenos* (2004), de Ziraldo, na qual se amplia o diálogo entre as várias formas artísticas e culturais, apontando o hibridismo tanto como um aspecto constitutivo da trama e da ilustração, quanto como um *modus operandi* para tratar a ideia de uma identidade para a nação. Assim, contemplar o hibridismo como um dos processos de representação literária da atualidade, por meio da leitura de *Os meninos morenos*, é o que move esta investigação.

2. UM PRIMEIRO RETRATO DE OS MENINOS MORENOS

*Eu também já fui brasileiro
moreno como vocês³*

Carlos Drummond de Andrade

³ Trecho do poema “Também já fui brasileiro” da obra *Alguma poesia* (1930), que aparece incluso, como epígrafe, na obra *Os meninos morenos*, ampliando, assim, o diálogo com os versos do poeta guatemalteco Humberto Ak’Abal.



A obra *Os meninos morenos* (2005), de Ziraldo, foi publicada pela primeira vez em 2004, edição sucedida por outras em 2005; 2008; 2009; 2010; 2012; 2013; 2014; 2016 e 2019. Trata-se de uma narrativa que conta a história da infância de Ziraldo, apresentado como um dos meninos morenos das Américas, seguindo a linha de um circuito confessional que pode ser percebido na trajetória do escritor desde a publicação de *O menino maluquinho*, em 1980. Há, espalhada no conjunto da obra de Ziraldo, a ideia testemunhal de que foi um menino incrível e feliz, marcando, como motivo literário, uma autopromoção de sua infância⁴.

Nessa perspectiva, a proposta da obra já nasce intratextual, evidenciando correlações e formando uma rede de significações próprias do narrar-se dentro de um conjunto de obras do autor. Nele, o narrador em primeira pessoa gravita em torno da própria infância ou um narrador em terceira pessoa apresenta a infância e o processo de amadurecimento do menino (*O Joelho Juvenal, O menino maluquinho, Um bebê muito maluquinho*).

Além disso, trata-se também de um processo intertextual, criando elos de aproximação com a obra de outro autor, conforme vemos na quarta capa da edição de 2005:

Ao retornar de uma viagem à Guatemala, Ziraldo chegou entusiasmado com a poesia de Humberto Ak'abal, guatemalteco de origem maia, um dos grandes poetas de seu país. De sua vasta obra, as lembranças infantis foram as que mais comoveram nosso autor. Nelas, ele encontrou muitos pontos de identidade entre o modo de sentir as coisas dos seus meninos e dos meninos de Ak'abal, habitantes de dois países que estão menos distantes do que parece, filhos da mesma floresta úmida.

⁴ Também na obra *Haikais do menino maluquinho*, essa versão autopromocional da infância aparece nos versos: “Que não seja duro/ ter um belo passado/ no meu futuro” ou em “Certo, eu não duvido, / a vida achou um barato/ eu ter nascido!” (ZIRALDO, 2012).



Trata-se de uma obra em prosa sem numeração de capítulos ou títulos, mas separada por espaços e permeada por textos poéticos do guatemalteco Ak'abal. Como acréscimo, estão inseridas contribuições de diferentes artistas na composição da ilustração⁵, formando, pela imagem, um elo a mais de intertextualidade nas várias camadas que formam *Os meninos morenos*:

A imagem exerce nas sociedades contemporâneas um protagonismo evidente. A relação entre a palavra e a imagem, entre a palavra e as coisas (e a sua representação) tem sido tema constante nos processos de comunicação entre os homens. Desde os tempos mais remotos esta ideia de fraternidade das artes esteve presente no pensamento humano. A relação da literatura de Ziraldo com outras artes exprime a vida com uma tendência à utilização deliberada da intertextualidade, do ecletismo estilístico e ganha um maior destaque com o exercício da metalinguagem. A literatura infantil de Ziraldo está intimamente ligada ao universo multi-fragmentado do mundo contemporâneo, corresponde assim uma literatura em que se presentifica mais fortemente o fragmentarismo textual. É frequente a associação de fragmentos de texto e imagens, colocados em sequência, sem um relacionamento explícito entre a significação de ambos. O leitor chega ao sentido do conjunto associando uns aos outros, a partir de traços semânticos comuns. Utiliza-se de uma técnica próxima da montagem cinematográfica. (BIER, 2004, p. 133)

Em *Os meninos morenos* há, em relação à imagem, técnicas diferentes sendo empregadas. No contexto geral, as imagens se assemelham às de outras obras de Ziraldo. É o mesmo estilo de ilustração reconhecido dentro da produção nacional como uma assinatura desse autor-ilustrador: rostos redondos, cores fortes contrastantes, contornos bem definidos, grandes pés, mapas recriados segundo uma ótica infantil – marcas visuais recorrentes na trajetória do autor que também compõem a obra em questão.

⁵ A variedade de técnicas e referências que foram utilizadas na composição da obra enriquecem as experiências das crianças leitoras.



O colorido da capa, composta pelo desenho de diferentes crianças guatemaltecas com roupas de cores muito intensas, acrescida da representação do próprio autor quando criança, corresponde semanticamente a essa ideia de que todos somos filhos da mesma floresta úmida e de que somos da cor da nossa terra. O uso de um título que apresenta personagens coletivos, *Os meninos morenos*, identifica, como é recorrente neste tipo de título, um grupo de personagens que possuem alguma característica em comum, como o lugar onde moram e vivem.

Como marca de alteridade, encontramos o uso do papel da cor creme, com as letras impressas em tipo marrom e uma forte presença de tons terrosos para compor, também graficamente, a proposta de “conversar sobre meninos morenos” (ZIRALDO, 2005, p. 6). Ainda no tocante aos elementos paratextuais do livro, percebemos toda a matéria visual expandindo o potencial da escrita e multiplicando sentidos ao imprimir, em comunhão com a ilustração, reconhecidamente ziraldiana, uma diversidade de imagens e autores⁶ que vão sendo misturados à proposta da obra.

Assim, a mancha gráfica é composta por ilustrações coloridas de Ziraldo; por ilustrações monocromáticas compostas utilizando o marrom sobre o papel creme; por desenhos sombreados de contornos difusos; por retratos; pela inclusão de obras consagradas incluídas⁷ no projeto e por obras que sofreram a interferência do autor-ilustrador⁸. Esses elementos intertextuais

⁶ Neste item, as referências cordiais são para: Cândido Portinari; João Portinari, Enrico Bianco, Fellini, Borjalo, Sérgio Ricardo, Marcel Proust, Charles Bertho, Yvonne Prieto, Irene Piedra Santa, além de Humberto Ak'abal e outros.

⁷ Detalhe do quadro “Café” (1935), de Cândido Portinari, na página 30 e a reprodução de um quadro inteiro, na página 84-5: “Brodowski” (1958), também de Portinari.

⁸ Inclusão da bola de meia no desenho “Menino” (1950), de Portinari, incluso na página 55 da obra.



ajudam a fortalecer a leitura do mundo moreno que vai sendo composto. Nas páginas finais da obra há um item intitulado “Conversa de fim de livro” em que os créditos e os agradecimentos às imagens e referências são efetuados.

Tudo vai sendo contado, em sintonia com o paratexto, por um narrador que está dento da história. O narrador de *Os meninos morenos* recorda cenas e anedotas de uma infância passada num espaço e tempo muito diferente do mundo que está a sua volta no momento da enunciação. Trata-se de um narrador em primeira pessoa, protagonista da prosa, que se identifica com o “eu lírico” dos poemas. A esse narrador, contudo, não é designado um nome próprio durante a narrativa, mas há pistas que comprovam o valor autobiográfico do texto: um retrato na página 88, o nome dos familiares e a indicação de que ele e dois irmãos têm nomes começados pela letra “Z”, informação contida na página 22.

Por meio de uma narração tranquila se dá a elaboração do passado. O tempo se organiza numa sucessão notadamente rememorativa, ou seja, é o adulto voltando ao passado distante para rever cenas pretéritas. O narrador jovem-velho, ao final, reflete sobre o tempo: “É dezembro de um ano qualquer, e é aqui que termina esta história. O que se conta nunca é tão bem escrito como o canto dos pássaros e é só um pedaço de uma vida inteira. Que sempre terá continuação.” (ZIRALDO, 2005, p. 94).

Essa aparente explicação retira da escrita o peso da verdade e da completude impossíveis de transpor para a página e reforça o compromisso com a seleção, o recorte e a ideia do retorno efetuada como um passeio pelos episódios revividos. O suporte para esse passeio é um trabalho com a linguagem que, longe de ser objetiva, é criativa: “as foscas lembranças” (ZIRALDO, 2005, p. 14); coloquial: “me lembro” (ZIRALDO, 2005, p. 50),



“uns porquins, uns cabritins” (ZIRALDO, 2005, p. 43); sensível: “nem o trem havia acordado” (ZIRALDO, 2005, p. 19); figurativa: “quando mamãe me contou isso, despedaçou meu coração” (ZIRALDO, 2005, p. 35); poética: “eu ventava!” (ZIRALDO, 2005, p. 16) e neológica: “mapa morenocêntrico” (ZIRALDO, 2005, p. 73).

Deste modo, *Os meninos morenos* são um retrato criativo que, por meio de um retorno à infância, forma um tecido uno composto por diferentes matizes e ritos.

3. POESIA, ROMANCE E MEMÓRIAS: CONEXÕES

A literatura é o grande laboratório do tempo.

Carlos Fuentes

Assim como as ilustrações da obra em análise são compostas por diferentes fontes e técnicas, também a matéria verbal se constitui vária, marcada pelo hibridismo. Aparecem 29 poemas de Humberto Akabal espalhados pela obra, ora como epígrafe ora como finalização das partes que a constituem, reconhecíveis pelos espaços utilizados entre os fragmentos. Além desses usos, a página 80 é integralmente composta por um conjunto de cinco poemas do escritor guatemalteco. Aparecem também versos de Drummond⁹ e de Fernando Pessoa¹⁰.

⁹ Do poema “Também já fui brasileiro”, citado em nota de rodapé anterior.

¹⁰ Do poema “O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia”, poema XX de *O guardador de rebanhos* (PESSOA,



A base de *Os meninos morenos*, contudo, é a do romance, com várias células narrativas simultâneas. De modo estrutural, o romance se caracteriza por ter células ligadas que se desenrolam ao mesmo tempo. Por exemplo, vemos o narrador desenhando enquanto as outras crianças brincam de modo diferente. Essa simultaneidade construída no texto se opõe à sucessividade própria da novela.

Em relação ao espaço, no romance são usados, em geral, muitos lugares diferentes e o romancista pode deslocar livremente as suas personagens de um espaço para outro, contanto que a situação conflituosa justifique esse deslocamento, como ocorre em diversas passagens de *Os meninos morenos*, em que cada deslocamento das personagens ajuda a gerar um episódio anedótico.

Por outro lado, o tempo no romance é certamente o ingrediente mais complexo e relevante. O romancista leva em conta os dramas do protagonista e a visão da personagem de como ela se situa em cada acontecimento. Deste modo, em *Os meninos morenos* o tempo pretérito, como em toda narrativa, é reforçado pelo caráter nostálgico do retorno a um passado bem antigo. Daí as expressões nascidas da dificuldade de trazê-las, as recordações, à tona: “Todas as lembranças são neblinosas e fora de ordem” (ZIRALDO, 2005, p. 11); “Não estou certo mais” (ZIRALDO, 2005, p. 44); “Devia ser domingo” (ZIRALDO, 2005, p. 59); “misturei as três lembranças na minha memória” (ZIRALDO, 2005, p. 67); “que a minha memória não guardou” (ZIRALDO, 2005, p. 69).

No romance, o número de personagens é bastante variado, mas é preciso que haja pelo menos duas para que possa haver o acontecimento dramático. Em *Os meninos morenos*, os nomes de personagens aparecem por toda a extensão da narrativa (João Gualberto; Sêo Leandro; Maria Dias;



Manoel Martins; São Zé da Dona Rita da Serra; Jarinho; João Permanente; São Levindo etc) com maior clareza que as datas: “Era Janeiro de um ano qualquer”; “Era Natal”; “Na década de quarenta, no interior de Minas” (ZIRALDO, 2005, p. 35). Como nas memórias, há espaços largos para a presença dos outros e de um mundo da qual o narrador fez parte.

Além de um pequeno romance de várias células simultâneas, a obra *Os meninos morenos* é também um texto de memórias que comunga de um tempo vivo (cf. BOSI, 2003) e tem como marca central um retorno a um passado efetuado por um narrador em primeira pessoa que busca, para compor-se, menos uma visão de si que do mundo a sua volta (MACIEL, 2019). Inúmeros escritores, dentro dessa perspectiva memorialista, optaram por relatar apenas o período da infância ao escrever suas memórias, como ocorre com Ziraldo.

O aparente retorno a um espaço edênico, conforme costuma ocorrer nessas memórias da infância, no entanto, carrega, em geral, uma carga de sofrimento que vai pontuando a escrita dessas memórias pelos confrontos emocionais do período. Tratam-se, muitas vezes, de obras marcadas tanto por desenraizamentos ou mudanças do burgo original quanto por sofrimentos ligados a perdas de todas as ordens, formando uma narrativa alicerçada sobre ritos de passagem ou significativas mudanças na vida dos indivíduos. Em geral, símbolos vinculados ao processo de amadurecimento continuam a aparecer na escrita de memórias. Não se tratam de ritos essencialmente religiosos, mas de ritos de passagem embutidos no cotidiano, dos quais muitas vezes não nos damos conta, como explicita Claude Rivière em *Os Ritos Profanos* (1997).

A volta a um passado distante retoma também um espaço perdido: “Quando nasci, as cidades de minha infância eram exatos pueblos” (ZIRALDO,



2005, p. 10). No espaço revivido do passado, ou no paraíso perdido da infância, as dores inevitáveis aparecem, mas não são elas que comandam o texto. Não há desenraizamento. Algumas mudanças de casa e de cidade são enumeradas, mas sem apego ou sensação de perdas. Apesar dessa ausência substantiva de dor, existem ritos que marcam uma transformação ou amadurecimento: a primeira excursão com a turma da escola (ZIRALDO, 2005, p. 35); a primeira Missa do Galo (ZIRALDO, 2005, p. 94); o nascimento dos irmãos: “Dos sete filhos que somos, de cinco partos me lembro” (ZIRALDO, 2005, p. 20).

Ao propor sua versão da infância marcada por ritos próprios, portanto, Ziraldo produz uma obra sobre e para a infância, balizada pela perspectiva da memória, que trata apenas do período reconhecido como inicial, antes da maturidade, como período expressivo. Neste esteio, o retorno à infância envolve a ideia de sacralização do literário como rito de passagem, na medida em que, na opinião de Campbell, existem processos psicológicos comuns da nossa espécie que só podem ser processados por meio de narrativas (CAMPBELL, 1997), como ocorre, exemplarmente, com o processamento humano de transformação da potência autobiográfica em ato de memória. Ao nos manter “ligados às imagens não exorcizadas da nossa infância, não nos inclinamos a fazer passagens necessárias para a vida adulta.” (CAMPBELL, 1997, p.21-22).

Há, nas páginas de *Os meninos morenos*, essas imagens necessárias e próprias de um processo de elaboração desse passado, como é comum nas memórias. Um outro traço desse gênero que pode ser reconhecido no texto é o caráter de exemplaridade, que, contudo, não parece ser vestido de arrogância. As cenas autopromocionais contêm a ideia da criança-artista, que desenha nos muros da casa por não ser boa em outras atividades como o futebol ou o pião.



A presença entrelaçada dessas formas literárias dotadas de estatuto próprio, como o romance, a poesia e as memórias, está irmanada por um conceito de tempo, na medida em que só se narra no passado e a poesia, como ensina Emil Staiger (STAIGER, 1969), tem seu vínculo com o passado e a recordação. O processo temporal e seu significado são os focos principais da construção artística, que une a escrita e a imagem a um legado histórico brasileiro sobre a infância, contado por um narrador representativo.

São 94 páginas divididas em 99 trechos iniciados por letras capitulares que parecem partir da vida do narrador para todas as vidas morenas. É perceptível como a identidade dos meninos morenos serve de conforto para a cor que possui:

O autor refere-se a si mesmo como a um representante da grande maioria dos habitantes da América Latina, cuja pele, demais aspectos físicos e culturais trazem os traços essenciais e marcantes de inúmeras etnias e culturas de povos de origem local (o índio) e povos oriundos das mais diversas regiões do planeta que aqui, neste continente, encontraram-se e se misturaram. (PEREIRA, 2010, p. 31)

De fato, as palavras simplificadoras da miscigenação servem como um mote que se desdobra na narrativa:

Quando o homem branco chegou na minha terra, encontrou meninos com carinho igual a de todos os meninos que viviam nas florestas úmidas da América ou nas altas montanhas dos Andes. Depois eles trouxeram os negros da África, que não queriam vir. E vieram também os árabes e outras gentes da Ásia. E todos se misturaram sem registro e sem cartório. (ZIRALDO, 2005, p.6)

Existem vários episódios em que a questão da cor vem à tona por meio de um. desvelamento do ser. O autor revela episódios de sua infância evidenciando seus matizes e afetos. A história parte de um *eu*, mas fala



também da raça dos meninos morenos, uma espécie de evocação metafórica dos povos originários, latinos e mouros. Esse verniz de sagrado está espalhado pelos episódios simples do passado.

Dessa maneira, por meio de uma aparente simplicidade, misturando a prosa com o verso, a literatura com as artes plásticas, a ficção com a realidade, *Meninos morenos* promove uma reflexão sobre identidade. A parte central do espetáculo de realidade exposto em *Os meninos morenos* está contida no suporte do hibridismo como método de composição, que pode ser visto como uma solução isomórfica para lidar com as marcas de uma *morenidade*, em suas várias nuances, escritas para todos que já foram crianças “dessa parte do mundo”, como aparece na quarta capa da obra:

A origem dos meninos morenos que povoaram a infância do poeta não é, exatamente, a mesma dos meninos da infância brasileira de Ziraldo, mas a trajetória dos dois povos tem muitos pontos em comum. Do Rio Grande - que separa os Estados Unidos do México - até a ponta final da América do Sul, esta é a pátria dos meninos morenos. E é relembrando sua infância de menino cor de terra - como o poeta também se vê - que o escritor conta seus casos, pontuados pelos doces poemas de Ak'abal: uma perfeita história americana. Eis aqui um livro encantador, que vai fazer com que nós, crianças e adultos desta parte do mundo, nos conheçamos melhor. (ZIRALDO, 2005)

4. PONTO DE CHEGADA: O PROCESSO IDENTITÁRIO NO PROJETO TESTEMUNHAL

*Às margens do rio Sena
Me lembro do Amazonas
Da minha raça morena
Bordunas e pés de cana*



*Das procissões das novenas
Das praias com suas dunas
Penha, Vila Madalena
Dos Paiakans, dos Jurunas
[...]*

Itamar Assumpção

Existem muitos hibridismos em *Os meninos morenos*, como vimos. Todos em torno de uma reflexão identitária, que parece servir como motor para a narrativa, ao partir do projeto testemunhal que percorre a obra ziraldiana e buscar uma espécie de singularidade coletiva alicerçada na ideia de *morenidade*.

Num primeiro momento, a leitura de *Os meninos morenos* pode parecer simplificadora por resgatar as origens plurais da formação do povo brasileiro como um projeto encantador, negando as dificuldades e servindo como um eufemismo para o problema, ou seja, sem tratar das hierarquias que acompanharam, desde sempre, a ideia de mestiçagem:

É da ordem do inimaginável pensar que o conceito de um povo híbrido ajude a encobrir a nossa segregação clássica. No caso brasileiro, o hibridismo surge como um discurso oficial que, apesar de sua positividade preliminar, acaba por homogeneizar a ideia de povo; simplifica e reduz (não uma certa teoria, sempre atenta ao paradoxo, mas uma certa ideia de cultura). (AGUIAR, 2016, p. 3771)

A questão da singularidade coletiva na mistura das três raças em *Os meninos morenos* parece, *a priori*, utilizar o hibridismo para apagar as diferenças e os conflitos, como é recorrente na literatura brasileira:

Ora, os termos da conciliação nacional tão bem orquestrada por Alencar, em meados do século XIX, teriam sido pautados na falsificação



do entrecruzamento dos povos – já que não presentificavam o negro –; na deturpação grotesca do tempo histórico anterior à chegada do estrangeiro; e, quando índios e portugueses caem uns nos braços dos outros (aqui os créditos são de Doris Sommer), a conciliação está soldada. O hibridismo é a conciliação da nação, um encontro consigo mesma. Para piorar o paradoxo, quem haveria de negar que o hibridismo é a peça-chave da formação do brasileiro, já que sua veridicção atesta as consequências palpáveis do achamento (ou do encontro)? Em um plano mais abrangente, quem haveria de negar que o hibridismo não retoma a ideia originária de todos os povos, a negação da pureza por excelência, onde esquecer algo da história não só faz parte como abaliza todo o processo? (AGUIAR, 2016, p. 3772).

Para a autora Lúcia Aguiar, ao se remeter à literatura brasileira para referendar sua leitura, a ideia de hibridismo está a serviço de uma *conciliação da nação*, ou seja, de um denominador que simplifique a controversa noção da identidade brasileira. Sob esse aspecto, pensar a morenidade na obra de Ziraldo seria também uma forma de reduzir os impasses, esquivando-se, sobretudo, da questão da presença africana nessa composição nada homogênea. Para dentro do objeto de estudo destinado a leitores jovens, é pertinente retomar alguns momentos sensíveis que compõem o enredo de *Os meninos morenos*, com o intuito de tratar do tema da mistura racial. Em um deles, o pai do narrador, ao responder o senso, diz que não é negro nem pardo (ZIRALDO, 2005, p. 36-7); em outro, o narrador descreve a variedade do tom de pele dos parentes (ZIRALDO, 2005, p. 71) e a vontade de conferir informações sobre sua origem, investigando as datas prováveis dos nascimentos de seus trisavôs e a data da lei do ventre livre (ZIRALDO, 2005, p. 36). Além disso, também o narrador, ao observar as fotos de seu avô reconhece sua origem africana (ZIRALDO, 2005, p. 33). Mais adiante, o narrador conta sobre



uma velha que não queria que sua neta casasse com o menino moreno: “Não quero que você tenha filhos escurinhos” (ZIRALDO, 2005, p. 37).

Em nenhum desses momentos a questão está fechada ou amarrada por uma moral da história, apesar da herança negra ser vista como um estigma ou algo indesejável pelas personagens em cena. Não se trata, contudo, de uma visão nascida da convicção do narrador, mas recolhida pelas lembranças de episódios variados, trazidos à tona pelo tema da mestiçagem e da identidade morena. O narrador, pelo contrário, não reforça o estigma nem deixa de tratar da questão polêmica; não se esquia nem impõe um apagamento do negro: o que faz é mostrar preconceitos pelo viés das memórias de um mundo misturado. Quando se fala em construir identidades, a presença africana causaria um esquivar-se em termos de reflexão em detrimento de um “elogio da mestiçagem”, ou seja, a volta da crença em um modelo universal de conciliação entre as diferentes “raças” e etnias (ALENCASTRO, 1985, p. 50)

A obra de Ziraldo em destaque não promove esse elogio conciliador, como enfatiza Alencastro, com o intuito de legitimar a ideia de nação. O que destaca mesmo é o local da recordação numa tecitura transgressora do espaço e do tempo, unindo episódios díspares para apresentar, e não resolver, os impasses morenos da nossa identidade.

Em tempo de debate intenso e necessário sobre racismo e direito das minorias, investigar e elaborar uma reflexão sobre o conceito de hibridismo, levando em conta a ideia de mestiçagem e de identidade, por meio da leitura de uma obra infantojuvenil pode parecer vago, no entanto, a mestiçagem é um tema plural e as questões de identidade, de miscigenação e de raça estão apresentadas na obra menos como soluções ou mensagens fechadas e mais como pontos de partida para reflexões próprias a serem impulsionadas



pela leitura de iniciação. Desta maneira, o suporte do hibridismo como método de composição pode ser visto como uma solução isomórfica para lidar com as marcas de uma suposta *morenidade*, em seus vários matizes, porque cristaliza no discurso, sob formas iguais ou idênticas, aquilo que aparece como motivação.

Para tocar no assunto do perfil híbrido da obra, convém não excluir o pensamento da intelectual argentina Josefina Ludmer (2010), que, no ensaio “Literaturas pós-autônomas”, discorre sobre a tendência compartilhada por obras latino-americanas contemporâneas de ficar “dentro-fora” das fronteiras estabelecidas pela tradição para a leitura e a caracterização da literatura com base no valor estético e na averiguação de categorias literárias bem delineadas.

Tendo em seu cerne a ruptura dos percursos antes estáveis que permitiam separar a ficção literária da realidade e da história, as literaturas pós-autônomas, na “forma do testemunho, da autobiografia, da reportagem jornalística, da crônica, do diário íntimo, e até da etnografia” (LUDMER, 2010, p. 2), mediante a ambivalência e a hibridização de gêneros e discursos, abalam o poder da instituição da literatura de se autodefinir como campo autônomo voltado para si mesmo e para suas próprias leis. Tal como a obra em questão, que rompe com essa separação entre o histórico e o ficcional ao sinalizar um percurso autobiográfico.

Como forma de testemunho, *Os meninos morenos*, mediante processos elaborados de hibridização da imagem e do discurso, seguindo os passos de uma literatura infantil transgressora, não dá respostas sobre as questões sensíveis apresentadas em suas páginas, mas apresenta pistas ou rastros, que ajudam a compor uma base para pensar a aglutinação de grupos étnicos



sem visões ufanistas que legitimem uma identidade morena sem fissuras - identidade apenas esboçada nos causos que compõem as memórias do narrador-ilustrador.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. L. L. Muito além da nação: o inimaginável brasileiro e seus retornos polêmicos. In: **CONGRESSO ABRALIC**, 15, 2016. Disponível em https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491433239.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

ALENCASTRO, L. F. de. **Geopolítica da mestiçagem**. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 11, 1985.

BIER, M. L. **A criação e a recepção da literatura infantil contemporânea: uma leitura de Ziraldo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) — Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2004.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix, 1997.

COLOMER, T. **A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual**. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

LUDMER, J. Literaturas pós-autônomas. Sopro. Panfleto político-cultural. **Desterro**, [S. l.], n. 20, p. 1-4, jan. 2010. Disponível em: <https://issuu.com/culturabarbarie/docs/sopro20>. Acesso em: 3 de jun. 2022.

MACIEL, S. D. **O que não pode ser esquecido: considerações sobre a escrita de memórias no Brasil**. Cuiabá: UFMT, 2019.



PEDROSA, C. *et al.* **Indicionário do contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

PEREIRA, L. R. Memória e identidade em *Os Meninos Morenos*, de Ziraldo, e Nas ruas do Brás, de Drauzio Varella. **Ecos**, Cáceres, v.8, n.2, p. 31-38, jun./dez. 2010. Disponível em http://www.unemat.br/revistas/ecos/docs/v_08/31_Pag_Revista_Ecos_V-08_N-02_A-2010.pdf . Acesso em: 18 mar. 2022.

RIVIÈRE, C. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

STAIGER, E. **Conceitos fundamentais da poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

ZIRALDO. **Os meninos morenos**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.



SAÚDE MENTAL E A ESCRITA DO FEMININO EM CLARICE LISPECTOR

MENTAL HEALTH AND THE WRITING OF THE FEMININE IN CLARICE LISPECTOR

Cecília Verones Candido de MORAIS¹

Soraya Maria Romano PACÍFICO²

Fabio SCORSOLINI-COMIN³

RESUMO

O objetivo deste estudo teórico é refletir sobre os marcadores de gênero e de saúde mental emergentes nas personagens Joana e Macabéa dos romances *Perto do coração selvagem* e *A hora da estrela*, de Clarice Lispector. As reflexões sobre as experiências de ser e se tornar mulher são narradas a partir do corpo dessas personagens. Sentidos sobre esse corpo circulam em ambos os livros, ora descrevendo a liberdade, o instintivo, a dimensão do prazer, ora representando os limites impostos pela sociedade e por instituições como o casamento e a própria família. O adoecimento psíquico, em ambas, é retratado em termos de um mal-estar que também repousa sobre o corpo, o corpo eminentemente feminino. O domínio sobre a palavra – e o conhecimento acerca de si – emergem como uma possibilidade de dominar o próprio mundo, aspecto este buscado por Joana e temido por Macabéa. Ambas as protagonistas trazem o desconforto desse corpo – ou a insuficiência do mesmo para narrar tudo aquilo que desejam, o que pode ser problematizado não apenas como um movimento de escrita do feminino em Clarice, mas também como uma forma de leitura sobre o cuidado em saúde mental ofertado à mulher.

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade de São Paulo. E-mail: ceciliamorais@usp.br.

² Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo. Professora Associada e Livre Docente da Universidade de São Paulo. E-mail: smrpacifico@ffclrp.usp.br.

³ Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professor Associado e Livre Docente da Universidade de São Paulo. E-mail: fabio.scorsolini@usp.br.



PALAVRAS-CHAVE

feminino; saúde mental; Clarice Lispector.

ABSTRACT

The aim of this theoretical study is to reflect on the emerging gender and mental health markers in Joana and Macabéa in the books *Perto do Coração Selvagem* and *A hora da estrela*, by Clarice Lispector. Reflections on the experiences of being and becoming a woman are narrated from the bodies of these characters. Meanings about this body circulate in both books, sometimes describing freedom, the instinctual, the dimension of pleasure, sometimes representing the limits imposed by society and institutions such as marriage and the family itself. The psychic illness, in both, is portrayed in terms of a malaise that also rests on the body, the eminently female body. Mastering the word – and knowledge about oneself – emerges as a possibility of dominating one's own world, an aspect sought by Joana and feared by Macabéa. Both protagonists bring the discomfort of this body – or its insufficiency to narrate everything they want, which can be problematized not only as a feminine writing movement in Clarice, but also as a way of reading about health care mental offered to the woman.

KEYWORDS

female; mental health; Clarice Lispector.

1. INTRODUÇÃO

Quando aproximamos áreas distintas, como as Ciências da Saúde, a Literatura e a Psicanálise, por exemplo, é importante que respeitemos as singularidades de cada campo, evitando a armadilha de análises utilitaristas que visam a empregar – e a reduzir – a Literatura ou as Ciências da Saúde como ilustrações de fenômenos, relações ou conceitos (PASSOS, 2002). Assim, essas áreas devem ser abordadas em suas porosidades, em contrapartida a uma análise que priorize um determinado saber em relação a outro. É com essa recomendação que este presente estudo buscará compreender, na



obra de Clarice Lispector, como a autora abordou o feminino e a condição da mulher, com destaque para os marcadores de gênero relacionados à sexualidade e à saúde mental (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010; POJAR; SCORSOLINI-COMIN, 2020).

As relações entre Literatura e saúde mental têm despertado, ao longo do tempo, o interesse de diversos pesquisadores (JUNQUEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021). No entanto, tais aproximações são, por vezes, investigadas em uma perspectiva que ainda prioriza, no campo da saúde, um olhar mais positivista e biomédico. Esse olhar, obviamente, acaba por diminuir a possibilidade de que a Literatura, de fato, seja mais discutida e incluída em todo o processo de cuidado, como uma dimensão associada ao humano e à fruição. Se estamos mais detidos em uma investigação que prioriza um cuidado especializado e pouco integrativo, ou focado na doença e com menor investimento em humanização, como preconiza o modelo biomédico, o lugar ocupado pela Literatura, muitas vezes, nem sequer é aventado, sendo apartado desse contexto de referência e de produção do conhecimento. Este estudo busca se contrapor a esse cenário, alinhando-se justamente à tentativa de exploração das porosidades entre essas inteligibilidades.

No cuidado em saúde, o contato com a Literatura pode ser um processo humanizador e curativo, permitindo ao leitor a constituição da subjetividade, da identificação, ou não, com os sentidos tecidos no texto literário, movimento que, sem dúvida, pode promover o retorno às narrativas de si e contribuir para reflexões sobre os processos de saúde ou de adoecimento daquele que tem um encontro com o literário (CERIBELLI *et al.*, 2009). Nesse sentido, aproximamo-nos, aqui, de uma discussão no campo da saúde mental que pode se beneficiar de um diálogo com a Literatura. A Literatura, nessa



proposta, emerge como uma possibilidade de humanização (CANDIDO, 2011), de recuperação de aspectos preservados do ponto de vista psíquico que podem permitir ao sujeito uma maior integração e compreensão de si, o que se associa diretamente à promoção de saúde mental (JUNQUEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2021).

Como elucidado pelo Atlas de Saúde Mental das Américas em 2017, a “saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade” (OPAS, 2018). Nas Américas, a cada 100 mil habitantes, 267.7 receberam tratamento para transtornos mentais graves (OPAS, 2018). Com o panorama da pandemia de COVID-19, esses processos de adoecimento mental têm se intensificado devido a fatores relacionados a esse contexto: isolamento social, medo de infecção, perdas humanas e econômicas. Apesar de grande parte dos problemas psicossociais serem respostas às adversidades trazidas pela pandemia, estima-se um expressivo aumento da incidência de transtornos psíquicos nesse período (NABUCO; OLIVEIRA; AFONSO, 2020).

As mulheres são mais vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos mentais devido a fatores como desigualdades de gênero, que têm dentre as consequências desde a sobrecarga de trabalho doméstico às altas taxas de violência (SENICATO; AZEVEDO; BARROS, 2018). São muitos os fatores que influenciam no bem-estar e na saúde mental das mulheres. A inserção do trabalho na rotina das mulheres pode somar-se à sobrecarga dos trabalhos domésticos e do cuidado com os filhos, o que pode estar associado ao adoecimento psíquico (ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005). Não obstante ao papel atribuído socialmente à mulher como cuidadora, há a desvalorização



que dá margem à dependência financeira e aos diversos tipos de violência contra as mulheres (SILVA *et al.*, 2019). Destacando a influência do gênero, a ocupação de papéis em função da construção sociocultural da sociedade torna a mulher mais vulnerável a sinais e sintomas de adoecimento mental.

Retomando as relações entre a Literatura e as Ciências da Saúde, é importante conhecer, por exemplo, como essas questões relacionadas ao feminino e à saúde da mulher podem ser retratadas ou problematizadas em diferentes obras, tendo em vista não apenas as ilustrações dessas questões em livros, mas problematizando os marcadores sociais e culturais que costuram essas relações, revelando não apenas sínteses, mas também tensões entre esses vértices. Para isso vamos recorrer, neste estudo, a duas importantes obras de Clarice Lispector: o seu romance de estreia, em 1943, *Perto do coração selvagem*, e o seu último livro publicado, *A hora da estrela*, no ano de 1977.

Não só em suas personagens, mas também na vida da autora esse marco do feminino se revela: após publicar seu primeiro livro, o crítico literário Sérgio Milliet disse, em referência ao nome da autora — “nome estranho e até desagradável, pseudônimo sem dúvida” (MOSER, 2017, p. 165) —, aventando se tratar de um homem. É importante considerar que, à época, início da década de 1940, poucas mulheres haviam se consagrado como escritoras no Brasil, tornando esse meio essencialmente masculino e, também, marcado pelo machismo. Imersa como jornalista no mercado editorial predominantemente masculino, Clarice escreveu para vários jornais sob pseudônimos. Em meados das décadas de 1950 e 1960 escreveu para esses veículos assinando como Teresa Quadros. Também tinha uma página feminina em que escrevia sobre perfumes, joias e conselhos voltados ao público



feminino, mas em algumas ocasiões trazia textos mais sérios e com reflexões que ultrapassavam a superficialidade almejada pela coluna (MOSER, 2017).

Clarice Lispector é reconhecida como a maior escritora brasileira. Em 2020 foi celebrado o centenário do seu nascimento. A vida da autora sempre foi alvo de grande interesse por parte do público (GOTLIB, 2009). Após longo período acompanhando o esposo em seu trabalho diplomático por países como Itália, Suíça e Estados Unidos, retorna ao Brasil no início de 1960, em definitivo. Nessa ocasião, a autora já se separara, assumindo integralmente o cuidado com os filhos. Em uma época na qual o casamento era uma condição inquestionável para a mulher, Clarice mostrou-se à frente de seu tempo por sustentar a separação (o divórcio, no Brasil, só seria possível a partir de 1977), o cuidado dos filhos e, principalmente, a manutenção de uma carreira literária em um meio majoritariamente masculino. Esses são alguns dos marcadores de gênero que emergem em sua biografia, mas que também atravessam a sua produção.

As questões de gênero levantadas pela autora são importantes para a reflexão da sociedade através da ficção literária. Segundo a teoria da determinação social, os processos de saúde e doença são únicos e construídos a partir dos determinantes da esfera da vida em sociedade (GUEDES *et al.*, 2009). Com isso, pode-se dizer que o contexto no qual a pessoa está inserida é incisivo na influência desses processos no cotidiano pessoal. Apesar de tratar-se de um processo dinâmico, muitas vezes a experiência social dos sujeitos traz uma dicotomia entre estar ou não saudável, sendo este adjetivo sinônimo de saúde. Porém, esses processos vão além do biológico e dizem respeito também ao psicológico e ao social: envolvem elementos contextuais relacionados a marcadores históricos, geográficos,



políticos, sociais, econômicos e culturais de uma sociedade ou comunidade (SCORSOLINI-COMIN; FIGUEIREDO, 2018).

Destaca-se, portanto, a relevância da categoria gênero nessa construção de saúde e doença, da sua influência sobre as expectativas sociais do ser e a maneira com que esses condicionantes afetam o bem-estar das mulheres, especificamente. São muitas as desigualdades que interferem na condição social das mulheres: a desvalorização salarial, a sobrecarga do trabalho doméstico, as violências impostas e as vulnerabilidades associadas ao ser mulher, sobretudo em sociedades fortemente marcadas pelo machismo e pelo patriarcado. As iniquidades em saúde são impactadas por “determinantes intermediários como as condições de vida, circunstâncias psicossociais, fatores comportamentais e/ou biológicos e o próprio sistema de saúde”, sendo essa estrutura segregacionista da sociedade um dos motivos para tal (CARVALHO, 2013, p. 20). Com isso, “a incorporação desta categoria analítica [gênero] na epidemiologia social é fundamental para a compreensão das desigualdades sociais e da qualidade que assume o processo saúde-doença em cada sujeito ou em cada grupo social” (FONSECA, 1997, p. 10), tendo em vista a diretriz da integralidade da assistência em saúde preconizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Discutir saúde, nessa perspectiva, é compreender também como esses marcadores de gênero podem contribuir para determinadas ações de cuidado, tanto de reforçamento de políticas de assistência à mulher, de reflexões em torno da área específica da saúde da mulher e mesmo como o atendimento ao sujeito-mulher ocorre nos diversos equipamentos de saúde. Isso toca especificamente em questões intimamente associadas ao feminino, como a saúde reprodutiva, a escuta acerca da sexualidade, a consideração de que a



mulher possui direitos sobre o próprio corpo, entre diversos outros elementos que, frequentemente, ganham destaque por serem tecidas como discussões polêmicas, ou melhor, que polemizam o direito da mulher sobre o próprio corpo e, por extensão, sobre a própria saúde. Com base nesse panorama, o objetivo deste estudo é refletir sobre os marcadores de gênero e de saúde mental emergentes nas personagens Joana e Macabéa dos romances *Perto do coração selvagem* e *A hora da estrela*, de Clarice Lispector.

2. PERCURSO ANALÍTICO

Este estudo teórico foi desenvolvido na modalidade documental. Os livros *Perto do coração selvagem* e *A hora da estrela*, de Clarice Lispector, constituem o *corpus* analítico. A escolha do primeiro e do último livro escritos por Clarice Lispector deve-se ao fato de representarem romances com dois movimentos distintos em relação à escrita do feminino, sendo o primeiro mais voltado a elementos psicológicos e o segundo abarcando também as questões sociais (GOTLIB, 2009; MOSER, 2017).

Em *Perto do coração selvagem* a protagonista Joana traz à tona questões que envolvem o ser e a moral, questionando o bem e o mal e suas experiências. O romance é constituído por fragmentos de memórias, assim como na realidade fora escrito a partir de rabiscos e anotações de Clarice (PRAZERES, 2014), memórias estas que perpassam a infância e a adultez da protagonista, de modo a dar um panorama sobre sua formação e amadurecimento. Diferentemente dos livros que estavam sendo lançados à época, como a chamada “geração de 30”, que tratavam, sobretudo, do regionalismo brasileiro e de questões de ordem social, Clarice evoca na personagem uma literatura introspectiva,



voltada para uma complexidade psicológica e, também, de certo modo, com fortes traços autobiográficos (MOSEK, 2017).

Esse percurso de inovações e autodescobertas leva Joana “numa viagem à procura de uma referência, de uma identidade que venha preencher o vazio de uma existência plena” (PRAZERES, 2014, p. 12) e, ainda, segundo Rosembaum (2002), sua “identidade feminina luta para apropriar-se de si mesma, longe do espelho masculino” (p. 36). Essa existência de questionamentos e de uma identidade inacabada desafiam também a construção patriarcal da sociedade, em que a personagem por diversas vezes traz à tona a moral, a felicidade e o ser mulher.

Em *A hora da Estrela*, Clarice escancara uma pobreza que deflagra mais que a desigualdade social. A protagonista Macabéa era semianalfabeta, pobre e incompetente para a vida (REBELLO, 2013). Como afirmado por Rosenbaum (2002), a autora que outrora escrevera sobre personagens letradas voltadas para a própria solidão e intimidade, em Macabéa evoca outro tipo de feminino, que reflete sobre uma classe social e cultural diferente das anteriormente escritas. Ela é descrita como suja, se alimenta mal e vive em condições de subemprego.

O percurso analítico proposto neste estudo tem como referência os estudos produzidos na interface entre Literatura, Ciências da Saúde e Psicologia (PASSOS, 2002; POJAR; SCORSOLINI-COMIN, 2020; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010; SCORSOLINI-COMIN; FIGUEIREDO, 2018). A partir da identificação dos trechos que narravam sobre o adoecimento psíquico ou sobre o desconforto físico/emocional dessas personagens, buscou-se realizar uma reflexão crítica sobre os marcadores relacionados aos processos de saúde e doença emergentes nessas personagens, tomando por base aspectos



do cuidado à saúde da mulher, a literatura sobre gênero e, também, em relação à sexualidade feminina.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O feminino é abordado de maneiras muito distintas nos livros em tela: em *Perto do coração selvagem*, Joana é descrita a partir de seu universo íntimo e intrapsíquico; em *A hora da estrela*, Macabéa é o estereótipo de uma classe, de um processo migratório que subalternizava a figura do nordestino, processo este que obviamente torna-se mais nevrálgico em relação às mulheres nordestinas.

Joana vai de encontro a paradigmas da sociedade vigentes à época e, direta e indiretamente, discute sobre o ser mulher. Em um trecho que remete ao pensamento clássico de Simone de Beauvoir em “O segundo sexo” (1980) – “ninguém nasce mulher; mas se faz mulher” – Joana revela suas percepções sobre o feminino a partir da observação de Lídia:

E a mulher era o mistério em si mesmo, descobriu. Havia em todas elas uma qualidade de matéria-prima, alguma coisa que podia vir a definir-se mas que jamais se realizava, porque sua essência mesma era a de “tornar-se”. (LISPECTOR, 2017, p. 119)

Essa construção do vir-a-ser mulher e o embate ao destino socialmente pré-determinado das mulheres é refletido em Joana que, quando criança, queria ser herói. Já na vida adulta afirma ser o casamento para ela uma prisão. A essência de “tornar-se” revelava, pois, uma mulher que podia ir respondendo aos desafios que ia encontrando em sua vida, aprendendo a se posicionar como mulher, o que significava, à época, responder de modo contundente em relação ao que se esperava de uma mulher. Insubordinada



ao domínio patriarcal, também questiona a estabilidade do futuro adulto quando mais jovem pergunta à professora o que viria depois da felicidade.

Em *A hora da estrela*, Macabéa também se depara com os estereótipos femininos construídos pela sociedade, mas, ao contrário de Joana, parece ceder a essas comparações, tornando-se aquilo que, socialmente, era esperado dela ou, em outras palavras, não questionando esses posicionamentos reservados à mulher. O próprio narrador, quando começa a descrevê-la, afirma: “[...] trata-se de moça que nunca se viu nua porque tinha vergonha. Vergonha por pudor ou por ser feia?” (LISPECTOR, 2017, p. 22).

Quando seu namorado, Olímpico, deixa-a para ficar com Glória (colega de firma que é descrita como “roliça, branca e morna” e com um “traseiro alegre”), Macabéa compra um batom vermelho e a colega, chamando-a de feia, insinua que a moça parece “mulher de soldado”. Na tentativa de manter a sua reputação ilibada, Macabéa responde: “– Sou moça virgem! Não sou mulher de soldado e marinheiro” (LISPECTOR, 2017, p. 62). A seguir, ambas as personagens serão analisadas em profundidade.

3.1. PERTO DO CORAÇÃO SELVAGEM

Joana é descrita por diversos adjetivos que remetem não só à sua qualidade de pessoa, mas também à sua qualidade animal: “essencial, apaixonada e cruel” (MOSER, 2017, p. 156). É também chamada de diabo, víbora, de caráter selvagem e para o pai era “secamente boa”, bondade esta “que emergia misturada com certa raiva e desprezo pelas pessoas que a rodeavam” (GOTLIB, 2009, p. 192). Essa natureza selvagem associada ao feminino pode ser recuperada nas seguintes passagens:



Sentia dentro de si um animal perfeito, cheio de inconseqüências, de egoísmo e vitalidade. [...] Repugnava-lhe deixar um dia esse animal solto. (LISPECTOR, 2017, p. 15)

Certamente você estava esperando de mim grandes bondades, apesar do que disse agora sobre minha maldade. Mas a bondade me dá realmente ânsias de vomitar. (LISPECTOR, 2017, p. 123)

Pode-se aventar que essa menção à dimensão do selvagem, da animalidade, tenha ao menos duas possíveis interpretações. A primeira delas é a associação do feminino a uma dimensão mais básica, mais instintiva, representada pela emoção desenfreada e que deveria ser controlada pela razão. Aqui o masculino emergiria como um complemento, como uma possibilidade de controle de uma dimensão selvagem, essencialmente feminina. Também o casamento apareceria como uma instância social capaz de promover esse controle, dando rédeas a essa liberdade representada pelo animal.

Em uma segunda análise, o feminino também pode ser interpretado como uma dimensão que conferiria à mulher a possibilidade de maior conexão com a sua natureza mais básica e instintiva, de modo que isso permitiria à mulher reconhecer-se de um modo muito particular, recorrendo à sua animalidade, recuperando a sua força animal. Em que pese a busca pela humanização tão debatida nas políticas públicas de saúde, a possibilidade de experimentação dessa força selvagem não seria algo que afastaria a mulher de sua condição humana, mas a integraria em relação aos seus instintos e aos seus desejos, representando, de fato, uma força, uma força associada ao feminino, como corporificado por Joana.

Assim como o enredo é constituído por esses fragmentos de memórias e de momentos, as ideias básicas trazidas pela história vão se desdobrando



e pincelando a trajetória da personagem. Joana afirma estar possuída por Otávio, seu marido, de modo que o único medo de se ligar a alguém é a prisão:

Otávio transformava-a em alguma coisa que não era ela mas ele mesmo e que Joana recebia por piedade de ambos, porque os dois eram incapazes de se libertar pelo amor, porque aceitava sucumbida o próprio medo de sofrer, sua incapacidade de conduzir-se além da fronteira da revolta. E também: como ligar-se a um homem senão permitindo que ele a aprisione? Como impedir que ele desenvolva sobre seu corpo e sua alma suas quatro paredes? E havia um meio de ter as coisas sem que as coisas a possuíssem? (LISPECTOR, 2017, p. 24).

Essa influência do domínio patriarcal também se faz presente em outros trechos e outras personagens do livro, nas vezes em que Lídia (ex-namorada de Otávio) divaga sobre seu sentimento pelo ex-namorado: “E sempre o amaria. Inútil seguir por outros caminhos, quando para um só seus passos a guiavam. Mesmo quando ele a feria, ela se refugiava nele contra ele. Ela era tão fraca” (LISPECTOR, 2017, p. 76) e “Temia os dias, um atrás do outro, sem surpresas, de puro devotamento a um homem. A um homem que disporia de todas as forças da mulher para sua própria fogueira, num sacrifício sereno e inconsciente de tudo o que não fosse sua própria personalidade.” (LISPECTOR, 2017, p. 77). E também quando Joana divaga sobre a “mulher da voz” que lhe acompanhava: “Ninguém sabia que ela estava sendo infeliz a ponto de precisar buscar a vida. Foi então que escolheu um homem, amou-o e o amor veio adensar-lhe o sangue e o mistério.” (LISPECTOR, 2017, p. 66).

Joana tinha em seus traços uma genuína “procura de uma verdade interior, ou seja, de uma identidade de *mulher* e de *ser* na sua complexidade” (GOTLIB, 2009, p. 192). Apesar desses trechos que sugerem sua relação com Otávio e



seus posicionamentos patriarcais, como socialmente esperado, a personagem sentia repúdio ao casamento, pois este era motivo de privação de liberdade:

Pois eu não pensava em me casar. O mais engraçado é que ainda tenho a certeza de que não casei... Julgava mais ou menos isso: o casamento é o fim, depois de me casar nada mais poderá me acontecer. Imagine: ter sempre uma pessoa ao lado, não conhecer a solidão. — Meu Deus! — não estar consigo mesma nunca, nunca. E ser uma mulher casada, quer dizer, uma pessoa com destino traçado. Daí em diante é só esperar pela morte. Eu pensava: nem a liberdade de ser infeliz se conservava porque se arrasta consigo outra pessoa. (LISPECTOR, 2017, p. 125)

Assim como Joana, Clarice também se indagava sobre o lugar da mulher. Apesar de ter se casado e ser mãe de dois filhos, ou seja, de aparentemente cumprir o itinerário esperado para uma mulher nas décadas de 1940 e 1950, o ceticismo em relação ao casamento aparece desde seus primeiros escritos (MOSER, 2017). *Perto do coração selvagem* fora escrito quando a autora ainda era solteira, sendo que o seu casamento coincide com o lançamento do livro. A separação de Clarice e Maury Gurgel Valente, em meados de 1959, não foi surpreendente, conforme correspondência na qual Maury afirma que as diretas comparações entre Joana-Clarice e Otávio-Maury são claras em retratar a dificuldade que a autora e a personagem tinham quanto ao amor: “só podia esgotar a paixão através do ódio” (MOSER, 2017, p. 294). “No entanto não era raiva, mas amor. Amor tão forte que só esgotava sua paixão na força do ódio.” (LISPECTOR, 2017, p. 53).

3.2. A HORA DA ESTRELA

Em *A hora da estrela*, os processos de saúde e de doença são evidentes no que se trata do chamado domínio biológico. Macabéa por diversas vezes é



descrita como uma pessoa sem higiene e com péssimos hábitos de vida: não tomava banhos regularmente, comia apenas cachorro quente e coca-cola e trazia, ao longo da narrativa, diversos episódios de adoecimento.

Dos verões sufocantes da abafada rua do Acre ela só sentia o suor, um suor que cheirava mal. Esse suor me parece de má origem. Não sei se estava tuberculosa, acho que não. (LISPECTOR, 1998, p. 31)

Sono superficial porque estava há quase um ano resfriada. Tinha acesso de tosse seca de madrugada: abafava-a com o travesseiro ralo. (LISPECTOR, 1998, p. 31)

[...] tinha medo grande de pegar doença ruim lá embaixo dela [...] seus pequenos óvulos tão murchos. Tão, tão. (LISPECTOR, 1998, p. 33)

Tinha enjôo para comer. Isso vinha desde pequena quando soubera que havia comido gato frito. Assustou-se para sempre. Perdeu o apetite, só tinha grande fome. (LISPECTOR, 1998, p. 39)

Não obstante, Macabéa também evoca um sofrimento psíquico do qual não possui clareza nem consciência:

Essa moça não sabia que ela era o que era, assim como um cachorro não sabe que é cachorro. Daí não se sentir infeliz. A única coisa que queria era viver. Não sabia para quê, não se indagava. (LISPECTOR, 1998, p. 28)

[...] a vida incomoda bastante, alma que não cabe bem no corpo, mesmo alma rala como a sua. (LISPECTOR, 1998, p. 32)

Então defendia-seda morte por intermédio de um viver de menos, gastando pouco de sua vida para esta não acabar. (LISPECTOR, 1998, p. 32)



E quando acordava? Quando acordava não sabia mais quem era. Só depois é que pensava com satisfação: sou datilógrafa e virgem, e gosto de coca-cola. Só então vestia-se de si mesma, passava o resto do dia representando com obediência o papel de ser. (LISPECTOR, 1998, p. 36)

De certo modo, todas essas incertezas e questionamentos refletem em sua saúde mental e em seu amadurecimento emocional, principalmente no que diz respeito aos seus “sonhos de futuros” e de como ela vê e vive sua vida. Macabéa é narrada como uma mulher que busca, a todo momento, uma maior consciência de si, de sua existência e, também, do seu corpo. O modo como se analisa é sempre com estranhamento, buscando formatar-se para uma vida como ela podia compreender – ao não se enquadrar nesses modelos, estranhava-se.

[...] ao abrir mão do seu direito de dizer sobre si, abre brechas no discurso do outro para que o outro construa sentidos sobre ela. Mediante sua condição de existência, por não ter curvas semelhantes às de Glória, sua colega de trabalho, nem usar estratégias argumentativas usadas por Glória (que é uma “Glória”, como o nome sugere), Macabéa vai se constituindo discursivamente, à margem da sociedade, da profissão, do amor, da linguagem. Ela não se diz, ou pouco se diz; ela é dita pelo outro. Por outro lado, é importante considerarmos que Macabéa, contraditoriamente, transcende esse modo de ser (mal)dita, pois ela questiona sua existência, ela procura saber mais de si, procura construir sentidos sobre si, mesmo inserida em um meio que a desqualifica discursivamente. (LOPES; PAULA; PACÍFICO, 2018, p. 186-187)

Também podemos perceber uma menção muito grande à dimensão do seu corpo, até mesmo em detrimento de reflexões mais profundas sobre o seu psiquismo. O que em algum momento pode soar como uma recuperação ou supervalorização de uma dimensão mais básica, a do corpo, em Macabéa nos chama a atenção pelo fato de se tratar de uma percepção



do corpo como um incômodo. Assim, esse corpo parece não ser suficiente, ainda que ela possa, em algumas passagens, resumir suas experiências e até mesmo economizar energia e vida – o “viver de menos”. A vida é incômoda para Macabéa e o seu corpo traz esse incômodo. Podemos aventar, nessa perspectiva, que há uma certa compreensão instintiva desse mal-estar por parte da protagonista, desse mal-estar em termos psíquicos ou existenciais, mas que esse desconforto é narrado a partir de um corpo concreto, de um corpo ralo e que busca se enquadrar.

3.3. ENTRE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Mesmo sendo mulheres muito diferentes, originadas de ambientes e classes diferentes, ambas possuem em si um certo desconforto de “ser” e indagações sobre a felicidade e o sentido da vida, sobre quem são. De um lado, Joana: “Sinceramente, eu vivo. Quem sou? Bem, isso já é demais.” (LISPECTOR, 2017, p. 17). E, do outro, Macabéa: “Só uma vez se fez uma trágica pergunta: Quem sou eu? Assustou-se tanto que parou completamente de pensar” (LISPECTOR, 1998, p. 32).

As questões sobre a felicidade são de marcante presença em ambas as personagens. Ainda criança, Joana pergunta à professora sobre o que era ser feliz e o que acontecia após ser feliz. Já adolescente, pergunta ao professor do internato, pelo qual era apaixonada e tinha grande admiração, o que aconteceria com sua vida: “— O que vai acontecer comigo? — Não sei — respondeu ele depois de um curto silêncio — talvez você seja feliz alguma vez [...]” (LISPECTOR, 2017, p. 49). Quando adulta, retoma esse questionamento ao falar de si mesma para o homem misterioso com quem se encontrava.



Já Macabéa tinha em si uma ingenuidade de autopercepção que lhe permitia viver sem saber que era infeliz: “Ela era de leve como uma idiota, só que não o era. Não sabia que era infeliz. É porque ela acreditava. Em quê? Em vós, mas não é preciso acreditar em alguém ou em alguma coisa – basta acreditar.” (LISPECTOR, 1998, p. 26). A visita à cartomante foi o momento da revelação: “Macabéa empalideceu: nunca lhe ocorrera que sua vida fora tão ruim” (LISPECTOR, 1998, p. 76), não só do seu futuro, mas, também, do seu presente e do seu passado. Ela fora autorizada a, enfim, prestar atenção em si própria e perceber a incompletude da sua vida: “Só então vira que sua vida era uma miséria. Teve vontade de chorar ao ver o seu lado oposto, ela que, como disse, até então se julgava feliz.” (LISPECTOR, 1998, p. 79).

A relação das personagens com o feminino e a sexualidade se destaca. Moser (2017) afirma a raridade com que o sexo nos escritos de Clarice era de cunho emocional, sem ter “sentido além do puramente animal” e “nunca como um remédio para o seu isolamento emocional” (MOSER, 2017, p. 372): Joana se sentia presa à instituição do casamento e o usava de forma a satisfazer-se fisicamente; Macabéa, no entanto, pouco descobre sobre sua sexualidade. Tinha claro à mente quem era e quem deveria ser, suprimindo, de certa forma, o vazio que a acompanhava: “E quando acordava? Quando acordava não sabia mais quem era. Só depois é que pensava com satisfação: sou datilógrafa e virgem, e gosto de coca-cola. Só então vestia-se de si mesma, passava o resto do dia representando com obediência o papel de ser.” (LISPECTOR, 1998, p. 36).

Macabéa era virgem e sobre ela pairavam diversos medos no que se refere à sexualidade e ao prazer. Havia o medo de se tocar e de ver o próprio corpo, de ter algum adoecimento que acometesse o seu aparelho reprodutivo,



de ser violada, de entregar-se a alguém e ter que lidar com as repercussões sociais de não ser mais casta. A sexualidade de Macabéa é narrada como um tabu, reforçando estereótipos que a acompanhavam: trava-se de uma mulher órfã, que viera de uma educação conservadora e que estava sozinha em uma zona periférica, com forte presença da prostituição. Esse tabu também costura o modo como observa Glória tanto em termos de seu corpo, mais robusto que o dela, quanto de sua própria liberdade sexual – em uma possibilidade de “ser” que era diferente da dela. Macabéa observa tudo isso com curiosidade e, também, com espanto.

Em outro momento, ela reflete sobre um sonho que tivera, trazendo um julgamento de valor sobre o que sentiu: “Ou sonhava estranhamente em sexo, ela que de aparência era assexuada. Quando acordava se sentia culpada sem saber por que, talvez porque o que é bom devia ser proibido. Culpada e contente.” (LISPECTOR, 1998, p. 34). Quando Glória toma de Macabéa seu namorado Olímpico, o narrador Rodrigo S.M também retoma o *ser mulher*, associando-o à existência da personagem: “Penso no sexo de Macabéa, miúdo mas inesperadamente coberto de grossos e abundantes pêlos negros — seu sexo era a única marca veemente de sua existência. Ela nada pedia mas seu sexo exigia, como um nascido girassol num túmulo” (LISPECTOR, 1998, p. 70). No fim de sua vida, o narrador traz a essência de Macabéa: a resiliência de mulher que a sustenta desde o primeiro choro ao nascer é também a força que resiste na morte.

Joana desde criança quis entender o significado das palavras: de onde elas vinham, como eram antes de existir, o porquê de serem do jeito que eram e quais sentidos carregavam. Macabéa, em sua simplicidade, tinha medo das palavras por não saber seus significados. É o que pergunta a cartomante a



ela: “Tem gente que se assusta com o nome das coisas. Vocezinha tem medo de palavras, benzinho? — Tenho, sim senhora.” (LISPECTOR, 1998, p. 75). Não só das palavras, mas do significado delas em sua vida: para a dor no peito que doía “dentro” sem explicação, tomava aspirinas.

- Por que é que você me pede tanta aspirina? Não estou reclamando, embora isso custe dinheiro.
- É para eu não me doer.
- Como é que é? Hein? Você se dói?
- Eu me dôo o tempo todo.
- Aonde?
- Dentro, não sei explicar. (LISPECTOR, 1998, p. 62-63).

Esse mal-estar diz diretamente sobre seu processo de saúde-doença, ou, em outras palavras, como ela vivencia em seu corpo esses processos. Sentimentos de vazio, incompletude e angústia vividos por ambas as personagens demonstram a influência do amadurecimento emocional para a manutenção da saúde não só do ponto de vista psíquico, mas também físico. Em *Macabéa*, por exemplo, a aspirina ocupa um lugar que visa a preencher uma falta. Essa falta que não tem nome pode ser preenchida por um remédio até certo ponto de vista genérico, administrado para diferentes sintomas. Ao não conseguir nomear o que sente justamente pelo fato de temer as palavras, a aspirina atua como algo que pode aplacar seus sintomas – físicos, mentais, psíquicos. A aspirina dá nome, enfim, àquilo que nem mesmo ela consegue nomear, mas que corporifica: o mal-estar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois livros de Clarice Lispector discutidos neste estudo remetem aos processos de saúde-doença vivenciados pelas protagonistas e sua interferência



no panorama da composição de suas identidades. Ao observarmos Joana e Macabéa nota-se que os limites do corpo simplesmente não dão conta de sustentar o que se sente, motivo pelo qual o corpo é narrado como uma forma na qual a alma tenta sempre caber. Essa alma transbordante pelo corpo dá forma e sentido às inquietações dessas duas personagens. Essa porção que transborda também pode ser interpretada como a dimensão de um feminino que não pode ser contido pelas barreiras, formas e interditos sociais impostos às mulheres cultural e socialmente.

Por fim, para além dos aspectos aqui sumarizados em relação ao feminino e à saúde mental, destaca-se o importante papel que a Literatura pode ocupar na formação em saúde justamente por recuperar, a todo momento, aspectos como a sensibilidade, a escuta e a humanização. O cuidado em saúde mental, além das interações humanas, também diz respeito ao aspecto profissional do cuidado, de modo que estratégias de escuta e vínculo são essenciais para que se estabeleça uma terapêutica entre paciente e profissional. Esse acolhimento também é importante para qualquer comunicação e relacionamento, de modo que o que é representado em obras ficcionais também pode ser aproximado das realidades humanas e potencializar diálogos.

Finalizamos, pois, com um convite apresentado por Joana e Macabéa: de que a compreensão da saúde mental possa ultrapassar nosologias e planos terapêuticos que muitas vezes não conseguem traduzir ou conter, de fato, algo que se dá para além do que é narrado ou do que pode ser percebido por meio de exames e investigações sobre o corpo. Joana e Macabéa trazem o desconforto desse corpo – ou a sua insuficiência para narrar tudo aquilo que desejam. As Ciências da Saúde, nesse sentido, podem ater-se a dimensões menos biologizantes das narrativas na assistência em saúde mental, promovendo ou



interessando-se pela escuta dos discursos que ultrapassam nossas tradicionais formas de investigar o corpo, o adoecimento psíquico e, também, o feminino.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; ALMEIDA, M. M. G. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 337-348, 2005.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARVALHO, A. I. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz. **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro. População e perfil sanitário. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

CERIBELLI, C. *et al.* Reading mediation as a communication resource for hospitalized children: support for the humanization of nursing care. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 81-87, 2009.

FONSECA, R. M. G. S. Espaço e gênero na compreensão do processo saúde-doença da mulher brasileira. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 5-13, 1997.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 625-631, 2009.

GOTLIB, N. B. **Clarice**: uma vida que se conta. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2009.



JUNQUEIRA, L. F. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Psicologia, literatura e saúde mental. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 10, 2021.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LISPECTOR, C. **Perto do coração selvagem**. São Paulo: Mediafashion, 2017.

LOPES, A. P. A.; PAULA, T. S. M.; PACÍFICO, S. M. R. O discurso de/para Macabéa em *A Hora da Estrela*: sentidos possíveis e (in)desejados para o sujeito-mulher. In: GARCIA, D. A. *et al.* (org.). **Quando o feminino grita no poético e no político**. São Carlos: Pedro & João, 2018.

MOSER, B. **Clarice**. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Cosac Naif, 2017.

NABUCO, G.; OLIVEIRA, M. H. P. de; AFONSO, M. P. D. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde? **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 2532, 2020.

ORGANIZACIÓN Panamericana de ja Salud [OPAS]. **Atlas de salud mental de las Américas 2017**. Washington, DF: OPAS, 2018.

POJAR, G. B.; SCORSOLINI-COMIN, F. Um corpo que arde: corporeidade e produção de subjetividade em Clarice Lispector. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, n. 1, 2020.

PASSOS, C. R. P. Crítica literária e psicanálise: contribuições e limites. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 6, p. 166-185, 2002.

PRAZERES, L. L. G. Joana, entre o ser e o tornar-se: a representação do feminino e a viagem em *Perto do coração selvagem*. **Revista Eletrônica de Estudos Literários**, Vitória, v. 10, n. 15, 2014.



REBELLO, I. F. Sobre restaurar fios: reflexões sobre a pobreza em *A hora da estrela*. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 41, p. 219-232, 2013.

ROSENBAUM, Y. **Clarice Lispector**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCORSOLINI-COMIN, F.; FIGUEIREDO, I. A. Concepções de saúde, doença e cuidado em *Primeiras estórias*, de Guimarães Rosa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 883-897, 2018.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Todos passam pela via crucis: a corporeidade em Clarice Lispector. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 623-632, 2010.

SENICATO, C.; AZEVEDO, R. C. S.; BARROS, M. B. A. Transtorno mental comum em mulheres adultas: identificando os segmentos mais vulneráveis. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2543-2554, 2018.

SILVA, A. F. C. *et al.* Domestic violence against women: sociocultural context and mental health of the victim. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 3, 2020.



O PATRIARCADO NA CONTEMPORANEIDADE E A QUESTÃO DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE CANÇÕES BRASILEIRAS

PATRIARCHY IN CONTEMPORARY TIMES AND THE GENDER ISSUE: A DISCURSIVE ANALYSIS OF BRAZILIAN SONGS

Nadia Regina Loureiro de Barros LIMA¹

RESUMO

Considerando as questões relativas ao Patriarcado na contemporaneidade – em declínio ou em atuação? –, este artigo pretende trazer para análise esse debate a partir de um olhar de gênero, lastreado no dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso/AD de Michel Pêcheux. Tomando como *corpus* as canções brasileiras *O surdo* e *O cravo brigou com a rosa*, a análise consiste em compreender como os dizeres de compositores significam, particularmente no que se refere às relações de gênero, bem como os sujeitos, que produzem os discursos, são afetados pelos sentidos presentes na historicidade da palavra em seu aspecto ideológico. Inicialmente, analisa-se como o Patriarcado é apreendido a partir de um olhar de gênero sob a perspectiva da AD; em seguida, analisam-se discursivamente as canções à luz da memória discursiva e da metáfora; enfim, apresentam-se as considerações a partir da análise realizada.

PALAVRAS-CHAVE

patriarcado; gênero; Análise do Discurso; canções brasileiras.

¹ Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Minho e Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2011). Professora voluntária da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: nadiarlbl@gmail.com.



ABSTRACT

Considering the issues related to Patriarchy in contemporary times – in decline or in action? –, this article intends to analyze this debate from a gender perspective, based on the theoretical-methodological device of Michel Pêcheux's Discourse Analysis/DA. Taking as corpus the Brazilian songs *O surdo* and *O cravo brigou com a rosa*, the analysis consists in understanding how the words of composers mean, particularly with regard to gender relations, as well as the subjects, who produce the discourses, are affected by the meanings present in the historicity of the word in its ideological aspect. Initially, we analyze how Patriarchy is apprehended from a gender perspective from the perspective of DA; then, we discursively analyze the songs in the light of discursive memory and metaphor; finally, we present our considerations based on the analysis carried out.

KEYWORDS

patriarchy; gender; Discourse Analysis; Brazilian Songs.

1. INTRODUÇÃO

O momento histórico atual vem sendo caracterizado, entre outros traços, pelo processo da busca de direitos iguais no relacionamento humano. Esse processo, desencadeado no século XVIII, quando a Revolução Francesa constituiu o marco inaugural da Idade Contemporânea, vem se estendendo até os dias atuais. No entanto, alguns traços do passado, presentes em momentos históricos anteriores, se presentificam hoje no espaço social, como se a busca da Igualdade de direitos pouco lhes afetasse. Um desses traços é a presença do sistema patriarcal no relacionamento humano, registro de um passado longínquo, e que, embora assumindo roupagens diversas, vem atravessando a história da humanidade até os dias atuais. Apreender como esse sistema se faz presente, através da análise de textos poéticos – canções brasileiras –, na condição das mulheres, à luz dos Estudos de Gênero e da Análise do Discurso (AD), é nossa proposta de reflexão e análise.



Nos Estudos de Gênero, o conceito de Patriarcado vem centralizando análises realizadas sobre a relação hierarquizada entre homens e mulheres. Na AD, entre os diversos conceitos a serem trabalhados, os de Memória Discursiva e de Metáfora ocupam um lugar central. Os Discursos presentes nos textos em análise, sob a regência da Formação Ideológica Patriarcado-Capitalismo e pertencentes à Formação Discursiva da Arte Musical, serão analisados a fim de compreender como os dizeres significam. Com tal análise, buscamos responder, entre várias questões, a relativa à condição do Patriarcado na contemporaneidade – em declínio ou em atuação? –, guiada pela Análise de Discurso à luz de um olhar de Gênero. Diante disso, levantamos a seguinte questão-problema: considerando a realidade brasileira, no que se refere à condição das mulheres na relação com os homens à luz do olhar de gênero, como os textos musicais relativos às canções brasileiras em análise situam discursivamente a condição feminina?

Na busca de pistas que respondam a essa questão, pretendemos que a análise seja guiada pelos dispositivos teórico-metodológicos dos Estudos de Gênero e da Análise do Discurso (AD) filiada à Escola Francesa de Michel Pêcheux. Dado o caráter de entremeio desse dispositivo, a busca de esclarecimento sobre tal questão-problema será feita a partir de um lastro epistemológico transdisciplinar, construído por uma pluralidade de campos de saberes pertencentes ao campo da AD – Teoria do Discurso, Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise.

À luz desses dispositivos, os conceitos se entrelaçam na construção discursiva sobre a ordem simbólica patriarcal no capitalismo contemporâneo, que pretendemos tratar no presente artigo. Inicialmente, abordamos o Patriarcado à luz das condições de produção discursiva patriarcal e das



relações de gênero; em seguida, de que modo essas relações, através da Memória Discursiva e da Metáfora, são evidenciadas nas canções brasileiras em análise – *O surdo* (canção popular) e *O cravo brigou com a rosa* (cantiga de roda infantil). Enfim, expomos as nossas considerações sobre o Patriarcado presente nas canções brasileiras em análise, identificando, através do funcionamento discursivo, a presença da ordem patriarcal de gênero.

2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO PATRIARCAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

Para efeito da reflexão a ser desenvolvida neste artigo e seguindo os passos da AD², buscamos saber como um **Discurso** funciona, palavra em movimento, movimento de sentidos. Assim sendo, sujeito e sentido para a AD se constituem mutuamente; este sentido não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas presentes no processo histórico, em que as palavras são produzidas.

Nessa perspectiva, a AD está interessada no texto como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso, sobre o qual se propõe falar, contando na sua constituição com mecanismos **ideológicos** e **inconscientes**. Isso implica a construção do procedimento investigativo, dispositivo de Análise/ Interpretação que, fundamentalmente, consiste em articular o dito com o **não-dito**. Nesse processo, dois pontos a considerar em relação ao **não-**

² A AD conta em seu ato fundador com um artigo do estruturalista americano Z. Harris (1952), que cunhou o termo. Na década de 1960, em Paris, Michel Pêcheux elaborou uma teoria da linguagem intrinsecamente articulada com o Materialismo Histórico (a partir da releitura de Althusser), com a Linguística de Saussure e a Teoria do Discurso, e atravessada pela Psicanálise lacaniana. Por esse seu caráter transdisciplinar, caracteriza-se como uma disciplina de **entremeio** e, como dispositivo teórico-metodológico, busca saber “como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 63).



dito: um primeiro diz respeito à Ideologia e ao Inconsciente, porquanto remetem a um não saber, para um enunciado que não foi dito, porém que ecoa a partir do que foi dito e em outro lugar. O segundo ponto consiste no **Interdiscurso**, aquilo que fala em outro lugar e que é da ordem do exterior, da alteridade, do historicamente construído, registrado na **Memória Discursiva**; nessa, busca-se para onde os sentidos apontam, a partir da posição ocupada pelos sujeitos enunciantes (formas-sujeitos), bem como as imagens projetadas resultantes dessa posição.

Ao se buscar apreender o **funcionamento discursivo**, os sujeitos são, nas palavras de Henry (1992, p. 188), “ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente, e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem”. Isso também aponta para a condição de assujeitamento presente no processo de construção subjetiva, de caráter paradoxal (processo ilusório), sustentado, nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1993), por um “teatro de consciência”, apagando ou fazendo esquecer o processo constitutivo de sua entrada no universo simbólico. Nesse sentido, portanto, o processo de constituição subjetiva se sustenta nos pilares da ideologia e do desejo, ambos marcados por mecanismos inconscientes.

Explicitando o procedimento do dispositivo de análise, Orlandi (1996) estabelece as coordenadas de apreensão do funcionamento discursivo e afirma que estas consistem em remeter o texto ao discurso. Destaca a articulação deste com as **Formações Discursivas** (FDs) e as **Formações Ideológicas** (FIDs). As FDs são espaços de significação que, para Pêcheux (1988, p. 160), “determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição [ideológica] dada numa conjuntura”. Já as FIDs



consistem em forças em confronto com outras forças situadas numa dada formação social.

Em nossa análise, as forças em confronto estão materializadas na relação de desigualdade social estabelecida através da História entre o masculino e o feminino pela atuação da FId Patriarcado-Capitalismo. Desde já, questionamos: de que modo a instância ideológica patriarcal funciona reproduzindo o assujeitamento de sujeitos?

Os mecanismos ideológicos são apreendidos na análise materialista histórica pela via do conceito de desigualdade social – classes, gêneros, raças, entre outras formas desiguais de relacionamento social. No nosso processo investigativo, destacamos a relação de gênero na qual o masculino e o feminino constituem sujeitos antagônicos. Na visão marxista, mecanismos ideológicos agem a reforçar relações de dominação e contribuem para que se perceba o mundo social de modo invertido.

Considerando o lastro transdisciplinar da AD, especificamente no que se refere ao Materialismo Histórico e à Psicanálise, como apreendem o surgimento do Patriarcado e sua articulação com a relação de gênero?

Na discussão teórica sobre o Patriarcado, Engels (1978), em sua obra *História da família, da propriedade privada e do Estado*, inicialmente publicada em 1884, associa a propriedade privada dos meios de produção com a origem da família patriarcal. Cabe à figura paterna o exercício da autoridade máxima: a descendência é patrilinear, e a mulher, um ser subordinado. Já em relação à Psicanálise, esta apreende o surgimento do Patriarcado, entre outras fontes, a partir de Freud, em sua obra *Totem e Tabu* (1913), uma referência clássica – o pai na horda primitiva e seu assassinato pelos



filhos, sequenciado pelo sentimento de culpa e pela instituição do totem como representante do pai e a instituição da lei, pela via do tabu do incesto.

Para a AD, a visão de sujeito traz a marca da heterogeneidade. No percurso da História, observa-se como isso vem caracterizando o modo de construção discursiva das subjetividades feminina e masculina. Esta é uma das posições humanas primordiais, pois, antes de qualquer outra constituição subjetiva, logo que chegamos ao mundo, os significantes “homem” e “mulher” são os primeiros a nos designar e posicionar na ordem simbólica; em função disso, questionamos: em que consiste a relação de gênero?

Na perspectiva de Joan Scott (1995), entende-se por Gênero uma categoria de análise que busca apreender como as relações de dominação entre homens e mulheres³ são socialmente construídas e, na dinâmica sócio-histórica, se encontra intrinsecamente entrelaçada com as demais formas de dominação — classe, raça, entre outras —, reforçando-as e reproduzindo-as. A dinamicidade da relação de gênero, no que concerne aos efeitos sociais e políticos, pode ser apreendida a partir de sua conceituação que, para Scott (1995), é constituída por duas proposições fundamentais: Gênero como elemento constitutivo de relações sociais — simbolismo de gênero, estrutura de gênero, identidade de gênero — fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; e Gênero como primeiro modo de dar significado às relações de Poder. Nessa perspectiva, há uma relação intrínseca entre Gênero e História e esta se apresenta, afirma Scott (2018, p.13), “não apenas como registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença

³ A perspectiva desconstrutivista de J. Butler, uma das referências do movimento *queer*, propõe a teoria do transgênero, que ultrapassa o binarismo homem-mulher.

sexual”. Assim sendo, continua Scott (2018, p.13) “Parto do princípio de que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente”⁴. Seguindo essa linha de raciocínio, se apreende a presença do Patriarcado no momento presente.

Entre as teóricas que vêm trabalhando a relação de gênero e Patriarcado, destacamos Pateman em sua obra *Contrato Sexual* (1988). Nela, o Patriarcado é identificado como um contrato sexual atuante no âmbito privado, mas com desdobramentos para o espaço público. Isso permite que se constate a atuação da estrutura patriarcal do capitalismo e de toda a sociedade civil, donde os desdobramentos de estruturas patriarcais de pensamento. Para essa autora, a “lei do pai” e a “lei do marido” vêm garantindo a perpetuação de uma história de liberdade para os homens e de submissão para as mulheres. Os desdobramentos para a questão de gênero se fazem no âmbito dos direitos, configurando uma relação hierárquica, de poder, desigualdade estabelecida na relação com a “lei do pai”.

A relação entre Capitalismo e Patriarcado constitui um eixo básico de análise para a apreensão das condições históricas das relações de gênero e do funcionamento discursivo sobre o Patriarcado na contemporaneidade. Sob o domínio da desigualdade imposta pela ordem patriarcal de gênero, cabe às mulheres uma posição inferior, de exclusão e silenciamento, como bem registram diversas Formações Discursivas. Entre outras, lembramos: a FD

⁴ Refletindo sobre a mudança em sua reflexão, afirma Scott (2018, p.16) que provém de seu questionamento sobre “como hierarquias como as de gênero são construídas e legitimadas (...), ‘como’ sugere um estudo de processos (...), do discurso (...) o que as “organizações significam (...)”. Enfim, continua Scott (2018, p.26) “Se gênero deve ser repensado, se um novo saber sobre a diferença sexual deve ser produzido (saber que põe em questão até a primazia da oposição masculino/feminino), devemos também estar dispostos a repensar a história da política e a política da história”.



Filosófica – “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos, teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho” (PLATÃO, 1964, p. 135); a FD **Religiosa** – “Durante a instrução, a mulher deve ficar em silêncio, com toda a submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Portanto, que ela conserve o silêncio” (BÍBLIA, 1 Timóteo 2, 11 *apud* STORNIOLLO, 1990) ; a FD **Artística Teatral**, Molière em sua Peça de 1672, *Les Femmes Savantes*⁵.

Essa imposição fundamentada na FId Patriarcado-Capitalismo implicava a estrutura familiar, fundada sob bases patriarcais na defesa da propriedade privada. Funcionava como uma unidade produtiva em que o pai – *pater familias* – ocupava a posição de proprietário. Além do registro explícito, há também o implicitamente posto, forma de atuação do **silenciamento discursivo** como um mecanismo ideológico, conforme chama a atenção Françoise d’Eaubonne (1977) para a narrativa de historiadores, etnólogos e antropólogos que **silenciam** sobre a contribuição das mulheres, como, por exemplo, na criação da Agricultura que, durante muito tempo, permaneceu como um trabalho exclusivamente feminino. No entanto, redigem eles frases no masculino, do tipo “os agricultores subiram até à bacia do Elba”, “Os camponeses europeus começaram a controlar os cereais”, invisibilizando o feminino na História. E isso em nome de uma regra gramatical – a concordância com o masculino plural. Para d’Eaubonne (1977, p. 12), não se trata de um simples pormenor e sim do “essencial”, o que leva Alphonse Allais (*idem*, *ibidem*) a concluir que “300 mil mulheres e um rapazinho concordam no

⁵ TOSI, L. (1987, p. 18). Tradução da língua francesa para a portuguesa: “Consinto que uma mulher saiba de tudo;/ Mas não admito nela a paixão chocante/ De se tornar sábia para se mostrar sábia;/ E amo que amiúde sobre as perguntas que se fazem,/ Ela aparente ignorar as coisas que conhece [...]”.



masculino plural. Mas a interiorização dessa regra convencional aproxima-se da fraude”. Evidencia-se assim a presença do Patriarcado atuando de modo explícito ou implícito, pelas vias do **silenciamento discursivo**. Cumpre destacar seus momentos de mudança. Contextualizando-o historicamente, desde meados do século XVIII, com o desenvolvimento do processo de industrialização, a estrutura familiar vem passando por transformações no seu núcleo básico; chega aos dias atuais com uma estrutura em que a figura de autoridade do *pater familias* já não exerce aquela posição de mando própria do Patriarcado clássico. Essa mudança, desestruturando a “Lei do pai”, leva perspectivas teóricas a verem o Patriarcado em declínio e, entre outras, a de Jeruzalinski (2013), em sua Obra “O Declínio do Império Patriarcal”; a de Xavier (1998), “O Declínio do Patriarcado” e, daí a afirmativa de J. A. Miller (2013): “Estamos em fase de saída da era do Pai [...]”. A função paterna e a crise do Patriarcado⁶ constituem um debate atual na Psicanálise, e com olhares diversos: para alguns, aqueles que tomam essa função como uma categoria a-histórica, seu exercício depende da hierarquia entre os sexos e entre pai e mãe; já para outros, a partir de um olhar histórico, sem a dependência da autoridade paterna e da dominação masculina, marcas do Patriarcado, valorizando e repensando a função paterna na atualidade. Nessa visão histórica, a crise do Patriarcado abre espaço para novas formas de subjetivação. A postura sobre o declínio do Patriarcado vem sendo questionada por outras perspectivas, entre elas a de Castells (1999, p. 278) que, embora reconheça a crise do patriarcalismo, afirma que no mundo inteiro este sistema “ainda está vivo e passando bem [...]”.

⁶ Em seu artigo “Crise do Patriarcado e Função Paterna: um debate atual na Psicanálise” (2018), Mariana Pombo problematiza essa questão atual sobre a função paterna na Psicanálise.



Para Saffioti (1992), a razão desse desencontro de visões sobre o Patriarcado deve-se à limitação do dualismo decorrente da polissemia conceitual de gênero e aponta como uma possibilidade de superação a perspectiva ontológica da Lógica da Particularidade de Lukács. Menciona os “Nós das três subestruturas” – gênero, classe, raça –, que correspondem ao Patriarcado, ao Capitalismo e ao Racismo. À luz desse olhar ontológico, privilegiando o sentido da unidade, apreende-se que no Patriarcado, a “função paterna”/Lei do pai passa por mudanças radicais, porém isso não significa que esteja em declínio, porquanto, em relação à “Lei do marido”, a ordem patriarcal de gênero continua em atuação.

3. MEMÓRIA DISCURSIVA E METÁFORA: CANÇÕES BRASILEIRAS EM ANÁLISE

Para a AD, o Interdiscurso é aquilo que fala em outro lugar, sendo da ordem da exterioridade, e está registrado na Memória Discursiva; esse sentido de exterioridade “remete para todos os dizeres que já foram ditos e esquecidos – o **já-dito**. Correspondem assim ao dizível e, nesse sentido, acabam por determinar o que dizemos”. E como funciona a Memória Discursiva? Davallon (1999, p. 8) levanta a hipótese de que os objetos culturais, operadores da memória social, trabalham no sentido de entrecruzar memória coletiva e história.

O Interdiscurso, para Courtine (1999, p. 18), “ressoa no domínio da memória como uma voz sem nome” e corresponde a um corpo de traços, ao movimento de interação entre discursos no interior de um mesmo discurso: ao dizer, o sujeito reproduz o que já foi dito em outro tempo,



em outro lugar, bem como atualiza o dizer, e é isso que faz sentido: uma memória atualizada. Essa atualização, o discurso do agora, corresponde ao intradiscurso. É nesse jogo do **já-dito** em outro tempo/lugar que acontece, como bem lembra Orlandi (2001, p. 53), “a transferência, a palavra que fala com outras”, constituindo o efeito metafórico. Nas palavras de Lacan (1998, p. 510), “uma palavra por outra, eis a fórmula da metáfora [...]”.

Após situarmos as condições de produção do discurso patriarcal articuladas com as relações de Gênero, o passo seguinte consiste em construir o Dispositivo de análise tendo em vista a interpretação dos ditos e “**não-ditos**” nas canções brasileiras. Na AD, como visto anteriormente, considerando o sujeito e o sentido, bem como a ideologia e os mecanismos inconscientes, o processo transferencial de sentidos dá-se predominantemente no que concerne à identificação do sujeito com uma diversidade de associações históricas. Em razão disso, uma mesma palavra ou frase pode dispor de sentidos diversos, a depender da posição do sujeito e de sua relação com várias FDs.

Nesse processo, nosso *corpus* será remetido à FD Arte Musical, cujo sentido advém da FId Patriarcado-Capitalismo. Resultante das condições de produção histórica, está ele relacionado à Memória, onde atuam os mecanismos ideológicos, inconscientes, entre outros. Diante da questão-problema – como as canções brasileiras em pauta situam discursivamente a condição feminina? –, um primeiro passo na análise discursiva consiste em identificar o que dizem os enunciadores no texto, cujos dizeres significam não só pela presença de determinadas palavras, mas também pelo modo como elas funcionam no discurso, apontando



assim para o funcionamento discursivo. Outro passo consiste em situar os dizeres, remetendo o texto aos discursos que o produziram. Para isso, necessário se faz efetivar uma intervenção e recortar o texto em Sequências Discursivas (Sds), analisando-as nas canções em foco. No final, de acordo com o funcionamento discursivo, estabelecem-se possíveis conexões entre elas.

4. O SURDO

CONTEXTUALIZAÇÃO DO GÊNERO MUSICAL SAMBA/MPB

Conforme Jairo Severiano (2017), a história da MPB está dividida em quatro tempos. De acordo com essa divisão, *O surdo* pertence ao 4º tempo, quando o samba já vivenciava, desde a década de 1950, um período de renovação. O vocábulo samba, de acordo com Nei Lopes (1997), é banto; em Angola, é verbo que significa “cabriolar, brincar, divertir-se como cabrito”. No Brasil, nas zonas Portuária e do Centro do Rio de Janeiro, nasceu o samba como canção urbana por volta de agosto de 1916.

Dados informativos sobre a canção

- Compositores: Paulo Roberto Rezende, Totonho & Os Cabras
- Lançamento: 1975
- Gênero musical: samba, MPB
- Surdo: instrumento musical; percussão
- Texto da canção *O surdo*⁷ (Anexo 1)

⁷ “O surdo é um tambor cilíndrico de metal e pele dupla [...] suspenso num talabarte vestido pelo instrumentalista. O surdo toca o pulso e é o coração do conjunto” (JENKINS, 2009).

Análise discursiva

Sd1: “Amigo, que ironia desta vida/ Você chora na avenida/ Pro meu povo se alegrar/ Eu bato forte em você/ E aqui dentro do peito uma dor/ Me destrói/ Mas você me entende/ E diz que pancada de amor/ Não dói”.

Um dado inicial a destacar nessa Sd1 é a presença da palavra **ironia**, logo na 1ª frase, significando discursivamente o texto que segue. A AD reconhece que reflexões sobre a ironia acompanham a Filosofia desde suas origens; a Retórica, por sua vez, a apreende como um “tropo”: palavra de origem grega (*tropos*) que significa “desvio”, “torção”, e consiste em dizer o contrário do que se pretende que o destinatário venha a compreender. Os tropos são, conforme Dumarsais (1968, p. 69), “figuras por meio das quais se atribui a uma palavra uma significação que não é precisamente aquela própria dessa palavra”. Ou seja, o tropo se desvia de sua significação própria (sentido próprio ou literal/surdo não escuta) e assume um sentido tropológico (derivado ou figurado/um surdo que escuta). Entre os diferentes tipos de tropo, destaca-se a metáfora, “‘tropo dos tropos’, que se baseia em uma relação de analogia percebida entre dois objetos correspondentes aos dois sentidos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 487), isto é, analogia entre o instrumento musical “surdo” (no qual se bate forte) e a mulher (que sofre violência doméstica por parte do homem).

No texto, o autor atribui a ironia à vida, cheia de contradições e divergências, que no texto são expressas pelos verbos: chorar – alegrar; pelas ações: “Eu bato forte em você/ E aqui dentro do peito uma dor me destrói/ Mas você me entende/ E diz que pancada de amor não dói”.



Outro dado a destacar nessa Sd1 é a presença da adversativa **Mas**, um conector que aponta para um teor contraditório, pois a ação “bato forte em você” gera uma dor que “me destrói”; no entanto, a figura que é “batida”/agredida/sofre com a dor, ao contrário do esperado (não entender o sentido e sofrer com a dor desse ato agressivo), entende e diz que “pancada de amor não dói”. Conforme Ducrot (1987), conectores do tipo, **mas** apontam para a evidência de um **não-dito**. Como na AD o procedimento de análise consiste em remeter o texto para o discurso, questiona-se: para onde esse dito estaria apontando? O que esse dito estaria sinalizando? E que **não-ditos** estariam aí implicados?

A sinalização para os **não-ditos** advém de elementos interdiscursivos próprios do domínio da Memória social, um conjunto complexo de saberes preexistentes e compartilhados pela comunidade, que corresponde a um *corpus* sócio-histórico. Um desses **não-ditos** é apontado pela frase “pancada de amor não dói”, que, por sua vez, remete a uma voz sem nome, um **já-dito**, dito em outro lugar, registrado na Memória do Discurso de Gênero, mais especificamente, relativo à violência praticada contra as mulheres, de acordo com o registro da Formação Ideológica Patriarcado-Capitalismo que atribui sentido à FD Musical.

Esse sentido é marcado tanto pela ideologia como pelo inconsciente e deixa sua marca na estrutura do sujeito discursivo, correspondendo ao pré-construído⁸, em que frases se assemelham. Entre tantas existentes,

⁸ Para Courtine (1981, p. 37), o termo pré-construído, introduzido por Paul Henry, representa uma construção anterior, exterior, independente, “lo que cada uno sabe y simultaneamente lo que cada uno puede ver em uma situación dada”. Também Pêucheux (1988, p. 99) se refere a esta noção proposta por Paul Henry “para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”.



destacamos: “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”; “Em mulher não se bate nem com uma flor”; “Pancada de amor não dói”. O conector **mas** — diante da agressão exercida contra o “amigo”, que deveria não entender o ato agressivo, porém o entende e ainda justifica o ato com a frase “Pancada de amor não dói” — remete para uma construção anterior: briga de homem que bate em mulher. Essa construção corresponde a um **não-dito**, uma voz sem nome presente na Memória histórica da violência de gênero. Nessa relação interdiscursiva, segundo Courtine (1999, p. 19), “o sujeito não tem lugar que lhe seja assinalável; ressoa no domínio da memória somente uma voz sem nome”.

Sd2: “Meu surdo, parece absurdo/ Mas você me escuta/ Bem mais que os amigos lá do bar/ Não deixa que a dor/ Mais me machuque/ Pois pelo seu bатуque/ Eu dou fim ao meu pranto e começo a cantar/ Meu surdo, bato forte no seu couro/ Só escuto este teu choro/ Que os aplausos vêm pra consolar./ Meu surdo, velho amigo e companheiro/ Da avenida e de terreiro,/ De rodas de samba e de solidão/ Não deixe que eu vencido de cansaço/ Me descuide desse abraço/ E desfaça o compasso do passo do meu coração”⁹.

Conforme o texto musical, o “amigo” anunciado pelo autor corresponde a um instrumento musical denominado de “surdo”. Retomando a ironia registrada na Sd1, corresponde a um tropo que, conforme Kerbrat-Orecchioni (1980), consiste numa divergência mais ou menos clara entre sentido literal e sentido figurado, ou seja, literalmente quem é surdo não escuta, porém o

⁹ Na letra musical do samba, o Compositor/**A** se dirigindo ao Surdo/**B** faz uso do recurso da personalização através de uma analogia entre o compasso do instrumento musical e as batidas de seu coração. Discursivamente, entram em cena as imagens, funcionamento de FI (Formação Imaginária).



“amigo” surdo “[...] escuta/ Bem mais que os amigos lá do bar”. Esse registro, para Ducrot (1987), tomando Ironia como Polifonia – distinção entre **L**ocutor e **E**nunciador –, se dá quando acontece algo da ordem do absurdo¹⁰ e remete a uma distinção, no texto musical, entre **L** e **E**.

De acordo com a análise interdiscursiva (Discurso musical e Discurso de Gênero), o instrumento musical “surdo” seria a representação metafórica da mulher, e o compositor/**L** simbolizaria o homem, macho da espécie humana. Esse é exatamente o sentido do tropo, um tropo irônico que é reforçado mais uma vez – tal qual na Sd1 – pelo conector **mas**, que, de modo **absurdo**, faz parte da ironia como polifonia.

O que caracteriza essencialmente cada tropo é o modo como uma palavra se desvia de sua significação própria. No caso do texto musical, trata-se de **um surdo que escuta**. De acordo com a interdiscursividade, remete para a Memória discursiva da relação de gênero Homem e Mulher, sendo esta uma “figura – analogia metafórica” do surdo, instrumento musical que é batido e diz, de acordo com o locutor/**L**, e remete para o enunciador/**E** que “pancada de amor não dói”. É um surdo que, contraditoriamente, corresponde a um “absurdo”, pois é o contrário do sentido primitivo da palavra: escuta.

Um aspecto fundamental a destacar é que não se trata de uma analogia pela semelhança física percebida entre as duas imagens – **surdo**, instrumento musical, e Mulher, fêmea da espécie humana –, e sim pela posição submissa e agredida que ocupam essas duas figuras em relação ao Locutor e ao Enunciador/Homem: ambas justificam e aceitam a condição vivenciada

¹⁰ Para Ducrot (1984, p. 211), “a posição absurda é diretamente expressa (e não mais citada) na enunciação irônica; ao mesmo tempo, ela não é atribuída a **L**, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídos a outra personagem”.



porque, de acordo com a **voz sem nome** da Memória histórica veiculada pelo adágio popular, “ser violento é coisa de homem”.

A contradição da Ironia continua presente na Sd2 pelos opostos da ordem do absurdo: **surdo** que **escuta**; **não deixa** que a **dor** mais **lhe machuque**; pois pelo seu **batuque** (barulho do surdo que **não escuta**) dou fim ao **pranto** e começo a **cantar**; **bato forte** no seu couro, escuto seu **choro**, **aplausos** para **consolar**; avenida (centro urbano) e no terreiro (favela); cansaço, abraço, compasso do passo do meu coração.

O cravo brigou com a rosa

Contextualização do gênero musical “Cantigas de roda” ou “Cantigas de brincar”

A canção *O cravo brigou com a rosa*, diferentemente da canção *O surdo*, é caracterizada como música folclórica. Em oposição à música popular, que conforme Tinhorão (2013) é composta por autores conhecidos e divulgada por meios gráficos, a música folclórica é de autoria desconhecida e coletiva, constituindo um verdadeiro patrimônio da cultura popular. Incorpora diversas culturas.

Dados informativos sobre a canção

- Compositores: Heitor Villa-Lobos (letra) e Luiz Carlos Borges/Vagalume (música)
- Época da produção: década de 1930



- Gênero musical: cantigas de roda ou cantigas de brincar. Populares no universo infantil, apresentam uma linguagem imagética e são transmitidas oralmente de uma geração a outra.
- Texto da canção *O cravo brigou com a rosa*: Anexo 2

Análise discursiva

Sd1: “O cravo brigou com a rosa/ Debaixo de uma sacada/ O cravo saiu ferido/ E a rosa, despedaçada”.

A referência às flores cravo e rosa tem estado presente, no cancioneiro brasileiro, em outras canções. Caracteriza relacionamentos amorosos que, na Memória histórica, remete a figuras do homem e da mulher¹¹.

No que se refere à canção *O cravo brigou com a rosa*, o discurso enunciador, do ponto de vista da temporalização, situa os atores – o cravo e a rosa – no tempo passado (pretérito perfeito) e, no final, há uma projeção no futuro. Na análise discursiva da Sd1, um ponto de destaque que logo se evidencia é a relação de conflito entre duas flores pertencentes à FD Botânica, cujo efeito de sentido interdiscursivo é a remetência, por transferência analógica, a duas outras figuras pertencentes à FId Patriarcado-Capitalismo: o homem e a mulher. Com esse processo transferencial-analógico se faz presente a Metáfora, uma figura de Discurso por excelência que consiste na substituição de uma palavra por outra por analogia, como afirma Lacan (1998, p. 510).

¹¹ “Nasce o cravo, nasce a rosa,/ Pro jardim nos enfeitá/ Todos nascem com destino/ Eu nasci só pra te amá!/ Ai, ai, ai, ai!.../ Eu nasci só pra te amá!...” (ANDRADE, 2006).

Na esteira desse processo transferencial metafórico, o funcionamento discursivo produz o efeito de sentido para a relação de gênero em que **uma voz sem nome**, própria da Memória histórica, traz o registro da relação conflituosa entre homens e mulheres em cenas de violência similares à do cravo com a rosa – briga, ferido, despedaçada –, resultando na criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 22/09/2006)¹². Historicamente, no adágio popular, também estão presentes enunciados que remetem a essa relação conflituosa, como visto anteriormente. Na canção em foco, a enunciação evidencia tensões dialéticas com opostos bem delineados – poder do cravo, submissão da rosa – que, por sua vez, remetem a um **já-dito** da Memória histórica correspondente às posições masculina dominante e feminina dominada.

Sd2: “O cravo ficou doente/ E a rosa foi visitar/ O cravo teve um desmaio/ E a rosa pôs-se a chorar/ A rosa fez serenata/ O cravo foi espiar/ E as flores fizeram festa/ Porque eles vão se casar”.

Se na 1ª cena, o texto musical apresenta uma relação de conflito entre as duas figuras/flores, na 2ª há o registro do resultado da cena conflituosa: o cravo ficou doente e a rosa, mesmo havendo sido despedaçada, foi visitá-lo. Deu-se com isso o desmaio do cravo, o choro da rosa e, por fim, a reconciliação, culminando com o casamento. Qual a razão do desmaio do cravo e das lágrimas da rosa que “pôs-se a chorar”? Mais uma vez, a Memória histórica nos traz **pré-construídos** que emergem dessa cena conflituosa

¹² “Art. 1º - Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do art. 226 da Constituição Federal” (BRASIL, 2006).



entre as duas flores, em que imagens são produzidas e projetadas: trata-se da relação de gênero em que sujeitos ocupam situações (objetivas/sexo homens e mulheres) e posições (representativas/gênero masculino e feminino). E isso porque, quando trabalhamos com a categoria gênero, não se trata de situações/sujeitos empíricos, senão de posições/representatividade simbólica.

Assim, vozes masculinas e femininas podem ser enunciadas por homens e mulheres, conforme já vimos na abordagem desenvolvida por Saffioti (1992) a partir da perspectiva ontológica: o gênero implica uma conotação simbólica da ordem do social. E já que as mulheres estão inseridas na FId Patriarcado-Capitalismo, tendem a estar assujeitadas (mecanismos ideológicos) aos hegemônicos valores patriarcais. Desse modo, marcas discursivas concernentes ao feminino e à feminilidade, próprias do **pré-construído** patriarcal – fragilidade, inferioridade, domesticidade, capacidade de reconciliação, pacificar, perdoar, compreender –, remetem as mulheres a uma condição de dependência.

A cena da visita da rosa ao cravo rememora cenas em que mulheres agredidas por seus companheiros, em casos de violência doméstica, iam à Delegacia de Mulheres¹³ denunciar a agressão e, pouco tempo depois, desistiam do processo judicial, retirando a queixa. Nessa remetência à FD Jurídica, particularmente à Lei Maria da Penha, afirma Oliveira (2012, p. 7) “[...] que mais de 70% das denunciantes desistem de seguir com o processo na 1ª DEDDM, fato esse que foi ratificado em nossa pesquisa, pois 16 das vinte mulheres que entrevistamos desistiram do inquérito”.

¹³ Cf. OLIVEIRA (2012).



Por que será que agiram assim? Por que as lágrimas da rosa diante do cravo adoecido que veio a desmaiar?

No texto em análise, após a relação conflituosa, coube à rosa tomar a iniciativa da reconciliação e visitar o cravo. Lá chegando, “pôs-se a chorar”. Seguindo o dispositivo da AD – remeter o texto ao discurso –, na Memória histórica sobre a relação amorosa entre homens e mulheres, referências registradas assinalam o fato de que, na relação de desigualdade de gênero, o lugar atribuído às mulheres na história da humanidade vem sendo sempre o da reconciliação, do perdão, da pacificação, do silenciamento, da submissão, entre outros traços típicos da posição dominada.

Na busca de apreender os sentidos discursivos produzidos e para onde apontam os gestos do cravo e da rosa, coube a esta estabelecer a paz e a reconciliação; num clima harmonioso, **fez uma serenata, o cravo foi espiar, as flores fizeram festa, vão se casar**. Essa posição da rosa em relação ao cravo no texto da cantiga de roda remete para a Memória histórica sobre a posição da mulher na relação de gênero que, conforme a FId Patriarcado-Capitalismo, lhe atribui exatamente esse papel de submissão. Já na família, a liderança é exercida pela figura masculina, cabendo à feminina manter a estabilidade no relacionamento, bem como em outros espaços sociais. Outro **pré-construído** relativo à posição das mulheres e que se presentifica na postura da rosa em relação ao cravo diz respeito à culpabilidade, registro histórico desde os relatos bíblicos, em que coube à Eva a responsabilidade pela perda do paraíso e pelos males existentes no mundo. De Eva aos divãs psicanalíticos, o sentimento de culpa tem funcionado como uma marca da subjetividade feminina, associado à natureza desagregadora da mulher: entre outras, atribui-se à Eva, à Pandora, a responsabilidade pela



disseminação do mal no mundo. Diante dessa cena, cenas outras **já-ditas** são trazidas pela Memória histórica e, entre tantas, conflitos concernentes à violência doméstica. De acordo com depoimentos registrados por Oliveira (2012, p. 84, grifos nossos), mulheres agredidas registram queixa contra o agressor e, pouco tempo depois, retornam para retirá-la, minimizando o ato sofrido, argumentando a favor do agressor por não desejarem que ele seja punido, pois “**Ele é um ótimo homem [...] quando ele bebe [...] ele se transforma [...]**”. Para Saffioti (2004, p. 23), “As mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutimos como nas canções brasileiras em análise está posicionada discursivamente a condição feminina no contexto do Patriarcado contemporâneo e identificamos no funcionamento discursivo como, precipuamente, a Metáfora e a Memória histórica presentes nessas canções desvelam mecanismos ideológicos de reprodução da ordem patriarcal de gênero. Nesse sentido, através da análise discursiva, ambas, apesar de pertencerem a gêneros musicais diversos, apresentam traços comuns, produzem sentidos que referendam a submissão feminina e estão discursivamente conectadas.

Entre as tantas conexões presentes, destacamos inicialmente a analogia metafórica: sofrimento/dor do **surdo** e da mulher pela agressão sofrida por parte do percussionista/homem, respectivamente; culpabilidade da rosa e da mulher diante do sofrimento imposto pelo cravo/homem. O posicionamento dessas figuras textuais e discursivas num lugar de opressão remete para a



Memória social da figura feminina na história da humanidade. O **não dito** de uma **voz sem nome** está contextualizado na ordem patriarcal de gênero da FId Patriarcado-Capitalismo.

Se em *O surdo*, a afirmação “Pancada de amor não dói” dissemina o discurso androcêntrico, legitimando a dominação masculina em relação ao feminino dominado, *O cravo brigou com a rosa* é portadora de um mecanismo ideológico que, através da brincadeira, contribui para a reprodução da opressão feminina: **cravo** e **rosa** funcionam metaforicamente como figuras-sujeitos, simulacros do homem e da mulher na relação de gênero. Esses traços relativos a submissão feminina e culpabilidade expressam o funcionamento discursivo dos mecanismos ideológicos de reprodução da ordem patriarcal de gênero.

Os sentidos produzidos nas canções remetem a uma realidade em que a opressão feminina se presentifica nos mais variados espaços sociais, conforme vimos nas diversas Formações Discursivas, mas também nos dados registrados em pesquisas de instituições brasileiras, entre outros, nos concernentes ao Mercado de Trabalho, à Violência contra a mulher, à Educação em seus diversos níveis. Recortando a área da Inserção das mulheres no mercado de trabalho, dados da Pnad 2019 (DIEESE; IBGE, 2019) revelam essa realidade. A mesma situação desfavorável também se presentifica na questão da violência contra a mulher; a edição 2019 do *Atlas da Violência* (IPEA, 2019) indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil. Já na Educação, os **pré-construídos** direcionados para as meninas pela via do **currículo oculto** levaram Walkerdine (1995, p. 214) a afirmar, de acordo com pesquisa realizada, que é “mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha que uma dessas garotas ser



considerada brilhante”; no Ensino Superior, a discriminação dirigida às mulheres cientistas, como no caso da professora Natalia Mota, estudiosa da Ciência Física, pesquisadora do Instituto do Cérebro e criadora do Sci-Girls/UFRGN, bem ilustra a violência simbólica, ao afirmar: “Eu tinha muita dificuldade com matemática. Hoje percebo quanto tinha desse machismo estrutural, em que mulheres tendem a pensar: não, matemática não é para mim” (FORBES, 2020, p. 65).

Em suma, todos esses dados de realidade corroboram a atuação, na contemporaneidade, da ordem patriarcal de gênero. Em nossa análise discursiva das canções brasileiras, a relação de gênero se faz presente ao evidenciar a submissão feminina, de acordo com o efeito de sentidos produzido na análise do funcionamento discursivo das canções *O surdo* e *O cravo brigou com a rosa*. Na FD da Arte Musical, a ordem patriarcal de gênero se presentifica discursivamente pela via da FId Patriarcado-Capitalismo, em que **a voz sem nome do já-dito** na Memória histórica de gênero se evidencia no texto poético pela via das analogias metafóricas, seja d’*O surdo* – instrumento musical que simbolicamente representa o feminino na relação com o percussionista/homem –, seja d’*O cravo brigou com a rosa*, duas flores simbolicamente correspondentes ao homem e à mulher. Nas duas canções está presente a **violência simbólica** em detrimento da representação feminina, atestando a presença do Patriarcado na contemporaneidade. Este é entendido como um contrato sexual atuante através da “lei do pai” e da “lei do marido”; o que as canções discursivamente analisadas sinalizam é que a “lei do marido” continua atuante pela via da ordem patriarcal de gênero, fundamentada pela FId Patriarcado-Capitalismo.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. de. **Ensaio sobre a música brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 9 dez. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELS, M. **O poder da identidade: da trilogia à era da informação – economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, J. J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, n. 62, jun. 1981.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato 1999.

DAVALLON, J. *et al.* **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

D'EAUBONNE, F. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Veja, 1977.



DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2019. **IBGE**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 9 dez. 2022.

DUCROT, O. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit; Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUMARSAIS, C. **Des tropes ou des différents sens**. Présentation, notes et traduction de F. Douay-Soublin. Paris: Flammarion, 2006.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREUD, S. Totem e tabu. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

JENKINS, L. (org.). **Manual ilustrado dos instrumentos musicais**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.

JERUSALINSKY, A. **O declínio do império patriarcal**. In: SEMINÁRIO LUGAR DE VIDA, 5, 2013. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

KERBART-ORECCHIONI, C. L'ironie comme trope. **Poétique**, Paris, v. 41, 1980.



LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. **O seminário**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LOPES, N. **Uma breve história do samba**. Encarte. In: Coleção discográfica Apoteose do Samba. Rio de Janeiro: EMI, 1997.

MILLER, J.-A. Quarta capa. In: LACAN, J. **O seminário**: o desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOLIÈRE. **Les femmes savantes**. Paris: Larrousse-Bordas, 1997.

MOTA, N. **Mulheres mais poderosas do Brasil em 2020**. [Entrevista concedida a] Revista Forbes Brasil, v. 75, p. 65, 2020.

OLIVEIRA, L. A. de. **A Lei Maria da Penha e a vítima que desiste do processo judicial**: uma análise discursiva da denúncia in loco. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PATEMAN, C. **The sexual contract**. Califórnia: Stanford University Press, 1988.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. K. T. (org.). **Por uma análise**



automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

PLATÃO. **Diálogos à República.** Rio de Janeiro: Globo, 1964.

POMBO, M. Crise do patriarcado e função paterna: um debate atual na Psicanálise. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 447-470, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. São Paulo: Fapesp, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Debates: prefácio a *Gender and politics of history*. Cadernos Pagu, Campinas, v. 3, p.11-27, 1994.

SEVERIANO, J. **Uma história da música popular brasileira:** das origens à modernidade. São Paulo: 34, 2017.

STORNIOLLO, I. **Bíblia sagrada:** São Paulo: Paulinas, 1990.

TINHORÃO, J.R. **Pequena história da música popular:** segundo seus gêneros. São Paulo: 34, 2013.

TOSI, L. As mulheres e a ciência: sábias, bruxas ou sabichonas? **Revista Impressões**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 9-20, dez. 1987.

WALKERDINE, V. O raciocínio em tempos pós-modernos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 207-226, jul./dez. 1995.

XAVIER, E. **Declínio do patriarcado:** a família no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1998.



Anexo 1 – O surdo

Amigo, que ironia desta vida
Você chora na avenida
Pro meu povo se alegrar
Eu bato forte em você
E aqui dentro do peito uma dor me destrói
Mas você me entende e diz que pancada de amor não dói
Meu surdo parece absurdo, mas você me escuta
Bem mais que os amigos lá do bar
Não deixa que a dor mais lhe machuque
Pois pelo seu batuque eu dou fim ao meu pranto e começo a cantar
Meu surdo, bato forte no seu couro
Só escuto este teu choro
Que os aplausos vêm pra consolar

Meu surdo, velho amigo e companheiro
Da avenida e de terreiro,
De rodas de samba e de solidão
Não deixe que eu vencido de cansaço
Me descuide desse abraço
E desfaça o compasso do passo do meu coração.

Compositores: Paulo Roberto Rezende, Totonho & Os Cabras.

Disponível em: <https://www.musixmatch.com/pt-br/letras/Alcione/>

O-surdo. Acesso em: 25 nov. 2022.



Anexo 2 – O cravo brigou com a rosa

O cravo brigou com a rosa

Debaixo de uma sacada

O cravo saiu ferido

E a rosa, despedaçada.

O cravo ficou doente

E a rosa foi visitar

O cravo teve um desmaio

E a rosa pôs-se a chorar

A rosa fez serenata


O cravo foi espiar

E as flores fizeram festa

Porque eles vão se casar.

Compositores: Heitor Villa-Lobos (letra) e Luiz Carlos Borges/**Vagalume** (música). Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/cancoes-populares/o-cravo-brigou-com-a-rosa.html>. Acesso em: 25 nov. 2022.





Revista Policromias
Volume 07 | Número 3

DOSSIÊ



(RE)LENDO PÊCHEUX NA ATUALIDADE
BRASILEIRA: DE 2018 A 2022

(RE)READING PÊCHEUX IN BRAZILIAN CURRENT
AFFAIRS: FROM 2018 TO 2022

Dalexon Sérgio da SILVA1

Claudemir dos Santos SILVA2

Imaginemos Michel Pêcheux vivendo na atual conjuntura social brasileira! Nesse sentido, o que ele diria sobre o bolsonarismo? Sobre professores lutando contra o modo como a Educação do Brasil funciona? Como Pêcheux estabeleceria o seu olhar para a política brasileira na atualidade, para as religiões do Brasil? E acerca da imprensa? Sobre o modo como o povo se diz nas mídias no Brasil? Em relação às formas de identificação do sujeito neste país? Como Pêcheux posicionaria o seu olhar para a mulher brasileira, para o indígena e para a comunidade GLBTQIA+? E o que ele nos apresentaria como deslocamentos de sua teoria, ao perceber nestes últimos anos uma *AD pecheuxtiana* com tanta brasilidade?

¹ Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: dalexon.silva@unicap.br.

² Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor Formador I da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: claudemirsilva711@gmail.com.



Nesse contexto, dentre outras temáticas que circulam neste Brasil atual, de 2018 a 2022, é possível dizermos que através dos seus escritos, que circulam entre nós, Michel Pêcheux vê a atual conjuntura do Brasil em suas condições de produção por meio do seu olhar que funciona em nós, no nosso ato tomado em relação ao simbólico, em nosso modo de ressignificar a teoria. Pêcheux vive aqui, porque, aqui, nós vivemos! Diante de todas essas questões, a partir do já-dito pecheuxtiano, este dossiê tem por objetivo refletir sobre a atual conjuntura social brasileira. Nesta diretriz, reunimos trabalhos de professores doutores, podendo ser em coautoria com doutorandos, de até três, para fazermos esta (re)leitura deste país chamado Brasil, que nos diz de modo desejante: Pesquisadores? Uni-vos...

Para responder às questões propostas, com efeito de início, apresentamos o artigo: *As ciências humanas, a Análise do Discurso e o momento atual: discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos*, escrito por Bethania Mariani. A pesquisadora parte de uma discussão sobre as propostas iniciais de Michel Pêcheux, formuladas em 1968 e 1969, sobre a informatização da ciência, sobretudo da psicologia social, como possível método de leitura menos conteudístico, para uma reflexão sobre a situação das ciências humanas na atualidade diante dos desafios impostos pelas novas tecnologias e pela adesão ao modo de funcionamento da ciência aberta.

Nessa rede de filiação dos sentidos, Maria Cristina Leandro Ferreira nos inquieta a lermos o seu artigo intitulado: *A cena brasileira vista pela lente discursiva*. Assim, ela apresenta como propósito a leitura da cena brasileira de hoje pelas lentes discursivas. Para isso, faz uma incursão por enunciados recorrentes que apontam para uma direção de sentido nos embates que se travam com tanta intensidade no Brasil. O objetivo



aponta a tensão constante entre esses eixos, bem como sua saturação, derivando para efeitos de sentido controversos e contraditórios. Entre os enunciados mais frequentes encontrados, destacou-se um em especial – polarização, inserindo a questão das *fake news* e das bolhas digitais, que podem, potencialmente, comprometer e muito o ambiente democrático e afastar os cidadãos de escolhas refletidas e racionais.

Em continuidade às questões que propusemos neste dossiê: acerca da imprensa? Sobre o modo como o povo se diz nas mídias no Brasil? Nesse cenário discursivo, Silmara Dela Silva, Fernanda Lunkes e Ceres Carneiro também nos provocam com o trabalho intitulado: *Discurso e mídia e(m) inventário digital: uma tomada de posição discursiva*. As pesquisadoras apresentam uma proposta de intervenção teórico-prática, a saber: a produção e disponibilização na rede eletrônica de um inventário digital que reúna termos, noções e conceitos do campo teórico dos estudos discursivos, decorrente da compilação de formulações presentes. Visando, a partir da década de 1980, em trabalhos de pesquisadores brasileiros, em suas práticas de análises dos discursos da/na mídia, conferir visibilidade a conceitos e noções da área, bem como o vasto conhecimento que vem sendo produzido.

Dando continuidade ao olhar pecheuxtiano sobre o aporte digital, a autora Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes nos apresenta o seu artigo intitulado: *Efeito-leitor e discurso fake news: a leitura triturada e a língua de vento nas/em redes digitais*. Nele, a pesquisadora analisa o funcionamento do efeito-leitor na trama discursiva das *fake News*, no enredamento dos lugares e posições-sujeito no discurso digital, apresentando um *corpus* discursivo constituído de cinco sequências discursivas, formadas por figuras (*prints*) coletadas por captura de tela, principalmente, de sites de checagem



jornalística. Logo, os resultados apontam que o funcionamento discursivo das *fake News* se materializa na língua de vento digital e produz efeitos de crença em uma suposta verdade, apresentada ao leitor internauta, construído imaginariamente como não interpretante. Assim, projeta-se no discurso, tanto o efeito-leitor sentidos triturados, como também as posições-sujeito de leitor triturado e reproduzidor de *fakes*, para o internauta.

Este dossiê também promove uma injunção à interpretação para pensarmos: Como Pêcheux posicionaria o seu olhar para a mulher brasileira? Num modo possível de resposta, as autoras Dantielli Assumpção Garcia e Ana Paula Reckziegel Venson nos apresentam a produção: *O crime de estupro e seu(s) silêncio(s): uma análise discursiva do enunciado legal do delito*. Neste trabalho, elas refletem sobre o processo de silenciamento ao qual a mulher, vítima do crime de estupro, será submetida, com a marca de que, no ano de 2018 foram registrados mais de 66 mil casos de estupro, o que equivale a 1 estupro a cada 8 minutos (FBSP, 2019). Assim, estima-se que esses dados representem apenas 7,5% da realidade dos crimes (BUENO, et al. 2019). Visando compreender essa subnotificação, foram conceituadas teoricamente as “formas dos silêncios”, propostas por Eni Orlandi (2007) e, considerando que tanto os silêncios, quanto os sentidos são administrados (ORLANDI, 2007), tem-se que o silêncio pode funcionar como um *ponto chave* para a construção das significações individuais (ROSA, 2018) e coletivas da memória, das formações imaginárias e ideológicas que circularão sobre o crime de estupro, sobre a vítima e sobre o seu agressor. Nesse contexto, foram analisados discursivamente os artigos 213 e 234-B do Código Penal, nos quais funciona um discurso ideológico, patriarcal e capitalista, que estabelece quem



pode ser vítima do crime e que a culpabiliza por sua ocorrência, impondo sobre a mulher, inclusive, de forma expressa, o silêncio sobre o crime.

Ainda sobre a temática da mulher, as pesquisadoras Lucilla Rafaella Pacheco da Silva, Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo e Elaine Pereira Daróz nos trazem o artigo intitulado: *A violência contra mulher em discursos e práticas: (re)lendo Pêcheux*, no qual, analisam o funcionamento ideológico no discurso sobre mulher, em especial no que concerne à violência simbólica e física que assolam inúmeras mulheres na atualidade. Para tanto, foram selecionados discursos sobre essa temática na rede mundial de computadores, cujo modo de circulação possibilita, segundo as autoras, uma atualização da memória do dizer sobre a mulher na atualidade, assim como os seus efeitos nas nossas práticas sociais. A partir de tais reflexões e análises, buscam compreender o modo de funcionamento da ideologia na linguagem, em especial no que diz respeito ao feminino em nossa sociedade, tendo em vista a desnaturalização desses sentidos e a reconfiguração das práticas sociais.

Com efeito de fim, este dossiê ainda se propõe a refletir: E sobre professores lutando contra o modo como a Educação do Brasil funciona? O que Pêcheux nos diz? Dalexon Sérgio da Silva e Claudemir dos Santos Silva também fazem uso das lentes pecheuxtianas, ao nos apresentar o trabalho intitulado: *Um olhar pecheuxtiano sobre o escândalo de pastores no MEC, analisado numa charge: entre paráfrase e polissemia*. Nele, o gesto teórico-analítico se dá numa charge jornalística, publicada no dia 24 de março de 2022 no *site* do Jornal do Commercio de Pernambuco, na qual há uma referência ao escândalo ocorrido no MEC, gestão do Ministro da Educação do Brasil, Milton Ribeiro, do governo do presidente Bolsonaro, sobre pastores acusados de pedirem propina em ouro e em dinheiro, em troca



de liberação de verbas do MEC para municípios. Assim sendo, analisam as posições-sujeito, a paráfrase e polissemia presentes nesta charge, que traz já-ditos e funcionamentos constitutivos na exterioridade pela historicidade, inscritos numa rede de memórias, nessa relação sempre constitutiva entre paráfrase e polissemia.



AS CIÊNCIAS HUMANAS, A ANÁLISE DO DISCURSO E O MOMENTO ATUAL: DISCURSOS SOBRE CIÊNCIA ABERTA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERIÓDICOS CIENTÍFICOS¹

HUMAN SCIENCES, DISCOURSE ANALYSIS AND THE CURRENT MOMENT: DISCOURSES ON OPEN SCIENCE, PUBLIC POLICIES AND SCIENTIFIC JOURNALS

Bethania MARIANI²

RESUMO

O presente artigo parte de uma discussão sobre as propostas iniciais de Michel Pêcheux, formuladas em 1968 e 1969, sobre a informatização da ciência, sobretudo da psicologia social, como possível método de leitura menos conteudístico, para uma reflexão sobre a situação das ciências humanas na atualidade diante dos desafios impostos pelas novas tecnologias e pela adesão ao modo de funcionamento da ciência aberta.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso; ciência aberta; ideologia.

¹ A primeira versão deste texto, com o título “Discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos: As ciências humanas em questão”, foi originalmente apresentada no I congresso Internacional sobre Ciência Aberta (I INTERAB), organizado pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) em março de 2021.

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Titular da Universidade Federal Fluminense. E-mail: bmariani@id.uff.br



ABSTRACT

This article stems from a discussion on Michel Pêcheux's initial proposals, formulated in 1968 and 1969, about the computerization of science. The focus is on social psychology, as a less content-oriented method of reading moving to a reflection on the current situation of the human sciences, which have to face the challenges imposed by new technologies and adherence to the way open science works.

KEYWORDS

Discourse Analysis; open science; ideology.

1. PÊCHEUX E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM 1969

Como Pêcheux iria se posicionar diante das profundas modificações pelas quais as condições e os modos da produção de conhecimento vêm passando em função das novas tecnologias? Qual seria sua reflexão sobre a posição das Ciências Humanas e da Análise do Discurso frente aos problemas e desafios da chamada democratização da ciência, que desemboca na ciência aberta?

Que gesto analítico e político ele iria traçar sobre a mercantilização da produção do conhecimento e sobre a onipresença do inglês como língua da ciência? As questões elencadas funcionam como momento inicial de uma reflexão, que tem em sua base teórica a Análise do Discurso materialista, sobre a produção científica atual tendo em vista os discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos.

Em *La Pensée*, 1969, Pêcheux escreve sobre “As ciências humanas e o ‘momento atual’”. O ano de publicação deste artigo de Pêcheux é particularmente fecundo, pois remete para uma reflexão realizada no só-depois de maio de 68, ano da contestação estudantil francesa que dá o estopim para uma reestruturação universitária. 1969 é também o ano de publicação *Analyse*



authomathique du discours, livro no qual Pêcheux vai traçar uma crítica à linguística ao mesmo tempo em que formula as linhas iniciais do que virá a ser a Análise do Discurso.

Em *Analyse authomathique du discours*, ao defender o método de dedução frequencial para a análise de *corpora* homogêneos, Pêcheux demonstra seu apreço às tecnologias, que à época mostravam-se como uma via de matematização possível para sua proposta. Este método permitiria o desenvolvimento de instrumentos científicos adequados e capazes de dar um tratamento à informação. Porém, aos poucos, Pêcheux vai seguindo outras direções de trabalho, pois sua paixão pelas máquinas (FERREIRA, SEAD/2015; ZANELLA, 2016) seguia junto com a paixão pela busca de um método para as ciências humanas e sociais que não fosse nem a análise de conteúdo com seus dados estatísticos nem as análises empíricas ou com base em pressupostos lógico-formais.

Para Pêcheux, as ciências humanas e sociais, mesmo formando um quadro heterogêneo em termos de objetos e metodologias, encontravam-se submetidas ao modo capitalista de produção e de valorização de uma condição de objetividade na ciência. Neste quadro, a linguística, afirmava Pêcheux em nota de rodapé no artigo de *La Pensée*, “oscila da ciência da língua, como fato social à teoria do comportamento do sujeito falante, o que lhe confere outra posição particular, em certas circunstâncias considerada como um privilégio epistemológico.” (PÊCHEUX, 2011 [1969], p.171). Mas quem seria este “sujeito falante”?

Pêcheux discute a questão do capitalismo como modo de produção econômico que forma uma sociedade de consumo no campo da produção científica. Uma produção palatável que vai absorvendo e sendo absorvida



pelos processos de adaptação do homem à ciência, por um lado, e pelas tentativas de humanizar a ciência, por outro lado. Nesta medida, sendo domesticadas para a sociedade de consumo, as ciências humanas perdiam seu caráter crítico, ou melhor, despolitizavam-se, viravam receita metodológica que, uma vez aplicada aos objetos de análise, acabavam por reduzi-los com ordenações, regulações e formalizações.

Como bem exemplifica Pêcheux (2011 [1969], p.190), mesmo no caso do materialismo histórico, os deslizamentos nos modos de dizer o conhecimento científico ↓ “as relações de produção tornam-se as relações inter-humanas, as transformações na instância ideológica tornam-se a desordem das estruturas mentais” ↓ eram aspectos da submissão às condições de produção capitalista. A fim de sair de tal impasse, uma mudança de base que considerasse vários pontos teóricos articulados a partir do materialismo histórico era fundamental. Podemos ler, presente de modo disperso nos dois textos que mencionamos (PÊCHEUX, 1968 e 1969), uma tomada de posição que é crítica noção de indivíduo, tal como constava na psicologia social, na linguística etc., e propositiva na defesa da noção do sujeito histórico, tal como está na proposta do materialismo histórico.

Da mesma forma, não mais a linguagem entendida como transparente, como queriam a teoria da comunicação e a hermenêutica, nem a palavra sendo quantificada, como queria a análise de conteúdo em suas análises sobre os indicadores de frequência do aparecimento de temas (ROBIN, 1978), mas sim a palavra política como produção de sentidos constituídos na história e, por isso mesmo, tomados em seu vigor contraditório.

Para Pêcheux, o materialismo histórico como ciência das formações sociais e suas transformações têm um papel relevante não apenas na luta



contra o empirismo e o positivismo, não apenas na escolha do método de trabalho, mas também no que se refere a compartimentalização/atomização de seus quadros disciplinares. Cabe ao quadro conceitual do materialismo histórico a possibilidade de intervenção efetiva no processo de produção do conhecimento.

Se em 1969 Pêcheux propõe as bases da Análise do Discurso, indo além em seu processo de releituras da própria teorização, em texto com Fuchs (1975), Pêcheux atualiza os propósitos da teoria propondo a tríplice aliança: o materialismo histórico, a linguística e uma teoria semântica do discurso, sendo estas três regiões do conhecimento científico atravessadas por uma teoria do sujeito de base psicanalítica. Também em 1975, na obra *Les vérités de la Palice*, Pêcheux sinaliza que a Análise do Discurso não deve ser considerada como um caminho a mais entre o formalismo, o sociologismo e as teorias das interações. Ao contrário, ele nos diz que a Análise do Discurso se coloca como campo de produção do conhecimento e de dispositivo de análise dos processos de produção dos sentidos a ser situado no entremeio das relações contraditórias que constituem os estudos da linguagem, do sujeito e da história.

Tendo em vista a inscrição no quadro teórico metodológico da análise do Discurso materialista em articulação com o campo da História das Ideias Linguísticas, o texto a seguir tem como temática a produção/circulação do conhecimento, as novas tecnologias e a situação das línguas hegemônicas e não hegemônicas como produtos no mercado das ciências. O objetivo geral é a discussão das condições de emergência das novas tecnologias e sua relação com a construção de políticas nacionais e internacionais que visam regular a produção e a circulação do conhecimento. Objetivos mais específicos, e de



médio prazo, visam a compreensão das políticas linguísticas que, explícita ou implicitamente, elegem uma ou certas línguas como línguas da ciência³.

2. A ANÁLISE DO DISCURSO COMO DISPOSITIVO PARA LER AS ATUAIS DEMANDAS DE CIENTIFICIDADE

A expressão *ciência aberta*, traduzida da expressão inglesa *open science*, vem sendo significada por pesquisadores de diferentes campos científicos, em oposição à *ciência fechada*. Esta oposição dicotômica, geralmente associada a um antes e a um depois do advento da internet nos anos 1980 do século XX, é textualizada em uma série de publicações que tematizam a história da produção de conhecimento, sua relação com a história das modificações tecnológicas e econômicas, e, sobretudo, seu vínculo com a extrema modificação que a circulação do conhecimento vem atravessando após a criação de ferramentas e dispositivos que propiciam e estão na base do chamado mundo do *world wild web*.

Um sentido usualmente difundido para *ciência aberta* é o que estabelece uma correspondência com uma proposta de abertura livre para a produção e circulação de ciência. A práxis da *ciência aberta* está, portanto, relacionada ao chamado acesso aberto, ou *open access*, outra expressão inglesa com significação ampla e fluida. O *open access* é um movimento de apoio ao acesso livre, gratuito e de forma irrestrita a tudo que é produzido e colocado no meio digital.

³ Este artigo integra meu atual projeto CNPq, como bolsista de produtividade científica (2022-2026), cujo título é *Políticas de regulação da produção e da circulação do conhecimento: o movimento das línguas, das tecnologias e das formas de silenciamento*.



Em síntese, a ciência aberta corresponde à realização de uma abertura no compartilhamento das pesquisas já realizadas, ou em processamento, em todas as suas instâncias, ou seja, das etapas de formulação do projeto individual ou proposto em equipes trabalhando coletivamente em laboratórios aos seus resultados, passando pela abertura do processo de coleta ao armazenamento dos *corpora*, dos métodos, das técnicas, das análises e de seus resultados. Em outras palavras, todas as etapas que envolvem a construção do conhecimento passam disponibilizadas no meio digital com livre acesso.

O conjunto de discussões realizadas até o momento não é sem controvérsias e, sobretudo, inclui fortemente uma discussão da qual não se pode escapar na atualidade em que imperam os ditames do mercado de trabalho e de distribuição da riqueza. Desta forma, discutir ciência na atualidade é também incluir a discussão sobre mercado de ciências e luta por prestígio. Nestas condições de produção, é necessário compreender a produção de conhecimento como um bem público.

O questionamento, feito em 2004, ecoa na reflexão aqui apresentada. A autora pergunta: “O que está acontecendo com a ciência relativamente à prática das novas tecnologias?” (ORLANDI, 2004, p 13). A esta pergunta, inclui uma outra, central para este projeto: O que está acontecendo internacionalmente com línguas como o português brasileiro, o espanhol e outras línguas, consideradas menos relevantes para a produção e circulação do conhecimento, tendo em vista que as novas tecnologias estão produzindo um mercado da ciência, configurado em um número restrito de línguas hegemônicas, como o inglês?

Se, por tecnologia, entende-se o estudo de técnicas e invenções, como a escrita e a tipografia – duas tecnologias fundamentais para a produção e



circulação do saber –, por novas tecnologias circunscrevo, para fins deste projeto, aquelas que estão na base da internet e que contribuem para constituir a chamada sociedade midiaticizada em que vivemos. O veloz acesso a notícias locais, nacionais e mundiais e o não menos rápido acesso ao conhecimento científico divulgado pelas mídias, em blogs e *lives*, produzem como efeito no imaginário social a ilusão de uma sociedade democraticamente informada com uma simulação de igualdade de acessos ao que circula na rede mundial de computadores.

Este é um processo histórico que está na base da ideologia da mundialização (ou globalização), uma ideologia que promove divisões e exclusões simulando uma democratização. Como bem afirmou Orlandi (2020), em entrevista recente, numa sociedade capitalista, a divisão “é forma de existência” e, junto com os processos e as políticas que dividem, as formas de poder funcionam desqualificando as diferenças.

A produção científica no meio acadêmico não é indiferente a tal modo de funcionamento regido pela política da velocidade e pelo excesso. Livros, periódicos *online*, redes sociais científicas (como sites e blogs dos próprios pesquisadores), dentre outros instrumentos tecnológicos de linguagem produzidos a partir do advento da internet, são possibilidades que as novas tecnologias oferecem para colocar em circulação processos, *corpora*, resultados de pesquisas e outras reflexões, ampliando as possibilidades anteriormente restritas a publicações em papel.

Esta discursividade, que significa como imediato e inevitável a presença inexorável das tecnologias no devir dos/nos modos de produção e circulação do conhecimento, tem sido propagada como desejável e consensual. A base da chamada ciência aberta significa justamente neste sítio de significações,



produzindo como vários efeitos de sentido: um apagamento da heterogeneidade dos modos de pesquisa entre as áreas de produção/circulação de ciência; um apagamento das possibilidades de trabalho entre instituições mais abonadas e as menos aquinhoadas com políticas de financiamento; e, igualmente preocupante, um silenciamento desta produção/circulação em línguas não hegemônicas.

Falar em novas tecnologias e em ciência aberta traz, portanto, várias implicações, uma delas é a que provoca consequências na publicação de artigos em periódicos e no privilégio concedido a certas línguas como línguas da ciência, em detrimento de outras, como vou brevemente explicitar mais abaixo. Vale mencionar que, no Brasil, no que diz respeito aos periódicos científicos, o acesso é aberto no sentido de nada ser cobrado nem dos autores nem dos leitores.

Nas discussões acadêmicas, dois modos de significar a abertura da ciência vem se contrapondo, sobretudo entre anglo-saxões e pesquisadores latino-americanos: a que significa tal abertura com “princípios que valorizam a aceleração, a eficiência e a reprodutibilidade”, e uma outra, que defende “participação, justiça social e democratização no acesso ao conhecimento” (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Em nome desses dois modos de significar, políticas vêm sendo adotadas. Refiro-me, aqui, a políticas de gestão pública da produção científica e, também, políticas que fazem esta gestão e estão aderidas a regras de publicação em periódicos e/ou regras que determinam as possibilidades de indexação de periódicos em determinadas bibliotecas/plataformas digitais.

A ciência aberta, de acordo com o primeiro ponto de vista citado, permitiria uma maior inter-relação entre os cientistas, com a elaboração



inovadora de modos de trabalho de pesquisa. Cabe ressaltar que estes são princípios valorizados sobretudo entre as ciências biológicas e exatas, construindo um imaginário de eficiência e maior alcance na ‘comunicação’ científica. Tal prática, porém, em se tratando das publicações científicas, tem incrementado aspectos econômicos na circulação dos saberes, ou seja, há um movimento inflacionário de publicações, produzindo um mercado das ciências e das línguas, que desconsidera a qualidade da pesquisa, da autoria e dos leitores. (FARCHY e FROISSART, 2006).

Para um pesquisador de ciências exatas publicar em um periódico prestigiado, ele deve pagar quantias nada módicas à plataforma na qual o periódico está indexado (por exemplo, *Scopus*, *WoS* e outros). Muitas vezes é a própria universidade que paga o valor cobrado, mas esta não é uma prática consolidada. E, não menos importante, os leitores, por sua vez, também devem pagar para ter acesso ao texto. Logo, fica a questão: ciência aberta para quem?

Como foi dito de início, a discussão desse processo de mercantilização da ciência como pano de fundo, tendo em vista a situação das ciências humanas, especialmente a de estudos de linguagem, campos em geral pouco valorizados ou porque são pouco compreendidos pelas instâncias de poder ou porque são instâncias de produção de saberes que colocam em xeque justamente estas instâncias de poder. Daí a necessidade de se analisar determinados sentidos que vão se colocando academicamente como evidências inquestionáveis na discussão de comunidades científicas especializadas, e que vão se expandindo e engendrando consensos cristalizados em políticas regulatórias.

Vários questionamentos se abrem, e formulo pelo menos um: a rapidez na difusão universal da produção de saber não seria relativizada pelas maneiras



particulares, socialmente localizadas, de lidar com o conhecimento? Assim, antes de aderir, sem reflexão, à hipótese global de um funcionamento sem limites da *ciência aberta*, há que se incluir fortemente as especificidades históricas e languageiras dos modos de leitura de cada sociedade, e de cada área de produção do conhecimento. As desigualdades sociais nos modos de produzir ciência não deveriam ser pensadas? Países latino-americanos formam pesquisadores e tem condições semelhantes a países europeus, Canadá e América do Norte? As instâncias de poder destes países investem da mesma forma na produção científica?

Outro ponto relevante é não tomar como óbvio o modo como políticas de acesso e de circulação do conhecimento vão sendo gestadas e vão afetando os modos de produção científica. Por exemplo, a relevante discussão sobre ética na pesquisa e nas publicações vem sendo regulamentada e imposta de modo generalizado. Um periódico brasileiro que pretenda ser indexado no *Scielo*, deve seguir recomendações variadas (cf. SCIELO 2021, p. 19), como a adoção do *Guia Scielo de Boas Práticas para o Fortalecimento da Ética na Publicação Científica*.

E, também, deve adotar os *Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas*, princípios propostos pelo *Committee on Publication Ethics*. E mais, deve igualmente seguir as práticas tanto preconizadas pelo *Directory of Open Access Journals* quanto pela *Open Access Scholarly Publishers Association*. Este breve exemplo mostra como que a discussão sobre a necessidade de ética na prática científica desliza para uma necessária adoção de critérios da associação de editores vinculados ao *open access*.

A articulação aqui proposta para fins de pesquisa e análise do jogo entre as tecnologias que produzem o *world wild web* e afetam os modos de



produção e circulação do conhecimento (ciência aberta, periódicos científicos, repositórios de dados de pesquisa, blogs e mídias sociais de cientistas) com as políticas públicas que vão sendo formuladas como forma de administrar e regulamentar justamente tal produção e circulação, deve ser pensada relativamente ao monolinguismo que, não é de hoje, impera na produção científica. Em outras palavras, a distribuição de *territórios intelectuais* e a atribuição de posições de prestígio na produção do conhecimento está vinculada à tradição greco-romana, às epistemologias constituídas pelo mundo europeu, branco, falante do francês, espanhol ou alemão, mas sobretudo de uma língua anglo-saxã.

Se o latim foi língua da ciência em séculos passados, a língua inglesa, atualmente, consolida sua expansão como língua da ciência, expansão que teve início há praticamente um século. Historicamente, conforme Hamel (2021) chama a atenção, a língua inglesa veio se instituindo, após a década de 30 do século XX, como única língua da ciência. Podemos perguntar: como a hegemonia virtual da língua inglesa na produção científica se relaciona com políticas de estado, inclusive fora do mundo anglófono? Como a língua inglesa foi se afirmando no cenário linguístico geopolítico mundial e foi produzindo uma fratura cada vez maior entre as ciências humanas e sociais, de um lado, e as ciências exatas e biomédicas, de outro?

Em Mariani (2004, 2017), trouxe elementos de análise sobre os princípios republicanos que regeram a ideologia da independência americana no século XVIII. Os chamados pais da pátria (*founding fathers*) americanos formularam como um dos sentidos para a língua inglesa, enquanto língua da nação independente, que esta seria a futura



língua da ciência, assim como o latim havia sido no passado. Projeção de uma memória do futuro?

Ao que parece, no mundo da avaliação da produção científica é o que acontece. Um pequeno exemplo sobre afirmações que se sustentam nos efeitos de evidência, nessa ideologia que confere predominância à língua inglesa. Recentemente fiz um curso para aprender, como editora, os caminhos de indexação de um periódico em uma importante plataforma digital. A pessoa responsável pelo curso, em dado momento, afirmou que o repositório vinculado à plataforma em questão aceitava revistas em 40 idiomas, mas os resumos deveriam sempre ser em inglês. E acrescentou, atribuindo sentidos à língua inglesa: “língua global e universal é o inglês.” E sobre os resumos, disse: “Os resumos precisam estar perfeitos em inglês científico.”

Assim, trazendo para a ribalta o movimento das línguas e a produção universitária publicada em periódicos científicos no Brasil, por exemplo, no que tange ao prestígio atribuído às áreas e às línguas, é possível observar como que as políticas de avaliação implicitamente contribuem na política linguística que privilegia a língua inglesa. Valoriza-se e privilegia-se a publicação com fins de internacionalização do saber produzido, desde que seja em língua inglesa. Editais de fomento aos periódicos preveem concessão de recursos para revistas que já estejam indexadas em determinadas plataformas (bibliotecas digitais e bancos de dados).

Tais plataformas, por sua vez, apresentam, dentre os critérios para aprovar a indexação, a necessidade um percentual mínimo de artigos escritos em língua inglesa. Para um periódico que pretenda a indexação, um excelente artigo em português publicado por algum excelente pesquisador é valorizado, sem dúvida, mas não atende ao critério do percentual mínimo em inglês que



é exigido. A aprovação de valorizada indexação de um periódico (de ciências agrárias) no Scopus, por exemplo, recebeu como parecer a seguinte ressalva, escrita em inglês: “Although the journal is largely in Portuguese and very poorly cited...”...⁴ Este é outro pequeno exemplo para assinalar uma política que, ao dividir os sentidos sobre as línguas e a produção científica nelas feita, engendra em um só gesto de significação um silenciamento e a reprodução da evidência do pré-construído sobre qual seria a língua da ciência.

Tais inquietações estão na base do questionamento visado neste artigo, ou seja, discutir ciência nos dias de hoje é considerar a presença de discursos que valorizam um mercado *online* no qual os produtos são o conhecimento produzido, a língua na qual o conhecimento é produzido e o modo de circulação de tal conhecimento. Daí a relevância em compreender que as políticas linguísticas, as políticas científicas e a produção do conhecimento são enunciadas e, por serem enunciadas em determinadas línguas, inscrevem-se no domínio de pensamento de uma época, sendo afetadas pela memória e pela circulação contraditória dos sentidos.

Assim, conforme Pêcheux (1969a, 1969b, 1975a, 1975b), é possível ler na discursividade, ou seja, na materialidade languageira das teorias científicas, e, acrescento, na formulação das políticas linguísticas e das políticas científicas, a relação entre produção de sentidos, história e memória na produção de efeitos de verdade inscritos nas relações de poder e no imaginário constitutivo de cada período histórico.

⁴ “Embora o periódico esteja majoritariamente em português e muito pouco citado...” (tradução nossa). Disponível em <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/announcement/view/24> (acesso em 02/09/2021).



Há, portanto, uma impossibilidade de escapar do jogo da linguagem em sua relação com a história. Assim, ler discursivamente as políticas linguísticas, as políticas científicas e os modos de produção/circulação do conhecimento é analisar a construção histórica dos efeitos de evidência (um sentido que se mostra como verdadeiro) e de silenciamento (sentidos outros apagados ou recalcados).

3. PARA FINALIZAR...

A reflexão que trago com este texto, tanto na forma como foi apresentado no I INTERAB (ABRALIN, 2021) quanto no formato que adquiriu como projeto apresentado ao CNPq, é proposta em um momento sensível da produção de conhecimento no Brasil, momento em que saberes relativos ao homem, suas línguas, suas culturas, seus modos de viver em sociedade, estão pouco prestigiadas. Entre 2018 e 2022 as ciências de um modo geral e as ciências humanas e sociais, de modo particular, sofreram ataques políticos obscurantistas e viram os financiamentos públicos serem praticamente zerados. Esta política de ódio dirigida aos pesquisadores e à produção do conhecimento afastou estudantes das universidades e desestimulou muitos jovens a prosseguirem com seus estudos. No entanto, resistimos aos ataques.

Aguardando o novo governo democraticamente eleito, esperamos que a partir de 2023 a agenda de discussões possa não somente abrir mais a reflexão em torno das práticas da ciência aberta em relação às políticas públicas e às políticas linguísticas de divulgação do conhecimento, mas sobretudo reconhecer que as chamadas ciências humanas e sociais, sobretudo os estudos de linguagem, justamente este campo que estuda tudo o que é



relacionado ao sujeito, precisam ser revalorizadas, pois sem elas os avanços tecnológicos e biológicos perdem sua razão de ser.

A partir dos ensinamentos de Pêcheux em 1969 e 1975, a compreensão de que somos sujeitos de linguagem constituídos na historicidade de nosso tempo é fundamental para discutir politicamente as produções teóricas, por um lado, e as práticas da ciência aberta, por outro. Não há produção científica fora da história. Embora algumas teorizações produzam efeitos de verdade, o domínio de pensamento de uma época não é único, uno ou imutável: o que se produz como evidência, ficando na ordem de uma certeza política e teórico-metodológica, é também questionável, discutível e, nessa medida, passível de alterações que podem produzir mudanças em paradigmas estabelecidos e, conseqüentemente, nos conteúdos das disciplinas ministradas em nível superior.

Orlandi (2020) considera que a Análise do discurso, tal como proposta por Pêcheux, faz significar o que fica silenciado no movimento dos sentidos justamente porque coloca em questão as evidências que vão sendo construídas ao longo da história. A Análise do Discurso, no Brasil, tem contribuído para uma intervenção no campo das ciências humanas e sociais, como pretendia Pêcheux e tal contribuição passa pela discussão do próprio modo como se fala sobre ciência no momento em que vivemos. Assim pensando, Orlandi introduz a noção de *socialização*. Em suas palavras:

A socialização é uma forma de relativizar o sentido da produção do conhecimento como mercado e, em um gesto político, trazê-la de volta para a relação do homem com a história, a sociedade e a natureza, na direção de sua transformação. (ORLANDI, 2020, s. p.)



Praticar a Análise do Discurso na produção e circulação do conhecimento funciona na ordem do socializar, ou seja, “não se intermedia as relações só pelas instituições, mas pela produção de condições de acessibilidade, de politização do campo de conhecimento.” (ORLANDI, 2020, s. p.). Como Orlandi nos diz, ao disponibilizar o conhecimento, socializando-o, partilhando-o, o pesquisador politiza o campo da reflexão.

Sem dúvida, no campo da produção do conhecimento, se somos sempre determinados pelo domínio de pensamento de nossa época histórica, e, ao mesmo tempo, dependemos também do lugar institucional em que fazemos nossa formação e/ou trabalhamos, isso não quer dizer que nossa inserção histórica não venha marcada por questionamentos, contradições e resistências.

REFERÊNCIAS

MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MARIANI, B. **Colonização linguística e outros escritos**. Nova York: Peter Lang, 2017.

ORLANDI, Eni. Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) **Produção e circulação do conhecimento**. Volume II (política, ciência, divulgação). Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. Entrevista com Eni Orlandi. [Entrevista concedida a] GRIGOLETTO, E.; MARIANI, B. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 247–268, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>. Acesso em: 15 nov. 2022.



PÊCHEUX, M. As ciências humanas e o momento atual. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de discurso**. Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1969a].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990 [1969b].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 [1975a].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Trad. Eni Orlandi *et al.* Campinas: Unicamp, 1988 [1975b].

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.



A CENA BRASILEIRA VISTA PELALENTE DISCURSIVA

THE BRAZILIAN SCENE SEEN THROUGH DISCURSIVE LENS

Maria Cristina LEANDRO-FERREIRA¹

RESUMO

Nosso propósito é ler a cena brasileira de hoje pelas lentes discursivas. Para isso faremos uma incursão por enunciados recorrentes que apontam para uma direção de sentido nos embates que se travam com tanta intensidade no Brasil. O objetivo será o de apontar a tensão constante entre esses eixos, bem como sua saturação, derivando para efeitos de sentido controversos e contraditórios. Entre os enunciados mais frequentes encontrados destacou-se um em especial – polarização. Nos tempos atuais, virou lugar comum falar de um excesso de polarização, o que comprometeria os dois polos, pondo em risco os argumentos e fatos defendidos pelas posições opostas. Vamos analisar a quem interessa essa crítica à polarização, bem como a equivocidade contida no significante. Nessa análise entrará a questão das fake news e das bolhas digitais, que podem, potencialmente, comprometer e muito o ambiente democrático e afastar os cidadãos de escolhas refletidas e racionais. Por fim, discutiremos se é possível furar as bolhas e como os analistas de discurso podem trabalhar nesse sentido.

PALAVRAS-CHAVE

redes sociais; polarização; equivocidade; bolhas digitais.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: kittyleandro@gmail.com.



ABSTRACT

Our purpose in this paper is to read the current Brazilian scene through discursive lenses. To aim this, we'll make an incursion into recurrent statements that points to a direction of meaning, connected to political and social clashes that are fought intensely in Brazil. We point out the constant tension between these opposite poles in collision, as well as their linguistic saturation, leading to controversial and contradictory effects of meaning that are materially expressed in the language. Among the most frequent statements found, one stood out – *polarization*. Nowadays, it has become commonplace to talk about an excess of polarization, which would compromise those two poles, putting at risk arguments and facts defended by the opposing positions. We analyze who is interested in this criticism of the polarization, as well as the equivocity contained in the meaning. This analysis will include the issue of fake news and of the digital bubbles, which can get in the way of the democratic discussion and distance citizens from rational choices. Finally, we'll discuss if it is possible to pop the bubbles and how discourse analysts can work for conquer this.

KEYWORDS

social networks; polarization; equivocity; digital bubbles.

1. AJUSTANDO O FOCO

O núcleo das razões que leva o autoritarismo a combater o poder judiciário é o mesmo que leva a combater a imprensa, a ciência, as universidades. Por quê? Na ciência, nas universidades, na imprensa, na justiça há um conjunto de métodos de verificação da verdade factual e da produção de conhecimento, elaboração, formulação que escapa aos desígnios do autoritarismo.

Eugênio Bucci

Existe algo muito peculiar no trabalho dos analistas de discurso, e falo, especialmente, do nosso caso, como pesquisadores do discurso aqui no Brasil. Michel Pêcheux, o fundador da teoria materialista do discurso, continua sendo nossa bússola, nosso principal balizador, e isso lá se vão quase 40 anos de



sua partida. Mas isso não significa que tenhamos parado no tempo com as questões e os conceitos que importavam à época para Pêcheux e seu grupo. Não, os analistas de discurso brasileiros, graças à potencialidade do aparato teórico-analítico, continuamos constantemente interpelados, convocados a interpretar os sentidos que nos atravessam e atravessam o tecido social, sentidos esses, sempre tão complexos, contraditórios, paradoxais. Enfim, conhecemos bem a urdidura dos fios de linguagem, dos fios históricos, culturais e políticos que nos constituem. E, como bons nativos, identificamos logo as nossas querelas tão conhecidas, muitas das quais se arrastam pelo tempo. Se quisermos dar um nome a essa particular situação econômica, política e cultural podemos designá-la como nosso **real sócio-histórico**. Com isso queremos dizer que os analistas de discurso se sentem implicados a ser contemporâneos de seu tempo e estão sempre conectados com seu espaço. Os objetos de análise de 50 a 40 anos atrás estão em constante atualização. Material não falta, vindo da língua, dos sujeitos, dá história e, da nunca ausente, luta de classes.

Focando agora nosso olhar para o Brasil de hoje, o que temos pela frente é um panorama tenso, sombrio e pantanoso. Peste, guerra mundial, genocídio, ódio disseminado, intolerância correndo solta e ausência total de empatia. Isso, por si só, representaria alguma novidade no curso da história dos povos? Certamente não, mas vivenciamos o aqui e agora como se fosse algo inusitado e nos sentimos, inúmeras vezes, despreparados para lidar com tantos sentimentos, atitudes e palavras que irrompem como avesso daquilo que as leis da cultura nos impõem. E isso, claro, vai determinar que nossa **caixa de ferramenta** sseja da ordem da incompletude, não esgote em si todos os instrumentos de que precisamos para investigar os



fatos e os embates que estão no território de nossa pátria sempre-amada-e-maltratada, Brasil!

Essa metáfora da **caixa de ferramentas** vem de Gilles Deleuze² e gosto de me valer dela para mostrar como a Análise de Discurso, em que pese seu sólido dispositivo conceitual, não é uma caixa fechada, como já dissemos, nem tampouco possui uma única chave, tipo chave-mestra, que asseguraria o acesso a qualquer objeto teórico do nosso desejo. Ao invés disso, abre-se um campo de possibilidades ao analista que poderá, por vezes, ele próprio, ser convocado a construir as ferramentas mais compatíveis com as materialidades que se encontram no escopo de seu horizonte. O que fazemos, então, no campo discursivo é trabalhar as teorias e os conceitos como um dispositivo, uma “caixa de ferramentas” que funcionam como alavancas que nos permitem pensar o mundo e suas problemáticas. Ou seja, a AD nos permite a cada gesto de leitura ousar pensar por nós mesmos e criar meios para pôr em prática esse pensamento. É por isso que às vezes surgem certos termos cunhados pelo analista e que depois, se aceitos, passam a ser incorporados pelos demais em futuras análises. Trago como exemplos alguns significantes que senti necessidade de propor ao trabalhar com o corpo e com a cultura, respectivamente: corpo discursivo, real do corpo, formação cultural e real da cultura.

Cabe aqui um registro ilustrando o modo como nos posicionamos frente às questões que nos angustiam e clamam por interpretação. Em 2020

² “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico. que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas” (DELEUZE,1992, p. 71).



no encerramento do V SEDISC, com sede na UNISUL, em Santa Catarina, a organização do evento pediu aos convidados para “lerem o Brasil hoje”, numa clara alusão ao texto de Michel Pêcheux, *Ler o arquivo hoje*. Acedi ao apelo e intitulei meu texto de “Querelas do Brasil”, também eu remontando à canção de Aldir Blanc e João Bosco interpretada, magistralmente, por Elis Regina. O título “Querelas do Brasil” surgiu num impulso, como um desejo de encarar a realidade que vivemos hoje, mas com algum filtro, como o da arte, por exemplo. Uma forma talvez inconsciente de tentar matizar a dor e o desamparo frente a esse quadro desolador na saúde, na política, na educação, na cultura, no meio ambiente. Por tudo isso não foi fácil escrever esse texto, foi bem mais difícil do que pensava. Por que uma canção e por que “querelas” são perguntas que renderiam uma incursão pelo produtivo território da metáfora e da metonímia, mas sinto que a urgência que me interpelava não era essa. Há momentos, como escrevi então, em que a teoria parece faltar. Aquela rede, metáfora tão familiar e potente para o campo discursivo, que impulsiona, quando esticada, e protege, quando diante das adversidades, parecia não ser suficiente para fazer suportar o real! Lembrei de Pêcheux (1990, p.29): “a gente não descobre o real, a gente dá de cara com ele!”.

Alguns psicanalistas conhecidos costumam dizer que frente ao escuro do nosso tempo precisamos ter a coragem de abrir as janelas. E isso requer coragem para visitar o escuro de nossa morada e conseguir nomear esses traumas. Trago aqui de memória uma citação atribuída ao Papa (Leão XIII) e que guardo da minha adolescência. O Papa, que me parecia “um bom velhinho” (e acredito que assim o fosse), com uma linguagem simples e cheia de alegorias me permitiu guardar muito bem o significado de suas palavras e, mais ainda, associá-las ao que se vivia então na juventude. O Papa nos



encorajava a **abrir as janelas**, mesmo que isso representasse, por vezes, certos transtornos e perturbações, como papéis voando, vasos quebrando, objetos saindo de seu lugar habitual. Pois seria só assim, por conta desse novo ar, dessa lufada de vento, conseguiríamos perceber outra disposição para certos elementos, fazer trocas, suprimir objetos, incluir outros, enfim, renovar a sala e deixá-la mais arejada. E claro: essa metáfora impactaria na renovação de nossa vida interior por conta dessas **janelas abertas**.

São muitas as associações que podemos fazer aqui, seguindo nessa direção da resistência, da mudança. Lembro com frequência de uma citação que li em um texto de Pêcheux e que faz bastante sentido para o que atravessamos hoje no Brasil: *a língua sempre vai onde o dente dói*, atribuída a Lênin. Ou seja: precisamos enfrentar essa dor, tocá-la, trabalhar com ela. Também por associação me ocorre agora uma passagem que guardo do livro de memórias de Érico Veríssimo, *Solo de Clarineta*. Na sua obra o conhecido escritor gaúcho compara a função da literatura à de um lampião, uma lanterna, um raio de luz intenso e forte colocado próximo à ferida de uma pessoa para expor o ferimento ao olhar do leitor, por mais difícil e repugnante que seja essa visão. Nós que trabalhamos no campo teórico da análise do discurso vemos muita compatibilidade nessa forma de metaforizar o ofício, seja de qualquer natureza. Aliás, foi essa também a lição que nos deixou Michel Pêcheux. Uma sociedade esclarecida é uma sociedade que quer ser mais clara, iluminada, que pretende trazer a luz, elucidar os pontos obscuros que a consomem e violentam. Uma sociedade que precisa de frestas de luz, nergas de sol, que lhe permitam ver através da escuridão, da ignorância, da desinformação. Ver a opacidade do texto por trás da aparente transparência, ler nas entrelinhas. Essa é a atitude do analista de discurso frente ao texto, seja qual for a natureza de sua tessitura.



Mas, voltando às “querelas do Brasil”, na canção de 1978, e à leitura que realizei então, vimos o que Elis denunciava com sua voz aguda, penetrante, cristalina:

O Brasil não merece o Brasil,

O Brasil está matando o Brasil...

Passado mais de meio século, precisamos ler com outros olhos esses versos para compreender que esse Brasil, cujas instituições lutam para não desmoronar, é o que nós mesmos, brasileiros, com nossas virtudes, passividades, defeitos e comportamentos atávicos, estamos a construir e desconstruir, a significar e a **de-significar** (conforme expressão empregada por Eni Orlandi³). Por isso agora meu desejo é falar de um Brasil fragilizado, mas guerreiro; assustado, mas esperançoso; ameaçado, mas resistente.

Ao nos propormos a ler hoje a cena brasileira pelas lentes discursivas, faremos uma incursão por alguns enunciados recorrentes que poderão nos indicar alguma direção de sentido nos embates que se travam com tanta intensidade e, por vezes, insanidade, em nosso país. Para isso será preciso fugir dos clichês que sintetizam os dizeres hegemônicos e deixam de fora as singularidades, as derivas e certos encobrimentos, cuja opacidade nos impede de perscrutar.

2. PREPARANDO O TERRENO PARA A LEITURA DO CENÁRIO POLÍTICO

Antes de começar com o exercício de análise que pretendemos apresentar, gostaria de tecer um comentário sobre certas “licenças poéticas” que por vezes podem nos acometer, levando-nos a imaginar o que Michel Pêcheux, nosso teórico-fonte, diria do que estamos hoje a viver no país. E isso com

³ Roda de Conversa virtual, na abertura do VI SEDISC, em 27/09/22.

relação a questões de gênero; de racismo estrutural; da invasão de *fake news*; dos atos e palavras antidemocráticos do nosso presidente; do descaso com a ciência e, conseqüentemente, com a vida dos cidadãos; com o acobertamento das ações destrutivas dos grileiros e dos desmatadores; com a profusão de templos e seguidores evangélicos, cuja idolatria aos bispos e pastores faz com que os fiéis se sintam como “soldados de cristo”. E a lista poderia ser ampliada e muito. Mas acho que já bastam os fatos elencados para esboçar um cenário do Brasil atual e do que nós vimos enfrentando e combatendo.

Numa ocasião, na França, questionada por um grupo de estudantes, curiosos ao saber que líamos e estudávamos Michel Pêcheux na Universidade, me deparei com a seguinte pergunta: “é verdade mesmo que Pêcheux sobrevive no Brasil”? Ao que eu de pronto respondi: “Não, ele não sobrevive, ele vive”!

Lembrei dessa história ocorrida em 2008, na Sorbonne, como forma de responder àquelas licenças, a que me referi anteriormente, e que tentavam imaginar o que Pêcheux faria se vivesse aqui. Na verdade, ao lembrar essa história, quis confirmar que, simbolicamente, ele vive! E vive através de sua palavra, de seus textos, de suas reflexões, de sua teoria. Mas somos nós, seus seguidores, os responsáveis pelo trabalho de atualizar a teoria, circunscrevê-la às nossas condições de produção e abrir espaço para uma escuta consentânea com nossa feição e singularidades. A partir daí iniciamos a tarefa árdua de construir objetos discursivos que operam constantemente na tensão entre “sistematicidade, historicidade e interdiscursividade”, como nos ensinava Denise Maldidier (1990). É importante destacar esse *aggionamento* teórico-analítico, porque as circunstâncias encontradas na França na época de atuação de Pêcheux e seu grupo – final dos anos 60 a início dos 80 – são absolutamente diversas daquelas que temos aqui no



Brasil, nesses anos recentes. Na França, por exemplo, falar de Althusser e seus discípulos, mencionar materialismo histórico, assujeitamento e ideologia tornou-se algo *démodé*, incômodo, perturbador. Já, entre nós, eu diria que é algo imprescindível, como demarcador de fronteiras entre as várias teorias do discurso. E no caso da vertente pecheuxtiana que abraçamos é imperativo que ousemos nos expor ao desconforto e à inquietude dos objetos paradoxais com que trabalhamos que vão da luta de classes ao real do inconsciente; da equívocidade da língua ao silenciamento do discurso.

Em texto anterior eu me perguntava: “Passados tantos anos do desaparecimento de Michel Pêcheux da cena intelectual, o que faz com que ele continue uma presença tão presente e pulsante no nosso cenário discursivo e político atual?”⁴. Para nós, analistas de discurso brasileiros, acredito que não seja difícil responder, pois cada um tem suas afinidades e identificações com a teoria. Particularmente, minhas questões iniciais partiram da concepção discursiva de língua, do conceito de resistência e a primazia do equívoco, como fator fundante e estruturante da própria língua. Mais recentemente tenho me voltado para as questões do corpo, da ordem da cultura e da inter-relação entre arte, discurso e psicanálise. E investigar tudo isso tem sido possível, a partir dos “andaimes suspensos” e do pensamento forte do homem responsável por eles. Essa expressão instigante foi empregada por Denise Maldidier, linguista francesa integrante do grupo ADELA (Análise do Discurso e Leitura de Arquivo), no livro que escreveu em homenagem ao amigo *L’Inquiétude du discours*. (1990). Pois é esse homem, cuja teoria ainda vive entre nós, que nos autoriza a andar por esse fio da

⁴ Artigo meu publicado no livro organizado por S. Mittmann e L. Jung de Campos-Pontes, 2009, p.18.

navalha constante entre o dito e o não-dito, entre o excesso de determinação e a falta, entre a evidência do sentido e suas falhas, entre o que se diz e o que escapa ao dizer, entre o **andaime**, que nos dá sustentação, mas que também nos deixa em **suspensão**.

3. DEFININDO OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Vamos situar nosso recorte de análise no período recente entre 2020 e 2022, buscando selecionar alguns dizeres que mais circulam na mídia impressa digital, relacionados às eleições presidenciais. Nosso foco será resgatar algum enunciado e investigar de perto como funcionam os sentidos aí presentes, como oscilam e se revelam, indo da ambiguidade à ambivalência e desta à equívocidade. Esperamos poder fazer o batimento entre a análise como descrição e como interpretação, entrecruzada pela dupla face discursiva da estrutura e do acontecimento. Nosso propósito será o de apontar a tensão constante entre esses eixos e a sedimentação de sentidos aí operada, bem como sua saturação, derivando para eventuais efeitos de sentido controversos e contraditórios.

Não faremos um levantamento com preocupação de rigor científico, mas com a sensibilidade da escuta a que os analistas estão acostumados. Nosso escopo de observação vai das ruas aos veículos de comunicação, incluindo algumas redes digitais a que temos acesso. Consultamos os tradicionais “jornalões” (Folha, Estadão, O Globo, Zero Hora, Correio do Povo...) até a mídia mais à esquerda (Carta Capital, The Intercept...), como fazemos habitualmente em nosso hábito de leitora. Alguns canais de YouTube, blogs e sites que entram em nossa **bolha** também serviram como fonte de



pesquisa. Como já dissemos, a seleção será determinada basicamente pela regularidade de ocorrência e pelo potencial analítico do significante.

Após examinar o levantamento despretensioso que fizemos das notícias veiculadas pelas mídias nos chamou atenção, pela frequência e pelo deslizamento de sentidos múltiplos observados, o enunciado **polarização**. Sobre ele, a partir dele, iniciaremos nossa análise discursiva.

4. POLARIZAÇÃO: O 'QUERIDINHO' DAS CRÍTICAS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Não pretendemos aqui estabelecer alguma competição entre as expressões mais citadas, mas se o fizéssemos, certamente, *polarização* estaria no topo da lista. Vejamos algumas manchetes recolhidas ao acaso de diferentes veículos:

- O Globo – “Polarização no meio digital dificulta diálogo social”;
- Folha de S. Paulo – “A face positiva da polarização”;
- Folha de S. Paulo – “Por que a polarização favorece populistas?”;
- Galileu – “Gráficos mostram polarização política nas redes sociais no Brasil”;
- O Estado de S. Paulo – “Redes sociais têm de responder pela polarização que causam”;
- Veja – “O que é polarização e por que é prejudicial à democracia?”.

E agora algumas formulações ouvidas pelas ruas, nas conversas de bar, de família, nos locais de trabalho, nas academias, nos programas de rádio e televisão.

1. São as eleições mais polarizadas das últimas décadas.
2. Essa polarização não pode acabar bem.



3. Precisamos de um ponto de equilíbrio entre extremos tão polarizados.
4. Quem ganha e quem perde com essa polarização?
5. Tem diferença na polarização entre Lula e Bolsonaro?
6. A polarização tem seu lado bom?

Por essa pequena amostra é possível ver um feixe de sentidos se movimentando entre a condenação (tendência predominante) e uma possível dúvida sobre a eficácia positiva desse fato. A rigor, penso que podemos considerar o enunciado - **polarização** - e seus derivados, como uma **forma discursiva** que aponta tanto para própria materialidade lexical do termo, como também para o real histórico-social que lhe corresponde. Todo enunciado, como sendo da ordem do discurso, vai remeter, assim, às questões estritas da língua e de sua organização e àquelas relacionadas à sua ordem e condições de produção. Ou seja: no processo de produção do sentido entram em jogo as superfícies linguísticas bem como a exterioridade constitutiva.

Na prática a polarização se comporta como um fenômeno social, cuja presença compromete o clima de tolerância e aceitação entre partes opostas. Em tempos recentes os sentidos desse enunciado têm circulado, predominantemente, no território da política, remetendo à divisão de uma sociedade em dois polos, a respeito de determinado tema ou personalidade. No caso brasileiro, a polarização situa-se no confronto personalizado entre as figuras de **Lula x Bolsonaro**, derivando para variações afins no embate entre petismo e bolsonarismo, esquerdistas e direitistas, progressistas e conservadores. Equivocadamente o significante “**polarização**” parece apontar uma lógica disjuntiva e maniqueísta de um pensamento dual: ou bem é A ou bem é B. Do mesmo modo revela como traço dominante um sentido a ser tratado como negativo e que envolve a disputa entre dois grupos, os



quais se fecham em suas convicções e em seu extremismo, não estando dispostos ao diálogo, à **escuta social**.

Em princípio, **escuta** é um significante que circula no campo psicanalítico como a via de acesso para a cura no aspecto **individual**. Pressupõe da parte do analista um despojamento de ideias de censura e julgamento moral. Essa atitude isenta, em certo sentido, é que vai permitir a transferência entre analisante e analisando, assegurando cumplicidade e confiança na relação interpessoal. A respeito de **escuta** há um interessante apontamento nos Escritos (1966), de Lacan, onde ele evoca, a partir de Freud, a seguinte constatação: “**não é possível escutar o sofrimento humano desconectado com o que acontece no mundo**”. Penso que isso se constitui num enorme avanço no modo como habitualmente a psicanálise costumava trabalhar, centrada na doença do paciente. Já a **escuta social** surge, no campo discursivo, em um texto de Thomas Herbert, de 1966 (*Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social*). Aqui o alcance visado é a sociedade, o coletivo, fato muito relevante para o analista de discurso, pois possibilita que em nosso trabalho cheguemos a desautomatizar e desnaturalizar certas interpretações, consideradas dominantes. Com a Análise do Discurso aprendemos a realizar uma **escuta** menos ingênua, menos inocente, tornando-nos mais independentes, mais críticos, mais desconfiados das certezas e verdades que tentam nos impor. Só assim podemos romper com o processo de produção de sentidos dominante e ousar nossas próprias formulações com diferentes possibilidades de significação. Um dos meios para se realizar isso,



como Pêcheux bem nos ensinou, é desconfiar da transparência da língua, da obviedade do discurso e buscar tornar opaco o que parece familiar⁵.

5. POLARIZAÇÃO E O ESTRANHO EQUÍVOCO QUE CERCA O SIGNIFICANTE

Nos tempos atuais, virou lugar comum falar de um **excesso de polarização**, o que comprometeria os dois polos, pondo em risco os argumentos e fatos defendidos, independentemente de sua veracidade, razoabilidade e oportunidade. Em uma sociedade concentrada em dois lados radicalizados, adversários são vistos como inimigos, o diálogo não é incentivado – ou mesmo é condenado – e transgredir as regras parece justificável. A polarização crescente é promovida e interessa mais àqueles que se beneficiam com ela. Quem seriam eles? Políticos, partidos e grupos mais extremistas que se nutrem do descontentamento e da intolerância para ganhar mais apoio a suas propostas e a seus pontos de vista, tidos como únicos. Afinal, medidas extremas têm maior chance de aceitação e adesão quando se vê o outro como um inimigo, um perigo a exterminar, um rival que é preciso eliminar, ao invés de um oponente no debate.

Em quase todos os veículos de comunicação temos observado críticas contumazes à polarização política e aos danos que ela tem causado à política institucional e à relação entre os três poderes, profanando inclusive as esferas mais íntimas, como a relação familiar. Ocorre, no entanto, que os fatos ao longo da história têm mostrado que, inevitavelmente, este é o caminho a percorrer para construirmos uma sólida democracia, pautada nos ideais da igualdade e liberdade política.

⁵ *Unheimlich*, estranho familiar de que falava Freud, em 1919.



O esforço retórico para a aniquilação da polarização está apoiado em um ou em múltiplos desejos: obscurantismo político, ingenuidade, manutenção de privilégios ou um projeto de poder unilateral. A construção do conhecimento parte de ideias e projetos opostos que, por meio da dialética, leva a outras ideias e projetos. Gerar consensos sem as polarizações é aceitar sempre o *status quo*. A **Política**, por natureza, é negociação, conflito e disputa por poder. O problema central da democracia, portanto, não é a polarização, mas como se governa e como se utiliza o poder por meio de diferentes concepções do **político**, distinção essa essencial feita no campo da Análise do Discurso. Um governo, mesmo sendo eleito democraticamente, pode ser altamente truculento e antidemocrático, carreando a polarização não de ideias, projetos e propostas, mas a estandardização da violência como prática. E isto implica alimentar com a truculência, a barbárie e o desrespeito o pensamento divergente.

Respeitar a polarização e reconhecê-la como instrumento legítimo da democracia nos leva a agir no contraponto do que as reiteradas formulações que circulam por todas as redes tentam nos impor. Devemos, isso sim, cuidar, proteger a polarização política como uma face positiva para o desenvolvimento de uma cidadania participativa, sem deixá-la ser contaminada pelo ódio e pelos discursos generalistas nutridos apenas pelo senso comum. A convivência multipolar dentro dos parâmetros democráticos deve servir como fonte de energia e alimento para ideias propositivas e nos servir de aprendizado mesmo em tempos críticos e tão turbulentos.

É preciso, pois, que tenhamos clareza quanto a isso: o problema do Brasil não é a polarização política, mas como tem sido exercido o poder. Afinal, o exercício do poder, seja ele governamental ou não, requer sustentação



em pilares democráticos e apreço pela humanidade. Hoje, quem usufrui desse poder temporário está abastecendo a polarização com ódio e não com ideias; está se nutrindo com o gozo da destruição e não da construção de um mundo melhor para todos.

6. A POLARIZAÇÃO ENTRE LULA E O ATUAL PRESIDENTE: SENTIDOS ENCOBERTOS

A atual polarização entre esses dois nomes em destaque na política brasileira faz parte do jogo democrático. Não podemos confundir divergências políticas com ataque às minorias, defesa do estado de exceção e da volta à ditadura, clamor pela intervenção militar, repressão às manifestações políticas, discurso de ódio que atente à vida e irresponsabilidades com o meio ambiente. Tampouco é compatível com a democracia organizar listas e distribuir nas cidades, pelas vias digitais e físicas, contendo nomes de cidadãos eleitores (profissionais liberais, pequenos comerciantes, professores) que ousaram votar no “candidato errado” e que, por isso, devem ser hostilizados, boicotados, banidos. Não, isso tudo é crime; logo, não cabe no escopo da polarização. Assim como é crime protestar contra eleições legítimas, não aceitar o resultado das urnas e bloquear as estradas e vias públicas, impedindo o livre direito de ir e vir dos cidadãos.

Ainda sobre o equívoco produzido pelos sentidos que decorrem da apropriação do significante **polarização**, queremos estabelecer uma relação com a metáfora **jogo** que está implicada nele. Como em todo e qualquer jogo há regras e ordenamentos básicos a serem seguidos e observados pelos participantes. Este seria um dos pilares fundantes a ser aceito, tácita ou expressamente, e cujo respeito é incontornável para quem quer permanecer



no jogo. É o popular “**jogar nas quatro linhas**”, como gosta de repetir o atual mandatário brasileiro, valendo-se de metáfora esportiva para referir-se à Constituição Brasileira. Aliás, a força dessa repetição provoca um efeito de esvaziamento de sentido, tal a banalização com que a expressão é constantemente empregada, passando a produzir um efeito de sentido inverso. Afinal, quem “joga nas quatro linhas”, simplesmente joga, não precisa repeti-lo à exaustão.

Por isso, quando se ouvem afirmações como estas

1. É preciso extirpar os petistas.
2. Vamos eliminar a *petralhada*.
3. A saída é fuzilar os “vermelhos”.
4. Temos que aniquilar nosso adversário.

Estamos frente a formulações que não só transgridem as regras do jogo, como se encontram **fora** desse jogo. Jogar o jogo democrático pressupõe não querer levar a bola para casa; não pretender, na última hora, modificar o tamanho da goleira; ou então, expulsar o juiz, quando esse não apita conforme o esperado. Na ordem do esporte, bem como na ordem político-social, não se pode aceitar a ruptura com os sagrados preceitos do jogo, uma vez que as ameaças e transgressões põem em risco a sua própria existência e continuidade.

Mas aqui há diferenças discursivas relevantes entre os dois campos – o **esportivo** e o **político**. No primeiro, estamos frente a uma lógica disjuntiva: ou se joga ou não se joga mais (quando um contendor resolve levar a bola para casa); ou se joga (fraudando as regras) e se vence ou se joga



e se perde.⁶No campo político a vitória ou a derrota não terminam quando acaba o jogo (no caso, as eleições). Nesse caso, os efeitos permanecem, se estendem e assumem valor ambivalente, bem diferente do dualismo esportivo. No jogo da política temos que lidar com o **e**. A vitória de um candidato pode continuar despertando a mesma pulsão de morte percebida antes das eleições, tal o gozo pela pura destruição do outro, que deixa de ser sujeito e passa a objeto de extermínio. Vimos isso na última eleição presidencial em 2022.

Lula ganhou oficialmente, mas não ganhou (para uma parcela radicalizada da extrema-direita).

Este é o **equivoco** apontado no significante **polarização**. Não se está mais à frente de dois polos da mesma natureza e que jogam o mesmo jogo. No jogo democrático há lugar para os antagonistas, há lugar para a luta e para o embate, por mais duro que seja. Agora, ao contrário disso, se um dos polos fica **fora** do jogo democrático, não se está mais à frente de uma simples polarização, a qual é bem-vinda no campo democrático. Não se trata, portanto, de uma oposição entre **esquerda x direita**, ou entre **progressistas x conservadores**. O furo aqui é mais embaixo: é entre **democracia x extrema direita** ou, podemos ir além, entre **democracia x fascismo**.

É preciso entender que os sentidos presentes no enunciado **polarização** são múltiplos, mas não quaisquer uns. Já vimos que há uma tendência no atual cenário político de considerar tal fato como algo negativo. Mas há também uma vertente que não aceita os que procuram se mostrar distantes dos dois extremos e que apresentam outras visões. Esses podem ser tachados de alienados ou que preferem ficar em cima do muro. Por fim destacaria na direção oposta àquele lado que protesta e critica a polarização, mas o

⁶ Michel Pêcheux nos mostra isso em análise primorosa do enunciado *on a gagné*, grito comum ecoado nos estádios e nas praças públicas.



faz dentro das regras. Nesse caso não se pode falar que esse lado esteja **polarizando**; ele está **resistindo** e defendendo seus direitos e seu deveres éticos, lutando pelos valores caros ao jogo democrático de direito.

É fundamental nessa análise que se ressalte que há um sentido legítimo na polarização que não pode ser elidido.

Polarizar significa emular o conflito, liberar o desejo, deixar vir à tona a dissensão.

E isto permite que posições cristalizadas por um senso comum opressor possam vir a ser debatidas, questionadas, revisitadas. Em outras palavras: que se abram fissuras na saturação dos sentidos e que se desmontem os efeitos de evidência produzidos pela ideologia. Refiro-me especialmente às questões envolvendo racismo, feminismo e diversidade de gênero que, alimentadas pela polarização, puderam ser expostas à sociedade sem o manto de naturalização, herdado de um processo histórico marcado pela submissão e pelo silenciamento. Os conceitos de **racismo estrutural** e **lugar de fala**, por exemplo, surgiram desse movimento de polarização, expondo as feridas encobertas de nossas infâmias. Ou ainda o direito dos povos e comunidades imaginários que precisam ser respeitados e valorizados.

Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, Nelson Ferreira Marques Júnior, doutor em história política do Brasil, defendeu a polarização como algo benéfico para a história da humanidade. Segundo ele, a divisão da sociedade em dois polos distintos faz parte do desenvolvimento da democracia e não pode ser considerada um mal em si. A disputa política seria a única forma de construir conhecimento e encontrar soluções para problemas comuns. A polarização passa a ser negativa quando é “contaminada pelo ódio e pelos discursos generalistas nutridos apenas pelo senso comum”.



Ou seja, enquanto ela está dentro dos “parâmetros democráticos”, não deve ser condenada. Além disso, “a alternativa à polarização geralmente é a supressão”, uma vez que “gerar consensos sem as polarizações é aceitar sempre o status quo” (MARQUES JÚNIOR, 2019, s. p.).

Em suma, não é a polarização que deve ser criticada e condenada, mas a perversão política que se faz dela nos tempos distópicos que vivemos. E que busca justificar o discurso de ódio com o auxílio estratégico das *fake news* que contaminam as conexões mentais de muitos incautos. Essa potente e destruidora tática de guerra estimula o aniquilamento do outro, imputando-lhe não importa quais sejam as aberrações. Um pequeno recorte do que se encontra nas bolhas de direita e extrema-direita:

- ideologia de gênero;
- doutrinação marxista;
- banheiro unissex para alunos; e
- invasão vermelha.

Não é o caso de nos determos em analisar essas verbalizações automatizadas. Seria desrespeitar a inteligência e o senso crítico do leitor. Os significantes listados encontram-se esvaziados de significação, presos apenas pela ponta do carimbo ideológico. São clichês repetidos pelas bolhas sem qualquer exame de checagem dos fatos. Se alguém se dispuser a interpelar alguns desses manifestantes que bradam tais ameaças, seguramente não obterá qualquer resposta com mínimo de plausibilidade. É o não-sentido cujo sentido se diluiu, se esgarçou.

O que surge como marca histórica e política nesses enunciados é que quanto pior for considerado o assim chamado inimigo visado, mais haveria argumentos para tentar eliminá-lo, não importando os meios e a eventual



quebra das normas democráticas. Há estudos científicos que revelam que uma opinião formada sobre determinado assunto importa mais do que os fatos relacionados a ele. Isto é, evidências têm pouco poder para mudar a visão de mundo de uma pessoa, devido ao modo como tendemos a dar mais valor a fatos e informações que reforçam nossas opiniões e menos valor àqueles que as contrariam. Um ambiente polarizado, sem tolerância e respeito a opiniões discordantes, reforça esse comportamento. O ambiente é criado pela propensão a sermos fiéis a grupos, a bolhas. Nesse sentido, é possível entender, em parte, porque as mentiras se espalham com facilidade. As tristemente populares *fake news* aproveitam-se da nossa vontade de acreditar em notícias que corroboram nossas ideias, independentemente da sua veracidade, e assim se disseminam. Diria que é a praga dos nossos tempos. Praga que se espalha sem controle e que requer investimentos altos na educação, lá da base, para se tentar conter.

Além da busca pela verdade factual, o excesso de polarização afeta também a busca por soluções para problemas da sociedade. Um debate polarizado impede as análises profundas e cheias de nuances que questões complexas exigem. Essa polarização negativa que vimos descrevendo certamente favorece a ascensão de líderes populistas autoritários com pouco apreço às normas reguladoras do estado de direito e às limitações de poder. Nesse momento; em nosso país, é exatamente essa a situação que vivemos. E não se pode atribuir isso à política, como muitos desavisados insistem em fazer. A política faz parte da nossa vida em comunidade, por menor que seja o seu núcleo. Ela é a ciência que rege as nossas relações, lutas e adesões em torno do poder do Estado. Política não pode se confundir com fanatismo, tampouco com idolatria e formação de verdadeiras seitas.



Esses homens públicos, políticos autoproclamados “mitos”, por um povo ignaro e imbecilizado, representam um retrocesso de tal modo pernicioso, deletério, que fica difícil calcular o tempo necessário para recuperar o terreno devastado por tanta destruição.

7. O CONFLITO DAS BOLHAS *VERSUS* REDES SOCIAIS: UM PARADOXO VICIOSO (INEVITÁVEL?)

*Nós estamos cativos dentro de uma **nova caverna de Platão**.
Nesta nova caverna as paredes são feitas de telas eletrônicas.
Nós enxergamos as imagens, mas não vemos a experiência da vida,
não experimentamos a vida”.*

Eugênio Bucci⁷

No mundo digitalizado em que vivemos, há um excesso de informações disponíveis, amplificadas pelas características das tecnologias a que temos acesso. Um grande problema é rastrear essas informações para avaliar sua fidedignidade e seu grau de consistência e plausibilidade. O imenso volume de fatos disseminados pelas redes traz em seu bojo conteúdos com checagem confirmada, mas também montes de lixo, de factoides, vendidos como verdade. Com a eficácia do alcance das atuais tecnologias de informação e sua conseqüente pulverização por praticamente todo o espectro social - da política à igreja, do clube à família, do trabalho ao esporte – torna-se uma missão quase impossível a checagem de todo o material veiculado. Grande parte dele, inclusive, mesmo sendo mentira (e por isso mesmo), é intencionalmente propagado.

⁷ Entrevista concedida por telefone ao Instituto Humanitas da UNISUL (IHU), em 24/06/2022.



Esse comportamento de intolerância e irracionalidade é fortalecido pelas **bolhas**, as quais fechadas na sua entropia repetem, como um movimento de *looping*, os mesmos enunciados, de forma automatizada, sem qualquer discernimento crítico. **Furar a bolha** torna-se algo praticamente inatingível por uma força exterior. É mais viável que isso porventura aconteça por um movimento de corrosão interna. Dizendo de outra forma, as bolhas podem explodir e implodir. É um movimento ambivalente, que lida com as duas pulsões de destruição.

A imagem da rede — com suas várias conexões, nós, traços, linhas e curvas — passa bem a dificuldade de articular todo esse complexo mundo. Estamos frente às redes sociais, as quais em sua heterogeneidade e diversidade produzem a circulação dos discursos que compõem o tecido social. E para fazer chegar a cada uma dessas redes os conteúdos que podem interessar, gerar prazer e motivar o consumo (ou a mudança de atitude esperada) são gerados códigos, os chamados algoritmos, sequência de comandos formulada por analistas de sistemas computacionais e que são alimentados pelos dados dos próprios usuários. Os algoritmos passam a ganhar uma relevância extraordinária, como antenas que captam o desejo mais escondido dos usuários e podem, a partir daí, influenciar, direcionar e controlar comportamentos, hábitos e pensamentos. Todos nós que usamos cotidianamente a internet já percebemos como a simples operação de busca pelo *Google* faz com que apareçam em nossas redes inúmeros produtos e ofertas, relacionados a essa procura. Isso evidencia, em nosso microcosmo como usuários de ferramentas on-line, o direcionamento das informações a que estamos expostos.

Derivada dessa espécie de confinamento informático a que nós somos conduzidos, emana a criação de bolhas sociais, as quais irão mapear nossas



zonas de afinidade e rejeição a cada produto. Percebemos nesse processo de produzir desejos, necessidade, ou recusa e contrariedades, um trabalho invisível da ideologia, mecanismo potente e determinante na sociedade capitalista de consumo em que estamos imersos. Cada sujeito acaba tendo contato apenas com normas de conduta a serem reproduzidas e opiniões, notícias, artigos, vídeos e imagens que reforçam suas crenças. Pontos de vista diferentes, por outro lado, têm chance mínima de furar essa bolha. As visões discordantes se tornam cada vez mais estranhas, absurdas e, no ponto máximo, inaceitáveis. O resultado disso é que cada pessoa consolida e reforça as ideias que já tem e passa a ter mais certeza de que está certa em seus julgamentos. Ou seja: as bolhas sociais combinadas com as fakes news⁸ podem, potencialmente, comprometer e muito o ambiente democrático e afastar os cidadãos de escolhas refletidas e racionais.

O documentário *Dilema das Redes*, da Netflix, que viralizou em 2020, apresenta a visão de diversos responsáveis envolvidos na indústria da tecnologia, ex-trabalhadores das maiores redes sociais, como Twitter, Facebook, YouTube, a partir de seus próprios dilemas éticos e pessoais. Além de trazer a grande crítica, que é o tema central do longa metragem (“a geração global de pessoas manipuladas pela conexão”), o documentário impacta revelando o sofrimento desses empregados submetidos ao vício e à angústia da abstinência, como consequência do próprio uso das redes sociais.

⁸ Eugênio Bucci vale-se de uma potente e perturbadora metáfora, associando as *fakes news* ao alimento que ingerimos. Para ele, semear notícias falsas é pior que distribuir comida estragada. “Se alguém lhe passa uma comida estragada, você passa adiante, para as pessoas se envenenarem? Se a pessoa não faz isto com a comida, nunca deveria fazer com a informação, que pode ter efeitos trágicos. Então, informação estragada é pior do que comida estragada. A comida estragada fará mal para uma ou duas pessoas, mas uma informação mal-intencionada vai fazer mal, rapidamente, para um país inteiro”. Disponível em: <https://bit.ly/3XbbH91>. Acesso em nov. 2022.



A perversa ironia e que agrava e engrossa o caldo desse dilema é que a internet foi oferecida ao mundo com a utópica promessa de conectividade e acessibilidade para todos. No entanto, não é essa a realidade que se vê. Faz-se imperativo colocar certos interrogantes desde já: Quem tem acesso às redes? Quais os efeitos em quem tem acesso e quem fica excluído? Quem saiu ganhando com essa socialização? E quais os riscos que decorrem disso? Está aí o terreno para pensarmos no paradoxo vicioso que referimos.

Quanto mais as redes sociais são abastecidas de informações mais fortalecem e isolam as bolhas, impulsionando a polarização.

Alimentando esse paradoxo temos a presença das *Big Techs*, conhecidas também como *Tech Giants* ou *Big Five*, nome dado às cinco empresas mais dominantes na indústria de tecnologia da informação dos Estados Unidos, localizadas majoritariamente no Vale do Silício, e que dominam o mercado. São todas muito nossas conhecidas: 1. Apple, 2. Amazon, 3. Google, 4. Microsoft, 5. Facebook. Começaram como pequenas *startups*, criando serviços inovadores, disruptivos e escaláveis para facilitar a nossa vida de cidadãos comuns. Mas, estranhamente, elas causam temores inescrutáveis, em um âmbito que pode ir além da nossa compreensão. Assim como elas vem para facilitar nossa vida, pessoal e profissional, invadem de tal forma na rotina diária que dependemos diretamente delas para quase tudo: a troca de mensagens pelo WhatsApp, os dispositivos de comando de voz, as plataformas de *streaming* (que atendem a nosso lazer) e inúmeros outros serviços, como o *pix*, por exemplo. Ora, tais facilidades influenciam nosso comportamento e não são gratuitas. Longe disso!

As big Five controlam diversos nichos dos mercados digitais, o que faz com que acumulem um enorme volume de dados gerados pelos usuários.



Esse monopólio de dados dá a elas uma vantagem competitiva desleal e o resultado é o comportamento anticompetitivo, assim como um grande impacto nas relações de força e poder que regem a vida dos cidadãos e o funcionamento geopolítico da sociedade.

Eugênio Bucci, jornalista e professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos⁹, disse acreditar que as *big techs* têm um impacto econômico devastador. Elas tomaram para si a grande parte dos recursos do mercado publicitário, levando jornais e emissoras à falência. No mesmo sentido, causaram um grande impacto político devido à dinâmica das redes sociais, com propagação de discursos de ódio, *fake news* e teorias conspiratórias. Em outras palavras, o uso de dados pelas *big techs* foi muito além da otimização de seus produtos e influenciaram na situação política de inúmeros países.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1. É POSSÍVEL SAIR DAS BOLHAS?

A primeira definição de algo parecido ao fenômeno vivenciado com o aparecimento das bolhas sociais é o das comunidades virtuais, que são construídas com base nas afinidades de “interesses, de conhecimentos, sobre processos mútuos, através da troca ou cooperação, não sendo dependente mais de proximidades geográficas e das filiações institucionais” (LEVY, 1999, p. 127). Desde o surgimento da internet as comunidades virtuais

⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3X64E17>. Acesso em nov. 2022.



foram criadas com o intuito de aproximar aqueles que pensam igual, sem mais a barreira física ou geográfica. E isso, como já dissemos, tem uma presença determinante da ideologia que, quanto mais invisível, mais efeito de convencimento e aliciamento produz.

Na Análise do Discurso trabalhamos com um conceito que pode ajudar a compreender esse funcionamento digital das **bolhas**. Trata-se das formações discursivas (FDs), ferramenta muito produtiva no dispositivo de análise discursivo. As FDs, em que pese serem compatíveis com a heterogeneidade, podem operar, com tendência à homogeneidade e reforço da matriz de sentido dominante. Isso resulta da força e do impacto da ideologia sobre os sujeitos que a integram e que vai determinar seu maior ou menor grau de identificação com a forma-sujeito que define a FD. Por conta disso as diversas posições-sujeito possíveis que se afastam da plena identificação acabam por serem rejeitadas, canceladas (diríamos hoje), e, em consequência, excluídas. Temos aí a analogia entre o que acontece nas FDs e nas bolhas sociais, as quais se comportariam como verdadeiras “bolhas discursivas”, reproduzindo as mesmas ideias e as mesmas interpretações para os fatos da realidade. E esse trabalho da repetição reiterada, mecanicamente reproduzindo os enunciados e naturalizando seus sentidos, é o papel eficiente da ideologia. Assim com as FDs, as bolhas são devidamente constituídas e alimentadas por formações ideológicas que as sustentam e direcionam.

Esse comportamento das bolhas aproximado ao conceito de formações discursivas serve para que se evite cair na ilusão de que podemos viver em um mundo fora de alguma bolha. No momento em que uma determinada bolha não esteja mais respondendo às nossas crenças, à nossa ideologia, nós procuramos outra (ou somos procurados por outra) na qual possamos



significar e partilhar uma visão de mundo. Para significar precisamos fazê-lo de uma família discursiva, as chamadas Formações Discursivas (FDs), nas quais há três principais modalidades de identificação que o sujeito pode assumir: identificação plena, contraidentificação, desidentificação. Tais modalidades seguem numa hierarquia crescente de mais a menos adesão, chegando até ao total descolamento. No caso extremo da desidentificação, temos a assim chamada “saída da bolha”, por absoluto antagonismo com os dizeres e com os sentidos que ali circulam, a ponto de ruptura. Mas é interessante acentuar que a desidentificação vai provocar a busca por uma nova FD na qual o sujeito possa vir a significar e a se constituir como sujeito. Então é por isso que afirmamos que é ilusão achar que se vive fora de uma FD, fora de uma bolha discursiva. Se nos desidentificamos e saímos de uma FD ou de uma bolha precisamos de outra que nos acolha. Ou, ainda, nos valendo de Cazusa, melhor dizer: **“Ideologia, eu quero uma pra viver”**. E parafraseando, com a devida licença, **“Bolha digital, preciso de uma pra viver”**. O fato de parecer ser incontornável “viver numa bolha” nos leva agora a outro questionamento.

8.2. COMO FURAR A BOLHA? DESCONFIAR DE SUAS VERDADES?

A professora Pollyana Ferrari, da PUC/SP, lançou um livro em 2018 com essa problemática no título (*Como sair das bolhas*). Ao abordar o drama de “viver na bolha”, a autora mostra como hoje esse conceito evoluiu para algo pior, pois as pessoas, confinadas atrás de suas telas digitais, só convivem mesmo com os pares que pensam parecido, que tem a mesma opinião sobre política, religião, artistas, esporte. Logo ao receber notícias, mesmo parecendo absurdas e irreais, passam adiante sem qualquer vacilo. A autora



trabalha também com alternativas de checagem das notícias, garantindo o dever ético de não fomentar a desinformação e assegurar o fortalecimento e a maturidade do debate público em sociedades democráticas.

O alerta importante que nos deixa a jornalista deve nos inspirar no cotidiano de nossa própria vida de usuários. Cuidar para não passar adiante os fatos sem a devida investigação. Na dúvida, não compartilhar. E apostar na escola como amplificadora do pensamento crítico, lugar da diversidade de opiniões, do respeito pelas posições antagônicas. Nesse trabalho de socialização do acesso às redes, a Escola tem papel vital como formadora e fomentadora da tolerância e da empatia. Tudo começa com a escola de base, lá com os pequenos que já desde cedo se tornam usuários frequentes do mundo digital e suas tentações, com jogos, imagens, músicas e filmes. Quem tem repertório mais amplo é capaz de filtrar melhor a desinformação e se torna mais exigente com a qualidade do material que consome e veicula.

8.3. E O QUE PODEMOS NÓS, ANALISTAS DE DISCURSO, CONTRIBUIR PARA ISSO?

Primeiramente, a AD não se coloca no papel de dar respostas, mas antes, colocar questões. E nessa esfera eletrônica lidamos com a linguagem e sabemos que, para Pêcheux, o que sempre importou foi a ligação ente linguagem e ideologia, que perpassa o sujeito. Estamos, pois, em sintonia com nosso tempo, habilitados a penetrar nessa nova ordem, pois temos as ferramentas para análise. Um cuidado primordial é se permitir circular por diferentes bolhas, sair do isolamento ideológico e confrontar os fatos polarizados que invadem as redes. Quanto mais bolhas, maior polarização! Permitir-se ter mais dúvidas do que certezas é um bom começo para a



investigação dos objetos discursivos que nos interessam. As redes estão mergulhadas em contradição, assim como a história. O capitalismo está presente nas plataformas e faturando alto.

O que fazer então? Como então furar as bolhas?

Furar as bolhas é um ato de resistência, uma tentativa de respirar melhor, fora do ar confinado das mesmas bolhas de sempre. É colocar em marcha os primados básicos da análise do discurso que Pêcheux¹⁰ nos deixou: **Ousar se revoltar e ousar pensar por si mesmo!** Só faremos isso, furando a bolha e testando a corrosão interna dos sentidos que nela circulam, checando as contradições que nela habitam. É preciso ter presente que toda essa tecnologia que toma conta dos nossos tempos é pensada, produzida e operada por indivíduos, interpelados pela ideologia. E se esse ritual de assujeitamento deixa falhas, por que as bolhas também não podem apresentar fissuras?

Eis aí um caminho a ser trilhado de uma realidade que veio para ficar!

REFERÊNCIAS

BUCCI, E. As big techs conseguiram um feito inacreditável: são empresas monopolistas em escala global. Entrevista especial com Eugênio Bucci. **Instituto Humanitas**, São Leopoldo, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/602118-as-big-techs-conseguiram-um-feito-inacreditavel-sao-empresas-monopolistas-em-escala-global-entrevista-especial-com-eugenio-bucci>. Acesso em 29 nov. 2022.

¹⁰ Michel Pêcheux ([1975] 1988, p.304) apresenta esses dois primados na última página de *Semântica e Discurso*.



DELEUZE, G. **Conversações**: 1972-1990. São Paulo: 34, 1992.

FERRARI, P. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC, 2018.

HERBERT, T. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**: Textos escolhidos por Eni Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015 [1966].

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Os andaimes suspensos de Michel Pêcheux. In: MITTMANN, S.; CAMPOS, L.J. **Análise do Discurso**: da inquietude ao incômodo lugar. Campinas, SP: Pontes, 2019. p. 15-25.

LEVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.

MALDIDIER, D. Entretien avec Henri Deluy. **Les Lettres françaises**, p. 17, abr. 1991.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARQUES JÚNIOR, N. F. A face positiva da polarização política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Am16ht>. Acesso em 29 nov. 2022.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas, SP: Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. **Gestos de Leitura**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 6 ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2012 [1981].



DISCURSO E MÍDIA E(M) INVENTÁRIO DIGITAL: UMA TOMADA DE POSIÇÃO DISCURSIVA¹

DISCOURSE AND MEDIA AND(IN) DIGITAL INVENTORY: A DISCURSIVE POSITION TAKING

Silmara DELA SILVA²

Fernanda Luzia LUNKES³

Ceres Ferreira CARNEIRO⁴

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma proposta de intervenção teórico-prática no campo da análise de discurso pecheuxtiana, a saber: a produção e disponibilização na rede eletrônica de um inventário digital que reúna termos, noções e conceitos do campo teórico dos estudos discursivos, decorrente da compilação de formulações presentes, a partir da década de 1980, em trabalhos de pesquisadores brasileiros em suas práticas de análises dos discursos da/na mídia. Tal proposta visa conferir visibilidade a conceitos e noções da área, dada a importância e abrangência dos discursos da/na mídia em nossa conjuntura sócio-histórica, bem como o vasto conhecimento que vem sendo produzido com o aporte teórico-metodológico da análise do discurso de Michel Pêcheux com vistas à compreensão do funcionamento discursivo dessas produções midiáticas.

¹ Agradecemos ao CNPq pelo auxílio destinado ao desenvolvimento deste projeto, por meio do Edital Universal 2021, processo 403433/2021.

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Federal Fluminense. E-mail: silmaradela@gmail.com.

³ Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: flunkes@gmail.com.

⁴ Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: cerescarneiro@gmail.com.



PALAVRAS-CHAVE

Análise do Discurso; discursos da/na mídia; inventário digital; arquivo; rede eletrônica.

ABSTRACT

This article aims to present a proposal for a theoretical-practical intervention in Pêcheux's discourse analysis, namely: the production and availability on the web of a digital inventory that brings together terms, notions, and concepts of discourse analysis, resulting from the compilation of formulations present, from the 1980s, in works by Brazilian researchers in their practices of analysis of discourses in/in the media. This proposal aims to give visibility to concepts and notions in the area, given the importance and scope of discourses from/in the media in our socio-historical conjuncture, as well as the vast knowledge that has been produced with the theoretical-methodological contribution of Michel Pêcheux's discourse analysis with a view to understanding the discursive functioning of these media productions.

KEYWORDS

Discourse Analysis; discourses from/in the media; digital inventory; archive; the web.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo insere-se em um contexto de (re)leituras de Michel Pêcheux em suas formulações para a teoria e a análise do discurso, buscando pensar as consequências de suas proposições para as análises dos discursos da e sobre a mídia na atual conjuntura sócio-histórica brasileira. De modo mais específico, buscamos trazer algumas das reflexões iniciais suscitadas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Inventário digital de termos e conceitos em discurso e mídia”⁵, cujo principal objetivo é produzir um inventário digital de termos e conceitos do campo teórico dos estudos

⁵ O presente projeto foi aprovado no CNPq, no Edital Universal 2021, processo 403433/2021.



discursivos, que vem sendo mobilizados para as análises de discursos da e sobre a mídia, no Brasil.

Trata-se, assim, de um projeto de pesquisa com vistas a compilar noções teórico-metodológicas que, desde a década de 1980, são propostas e mobilizadas por analistas de discurso brasileiros pecheuxianos em suas práticas de pesquisa em torno de *corpora* constituídos por distintas materialidades significantes, formuladas e com circulação na mídia, com vistas a sua disponibilização em um acervo digital, na rede eletrônica.

Considerando a ampla abrangência dos discursos da e sobre a mídia em nossa conjuntura sócio-histórica, bem como o vasto conhecimento que vem sendo produzido com o aporte teórico-metodológico da análise do discurso de base materialista, objetivando a compreensão do funcionamento discursivo das produções midiáticas, inventariar termos, conceitos e noções teóricas torna-se trabalho relevante para os estudos da linguagem e, sobretudo, para os estudos do discurso. Sua relevância pode ser associada, a princípio, a dois importantes aspectos, a saber: i) conferir visibilidade a conceitos e noções da área, demonstrando o seu funcionamento em pesquisa; ii) produzir um material consistente e acessível, que possa ser mobilizado para o apoio ao ensino de graduação e pós-graduação na área, bem como para a inserção de jovens pesquisadores às práticas de pesquisa no campo discursivo.

O percurso aqui empreendido se organiza em torno de três momentos. No primeiro, apresentamos a proposta do inventário digital, com ênfase para o trabalho coletivo que caracteriza a sua produção. Da perspectiva discursiva, empreendemos também uma breve reflexão acerca da nomeação “inventário” e(m) suas consequências para o gesto de compilação proposto. Em um segundo momento, voltamo-nos a reflexões acerca dos procedimentos



metodológicos a serem adotados para a constituição do referido inventário. Por fim, em um terceiro momento, apresentamos um exercício de compilação de uma noção teórico-metodológica a ser incorporada ao inventário: a noção de policromia, conforme proposta por Souza (2001), destinada à análise do não-verbal em sua materialidade específica.

Entendemos, assim, que a produção de um inventário destinado a compilar noções do quadro teórico-metodológico da análise de discurso pecheuxtiana voltadas às reflexões teórico-analíticas acerca das práticas discursivo-midiáticas torna-se relevante, ainda, por um terceiro motivo, qual seja: conferir visibilidade ao pensamento de Michel Pêcheux, que segue atuante na conjuntura sócio-histórica brasileira. Se hoje torna-se possível mobilizar as proposições pecheuxtiana para dizer sobre o funcionamento dos discursos jornalístico, publicitário e digital, por exemplo, em suas práticas discursivas em curso é porque as reflexões que se fundam com Pêcheux na França, ao final da década de 1960, foram reterritorializadas no Brasil, ganhando corpo e constituindo uma escola brasileira de análise do discurso (LEANDRO-FERREIRA, 2005; ORLANDI, 2011). É a essa produção que nos voltamos, atentas às especificidades de suas contribuições para a análise dos discursos da e sobre a mídia.

2. INVENTÁRIO DIGITAL: PROCEDIMENTOS DE UMA PROPOSTA INTERVENTIVA NO CAMPO DOS ESTUDOS DO DISCURSO

A proposta para o inventário digital decorre de um retorno à leitura de Michel Pêcheux, um dos teóricos precursores da tradição francesa de análise do discurso, buscando compreender o modo como a mídia comparece em seu percurso teórico-analítico. Em uma produção que



engloba livros, capítulos e inúmeros artigos com circulação em periódicos, alguns deles publicados após a morte do autor, a questão da mídia e do funcionamento dos discursos que nela são formulados e circulam tornam-se, por vezes, objeto da reflexão pecheuxtiana. O discurso publicitário em sua constituição sócio-histórica (PÊCHEUX, [1979] 2011), a mídia televisiva em seus modos de constituir acontecimentos (PÊCHEUX, [1983] 1990) e o discurso jornalístico e(m) sua gestão da memória (PÊCHEUX, [1982] 2015) são alguns dos pontos que comparecem no percurso empreendido por Pêcheux, durante as décadas de 1960 e 1980, em sua teorização sobre o discurso (DELA-SILVA, CARNEIRO, no prelo).

Em aproximadamente quatro décadas da análise de discurso que se desenvolve a partir das propostas de Pêcheux no Brasil, são muitos os trabalhos que se voltam aos discursos da/na mídia e(m) seu funcionamento, concluídos e em curso nas diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Nessa tradição de estudos sobre os discursos da/na mídia, não são apenas noções teóricas basilares à constituição de uma teoria do discurso de tradição francesa que são mobilizadas, tais como as noções de língua, discurso, sujeito e ideologia, por exemplo. Ao contrário, muitas são as noções teóricas propostas e mobilizadas por analistas de discurso brasileiros em seus gestos de análise voltados às práticas discursivo-midiáticas.

Algumas dessas pesquisas, pelas condições de produção à época de sua finalização, podem ter comprometimento em seus processos de circulação, de modo que o acesso a elas pode estar obstaculizado ou mesmo inacessível (a exemplo de pesquisas cujas versões finais não foram digitalizadas ou que inicialmente foram publicadas em livros impressos, com tiragens esgotadas). Possibilitar um espaço próprio, que proporcione visibilidade às pesquisas



já realizadas, é, pois, uma demanda no campo dos estudos discursivos. Em estudo sobre bases de dados, incluindo a questão estratégica relacionada à ciência e à tecnologia, Lucas (2003, p. 209) defende a necessidade de confecção de bases de dados nacionais, “que permitam a reconstrução de cenários, conhecimentos, fatos e dados pertinentes a uma realidade própria”.

Embora os objetivos relacionados ao projeto não possam ser vinculados à produção de um banco de dados, retomamos o trabalho de Lucas (2003) para destacar sua tomada de posição segundo a qual a produção do conhecimento deve considerar as condições de produção da nossa formação social, de modo que as práticas científica, teórica e política visibilizem a produção intelectual nacional e atuem para uma maior acessibilidade em seus processos de circulação no interior do que se compreende como “conhecimento público” (LUCAS, 2003, p. 208).

Nesse sentido, um ponto crucial que perpassa o trabalho coletivo do projeto é o gesto de retorno a pesquisas realizadas há décadas e que estão disponibilizadas em diferentes bibliotecas e arquivos para reuni-las em um inventário digital, mobilizadas a partir de verbetes. Como veremos, tal movimento não pode desconsiderar a equivocidade e polissemia dos/nos sentidos em jogo, alguns dos quais iremos abordar.

Há uma forte demanda por um trabalho de resignificação nos processos de formulação. Um projeto, sob o aporte teórico-metodológico da análise do discurso, concebe o entrelaçamento entre o teórico, o científico e o político, já que, conforme destaca Orlandi (2016), inscreve o materialismo ao privilegiar a ideia de processo, ao dar corpo ao funcionamento. Privilegiar o funcionamento modifica a relação dos sujeitos com os trabalhos teóricos pesquisados, exigindo uma posição outra, que não de subserviência, mas



consequente em relação ao modo como o conceito ou o termo pesquisado é assumido. Para tanto, mobilizamos os sítios de significação, os quais resultam da relação entre os gestos de interpretação do sujeito autor com aquilo que lhe é exterior, com a memória discursiva, relação esta que torna o texto uma “peça significativa” (ORLANDI, 1998, p. 15).

Por essa razão, um dos termos que designa este trabalho de produção proposto pelo projeto, qual seja, um “inventário”, deve ser posto em questão, já que, da perspectiva discursiva, todo processo de designação inscreve um gesto político (INDURSKY, 2006). Começemos considerando os sentidos de inventário presentes no dicionário. Vejamos as diferentes acepções do termo no dicionário Houaiss:

inventário *s.m.* [...] descrição detalhada do patrimônio de pessoa falecida, para que se possa proceder à partilha dos bens 2 a ação intentada para a arrecadação e a posterior partilha desses bens [...] 3 *p. met.* o documento ou papel em que estão enumerados e descritos esses bens 4 [...] no caso de separação judicial, descrição e avaliação dos bens do casal para posterior partilha 5 [...] descrição e avaliação de todos os bens, ativos e passivos, de uma sociedade comercial 6 levantamento minucioso dos elementos de um todo; rol, lista, relação <*o i. dos monumentos artísticos da cidade*> 7 qualquer descrição detalhada, minuciosa de algo [...]. (HOUAISS, 2009, p. 1015, destaques e itálicos do original)

Em seus variados efeitos de sentidos discursivizados em dicionário, construir um inventário aponta para descrição, detalhamento, olhar de forma minuciosa para, enfim, diante de uma relação dos bens disponíveis, proceder à partilha. Destacamos a regularidade presente nos processos de adjetivação, que colocam em relevo um efeito de exaustividade e fidedignidade em relação ao que, em um gesto de ressignificação, passa a compor um determinado



conjunto. Formas materiais como “detalhada” e “minuciosa” produzem efeitos de precisão no gesto daquilo que passará de uma determinada condição a outra (de bens referentes a um casamento com comunhão universal de bens para bens divididos entre os sujeitos por meio do divórcio); daquilo que passa a ser conhecido/estabelecido/legitimado em seu aspecto quantitativo (quantidade de mercadoria em estoque, quantidade de bens materiais); efeitos que são solidificados pela inscrição, no fio do discurso, de termos como “enumerados”.

Vale ainda ressaltar que, a depender da prática em jogo, faz-se necessário o reconhecimento e a legitimidade de determinados aspectos do que está sendo inventariado, nesse caso jogando sobretudo com aspectos qualitativos, cujos processos de textualização passam pela descrição, que no seu detalhamento, na sua especificação, incide no valor atribuído em uma determinada avaliação.

Trata-se, assim, de produções de sentidos que jogam com a dispersão e ao mesmo tempo com a unidade; isso porque um mesmo termo conjuga diferentes práticas (econômica, jurídica, artística) relacionadas a diferentes instituições, vinculadas a diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1985).

É preciso ainda suspender algumas produções de evidências em torno da exaustividade e fidedignidade construídas sobre o inventário. Em nosso gesto, vincular-se a uma ética da escuta discursiva implica a elaboração e a responsabilização pelo recorte pelas/nas tensas fronteiras entre descrição e interpretação, mobilizando da/na área o que é e pode ser relevante em relação à mídia da perspectiva discursiva ao mesmo tempo que possibilita,



nos processos de formulação, um processo de tomada de posição a partir/nos/com os gestos de leitura efetuados para a elaboração dos verbetes.

A perspectiva discursiva, de um lado, fornece as condições para que assumamos determinadas tomadas de posição no interior da prática científica, desinvestindo o inventário de sentidos como os relacionados à exaustividade; por outro, permite realçar o que pesquisas da área produziram em determinada época, mobilizando-as enquanto sítios de significação e fazê-los circular em outro arquivo, na rede eletrônica (ROMÃO; GALLI, 2011).

3. DOS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO DIGITAL

Para compreendermos um pouco mais do que estamos entendendo por um inventário digital de termos e conceitos do campo teórico dos estudos discursivos sobre a mídia, partimos de alguns exemplos.

O primeiro deles decorre das análises sobre o discurso jornalístico, propostas por Bethania Mariani (1998). Para a compreensão do funcionamento desses discursos, em sua tese de doutorado, a autora recorre a noções que passaram a ser amplamente mobilizadas por analistas que se voltam ao discurso jornalístico, em suas diferentes condições de circulação. Uma dessas noções é a de “discurso sobre”, entendida como uma modalidade a que pertence o discurso jornalístico. Nos termos de Mariani (1998, p. 60, *itálicos do original*): “Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. [...] são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso [...], situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja.”. Os “discursos sobre”, conforme Mariani (1998, p. 61), têm a propriedade de “coloca(r) o



mundo como objeto” e, em seu funcionamento no discurso jornalístico, levam à institucionalização dos sentidos. Ao lado da noção de “discurso sobre”, Mariani (1998) também irá tratar de “equações linguísticas” em seu funcionamento no discurso jornalístico, e de “narratividade” enquanto um efeito do discurso, dentre outras noções.

Tais proposições/formulações irão compor o inventário digital aqui proposto, ao lado de outras noções teóricas, que não se restringem às análises do discurso jornalístico. No que concerne ao funcionamento midiático na rede eletrônica, Solange Gallo (2012) tem pensado a noção de “discursos de escritorialidade”, por exemplo, para compreender o funcionamento de um “discurso de escrita, ao mesmo tempo com as características da oralidade, sem as exigências do discurso de escrita, mas ao mesmo tempo com os benefícios do discurso de escrita” (GALLO, 2012, p. 60), a exemplo dos tantos discursos em circulação na rede eletrônica e, notadamente, nas redes sociais, compreendidas como novas mídias.

Noções teóricas como essas aqui mencionadas seguem comparecendo em análises de discursos da e sobre a mídia realizadas por analistas de discurso no Brasil, e não são sem consequências para o desenvolvimento atual da teoria proposta por Pêcheux. Como afirma Leandro Ferreira, acerca do quadro atual da análise do discurso no Brasil:

Do campo verbal ao não-verbal, passando pelos temas sociais (imigração, movimento sem-terra, greves) e por diferentes tipos de discurso (religioso, jurídico, científico, cotidiano), ou por questões estritamente teóricas (hiperlíngua, autoria, sujeito do discurso, equivocidade da língua), a Análise do Discurso no Brasil ou Escola Brasileira de Análise do Discurso, amadureceu, se consolidou e garantiu seu lugar no âmbito dos estudos da linguagem realizados pelas ciências humanas. (LEANDRO-FERREIRA, 2005, p. 21)



É em consonância a Leandro-Ferreira (2005) e Orlandi (2011), na compreensão das especificidades que pautam uma tradição de pesquisas em curso naquela que pode ser chamada de uma escola brasileira de análise do discurso, que situamos o trabalho de compilação de noções teórico-metodológicas que vem sendo mobilizadas por analistas de discurso que se voltam às análises de discursos da/na mídia, com vistas à sua disponibilização em um acervo digital, compondo o inventário em discurso e mídia.

Para a constituição do inventário, serão adotados alguns procedimentos específicos, de modo a possibilitar a compilação dos termos e, igualmente, sua circulação em formato digital. Uma primeira etapa consiste justamente na realização de um levantamento em torno de pesquisas em nível de mestrado e doutorado realizadas com o aporte teórico-metodológico da análise do discurso desde meados da década de 1980, que tenham como objeto de análise discursos da/na mídia. Adotamos como marco inicial para o levantamento dessas pesquisas as orientações realizadas pela pesquisadora Eni Orlandi, desde o seu ingresso no Programa de Pós-graduação em Linguística da Unicamp, na década de 1980, por entendermos que Orlandi inaugura esse movimento de reterritorialização no Brasil da análise do discurso proposta por Michel Pêcheux.

A partir desse primeiro levantamento, buscamos identificar pesquisas que propõem noções e/ou conceitos teóricos específicos – ou que possam ser articulados –, mobilizados para a análise de discursos da/na mídia. Uma vez identificadas e recortadas algumas das noções teórico-metodológicas a serem inventariadas, passaremos ao momento de compilação de cada conceito, que deverá compreender: - a apresentação de cada conceito ou noção teórica; - a apresentação do modo como tal noção ou conceito



comparece metodologicamente na pesquisa em questão; - a apresentação dos desdobramentos, em forma de indicações bibliográficas, caso se aplique.

Como a circulação do inventário será feita de forma digital, em um arquivo a ser constituído na rede eletrônica, a escrita de cada termo que irá integrar o inventário poderá se valer de estratégias próprias à rede, tais como a criação de *hyperlinks* para o acesso às fontes de pesquisa, a análises desenvolvidas com a mobilização de tais conceitos, e a noções a ele relacionadas. Trata-se, como já vimos afirmando, de um trabalho com vistas a contribuir para o ensino em nível de graduação e pós-graduação, para a iniciação em pesquisa e para divulgação das práticas científicas na área, a ser desenvolvido não de forma a atingir a completude da produção em análise do discurso, mas a constituir-se como um arquivo para se pensar os discursos da e sobre a mídia na conjuntura brasileira, ao longo dessas quatro décadas de pensamento pecheuxtiano no país.

4. CONSTRUINDO O INVENTÁRIO: A NOÇÃO DE POLICROMIA

Para fecharmos a apresentação dessa proposta de constituição do inventário de termos e noções teóricas em discurso e mídia, dedicamos essa seção ao gesto de produção do inventário propriamente, voltando-nos a uma noção teórico-metodológica específica: policromia. Proposta por Souza (2001), a noção de policromia tem sido amplamente mobilizada há ao menos duas décadas em análises discursivas que se voltam à compreensão do não-verbal em sua especificidade. Trata-se, assim, de um termo cunhado por uma analista de discurso que vem se somar ao dispositivo teórico-analítico da análise do discurso proposta por Pêcheux em seu desenvolvimento no Brasil.

Em nosso gesto de inventariar a noção de policromia, iniciamos por retomar a sua formulação teórica pela autora (SOUZA, 2001), que se dá por proximidade à



noção de polifonia, tal como conceituada por O. Ducrot. Posteriormente, buscamos mostrar o percurso empreendido pela autora na constituição dessa noção teórica. Por fim, mencionamos algumas análises desenvolvidas pela própria autora e por outros analistas de discurso, que se valem da noção de policromia em seu funcionamento teórico-metodológico. É importante ressaltar, no entanto, que o gesto de inventariar a noção de policromia aqui iniciado não visa a recuperação da completude da formulação de tal conceito e, tampouco, consegue reproduzir a materialidade específica do inventário a ser produzido, no espaço digital. No entanto, presta-se a exemplificar os trabalhos em andamento no âmbito do referido projeto e a demonstrar a relevância de se recuperar o conhecimento produzido em análise do discurso no Brasil, voltado às análises da e sobre a mídia.

Para apresentarmos a noção de policromia, tal como formulada por Souza (2001), começamos por retomar duas longas citações da autora que situam a sua proposição, exposta no Quadro 1.

Quadro 1 — A noção de policromia em Souza (2001)

“O conceito de polifonia (DUCROT, 1980) pressupõe que todo texto traz em sua constituição uma pluralidade de vozes que podem ser atribuídas ou a diferentes locutores, caso dos discursos relatados, ou a diferentes enunciadores, quando se atesta que o locutor pode se inscrever no texto a partir de diferentes perspectivas ideológicas. [...] Essas vozes imprimem ao texto o caráter de heterogeneidade, definido por Authier (1990) como heterogeneidade(s) enunciativa(s). [...] O texto de imagens também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade, como o implícito, o silêncio, a ironia. Marcas, porém, que não podem ser pensadas como vozes, porque analisar o não-verbal pelas categorias do verbal implicaria na redução de um ao outro. Nesse caso, por associação ao conceito de polifonia, formulamos o conceito de policromia (SOUZA, 1997), buscando analisar a imagem com mais pertinência.” (SOUZA, 2001, p. 80).

“O conceito de policromia recobre o jogo de imagens e cores, no caso, elementos constitutivos da linguagem não-verbal, permitindo, assim, caminhar na análise do discurso do não-verbal. O jogo de formas, cores, imagens, luz, sombra, etc. nos remete,



à semelhança das vozes no texto, a diferentes perspectivas instauradas pelo *eu* na e pela imagem, o que favorece não só a percepção dos movimentos no plano do sinestésico, bem como a apreensão de diferentes sentidos no plano discursivo-ideológico, quando se tem a possibilidade de se interpretar uma imagem através de outra” (SOUZA, 2001, p. 80, *itálico do original*).

Fonte: Adaptado de Souza (2001).

A noção de policromia, formulada por Souza (2001, p. 80) a partir do radical “cromo”, em seus termos, “utilizado aqui com o sentido aproximado de cromolitografia, arte de estampar em relevo figuras coloridas”, busca, assim, recobrir “o jogo de imagens, cor, luz e sombra etc. presentes às imagens” (SOUZA, 2001, p. 80), de modo que a análise da materialidade não-verbal não seja reduzida ao verbal.

Para a proposição da noção de policromia, Souza (2001) recupera de início o modo como os trabalhos de análise de imagens costumavam ser associados a duas vertentes. A primeira, por sua aproximação ao linguístico, “discutindo-lhe as questões relativas à arbitrariedade, à imitação, à referencialidade” (SOUZA, 2001, p. 66). E a segunda, quando se consideram os seus traços específicos, “como extensão e distância, profundidade, verticalidade, estabilidade, ilimitabilidade, cor, sombra, textura, etc.” (SOUZA, 2001, p. 66). Dessas duas vertentes decorrem alguns dos estudos mencionados pela autora, que se desenvolvem, respectivamente, ancorados nas proposições de Saussure e Peirce. Em ambas as tradições de estudos, Souza (2001, p. 67) critica a “formalização que congela o significado e apaga a historicidade do sentido”.

Em seu percurso, a autora retoma também as proposições semióticas de Vilches (1991 *apud* SOUZA, 2001), que propõe uma leitura da imagem a partir de unidades relativas ao seu próprio funcionamento. Ocorre que, conforme



aponta Souza (2001, p. 69), tais análises não colocam em discussão “nem os usos que vêm sendo feitos – como na mídia, por exemplo – da imagem, nem as possibilidades de interpretação da imagem social e historicamente determinadas”. A proposição de Souza (2001), conforme se observa, localiza-se em torno de um olhar discursivo para a imagem em seu funcionamento. Em seus termos, o conceito de policromia instaura-se nesse “lugar que permite ao interpretar a imagem projetar outras imagens, cuja materialidade não é da ordem da visibilidade, mas da ordem do simbólico e do ideológico. Da ordem do discurso” (SOUZA, 2001, p. 72).

Nesse mesmo texto em que apresenta formalmente a noção de policromia, Souza (2001) desenvolve algumas análises que buscam justamente sustentar a sua proposição de que a imagem não deve ser pensada a partir de sua segmentação, mas sim como um discurso, em seu funcionamento próprio. Desse modo, ela se dedica a análise da imagem na relação com a teorização sobre o silêncio (ORLANDI, 1992), a partir da análise do conjunto de três cenas finais do filme *Thelma & Louise* (1991). Para pensar as particularidades da imagem na TV, retoma algumas das análises do programa Linha Direta, desenvolvidas na dissertação de Mendonça (2001); e se volta a algumas cenas de um documentário sobre o “Batizado do Milho”, ritual dos povos Bakairi, exibido em uma das edições do programa Globo Rural. A autora faz ainda duas paradas para pensar as especificidades da imagem no jornalismo impresso e na publicidade, concluindo que “a policromia assoma como o lugar dos deslizamentos e como o lugar de rede de filiações por imagens” (SOUZA, 2001, p. 93).

Em outros trabalhos, a autora retoma a noção de policromia, mostrando o funcionamento das imagens em relação à constituição de acontecimentos discursivos e à memória, como em “Carnaval e memória: das imagens



e dos discursos” (SOUZA, 2008), “O papel da imagem na constituição da memória” (SOUZA, 2012) e “Imagem, textualidade e materialidade discursiva” (SOUZA, 2013).

A conceituação proposta por Souza (2011) também tem sido mobilizada em diversos trabalhos no campo teórico da análise do discurso. Um exemplo dessa mobilização está na tese de Trajano (2016), que se volta à análise discursiva de um videoclipe, considerando as materialidades linguística, imagética e musical. Ao tratar do discurso imagético, Trajano (2016) retoma Souza (2013) em sua proposição da noção de policromia, mostrando que: “O imagético passa a ser tomado como fundamentalmente heterogêneo, com seus próprios operadores discursivos não-verbais, tais como: cor, detalhe, ângulo, luz, sombra etc.”. Pensando as consequências para a música, em sua materialidade específica, por exemplo, o autor afirma: “não se discute, por exemplo, que a inscrição de instrumentos como pandeiro e repique em uma canção atualizam também a memória e as redes de sentido em que se inscrevem.”, mostrando que, conforme afirma Souza (2013), “o dispositivo teórico da Análise do Discurso oferece as condições necessárias para o trabalho com diferentes objetos simbólicos”.

Um outro exemplo de mobilização da noção de policromia está na dissertação de Soares (2016), que se dedica à análise discursiva de sentidos para o que é ser brasileiro, em propagandas da Copa do Mundo de 2014. Ao mobilizar a proposição de Souza (2001) acerca da eficácia simbólica da imagem como dispositivo, Soares (2016) volta-se à relação entre os níveis policrômico e polifônico na constituição de sentidos no discurso publicitário.

Certamente, muitas outras pesquisas ainda podem somar-se a esse breve gesto de inventariar a noção teórica de policromia, em seu funcionamento



em análises dos discursos da/na mídia. O início de compilação aqui proposto busca somente dar a conhecer o inventário em construção, em seu processo de conferir visibilidade à prática teórico-analítica em análise do discurso no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do percurso que ora empreendemos, com vistas a dar a conhecer o “Inventário digital de termos e conceitos em discurso e mídia”, em construção, pontuamos aquilo que, a nosso ver, o especifica. O inventário digital pretende se apresentar como um arquivo que, conforme Pêcheux (2010 [1981], p. 51), deve se constituir a partir de um “trabalho de ‘leitura interpretativa”, um trabalho da memória que, no caso, busca recuperar e disponibilizar na rede eletrônica uma história de pesquisas em discursos da/na mídia no Brasil. Mas, sobretudo, pretende contribuir para a divulgação da prática científica no campo teórico da análise de discurso e ao apoio ao ensino de graduação e pós-graduação na área, configurando-se como uma intervenção no campo do discurso, em suas práticas científicas e educacionais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Trad. Walter Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

DELA SILVA, Silmara; CARNEIRO, Ceres Ferreira. **Dos discursos da/na mídia**: um percurso com Michel Pêcheux. No prelo.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009.



INDURSKY, Freda. Identificação e contra-identificação: diferentes modalidades de subjetivação no discurso do/sobre o MST. In: MARIANI, B. (org.). **A escrita e os escritos: reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise**. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Introdução: o quadro atual da análise de discurso no Brasil. Um breve preâmbulo. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

LUCAS, C. R. Bases de dados bibliográficas como mapas virtuais de conhecimento. In: GUIMARÃES, E. (org.). **Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campina, SP: Unicamp, 1998.

MENDONÇA, Kleber Santos de. **Discurso e mídia: de tramas, imagens e sentidos. Um estudo do Linha Direta**. 2001. Dissertação (Mestrado em Mídia e Discurso) — Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORLANDI, Eni. A análise do discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 42, p. 21-40, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v42i0.8637139>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ORLANDI, Eni. Apagamento do político na ciência: notas à história da análise de discurso-fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo.



In: ORLANDI, Eni. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. [1981]. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel [1979]. “Foi propaganda mesmo que você disse?”. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni P. Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* (org.) **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ROMÃO, Lucilia M. S.; GALLI, Fernanda C. S. (org.). **Rede eletrônica**: sentidos e(m) movimento. São Carlos, SP: Pedro & João, 2011.

SOARES, Paula G. F. “**O que é ser brasileiro**”: formações imaginárias no discurso publicitário da Copa do Mundo 2014. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) — Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SOUZA, Tania C. C. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **RUA**, Campinas, SP, v. 7, p. 65-94, 2001.

SOUZA, Tania C. C. Carnaval e memória: das imagens e dos discursos. **Contracampo**, Niterói, v. 13, p. 139-157, 2008. Disponível em:



<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17316>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SOUZA, Tania C. C. Imagem, textualidade e materialidade discursiva. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza K. (org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: RG, 2013.

TRAJANO, Raphael M. **HIP-HOP — Sujeito e(m) movimento**: análise discursiva da imbricação entre as materialidades linguística, imagética e musical em um videoclipe publicado no *Youtube.com*. 2016. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) — Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.



EFEITO-LEITOR E DISCURSO FAKE NEWS:
A LEITURA TRITURADA E A LÍNGUA DE VENTO
NAS/EM REDES DIGITAIS

READER-EFFECT AND FAKE NEWS DISCOURSE:
THE SHREDDED READING AND THE WIND
LANGUAGE OF/IN NETWORKS

Gerenice Ribeiro de Oliveira CORTES¹

RESUMO

O estudo tem por objetivo analisar o funcionamento do efeito-leitor na trama discursiva das fake news, no enredamento dos lugares e posições-sujeito no discurso digital. Com respaldo teórico da Análise de discurso de filiação pecheuxtiana, o corpus discursivo foi constituído de cinco sequências discursivas, formadas por figuras (*prints*) coletadas por captura de tela, principalmente, de sites de checagem jornalística. Os resultados apontam que o funcionamento discursivo das fake news se materializa na língua de vento digital e produz efeitos de crença em uma suposta verdade, apresentada ao leitor internauta, construído imaginariamente como não interpretante; assim, projeta-se no discurso, tanto o efeito-leitor sentidos triturados, como também as posições-sujeito de leitor triturado e reproduzidor de fakes, para o internauta. A leitura-triturada, como efeito-leitor, foi pensada a partir do conceito de leitura-trituração, preconizada por Pêcheux (2016). Assim, pode ocorrer tanto a adesão do internauta ao efeito-leitor triturado, com a anuência à posição-sujeito projetada, a saber, a de reproduzidor de fakes news, como também pode haver uma posição-sujeito de antagonismo a esse efeito-leitor, qual seja, a posição-sujeito de triturador da leitura, aquele que produz gestos de interpretação e, portanto, não reproduzirá o discurso de notícias falsas.

¹ Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: gcortes@uesb.edu.br.



PALAVRAS-CHAVE

fake news; efeito-leitor; língua de vento digital; discurso digital; redes sociais.

ABSTRACT

The study aims to analyze the functioning of the reader effect in the discursive plot of fake news, in the entanglement of places and subject-positions in digital discourse, with the theoretical support of Discourse Analysis of pecheuxtian affiliation. For the construction of the discursive corpus with five discursive sequences, a digital file was created, through screenshots, consisting of pictures collected mainly from journalistic checking sites. The results show that the discursive functioning of fake news materializes in a digital wind language and produces effects of belief in a supposed truth, presented to the internet reader, imaginary constructed as non-interpreting; thus, both the reader effect crushed senses and the subject-positions of crushed reader and reproducer of fakes news are projected in the discourse for the internet user. The shredded reading, as a reader effect, was conceived from the concept of shredding reading advocated by Pêcheux (2016). Thus, both the Internet user's adhesion to the crushed reader effect can occur, with the agreement to the projected subject position, namely, that of reproducer of fakes, as there can also be a subject-position of antagonism to this reader effect, which that the subject-position of the shredder reading is the one who produces gestures of interpretation and, therefore, won't reproduce the discourse of fake news.

KEYWORDS

fake news; reader-effect; digital wind language; digital discourse; social networks.

1. PRIMEIROS FIOS DA TRAMA

Neste estudo, que se respalda teoricamente nos aportes da Análise de discurso (AD) de filiação pecheuxtiana, nos propomos a refletir acerca do funcionamento do discurso de fake news em funcionamento nas mídias digitais. Especificamente, nos debruçamos sobre o processo da leitura nas redes midiáticas digitais e o funcionamento do efeito-leitor na trama discursiva das fake news, no enredamento dos lugares e posições-sujeito no discurso digital. A fraude, a mentira e a falsidade sempre existiram, mas



essa velha prática tem sido refinada na era atual, com um funcionamento de muitas sutilezas nas mídias digitais e redes sociais, que se tornaram um terreno fértil, um lugar privilegiado de produção e circulação para essa velha “arte”, mais propriamente, uma velha artimanha, que vem com novas roupagens, novas linguagens, novas técnicas usadas para a textualização da prática discursiva do engano.

Segundo Courtine (2006, p. 19), “A arte da mentira é uma arte que sabe o justo meio, é uma técnica sutil de dosagem. É necessário saber adequar a enganação à verdade, às circunstâncias, aos fins visados”. Eis portanto, o que se pode constatar no discurso das fake news, uma adequação do engano às condições de produção e, sobretudo, de circulação das tecnologias digitais, que visa atingir fins bem específicos, a exemplo da dominação econômica e ideológica.

Pêcheux destaca a impossibilidade de se analisar um discurso como um texto, fechado em si mesmo, pois, nesse processo, impõe-se a necessidade de “referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 2010, p. 78). Não se pode, portanto, pensar a leitura sem considerar o estado de condições de produção do discurso. Para esta análise, temos, pois, de levar em conta as condições de produção e de circulação dos discursos em funcionamento nas mídias digitais.

Conforme Chartier (2007a), o mundo digital instaurou grandes rupturas, a exemplo da revolução da textualidade; foi instituída uma nova ordem discursiva, que é a ordem do discurso digital (DIAS, 2018), um discurso que funciona sob condições específicas, com rupturas no modo de produção e circulação das materialidades. E os modos diferenciados de



significar produzem novos efeitos, pois “a natureza do significante intervém na produção do objeto [...] a textualidade, sua forma material, sua relação com a memória e com as condições de produção diferem quando difere sua materialidade significante” (ORLANDI, 2010, p.11).

Na esteira de Chartier (2007b), podemos afirmar que o discurso digital é constituído por um (in)tenso movimento de gestos de inscrever e apagar. Essa mídia pode também ser pensada como um palimpsesto digital (CORTES, 2015), não somente pela natureza do funcionamento das materialidades digitais que se movimentam e se revezam pelos gestos dos *clicks*, postagens e deletagens, mas, sobretudo, por ser este um espaço discursivo que se articula aos sujeitos para produzir sentidos. Um espaço digital de conflitos, afetado pela ideologia, constituído pela opacidade. O palimpsesto significa “raspado novamente”, diz respeito aos constantes movimentos do sujeito discursivo que se constitui nas raspagens e (re) inscrições dos efeitos de sentidos em seus gestos de interpretação, sendo este sujeito afetado pela memória discursiva, a qual também se constitui pelo esquecimento. Nessa direção, Arrojo argumenta que

o “palimpsesto” passa a ser o texto que se apaga, em cada comunidade cultural e em cada época, para dar lugar a outra escritura (ou interpretação, ou leitura, ou tradução do “mesmo “texto”. Assim, o texto não pode ser um conjunto de significados estáveis e imóveis, para sempre “depositados”. O que temos, o que é possível ter, são suas muitas leituras, suas muitas interpretações - seus muitos “palimpsestos”. (ARROJO, 1992, p. 23-24)

Desse modo, preconizamos o palimpsesto discursivo digital como um grande arquivo de materialidades discursivas constituído pela movência dos sujeitos, pela dispersão, pela descontinuidade de sentidos, sob as tensões



da memória. De forma que no espaço digital não há apenas um palimpsesto – embora funcione esse efeito de unidade imaginária – mas inúmeros palimpsestos, dadas as muitas possibilidades de leituras e (re)escrituras pelos distintos gestos de interpretação. Como afirma Orlandi (2001b, p. 70), “há diferentes versões de leituras [...] pois “um sentido é no meio de outros”.

E o leitor, na sua relação com as ideologias que regem o palimpsesto discursivo digital, pode consumir a leitura já pronta e projetada nas mídias, como também pode raspar os efeitos de sentidos já estabilizados para inscrever outras leituras, outros sentidos, outros gestos de interpretação. Em se tratando do funcionamento discursivo das fake news, essas raspagens são realizadas, por exemplo, a cada gesto de interpretação do leitor, com deslizamentos de sentidos ou rupturas e confrontos discursivos instaurados, como também nas possíveis reescrituras dos sentidos em/nas redes. Todavia, vale ressaltar que, assim como no palimpsesto original, não há raspagem plena, porquanto sempre haverá vestígios do interdiscurso, memórias que se atualizam nas mídias, com distintos efeitos. Como também pode ocorrer apenas um efeito de raspagem, fazendo funcionar sentidos parafrásticos do já dito.

Os gestos de raspagens das fake news também podem ser instaurados pelas agências jornalísticas de checagem dos fatos. Conforme Dela-Silva (2021, p. 5951), a era da internet e das tecnologias digitais impôs a necessidade dos serviços de checagem jornalística, tendo em vista as novas condições de circulação dos discursos que, “com o crescimento das redes sociais digitais – tais como o *Facebook*, o *Twitter* e o *Whatsapp*, por exemplo – entram em concorrência com a mídia jornalística na prática de dar a saber sobre os acontecimentos de um dado período”. Assim, a ideologia produz o efeito de uma única leitura no palimpsesto discursivo digital, trabalha



para fixar e estabilizar sentidos, mas estes podem ser ressignificados com a resistência do sujeito.

Tomando a noção de arquivo como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX 2010b, p. 51), o palimpsesto pode ser um conjunto de arquivos, um campo de discursividades digitais que se embatem no confronto de saberes e dizeres de distintas formações ideológicas e formações discursivas, que determinam o que pode e deve (ou não) ser dito e publicado nas redes. Logo, o palimpsesto digital é um objeto discursivo, que emerge a partir do histórico, do já dito. Parafraseando o que Maldidier (2003) declara acerca do texto, o palimpsesto discursivo digital pode também ser o espaço que permite “[...] a reescrita de todos os textos precedentes; ele traz marcas de retornos reflexivos, de remanejamentos e de retificações, de atualizações ou de apreensões, os estigmas da inquietação” (MALDIDIER, 2003, p. 38).

Nessa conjuntura, nos propomos a pensar também sobre o leitor internauta e suas relações com os discursos de notícias falsas, bem como os movimentos de adesão ou rupturas desse leitor com as posições-sujeito em funcionamento nas diversas formações discursivas. Segundo Pêcheux (2010a), as formações ideológicas comportam várias formações discursivas (FDs) que funcionam intrincadamente no processo discursivo. O autor também acrescenta que as FDs determinam o que pode e deve (ou não) ser dito, a partir de uma posição dada em uma conjuntura que envolve as relações de lugares e de classes.

Para essa discussão, mobilizaremos a noção de efeito-leitor, a fim de melhor compreender os efeitos de sentidos produzidos entre os interlocutores envolvidos na trama do discurso das fake news, em funcionamento nas



mídias e redes digitais. Vejamos, a seguir, essa discussão no emaranhado dos movimentos analíticos.

2. EFEITO-LEITOR, DISCURSOS FAKES NEWS E LÍNGUA DE VENTO DIGITAL

A prática discursiva da leitura, segundo Pêcheux, se distancia da descrição hermenêutica, mas é um “trabalho do sentido sobre o sentido”, pois “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” PÊCHEUX, 2008, p. 53). Portanto, a língua em sua materialidade digital é também, potencialmente, uma rede de pontos de deriva, que oferece espaços de interpretação, de gestos de leitura. Nessa perspectiva, Pêcheux (2009) sublinha que o efeito-leitor é uma noção central na teoria discursiva da leitura.

Em trabalho anterior mobilizamos a noção de efeito-leitor para analisar o discurso de divulgação científica em blogs (CORTES, 2015). Retomaremos essas discussões para a presente reflexão, visando melhor compreender o funcionamento do discurso das fake news em/na rede digital e social. A constituição do efeito-leitor se dá pelo viés do esquecimento de nº 1², ou seja, é efeito da dissimulação necessária e constitutiva do sujeito como fonte do dizer e dos sentidos. Portanto, como aponta Pêcheux (2009), o efeito-leitor é constitutivo da subjetividade, mas suas condições de existência são dissimuladas, como também se dá com a constituição do próprio sujeito (PÊCHEUX, 2009).

² Segundo Pêcheux (2010), o esquecimento nº 1 consiste na ilusão do sujeito de ser a origem do seu dizer; já o esquecimento nº 2 diz respeito ao esquecimento enunciativo ou “efeito de ocultação parcial”, que produz a ilusão referencial da relação entre realidade e pensamento.



O efeito-leitor se enreda na trama da textualização discursiva, sendo esta determinada e regulada pelo mecanismo imaginário, afetado pela memória. De acordo o pensamento de Pêcheux, o discurso funciona em “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que **A** e **B** se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 2010a, p. 81, grifos do autor).

Segundo Orlandi (2001) “ao produzir um texto, o autor faz gestos de interpretação que prendem o leitor nessa textualidade constituindo assim ao mesmo tempo o efeito-leitor correspondente” (ORLANDI, 2001a, p. 22). A autora acrescenta que, à escrita (formulação) do discurso, “corresponde, pois, o efeito-leitor que o institui [...]” (ORLANDI, 2001, p. 22). Assim, a textualização do discurso envolve gestos de interpretação que produz o efeito-leitor, sendo este já engendrado na formulação do discurso, um dos três momentos indissociáveis do processo de significação, a saber, a constituição, a formulação e a circulação dos discursos, e “todos os três concorrem igualmente na produção de sentidos. Os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam” (ORLANDI, 2001a, p. 22).

Em trabalho anterior (CORTES, 2015), defendemos que o efeito-leitor funciona intrinsecamente às posições-sujeito, em um jogo de relações de forças que envolve o imaginário dos sujeitos e de seus lugares – lugar social e discursivo. Ademais, o estudo mostrou que o efeito-leitor produzido na trama discursiva também projeta uma posição-sujeito para o leitor, que pode ser confirmada ou confrontada e desconstruída. Vamos, pois, retomar essa discussão para pensar sobre o funcionamento do efeito-leitor no discurso das fake news.

Para Orlandi (1988), o efeito-leitor é determinado historicamente pela relação do sujeito com a ordem social [...] “pois já está inscrito no social e a



sua identidade de leitura é configurada pelo seu lugar social e “é em relação a esse seu lugar que se define a ‘sua’ leitura. O efeito-leitor é, pois, relativo à posição do sujeito” (ORLANDI, 1988, p. 104). A autora defende também que o sujeito passa do lugar empírico e social para as posições discursivas, através das projeções imaginárias, noção de grande relevância nessa reflexão. Nas palavras da autora:

não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições do sujeito no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição (ORLANDI, 2012, p. 40).

Para Orlandi (2012), as projeções imaginárias possibilitam a passagem dos lugares sociais (situações empíricas) para as posições-sujeito, mas a autora toma a noção de lugar apenas no sentido de lugar social. Entretanto, em Cortes (2015) mobilizamos também a noção de lugar discursivo preconizada por Grigoletto (2005, 2008) para pensar sobre a noção conceitual do efeito-leitor. Conforme a autora, o lugar discursivo é construído pela prática discursiva e sofre determinações do lugar social e da estrutura da língua.

Assim, tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. [...] devemos tomar o lugar discursivo como um espaço constitutivamente heterogêneo, onde se materializam as diferentes imagens projetadas pelos interlocutores de um discurso. [...]. O sujeito do discurso, através de sua inscrição em um determinado lugar discursivo, vai se relacionar tanto com a forma-sujeito histórica e os saberes que ela abriga quanto com a posição-sujeito. Logo, o



lugar discursivo situa-se no entremeio do lugar social, da forma e da posição sujeito. (GRIGOLETTO, 2008, p. 56-57)

O entremeio é fundamental no funcionamento do lugar discursivo, que é efeito do lugar social e da prática discursiva. Dessa maneira, em nossas reflexões acerca do funcionamento do efeito-leitor, tomamos por base as considerações de Orlandi (1988, 2001a,), mas acrescentamos que:

as projeções imaginárias possibilitam a passagem dos lugares sociais (situações empíricas) para os lugares discursivos, a partir dos quais os sujeitos podem assumir distintas posições discursivas, sendo que, a partir destas, projeta-se o efeito-leitor constitutivo da leitura. Nessa trama, o efeito-leitor, não somente é produzido a partir de um lugar, melhor dizendo, das relações estabelecidas entre lugar – social e discursivo – e posições-sujeito, como também pode projetar posições-sujeito para o sujeito leitor. Logo, o efeito-leitor se constitui e funciona em um movimento intrincado de relações de lugares e posições dos sujeitos discursivos. (CORTES, 2015, p. 82)

Portanto, nossas reflexões apontam que o efeito-leitor funciona em um movimento intrincado de relações de lugares e posições dos sujeitos que envolvem a trama discursiva.

Feitas essas considerações, vamos analisar o funcionamento discursivo das fake news em nosso *corpus* discursivo, constituído a partir de um arquivo – formado pelo recurso do *print screen* (captura de tela) – a partir do qual extraímos um recorte de cinco sequências discursivas (SDs), formadas por figuras capturadas da plataforma *Youtube*, além de alguns sites de checagem jornalística, a exemplo do site “Aos fatos”.

Como temos defendido em nossas reflexões acerca das mídias digitais, tomamos as tecnologias digitais em sua opacidade, como uma arena discursiva (CORTES, 2015), na qual estão em jogo as relações de poder e a defesa dos



interesses econômicos e ideológicos, considerando que o digital funciona “como uma condição e meio de produção e reprodução das formas de existência capitalistas” (DIAS, 2018, p. 28). Nesse cenário, as materialidades discursivas das fakes News – que também agregam anúncios publicitários – se tornaram em uma fonte altamente lucrativa, conforme mostram alguns estudos realizados³.

Vejamos, a título de ilustração, um *print* do site “Aos fatos”⁴, que efetua a checagem de fake news e denuncia esse jogo de interesses econômicos com as notícias falsas. Da publicação, destacamos a figura abaixo, com um excerto do texto que integra a postagem:

Figura 1 – SD1: print de publicação do site “Aos fatos”



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

³ Destacamos, por exemplo, dados de matéria divulgada no site “Imprensa e mídia” (19/07/2022), segundo os quais, em 2021, a publicidade no Brasil movimentou quase 20 bilhões, ficando a internet com a maior fatia desse bolo, a saber, 6,60 bilhão, cerca de 33,3% do total. Fonte: <https://imprensaemidia.com.br/publicidade-movimentou-quase-r-20-bilhoes-em-2021-no-brasil/> Acesso em 10 de agosto de 2022.

⁴ Site de checagem de notícias falsas.



Por trás das fofocas e da aparente frivolidade estão milionárias verbas publicitárias de grandes empresas, **cada vez mais** destinadas a canais digitais, assim como uma rede de perfis capaz de pautar a internet brasileira. Para os anunciantes, a Banca Digital se define como “a forma perfeita da sua marca fazer parte das conversas mais virais do momento”. / Entre os clientes estão a Amazon, a Ambev, a Heinz e o Mercado Livre. Essas e outras empresas buscam engajamento com os “mais de 73 milhões de seguidores”, métrica de “alcance único” que a empresa de marketing de influência divulga (Site “Aos Fatos”, 25/07/2022)⁵.

Fica claro que o discurso das fake news é determinado por interesses do capital. Nesse processo, o internauta é interpelado ideologicamente a “cair” nas redes, visualizar a postagem, curtir, registrar seu “like” e, em seguida, compartilhar o link, que pode viralizar nas redes, pela circulação massiva. E assim são gerados os grandes lucros às gigantescas empresas da informática, a exemplo do *Google*, *Twitter* e redes do grupo *Meta*, além das empresas anunciantes e administradores dos sites monetizados, já que a “prática de tornar possível a inserção de propagandas é também chamada de *monetização dos vídeos*” (ADORNO, 2016, p. 268). Na desenfreada busca pelo engajamento das redes, com vistas ao lucro, instaura-se uma governança algorítmica (CASTRO, 2021) que funciona pelo discurso da manipulação, em um “jogo de linguagem que toma os manipuladores das informações como ponto de partida e o público que se pretende alcançar como ponto de chegada. (SILVA e DUQUE, 2019, p. 236).

Esse jogo de linguagem digital agrega recursos audiovisuais diversificados, a exemplo da corpografia (DIAS, 2016) que abrange os *emojis*, as *hashtags*,

⁵ <https://www.aosfatos.org/noticias/mynd-choquei-fofoquei-publis-desinformacao/>
Acesso em 10 de agosto de 2022.

gifs, sticker, além de uma escrita peculiar, como aponta Kalil Filho, ao elucidar o funcionamento das *fake news*:

a escrita, o áudio, a foto e a imagem televisiva compõem formas de vida com seus respectivos regimes de crença. A escrita traz consigo uma autoridade, mas pode deixar em aberto a autoria. O áudio, utilizado tanto no rádio, como nos trechos divulgados em aplicativos de mensagem, inicia a trajetória do efeito de sentido de realidade, seguindo, de forma ascendente, para a imagem estática e a em movimento. A foto e a imagem televisiva presentificam o que é mostrado e corroboram um regime de crença que evoca a verdade e a realidade como simulacros máximos. (KALIL FILHO, p. 215)

Todavia, na perspectiva da AD esse jogo de linguagem não é transparente, mas opaco, pois se trata de um jogo discursivo digital que visa interesses financeiros e envolve relações de poder. Ademais, temos ainda as condições diferenciadas de circulação, como já assinalado, pois esses “vídeos, imagens, textos multiplicam-se de uma forma *prêt-à-porter*, ou seja, estão prontos para serem vistos, lidos, espalhados e repetidos como certezas”. O digital, portanto, é um ambiente favorável à (re)produção do efeito de crença em uma suposta realidade e verdade que sustentam a produção e (multi)replicação dos discursos fakes.

Vale destacar da publicação do site “Aos fatos” (Figura 1), a materialidade linguística “Essas e outras empresas buscam engajamento com os **“mais de 73 milhões de seguidores”**”, métrica de “alcance único” que a empresa de marketing de influência divulga” (grifo nosso). Esses “**mais de 73 milhões de seguidores**” são, portanto, os leitores visados pelas postagens digitais dos sites que lucram com as fake news.

É difícil constatar com exatidão a origem da formulação dos discursos fakes, pois a materialidade digital, necessariamente, não precisa ser gerada



nas mídias digitais, é caracterizada por sua discursividade (DIAS, 2016). Todavia, a circulação das fake news em redes sociais diversas, funciona via compartilhamentos entre/pelos “milhões” de seguidores dessas redes que também são os leitores dessas postagens. Logo, o fator mais relevante para a rede social é o engajamento, que consiste na capacidade do site em movimentar seus seguidores em torno de suas publicações. Esses sites se tornam, portanto, em uma rede de negócios, são plataformas algorítmicas que funcionam como “espaços propícios à desinformação, em virtude da maneira como suas características tecnológicas são instrumentalizadas por seu modelo de negócios, resultando na prevalência do valor-algoritmo sobre o valor-notícia” (CASTRO, 2021, p. 91).

Desse modo, o sujeito que publica as postagens falsas pode ocupar distintos lugares sociais, até mesmo o lugar social de jornalista, *youtuber*⁶, influenciador digital, dentre outros; são ainda administradores de sites agenciados⁷ patrocinados por grandes corporações empresariais. Mas o que conta no discurso é o imaginário discursivo desses lugares, também afetados pelo imaginário de liberdade das redes digitais. A partir do lugar social, o sujeito *youtuber* ou administrador de um dado perfil das redes sociais, passa a ocupar o lugar discursivo de **caçador de cliques** e, a partir desse lugar discursivo, ele pode ocupar distintas posições-sujeito, a exemplo de **divulgador de fakes** e **mercenário digital**.

⁶ Denomina-se como *Youtuber* o criador de conteúdo para a plataforma norte-americana *YouTube*, site de compartilhamento de vídeos na internet.

⁷ Conforme publicação feita pelo site “Aos Fatos”, como já mencionado anteriormente (Figura 1). Fonte: <https://www.aosfatos.org/noticias/mynd-choquei-fofoquei-publis-desinformacao/>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

Nesse jogo de relações de lugares e posições-sujeito, há também efeitos do imaginário do leitor internauta – construído no processo discursivo das *fake news* como um sujeito não-interpretante – que não tritura os sentidos. A leitura-trituração, segundo Pêcheux (2016), consiste em “Recortar, extrair, deslocar, reaproximar: é nessas operações que se constitui esse dispositivo muito particular de leitura que se poderia designar como *leitura-trituração*” (PÊCHEUX, 2016, p. 25, grifos do autor). Essa leitura, segundo o autor, “destrinça o texto, privilegia certos elementos para ocultar outros, reaproxima o que dispersou, dispersa o que estava unido” (PÊCHEUX, 2010a, p. 278).

A partir das reflexões de Pêcheux (2016), podemos também pensar na leitura **triturada**, cujo funcionamento é o oposto da leitura trituração, que não recorta, não extrai, não desloca, não destrinça o texto. A leitura triturada pode ser também denominada de leitura líquida, que se caracteriza pela efemeridade e volatilidade da modernidade líquida (BAUMAN, 2001). Ou seja, é um processo que também produz discursividades líquidas, já trituradas, afetadas por uma memória líquida. Acerca desse funcionamento Courtine (2008) declara o seguinte:

A noção de memória foi e permanece ainda aqui um investimento interpretativo de grande alcance, tanto no que concerne às palavras quanto às imagens: *seu funcionamento no estado líquido* se fundamenta na volatilidade, na efemeridade, na descontinuidade e no esquecimento. Tudo isso evidencia a necessidade de manutenção de um quadro de reflexão histórica. Não há memória sem história. O investimento consiste, portanto, em compreender as formas inéditas de dominação que se elaboram neste momento de discursividades líquidas e em apreender os seus efeitos, ao mesmo tempo políticos e psicológicos, sobre os sujeitos que somos (COURTINE, 2008, p. 17, grifos meus).

As reflexões do autor nos levam a ponderar sobre a memória líquida como uma memória sem história, sem historicidade. O autor reconhece a era atual como um “momento de discursividades líquidas”; logo, a partir dessas considerações, é possível afirmar que as tecnologias digitais da atualidade nos impõem essas “formas inéditas de dominação”, a exemplo da governança algorítmica (CASTRO, 2021), que funciona pelas efemeridades das discursividades líquidas, desprovidas de historicidade.

Para ampliar a nossa compreensão sobre essa trama discursiva, vejamos um *print* (Figura 2) de uma publicação *fake* na plataforma *Youtube* intitulada “Ratanabá”, uma suposta cidade perdida na Amazônia.

Figura 2 – SD2: print da postagem “Ratanabá, a cidade perdida na Amazônia”



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A postagem foi publicada no canal do *Youtube* “**Você sabia?**”⁸ O vídeo, até então, já contabilizava com **3.074.571** visualizações, **339 mil likes** (ou gostei) e **7.629** comentários de internautas. Convém ressaltar que as visualizações e, principalmente, os *clicks* nos botões de *like* (gostei), produz significação no discurso, pois é um gesto de tomada de posição do internauta em adesão aos sentidos produzidos.

No *Twitter*, conforme mostra a figura 3, a *hashtag* **#EmRatanabá** viralizou na rede rapidamente. Vejamos:

Figura 3 – SDE3: *print* de postagem do publicações virais do *Twitter* sobre a *hashtag* **#EmRatanabá**⁹



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

⁸ Esse canal do *Youtube* contava - até o dia 10/09/2022 - data de acesso a esta publicação, com **43,7 milhões** de inscritos.

⁹ Fonte: <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1536731028903153671>. Acesso em 10/08/2022.



No último trecho do *Twitter*, vemos que a hashtag **#EmRatanabá** “explodiu”. Silveira (2017, p. 220), considera a *hashtag* como um elemento importante da textualidade sob as condições de produção do digital, “sobretudo pelo fato de que elas operam como forma de arregimentação de discursos e estão no centro das polêmicas que circulam em grande parte dos espaços enunciativos informatizados”. Assim, a *hashtag* agrega publicações nas redes, acerca de um mesmo tema e instaura uma intensa movimentação dos sentidos e de sujeitos. Vejamos a Figura 4, com um print do site “Núcleo do jornalismo”¹⁰

Figura 4 – SD4: *print* de postagem do site Núcleo de Jornalismo sobre a *fake news* “Ratanabá”¹¹



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

¹⁰ O “Núcleo do Jornalismo” é também um site de checagem de notícias e se intitula como “Jornalismo inteligente sobre Redes sociais”. Fonte: <https://nucleo.jor.br/garimpo/ratanaba-teoria-amazonia/>. Acesso em 12/08/2022.

¹¹ Fonte: <https://nucleo.jor.br/garimpo/ratanaba-teoria-amazonia/> Acesso em 05/08/2022.

O site “Núcleo do Jornalismo inteligente sobre redes sociais” traz também um resumo acerca dessa teoria “biruta” sobre a Ratanabá, do qual extraímos o seguinte excerto: “Ratanabá seria uma cidade perdida no meio da Amazônia, descoberta recentemente por arqueólogos, onde teria vivido uma ‘civilização muito complexa’” [...].¹² A “teoria biruta” da Ratanabá mais parece uma história de ficção. Mas esse é também um efeito do discurso das fake news. Conforme Castro (2021), a ficção é dos elementos que pode ser mesclado nessas postagens:

Postagens que mesclam elementos noticiosos a ingredientes de *marketing* e entretenimento; postagens que repercutem a ponto de virarem notícia; ou postagens de usuários comuns contendo informações de interesse mais geral. Esse embaralhamento das balizas entre o que é notícia ou não pavimenta o caminho para conteúdos que se apresentam como notícias mas não seguem preceitos jornalísticos, isto é, não resultam de apuração, nem se estribam em evidências, abrindo doses variadas de ficção. (CASTRO, 2021, p. 92)

As notícias falsas ou fake news são consideradas por Indursky (2019, p. 29) como “um processo de torção discursiva realizado sob o efeito de uma identificação ideológica.” Para a autora a torção discursiva ocorre no momento do fato narrado pela mídia, que projeta um efeito de verdade a algo que, de fato, trata-se de uma falsificação. Desse modo, no caso do leitor internauta que é afetado pelo efeito-leitor projetado – o efeito de sentidos triturados – dá-se a identificação ideológica com os sentidos de uma falsificação, tida como verdade, pelo efeito de crença. Dessa maneira, esse internauta assume a posição-sujeito de leitor triturado, pelo funcionamento da leitura

¹² Fonte: <https://nucleo.jor.br/garimpo/ratanaba-teoria-amazonia/> Acesso em 05/08/2022.



parafrástica, que apenas reproduz sentidos, toma a linguagem em seu efeito de transparência e “se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) do sentido pelo autor” (ORLANDI, 2009, p. 56). O efeito-sentido de crença em um dado discurso como verdadeiro é abordado por Derrida (1996), ao discorrer acerca da história da mentira:

mentir seria dirigir a outrem [...] um ou mais de um enunciado, uma série de enunciados (constativos ou performativos) cujo mentiroso sabe, em consciência, em consciência explícita, temática, atual, que eles formam asserções total ou parcialmente falsas; é preciso insistir desde já nessa pluralidade e complexidade, até mesmo heterogeneidade. Tais atos intencionais são destinados ao outro, a outro ou outros, a fim de enganá-los, de levá-los a crer (a noção de crença é aqui irreduzível, mesmo que permaneça obscura) naquilo que é dito, numa situação em que o mentiroso, seja por compromisso explícito, por juramento ou promessa implícita, deu a entender que diz toda a verdade e somente a verdade. (DERRIDA, 1996, p. 9)

É importante frisar que o efeito de crença produzido nas formulações dos discursos *fakes* faz o outro “[...] entender que diz toda a verdade e somente a verdade”. Assim, a partir do efeito de crença em uma suposta verdade projetada e fixada na formulação do discurso das *fake news*, temos a produção do efeito-leitor **leitura-triturada** ou **sentidos triturados**, que passa a funcionar a partir da identificação do leitor com os sentidos de uma leitura já dada/projetada no discurso das *fakes*. Dessa forma, o efeito-leitor é também um efeito-sujeito, um efeito de sentido, projetado como uma unidade imaginária, na formulação do discurso, pois

Se temos, de um lado, a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido. Tanto a função-autor como o efeito-leitor atestam que no discurso o



que existem são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária (onde intervêm a ideologia e o inconsciente). Vale assim dizer que o *efeito-leitor é uma função do sujeito* como uma função-autor. (ORLANDI, 2001, p. 65-66, grifo meu)

A estudiosa postula, portanto, o efeito-leitor como “unidade (imaginária) de **um sentido lido**” (grifo meu). Ou seja, o efeito-leitor é assim definido também como uma leitura possível, considerando que “O efeito-leitor se dá no reconhecimento – identificação do sujeito, gesto de interpretação – de uma leitura no meio das outras” (ORLANDI, 2001b, p. 70).

Dessa forma, em nosso entendimento, o efeito-leitor **sentidos-triturados** é construído pelo sentido de uma verdade já triturada e fixada à formulação da notícia falsa.

Vejamos a reprodução do seguinte *Twitter* de uma internauta, no site “Núcleo do Jornalismo”:

Figura 5 – SD5: *print* de postagem do site Núcleo de Jornalismo sobre a fake News “Ratanabá”¹³



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

¹³ Fonte: <https://nucleo.jor.br/garimpo/ratanaba-teoria-amazonia/> Acesso em 05/08/2022.



Destacamos, a seguir, a materialidade linguística do *Twitter* (Figura 5): “descobriram uma cidade enorme na região da Amazônia chamada Ratanabá e eu tô viciada nos vídeos e documentários sobre essa nova descoberta, pq, será a maior descoberta arqueológica da história”. Na materialidade linguística digital do *Twitter* (SD5 - Figura 5), sobre a postagem da suposta Ratanabá, temos um funcionamento de adesão do internauta ao efeito-leitor leitura-triturada, pois o leitor não questiona o conteúdo dos vídeos, nos quais está “viciado”, mas absorve a leitura pronta sem gestos de interpretação. Desse modo, ocupa também uma posição-sujeito de leitor-triturado.

Conforme postulamos em Cortes (2015), o efeito-leitor, no processo discursivo, também projeta uma posição-sujeito para o leitor internauta. No discurso das fake news, o efeito-leitor sentidos-triturados funciona intrinsecamente ao efeito de crença em uma suposta verdade, sendo esta construída por um efeito de verossimilhança, pois as formulações das fake news são construídas por um hibridismo de elementos de verdades parciais com sentidos falsificados. Conforme Kalil Filho (2019), o funcionamento dos discursos das fake news envolve um regime de crença da informação que

oferece ao fazer interpretativo valores como a verdade e a certeza. Ao ler um jornal, o logotipo e a formatação da informação, a objetividade e o efeito de sentido de imparcialidade fornecem ao enunciatário um leque de valores que opera, de antemão, um fazer persuasivo direcionado à verdade e à certeza. Trata-se do regime de crença da informação, oposto, por exemplo, ao regime de crença da ficcionalidade, acionado em contos literários. (KALIL FILHO, 2019, p. 214)

A partir das considerações do autor, podemos pensar em um regime de crença próprio das redes sociais que integram as condições de produção do discurso das notícias falsas.



Nessa trama, o efeito-leitor leitura-triturada projeta a posição-sujeito de reproduzidor de fakes para o internauta, seguidor das redes. Nesse jogo de relações e de embates ideológicos pode ocorrer tanto a adesão do internauta ao efeito-leitor triturado, com a anuência à posição-sujeito projetada, a saber, a de reproduzidor de fakes. Mas também pode haver uma posição-sujeito de antagonismo a esse efeito-leitor, qual seja, a posição-sujeito de triturador da leitura, aquele que produz gestos de interpretação e, portanto, não reproduzirá o discurso da falsificação.

A máquina é o computador, mas quem alavanca os compartilhamentos pelos gestos de *clicks* é o leitor de fakes, que ali também se transforma em extensão dessa máquina que, ao funcionar em conjunto com outros internautas, se tornam em uma maquinaria de automatização discursiva (DIAS, 2019). Dessa forma, a maquinaria discursiva digital, em nosso entendimento, funciona não somente pela tecnologia, mas pelos posicionamentos discursivos dos internautas, os quais, quando interpelados ideologicamente, podem ser enredados e “presos” nessa rede de fakes, se tornam “viciados” nas novidades digitais e notícias falsas, conforme mostra o *Twitter* (Figura 5): **“tô viciada nos vídeos e documentários sobre essa nova descoberta”** [...]. Nesse caso, havendo a adesão ao efeito-leitor sentidos-triturados, o internauta pode também ocupar a posição-sujeito de máquina reproduzidora dos discursos fakes, pelos gestos de compartilhamento efetuados.

Na plataforma *Youtube*, por exemplo, são publicados inúmeros vídeos de discursos fakes que, posteriormente são compartilhados pelo envio de *links*, como também os próprios vídeos são compartilhados – na íntegra ou parcialmente – após *downloads* efetuados mediante o uso de aplicativos



próprios, a exemplo do *Whatsapp*¹⁴. É importante observar que os vídeos e postagens apagadas, uma vez constatados como fake news pela checagem jornalística, continuam a circular massivamente no *Whatsapp*, o que dificulta bastante o controle da circulação desses discursos falsos.

Assim, a interpelação ideológica do internauta em sujeito divulgador das fake news se dá pelo efeito de crença em uma suposta verdade, que funciona intrinsecamente ao efeito-leitor sentidos-triturados. Esse modo de circulação discursiva peculiar das notícias falsas nas mídias digitais nos remete a um redemoinho, que produz um impetuoso vento digital; por isso a materialidade digital das fake news pode também ser pensada como uma “língua de vento” (DEBRAY, 2008), nesse caso, uma língua de vento digital, que faz circular/ “arrastar” as fakes *news* de forma muito veloz, impulsionadas pelo efeito-leitor sentidos-triturados, sem peso, que se sustenta pelo efeito de crença e de verdade. A língua de vento é postulada por Debray (2008) como:

Fala flutuante, sem ancoragem na materialidade sensível ou histórica; sintaxe sem semântica em que os signos jogam entre eles, no ar. A noção mesma de referente ou de realidade tendo desaparecido do horizonte, esta língua não tem outro índice de verdade além dela mesma. Quem fala tem sempre razão de dizer isto que se diz no momento em que é dito, tem razão quem tem a última palavra [...]. (DEBRAY, 2008, *apud* ADORNO, 2016, p. 276)¹⁵

As considerações de Debray (2008) sobre a língua de vento se aplicam, portanto, na formulação e circulação do discurso das fake news, um discurso

¹⁴ O WhatsApp Messenger, que pertence ao Meta, é um aplicativo de troca de mensagens e de chamadas de vídeo e de voz, usado por mais de 2 bilhões de pessoas em mais de 180 países. Fonte: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.whatsapp&hl=pt_BR&gl=US.

¹⁵ Tradução de Guilherme Adorno.



que se impõe como a última palavra, e que não tem outro índice de verdade além dele mesmo. A língua de vento, conforme Pêcheux (2011, p. 22), é uma língua que serve ao “logro publicitário da linguagem comercial e política”. É também uma língua ligeira, a língua da propaganda:

E nesse espaço da modernidade capitalista, marcada pela lógica da administração (a língua de madeira do Estado) e pela “língua de vento” da propaganda, que a linguagem foi instituída como “instrumento de comunicação [...]”; a era dos comunicados é, ao mesmo tempo, a da comunicação das ordens e a dos delírios comunicados. (PÊCHEUX, 2011, p. 22)

Os “delírios comunicados” da modernidade capitalista funcionam hoje, na era das tecnologias digitais, com os “delírios” digitais das fake news pela língua de vento digital. Dessa maneira, a fala flutuante ou língua de vento da propaganda estabelece relações parafrásticas com a língua líquida, triturada, cuja memória é também líquida, flutuante e “sem ancoragem histórica”.

Assim, o discurso das *fake-news*, materializado na língua de vento digital, projeta o efeito-leitor de sentidos-triturados e líquidos, sem peso de memória, e rapidamente se replicam e se multiplicam pelo compartilhamento em/nas rede digitais.

3. GESTOS DE (IN)CONCLUSÃO

Buscamos mostrar, neste estudo, o funcionamento dos discursos das fake news nas redes digitais e sociais pelo viés do efeito-leitor, intrincadamente ao jogo de relações imaginárias dos lugares e posições dos sujeitos na trama discursiva.



Vimos que os sujeitos *youtubers*, administradores dos sites e perfis das redes sociais, a partir desse lugar social, ocupa o lugar discursivo de caçador de cliques; e, a partir desse lugar discursivo, pode ocupar distintas posições-sujeito, a exemplo da posição-sujeito divulgador de fake news e mercenário digital, já que as redes divulgadoras das notícias falsas, assim como as redes sociais em geral, são plataformas algorítmicas que movimentam uma grande rede de negócios digitais.

A leitura-triturada, enquanto um efeito-leitor em funcionamento no discurso das *fake news*, foi pensada a partir do conceito de leitura-trituração preconizada por Pêcheux (2016). Nesse processo discursivo, a projeção ou antecipação imaginária do lugar do leitor como não-interpretante, que não tritura os sentidos, coloca o sujeito-autor no lugar de escuta, o que lhe permite também antecipar uma dada leitura ao texto, que é o efeito-leitor sentidos-triturados, uma leitura parafrástica que repete e compartilha as notícias falsas, sem questionamentos.

O discurso das fake news – constituído pela língua de vento digital – projeta um efeito de crença no discurso, como uma verdade. Nessa trama, projeta-se no discurso, tanto o efeito-leitor de leitura-triturada/sentidos triturados, como também as posições-sujeito de leitor triturado e reproduzidor de fakes, para o internauta.

Assim, pode se instaurar tanto a cumplicidade ou o confronto com o efeito-leitor e as posições-sujeito projetadas, conforme a movimentação dos sujeitos e dos sentidos no discurso. Em caso de adesão ao efeito-leitor sentidos-triturados, o internauta, afetado pelo efeito de crença e pela língua de vento digital, arrasta as notícias falsas e as espalham rapidamente pelas redes.

Mas também pode se instaurar os confrontos discursivos nas redes, já que o internauta pode romper com o efeito-leitor sentidos-triturados,



mediante a posição-sujeito de leitor triturador, interpretante, com outro efeito-leitor, outras leituras, outros sentidos, que podem barrar a circulação dos discursos das *fake news*.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Guilherme. Os vlogs e a identificação paradoxal dos criadores de discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 37, jan-jun 2016.

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução**. São Paulo: Ática, 1992. 85 p.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 279 p.

CASTRO, Julio C. L. Plataformas algorítmicas e economia da desinformação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 18, n. 2, jul./dez. 2021.

CHARTIER, Roger. A escrita na tela: ordem do discurso, ordem dos livros e maneiras de ler. In.: RETTENMAIER, M.; RÖSING, T. M. **Questões de leitura no hipertexto**. Passo Fundo: UPF, 2007a.

CHARTIER, Roger. **Increver e apagar**: cultura escrita e literatura. São Paulo: UNESP, 2007b. 335p.

CORTES, Gerenice R. de O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor**: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. 2015. Tese (Doutorado em Letras) — Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. O mentir verdadeiro. In: SWIFF, Jonathan. **A arte da mentira política**. Trad. Mônica Zoppi-Fontanma e Roberto L. Baronas. Campinas: Pontes, 2006. 55p.



COURTINE, Jean-Jacques. A política como espetáculo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia: a política como espetáculo**. São Paulo: Claraluz, 2003.

DELA-SILVA, Silmara. “Checar fatos e desmentir boatos”: *fake news* e discurso jornalístico no Brasil. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 5949-5961, abr./jun. 2021.

DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 27, 1996, p. 7-39.

DIAS, Cristiane. O sentido da automatização na análise de discurso: sobre a maquinaria dos sentidos. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 44, p. 198-221, jul./dez. 2019.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP. Pontes, 2018.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo (REDISCO)**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. 2005. Tese (Doutorado em Letras) — Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (org.) **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.



KALIL FILHO, Marcos da V. *Fake news* e democracia: contribuições da semiótica discursiva acerca da verdade e da informação na internet. **Caderno de Letras da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 205-219, 2019.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003. 110 p.

MARIANI, Bethania. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação. **Entremeios**. Pouso Alegre, v. 17, n. 2, p. 3-18, jul./dez. 2018.

MARIANI, Bethania; DELA-SILVA, Silmara. Discurso político: processos de significação em tempos de *fake news*. Uma entrevista com Freda Indursky. **Caderno de Letras da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 13-31, jul./dez. 2019.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, Eni P. Divulgação científica e o efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (org). **Produção e circulação do conhecimento**: estado, mídia, sociedade. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001b. 218 p.

ORLANDI, E. P. Historicidade e sociedade: o sujeito na contemporaneidade. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITMANN, S. (orgs.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas, SP: Pontes, 2010.



ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Campinas, SP: Pontes, 2008 [1983].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso: (AAD-69). In.: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campina, SP: Unicamp, 2010a.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In.: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 2010b [1982].

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In.: ORLANDI, E.P. (Org.) **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2011a [1979].

PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, Bernard *et al* (org.). **Materialidades discursivas**. Trad. Débora Massmann. Campinas, SP: Unicamp, 2016. 336p.

SILVA, Eduardo A.; DUQUE, Paulo H. A manipulação informativa e seu *modus operandi* no enquadramento ideológico nas redes sociais. **Caderno de Letras da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 235-248, 2019.

SILVEIRA, Juliana da. *Hashtag* e argumentação: proposta para o ensino de escrita e leitura em textualidades digitais. In: **Papéis**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguagem da UFMS, Campo Grande, MS, v. 21. n. 41, p. 218-234. 2017.



O CRIME DE ESTUPRO E SEU(S) SILÊNCIO(S): UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO ENUNCIADO LEGAL DO DELITO

THE CRIME OF RAPE AND ITS SILENCE(S): A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE LEGAL ENTITLEMENT OF THE CRIME

Dantielli Assumpção GARCIA¹

Ana Paula Reckziegel VENSON²

RESUMO

Neste trabalho, amparadas teoricamente na Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1997), pretendemos refletir sobre o processo de silenciamento ao qual a mulher, vítima do crime de estupro, será submetida. No ano de 2018 foram registrados mais de 66 mil casos de estupro, o que equivale a 1 estupro a cada 8 minutos (FBSP, 2019). Estima-se que esses dados representem apenas 7,5% da realidade dos crimes (BUENO, et al. 2019). Visando compreender essa subnotificação, foram conceituadas teoricamente as “formas dos silêncios”, propostas por Eni Orlandi (2007) e, considerando que tanto os silêncios, quanto os sentidos são administrados (ORLANDI, 2007), tem-se que o silêncio pode funcionar como um *ponto chave* para a construção das significações individuais (ROSA, 2018) e coletivas da memória, das formações imaginárias e ideológicas que circularão sobre o crime de estupro, sobre a vítima e sobre o seu agressor. Foram analisados discursivamente os artigos 213 e 234-B do Código Penal, nos quais funciona um discurso ideológico, patriarcal e capitalista, que

¹ Doutora em Estudos Lingüísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: dantielligarcia@gmail.com.

² Graduada em Direito pela União Educacional de Cascavel. Mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



estabelece quem pode ser vítima do crime e que a culpabiliza por sua ocorrência, impondo sobre a mulher, inclusive, de forma expressa, o silêncio sobre o crime.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso; estupro; mulher; silêncio.

ABSTRACT

In this paper, based on the theoretical perspective of Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1997), we intend to reflect about the silencing process to which women, victims of the crime of rape, will be submitted. In 2018, more than 66 thousand cases of rape were recorded, which is equivalent to 1 rape every 8 minutes (FBSP, 2019). It is estimated that these data represent only 7.5% of the reality of crimes (BUENO, et al. 2019). In order to understand this underreporting, the “forms of silences” proposed by Eni Orlandi (2007) were theoretically conceptualized and, considering that both silences and meanings are managed (ORLANDI, 2007), silence can function as a key point for the construction of individual (ROSA, 2018) and collective meanings of memory, of the imaginary and ideological formations that will circulate about the crime of rape, about the victim and about her aggressor. Articles 213 and 234-B of the Penal Code were discursively analyzed, in which an ideological, patriarchal and capitalist discourse operates, which establishes who can be a victim of crime and who blames it for its occurrence, imposing on women, including, in a expressed, silence about the crime.

KEYWORDS

Discourse Analysis; rape; woman; silence.

1. NO INÍCIO É O SILÊNCIO

Nas lições de Orlandi, “não há neutralidade nos discursos” (2004, p. 9). Isto porque, tanto no uso das palavras, quanto no(s) silêncio(s) todos os sentidos são administrados e não estão soltos. Para pensar esses sentidos, Michel Pêcheux (1995, p. 146) ensina que devemos considerar as relações de produção e as formações ideológicas que atravessam o sujeito e o que o



constituem enquanto sujeito, o qual não é a fonte e origem de seus enunciados, eis que interpelado pela ideologia (ALTHUSSER, 1980).

Nesse contexto, depreende-se a opacidade da linguagem, que para além de sua não transparência, não é unívoca – capaz de transmitir, simultaneamente, vários dizeres e sentidos –, pode sofrer interferências, ao tempo em que é determinada pelas condições de produção, pelas formações discursivas e pelas formações imaginárias insculpidas naquele dado momento de enunciação (GADET; HAK, 1997).

É preciso, portanto, pensar e falar sobre o silêncio e, como diz Orlandi, essa é uma questão delicada, porque precisamos aprender a significar discursivamente o silêncio, a entender que ele tem sentido, e não se restringe a ausência das palavras. É preciso compreender que o silêncio existe e funciona para além das palavras.

Orlandi (2007, p. 16), nos ensina que o silêncio na Análise de Discurso é pensado em relação a determinação histórica e não ao inconsciente e que é “procurando entender a materialidade simbólica específica do silêncio”, que podemos “alargar a compreensão da nossa relação com as palavras”, porque “muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação”.

No mesmo sentido, Rosa (2018, p. 3) atesta que o silêncio, nessa concepção, é **“o ponto chave da construção do discurso”**, eis que ele permitirá que o público a quem o discurso é dirigido lhe atribua **“os sentidos e as significações individuais e únicos, de acordo com a constituição desse público”**.

É a partir da perspectiva proposta por Orlandi, em sua obra “As formas do silêncio”, que estudaremos a política de silenciamento do



crime de estupro no Brasil, pois esse crime é envolto de um silêncio tal, que para além da massiva subnotificação de sua ocorrência (que alcança 92,5% dos casos)³, o próprio enunciado do crime silencia palavras importantes ao narrar a conduta criminosa e há mecanismos especiais que são utilizados somente na ocorrência de crimes de natureza sexual, que impelem a vítima ao silêncio. E todos esses silêncios assumem importantes sentidos e conferem significação ao delito.

Antes de adentrar especificamente no crime, há de se estabelecer as formas do silêncio apresentadas por Orlandi. O silêncio não tem representação ou definição física e é complexo tentar defini-lo em palavras, até porque as “palavras são atravessadas de silêncios”, produzem silêncio e ao tempo em que são utilizadas, contém em si sentidos a não-dizer (ORLANDI, 2007, p. 15). Assim, uma das formas do silêncio é a fundante, porque é anterior à linguagem, porque “**no início é o silêncio. A linguagem vem depois**” (ORLANDI, 2007, p. 27).

O silêncio fundador não é propriamente o não-dito, mas é um silêncio que significa. É um “lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2007, p. 13). Desse modo, esse silêncio é a iminência do dizer, é aquele sem o qual nada significa e que funciona como um “ponto de sustentação” dos sentidos do discurso e de algumas formações discursivas. Orlandi (2007, p. 15) nos ensina que “quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam”.

³ BUENO *et al.*, 2019.

Esse é um silêncio que contém em si uma carga simbólica, imaginária e história, vinculada ao real. Tem relação com a ideologia e com as determinações históricas: o silêncio tem cultura, tem história, tem política e tem memória. O silêncio é absoluto, contínuo e fugaz (ORLANDI, p. 2007, p. 32), ele está entre o dizer e o não dizer. Ele existe e está em tudo, a todo o tempo.

De outra forma, há um silêncio que não está, mas que é. Esse é o silêncio constitutivo, que é assim nomeado, porque é uma forma incontornável de silêncio. Não há um dizer total, um dizer que contemple todas as palavras e diga tudo, eis que para dizer algo é preciso deixar de dizer outra coisa. Ao escolher determinadas palavras, silenciemos outras. Esse silêncio tem relação com as formações discursivas e com as condições de produção do discurso, porque há determinadas coisas que podem ser ditas em determinados contextos e de determinadas formas. São muitas as formas de enunciar uma mensagem e para cada uma delas o silêncio constitutivo será outro.

Ao final, tem-se o silêncio que não é, que não está, mas que é imposto. É um silêncio de censura e um silêncio local. É o controle exercido do que é silenciado em certa conjuntura. Por isso ele é local, porque cada espaço geográfico ou temporal tem sua própria política do silêncio e essa política é uma censura, um processo de silenciamento, que tem estreita relação com as condições de produção, com as formações discursivas e com os Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado. A censura, por meio dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado, que disseminam e sustentam a ideologia dominante determinam o que pode e quando pode ser dito e quem pode falar.



2. A MEMÓRIA E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DO CRIME E DA VÍTIMA DO ESTUPRO

De acordo com as noções propostas por Pêcheux (1990), as formações imaginárias funcionam como um jogo de “efeitos de sentidos” entre os sujeitos, num dado lugar e em uma determinada estrutura social, a qual designa os lugares que “A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do outro”. Assim, as formações imaginárias estão relacionadas ao imaginário social, é o que se imagina, dados os processos discursivos anteriores, oriundos de outras condições de produção.

Sobre o tema da **memória** na análise discursiva, Indursky (2011, p. 68) ensina que há “diferentes funcionamentos discursivos” em relação à memória, pois tanto se dá uma reflexão sobre o *sentido* nas relações de parafraseagem que as palavras, expressões e enunciados “mantém entre si no interior de uma **matriz de sentido**”, que se organiza dentro de uma **formação discursiva**. Trata-se, portanto, de uma retomada de sentido, que se dá por meio do “processo de repetibilidade”, dentro dos limites estabelecidos pela formação discursiva dada, do que pode e deve ser dito.

Conforme assevera Indursky (2011, p. 69), é dessa repetição, que origina uma “regularização dos sentidos”, a qual “**se institui pelo viés de diferentes funcionamentos discursivos de retomada: implícitos, remissões, efeitos de paráfrase**”. Assim, não é necessário que sejam repetidas sempre as mesmas palavras ou expressões para que o sentido seja retomado. A memória, nesses termos, representa um recorte dado dentro de uma formação discursiva específica, a qual, a seu turno, está sujeita às formações ideológicas insculpidas no interior dos Aparelhos Ideológicos. A memória possui, portanto, um cunho social e pode ser atualizada com as



transformações sociais, em razão de novas formulações que “vão se reunindo as já existentes, vão atualizando as redes de memória” (INDURSKY, 2011, p. 76). Em remissão à Pêcheux, Indursky retoma a formulação de que “a memória constitui ‘um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas’” (2011, p. 77).

De outro modo, o interdiscurso encontra lugar mais amplo do que a memória e sua totalidade não é alcançada, pois ele funciona no esquecimento. Citando Pêcheux, Indursky assevera que o interdiscurso é um “todo complexo com domante das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas” (2011, p. 72).

É nesse ponto que se encontra a “grande contribuição da Análise de Discurso: observar os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos”, uma vez que para que o discurso funcione é necessário que ele aparente uma unidade, que é uma “ilusão de unidade é efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo” (ORLANDI, 2007, p. 19).

A partir de agora, pensaremos no funcionamento desses elementos em relação ao crime de estupro. A Legislação brasileira é produzida nas Câmaras legislativas do país, as quais são (e sempre foram) compostas, em sua maioria, por homens brancos heterossexuais e cis gêneros. Nessas condições de produção, a legislação brasileira é atravessada pela formação ideológica patriarcal e capitalista, que sustenta a formação imaginária de quem é considerada, de forma “legítima”, como uma “mulher” na sociedade brasileira: aquela que se ampara em um homem, aquela que é servil e voltada aos valores da família. Há uma formação imaginária do que é “ser mulher”,



do que “fazem as mulheres” e de “como se comporta (sexualmente) uma mulher” e essas formações estarão presentes no interdiscurso que molda a formação imaginária sobre (quem pode ser) a vítima do estupro.

A origem da memória que fez da mulher esse ser servil ao homem, que não pertence a si própria remonta à Idade Média e à ideologia binária que divide o “ser mulher” do “ser homem” e acentua a misoginia, “como forma de interpretar o mundo e a vontade divina”, porque a mulher era possuidora de “poderes místicos incompreensíveis” (LEITE, p. 5400) e o domínio da natureza lhe pertencia. Leite (2020, p. 5394) enumera que a caça às bruxas teve um papel central “no empreendimento de controle e domesticação, tanto do feminino, quanto do natural”.

Em remissão a seu trabalho “Desafio das Mulheres: um enfoque ocidental de gênero e direitos humanos”, Leite (2020, p. 5394) elucida, por meio da religião católica (resquício do processo colonizador), as origens da clivagem do sujeito mulher em duas categorias distintas, fixadas como memória social e que dão origem à formação imaginária das mulheres que podem e que não podem ser consideradas como “vítimas” do estupro: a divisão entre a “santa” e “puta”, a “pra casar” e “pra comer”, dentre tantas outras expressões que se poderia citar.

É nesse contexto, que se insere a famosa citação da filósofa Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher: torna-se”. Veja-se, na íntegra:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. [...] Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação da subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão



do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo. (BEAUVOIR, 2016, p. 10)

Assim, por meio da análise das materialidades históricas de cada sociedade, é que se pode determinar culturalmente o que é “aceitável” e “desejável” desse ser “mulher”, dando origem a uma memória construída sobre a “mulher”, que, no caso da vítima de estupro, vai culminar na formação imaginária de **qual é a “mulher”** que pode ser considerada vítima (e não merecedora) do crime.

Há, portanto, uma formação imaginária (ideológica e discursiva) que constitui a vítima do crime de estupro. Conforme Andrade e Carvalho (2020, p. 156), há uma “seleção daquelas a serem protegidas das formas de violência que seriam consideradas como delitos sexuais”. A formação imaginária dessa “vítima” compreende elementos de ordem moral, religiosa, étnica, biológica e econômica.

Essa formação imaginária tem uma de suas origens no discurso ideológico dos Aparelhos Ideológicos de Estado legislativo e jurídico que, no princípio, eram menos tácitos quanto as possíveis vítimas do crime. Citando Pirangeli, Andrade e Carvalho (2020, p. 158), rememoram que, nas Ordenações Filipinas⁴, o delito de estupro era assim previsto: “Do que dorme com a mulher, que anda no Paço, ou entra em casa de alguma pessoa para dormir com mulher **virgem, ou viúva honesta, ou scrava** (s.i.c.) **branca** de guarda”. Havia uma definição bem clara, portanto, do conjunto de adjetivos que a mulher precisava reunir para ser considerada como uma

⁴ Legislação publicada no ano de 1870, no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 30 jun. 2022.



“vítima” do crime de estupro. Qualquer sujeito que sofresse violência sexual sem, no entanto, ostentar as características expressas no enunciado legal não era, para a Lei, para o direito e, tampouco, para a sociedade, uma vítima do crime de estupro.

No mesmo sentido, a legislação que se seguiu a essa, qual seja, o Código Penal de 1890, assim previu o crime de estupro:

Art. 268. Estuprar **mulher virgem ou não, mas honesta:**

Pena – de prisão cellutar por um a seis annos (sic).

§1º Si **a estuprada fôr mulher pública ou prostituta:**

Pena – de prisão cellutar por seis mezes a dous annos (sic). (ANDRADE; CARVALHO, 2020, p. 160)

Dessa forma, conforme as referidas autoras “a quantidade a ser imposta ao autor dependia **totalmente da ‘qualidade da vítima’**, isto é, se honesta, prostituta ou mulher pública” (ANDRADE; CARVALHO, 2020, p. 161). Há de se registrar que a expressão “mulher honesta” esteve presente no Código Penal, no artigo 219, até o ano de 2005, quando foi revogada pela Lei n. 11.106, de 2005.

Conforme Andrade e Carvalho (2020, p. 162), a “ideia” que se desenvolveu da “mulher pudica, honesta e dócil” foi “construída por homens e para homens” e “transformou o direito penal, seja no aspecto legislativo, decisional ou doutrinário, em um locus reprodutor desse imaginário”.

O percurso até agora traçado demonstra que foi sendo construída uma memória acerca da vítima do estupro e essa memória está vinculada as características daquela que foi sexualmente agredida. Note-se que até o momento, nem a legislação, nem os conceitos mencionaram a responsabilidade do agressor ou suas características pessoais. A avaliação é para a vítima.



Seus comportamentos sociais serão analisados para que haja a aferição se se trata de uma “mulher boa” ou de uma “mulher má, prostituta” (ANDRADE; CARVALHO, 2020, p. 157), sua vida será vasculhada, suas roupas serão analisadas, a cor de sua pele, o local em que estava, o horário do delito e será, inclusive, considerado o critério biológico (vinculado ao órgão sexual de nascimento), que, até o ano de 2009, era fundamental para a caracterização da vítima do crime.

A prática de vasculhar a vida da vítima é tão reiterada e corriqueira que ganhou até um nome: “*fishing expedition* ou pescaria probatória”, a qual é definida por Rosa como:

a procura especulativa, no ambiente físico ou digital, sem ‘causa provável’, alvo definido, finalidade tangível ou para além dos limites autorizados (desvio de finalidade), de elementos capazes de atribuir responsabilidade penal a alguém. [É] a prática relativamente comum de se aproveitar dos espaços de exercício de poder para subverter a lógica das garantias constitucionais, vasculhando-se a intimidade, a vida privada, enfim, violando-se direitos fundamentais, para além dos limites legais. O termo se refere à incerteza própria das expedições de pesca, em que não se sabe, antecipadamente, se haverá peixe, nem os espécimes que podem ser fígados, muito menos a quantidade. (ROSA, 2021, p. 389-390)

Exemplo disso ocorreu no caso de estupro de **Mariana Ferrer**, em que:

a vida de Mariana foi vasculhada, foram apresentadas no processo penal e também nas mídias sociais, fotos da vítima de biquíni (“em posições ginecológicas” – segundo o advogado do réu), foram exploradas questões pessoais de sua vida, de seu trabalho como modelo e até suas contas bancárias foram vasculhadas pelo advogado de defesa do acusado. (GARCIA; VENSON, 2021, p. 268)



Após ter sua vida vasculhada, ser avaliada em todos os seus aspectos e características pessoais e ter as circunstâncias do crime sopesadas por uma ótica onde deverá impor barreiras sobre seu corpo (FONTOURA, 2014) é que a mulher será (ou não) validada enquanto vítima do crime, de forma total ou parcial. No caso de estupro coletivo, ocorrido no Rio de Janeiro, em que uma jovem de 16 anos foi filmada enquanto era estuprada por 33 homens (32 adultos e um adolescente), o Delegado responsável pelo caso (e, após afastado) declarou que o vídeo do estupro, no qual **“homens tocavam na genitália da vítima desacordada, não caracterizaria o estupro propriamente dito, e que a vítima poderia estar distorcendo os fatos”** (ANDRADE; CARVALHO, 2020, p. 163).

Todas essas formações imaginárias, ora apresentadas, consubstanciam uma memória de que somente um tipo de mulher pode ser vítima do crime de estupro. E é a partir dessas formações imaginárias que a vítima fara seu autojulgamento após o crime. São essas formações que construirão a imagem social estigmatizada da “vítima de estupro” e que farão ela sopesar se vale a pena ou não denunciar o crime. Há uma concepção discriminatória do “escândalo do processo” (*strepitus judicis*), resultado da violência patriarcal de gênero, em que a vítima avalia se o registro, as autoridades e o ajuizamento da ação provocariam “um mal maior que a impunidade do criminoso” (BIANCHINI *et al.*, 2021). Esse “fenômeno” que ocorre, unicamente, com as vítimas do delito de estupro (e com outros de ordem sexual), corrobora a massiva subnotificação do crime no Brasil, pois a própria vítima pode não se reconhecer como tal.

Também há repetição de sentidos, quando se pensa em quem é o homem que comete o estupro. Ele não é qualquer homem, porque as formações imaginárias nos dizem que aquele que é capaz de cometer o crime de estupro é uma pessoa



bruta, que não tem valores morais familiares e que não atenta aos valores religiosos da ideologia patriarcal capitalista. Essa ideologia, como visto, é constituída para que haja um sujeito de direitos – o homem, branco, de classe abastada. Esse é o homem ideal e, por assim ser, não subverte a lei, já que a lei é feita para ele. Há, portanto, um tipo de homem que comete crimes, especialmente os que envolvem violência ou grave ameaça: o homem que não é branco e que é pobre.

Desse modo, se há um tipo específico de vítima – a mulher que atende aos requisitos sociais aceitáveis; e se há um tipo específico de agressor – o homem pobre e preto; há, também, uma forma determinada pela qual esse crime vai ocorrer. E é nesse ponto, que podemos compreender que o **interdiscurso** existente sobre o crime de estupro, perpassa os esquecimentos e o inconsciente da memória, pois esse crime ocorre num lugar ermo, num lugar que não é seguro para a mulher, num horário que não é seguro e essa vítima estará com uma roupa que poderá provocar a ação de seu agressor e que esse agressor não é conhecido pela vítima, que é um homem que não goza de sua confiança e que não é capaz de “controlar seus instintos”.

São essas formações imaginárias que formam a memória de como, quando e porque o estupro ocorre, de quem pode ser a vítima desse crime e quem irá cometê-lo. Todos esses elementos têm estreita relação com as ideologias dominantes do sistema patriarcal capitalista, e com o interdiscurso que culpabiliza a vítima e que somente encarcera homens negros.

3. O ENUNCIADO LEGAL DO CRIME E A DEFINIÇÃO DO QUE É O ESTUPRO

O artigo 213 do Código Penal Brasileiro de 1940 (cuja redação foi dada pela Lei n. 12.015/2009) será a materialidade aqui analisada e a



chamaremos de **enunciado legal** (por constituir-se numa sequência discursiva que enuncia o discurso legislativo do crime de estupro). A análise será feita à luz da Análise de Discurso proposta de Michel Pêcheux. É nesse contexto, que buscamos compreender as “evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’”, e que Pêcheux entende ser o “caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (1995, p. 160).

Para tanto, buscaremos encontrar “sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição”, o qual “não existe em si mesmo (isto é, em sua relação ‘transparente’ com a literalidade do significante), mas ao contrário, **é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas**” e reproduzidas. Foram analisados esses deslocamentos de sentido produzidos pelas palavras, expressões e pelos enunciados que “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” e assumindo significações em referência **às formações ideológicas**, nas quais esse discurso foi produzido (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Serão consideradas, também, as **formações discursivas** em que esse enunciado foi elaborado, compreendendo-se esta, como “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o **que pode e deve ser dito**” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Em 7 de agosto do ano de 2009, foi aprovada a Lei n. 12.015, a qual introduziu significativas mudanças no Código Penal de 1940 (ainda



vigente), especialmente, no que concerne ao crime de estupro, dando-lhe uma nova definição⁵.

Em relação ao delito de estupro, uma das principais modificações em seu texto foi a retirada da palavra “mulher” que foi substituída pela palavra “alguém” e, também, a absorção de outro crime, qual seja do atentado violento ao pudor, dentro do crime de estupro.

Ainda, diante da percepção de que a nomenclatura dos crimes é importante, o delito de estupro que, até então estava situado no Capítulo dos “Crimes contra os Costumes”, migrou para o Capítulo “Dos Crimes contra a Dignidade Sexual”, que protege os direitos da liberdade sexual.

O novo enunciado do crime foi elaborado em uma reunião do um “Grupo de Estudos de Análise Legislativa” com a “Comissão Intersectorial de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, então coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça” (BRASIL, Exposição de Motivos da Lei n. 12.015, 2004).

Nota-se, desse modo, que houve uma tentativa de melhor contemplar e proteger os indivíduos, muito embora, como se verá a seguir, o novo enunciado do crime, produzido em outra época que o primeiro – escrito em 1940, continua atravessado (e não poderia ser diferente, porque produzidos

⁵ Antiga redação do crime de Estupro, que perdurou de 1940 até 2009 (com a edição da Lei n. 12.015/2009):

Título VI – DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES

Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro

Art. 213 - Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

Pena - reclusão, de três a oito anos.

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de catorze anos: (Incluído pela Lei n. 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente).

Pena - reclusão, de seis a dez anos (Incluído pela Lei n. 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente).



nessas condições de produção imediatas) pelos discursos da violência patriarcal de gênero do capitalismo.

Segue, abaixo, a materialidade a ser analisada, a nova definição legal do crime de estupro, elaborada no ano de 2009.

Quadro 1 – Nova definição legal do crime de estupro

<p>TÍTULO VI DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)</p> <p>CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)</p> <p>Estupro</p> <p>Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)</p> <p>Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)</p> <p>§ 1 Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)</p> <p>§ 2 Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2009, on-line).

Como dito, a primeira mudança que se nota nesse enunciado é o novo título do capítulo, que tutela os crimes contra a liberdade sexual: “Dos crimes contra a **dignidade sexual**”.

Segundo a doutrina jurídica, o delito em si tutela a **liberdade sexual** da mulher, o que importa no “**reconhecimento do direito de dispor**



livremente de suas necessidades sexuais ou voluptuárias” e de **“comportar-se, no plano sexual, segundo suas aspirações carnavais, sexuais”** regidas por sua vontade consciente, direito este que ao homem sempre foi dado e reconhecido (BITENCOURT, 2012).

No entanto, de todo o percurso já traçado até o momento, percebe-se que, nunca foi (e ainda não é), dado à mulher a **liberdade sexual** para se comportar segundo os seus desejos e tampouco lhe foi dado o pleno direito sobre o seu corpo.

Assim foi com o novo enunciado do crime de estupro. A comissão que criou o enunciado, sob o pretexto de abranger “a todos”, escolheu retirar o significativo “mulher” do enunciado e substituí-lo pelo termo “alguém”, de modo que o crime de estupro agora pode ter como “vítima” qualquer pessoa. Nota-se aqui um evidente silêncio do enunciado e um apagamento da figura da mulher que, de acordo com os dados do Anuário de Segurança Pública de 2019 (p. 8), representam 81,8% das vítimas do crime.

Orlandi (2007, p. 41), ressalta que o Aparelho Jurídico, com seu discurso liberal de que “todos são iguais perante a lei” produz um “apagamento das diferenças constitutivas dos lugares distintos” e por isso “reduz o interlocutor ao silêncio”. Essa mesma compreensão pode ser alçada para o enunciado legislativo que, deliberadamente apagou e silenciou a mulher de um crime que, essencial e estatisticamente é cometido contra ela.

Mais do que isso, escolheu-se manter no enunciado a palavra “constranger”, assim como se manteve a expressão “conjunção carnal”, com o agravo de que, as condições de produção do novo enunciado são absolutamente diversas da produção daquele primeiro e ainda assim, foi feita a opção de se manter



essas palavras, sem acrescentar ao tipo penal a questão da violência psicológica e sem tratar do consentimento da vítima para com o ato sexual.

Ao contrário, a comissão que legislou o novo enunciado do estupro agiu em perfeita consonância com o discurso da violência patriarcal de gênero, pois retirou o significante da mulher da legislação, não tratou do consentimento necessário ao ato, não fez qualquer acréscimo significativo e manteve no enunciado todos os elementos que servem ao silenciamento da mulher.

Cabe mencionar que essa substituição do termo mulher não ensejou, na prática, numa maior abertura das mulheres supostamente protegidas pelo tipo penal, incluindo-se, por exemplo, mulheres que trabalham como prostituta, mulheres trans e homens trans e desconsiderando quaisquer adjetivos que possam ser atribuídos a mulher. O pré-constituído que escorre desse enunciado é de que ainda existem mulheres que socialmente são aceitas como vítimas e outras não.

Ao comparar os enunciados, percebe-se que, em sua composição, as alterações foram poucas, apenas com a substituição do termo mulher por “alguém” e com a inclusão da prática “de outro ato libidinoso”. Nesse aspecto o que se deu foi que o novo enunciado absorveu a figura que, antigamente era descrita como “atentado violento ao pudor”, o qual poderia ser cometido contra qualquer pessoa, pois tratava de todos os demais atos sexuais que não a introdução do pênis na vagina.

Essa incorporação foi prejudicial à mulher vítima do crime porque antes do novo enunciado de 2009, a prática de sexo vaginal e de outras formas de sexo, como o sexo oral ou o sexo anal conduziam a duas práticas criminosas: do delito de estupro (que à época tinha pena de reclusão de 3 a 8 anos) ao passo que o crime de atentado violento ao pudor, era punido com pena de reclusão de 2 a 7 anos. Assim, o agressor responderia por dois crimes e poderia



pegar uma pena de até 15 anos (somadas as penas máximas). Contudo, com o advento do novo enunciado “se o agente pratica vários atos sexuais com a mesma vítima responde tão somente pelo delito de estupro, em razão da estrutura mista alternativa do tipo objetivo” (PRADO, 2015, p. 1028). Desse modo, se a vítima for estuprada de diversas maneiras e por diversas vezes, na mesma ocasião pelo mesmo agressor, a pena máxima que esse criminoso poderá pegar será de 12 (doze) anos de acordo com a legislação vigente. Essa conclusão representa um retrocesso legal para as mulheres vítimas desse crime, ao tempo em que beneficia o agressor, porque abranda sua punição.

Aqui se percebe, numa leitura “sintomal”, a incoerência da comissão legislativa responsável pelo enunciado, que sob a justificativa de proteger todas as vítimas de estupro, acaba por prejudicá-las e silenciá-las cada vez mais. O enunciado labora na falta, na incoerência e naquilo que não foi dito e na materialidade histórica do objeto analisado (GILLOT, 2018).

Assim, a formação discursiva e ideológica presente no Código Penal Brasileiro é a de que a mulher tem responsabilidade no crime pelo qual foi vítima, a qual, para além de escapar da legislação do estupro em vigor (de 2009), por seus pré-constituídos e por tudo que no enunciado não foi dito, também está expressamente prevista no artigo 59 do Código Penal, no qual está disposto que o Magistrado, ao calcular a pena a ser imposta ao agressor, irá considerar “o comportamento da vítima”, como uma circunstância que pode aumentar ou reduzir a pena daquele que praticou o delito⁶.

⁶ Fixação da Pena

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, **bem como ao comportamento da vítima**, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: (Redação dada pela Lei n. 7.029, de 11.07.1984).



4. O SEGREDO DA JUSTIÇA: A POLÍTICA DE SILENCIAMENTO DO CRIME DE ESTUPRO NO BRASIL

Esta seção analisará um importante enunciado contido no Código Penal Brasileiro, que é, em alguma medida, um mecanismo de silêncio local imposto pela legislação, o qual, sob uma ilusão de proteção, silencia ainda mais as vítimas do delito de estupro.

Apresenta-se, abaixo, a sequência discursiva trazida pelo Código Penal de 1940 (ainda em vigor), segundo a qual os processos de estupro correram em **segredo de justiça**.

Art. 234-B. Os processos em que se apuram crimes definidos neste Título correrão em segredo de justiça. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

O enunciado do artigo 234-B, embora tenha sido previsto pela Lei n. 12.015, de 2009, não está justificado pelo legislador na exposição de motivos para a criação da lei⁷. O documento, que fala em direitos humanos, em proteção da dignidade sexual e enuncia:

Sobre a legislação penal reinante pairam concepções características de época de exercício autoritário de poder – a primeira metade dos anos 40 – e de padrão insuficiente de repressão aos crimes sexuais, seja por estigmas sociais, seja pelos valores preconceituosos atribuídos ao objeto e às finalidades da proteção pretendida (SENADO, Diário Oficial, 14/9/2004, p. 29238).

⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-exposicaodemotivos-149280-pl.html>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Há o entendimento de que a legislação dos anos 40 (que só seria mudada com a aprovação da lei aos quais os motivos se referem, no ano de 2009 – cinco anos após a proposta), não é suficiente para proteger a vítima e garantir sua dignidade sexual. Todavia, por ainda estar vinculado à *formação ideológica* dos Aparelhos Ideológicos de Estado Legislativo e Jurídico (que reproduzem a ideologia patriarcal e capitalista), o novo enunciado do crime de estupro e todos os dispositivos de lei incluídos pela lei n. 12.015 de 2009, não rompem com a memória e o interdiscurso estabelecido sobre o crime de estupro, que culpabiliza e silencia a vítima.

O enunciado analisado, oriundo de uma proposta de Lei que não se presta a justificá-lo e sob uma égide genérica de proteção da intimidade da vítima, já que os delitos a que se aplicam violam a “dignidade sexual” da vítima, impôs o silêncio – processual e de todas as partes – sobre as apurações e o julgamento do crime de estupro.

Desse modo, o acesso aos dados processuais fica limitado às partes envolvidas no processo criminal. Não há publicidade dos atos processuais nesses processos (princípio que regula toda a atividade administrativa e judiciária, nos termos do artigo 37 da CF/88). É interessante observar, nesse sentido, que a determinação legal do artigo de lei analisado é contrária a publicidade dos atos, mas apresenta a palavra “segredo” como um contraponto a essa publicidade. Essa palavra remete a algo que deve ser escondido, que se oculta, por algum motivo que pode ser, inclusive, obscuro e ilícito.

Não se optou pela palavra “sigiloso”, comumente utilizado no jargão jurídico e em outros enunciados legais, o qual é tido como o inverso daquilo que é público. Assim, escapa do enunciado, a formação discursiva de que o



estupro é um tabu e não deve ser falado, por isso, precisa ser mantido em “segredo”, um “segredo da justiça”.

Também é relevante pensar na contradição que se desenrola pelo enunciado legal, porquanto a Lei, supostamente pautada na “proteção da vítima” impõe o silêncio, ao qual chama de “segredo de justiça”, impedindo a publicação dos dados processuais, mas no curso do processo, não impede que seja realizado o já mencionado “*fishing expedition*”, no qual a defesa vasculha a vida da vítima para atribuir-lhe a culpa pelo delito, fato corriqueiro nos crimes de estupro. Nessa prática, todos os “segredos” da vítima são escavados, trazidos a luz e compartilhado para todos os integrantes do processo.

A formação ideológica que vigora é a de que há segredos que podem ser compartilhados e outros que devem ser mantidos. E é a lei que decide qual desses é desnudado e qual é mantido no sigilo e ela optou por silenciar a vítima. A consequência desse processo de silenciamento dos crimes de estupro, é que ao se deparar com um delito, não há como se fazer um comparativo com casos similares, pois o acesso não é permitido. Em verdade, o que se verifica é que esse dispositivo permite que as maiores atrocidades sejam cometidas com a vítima no curso da investigação policial e do processo criminal, sem que – na maioria das vezes – tais informações venham a tona ao tecido social.

Nesse sentido, tem-se que é imposta pelo Estado Brasileiro, por meio de seus Aparelhos Ideológicos de Estado Legislativo e Judiciário, uma política de silenciamento local da mulher vítima de estupro, reafirmando a memória patriarcal de que a *culpa é sempre da mulher* a qual, de forma *repressiva* é conduzida ao silêncio.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo o quanto foi exposto, o que se nota é que o crime de estupro está envolto de todas as formas do silêncio discursivo. Como tudo o que há, o silêncio fundador se faz presente. Ele está e por isso também se verifica em relação a toda construção do delito de estupro. É ele quem dá sentido as palavras ali enunciadas.

O silêncio constitutivo também está presente nos enunciados, porque há várias formas de enunciar um crime e as formações discursivas legais determinam de que forma e o que a lei pode enunciar. Conforme Orlandi (1987, p. 239), o discurso da Lei é autoritário e marcado pela “falta de reversibilidade”. Assim, há de se compreender que, por conta das formações discursivas existentes nos discursos legislativo e judiciário, que limitam a forma como o delito foi narrado e influenciam nas escolhas lexicais que formam a sequência discursiva, gerando uma narrativa criminal que não se presta a finalidade que se destina (prevenção e repreensão do estupro) e que permitem alto grau de subjetividade do julgador, ao utilizar palavras com diversos sentidos e abrir margem para interpretações diversas sobre o que é o crime e permitindo que a Lei tenha brechas que ensejem em indevidas absolvições.

Veja-se que a Lei se utiliza, dentre outros, das palavras “constranger”, “alguém”, “conjunção carnal” e “grave ameaça”. Todas essas palavras, que poderiam ser outras, foram escolhidas para preservar uma linguagem formal e de cunho autoritário, mas que não fornecem uma definição exata do crime, já que a depender do local e do momento e por quem serão aplicadas, o resultado será variável. O silêncio constitutivo aqui empregado, denota a abstração em relação ao conceito do crime de estupro, o que não é mera



coincidência, mas é utilizado com propósito pelos Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado, representados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, que o utilizam como instrumento para a manutenção do *status quo* do sistema Patriarcal Capitalista.

É nesse mesmo sentido, que se instaura o silêncio local, fortemente presente nas materialidades analisadas. O silêncio local, de censura, é responsável pela imposição de um silêncio muito significativo nas sequências discursivas do crime de Estupro: **o silêncio imposto à vítima**. Esse silêncio, também decorre diretamente da ideologia dominante (patriarcal e capitalista) do período em que foi produzido, e que é disseminado e sustentado pelos Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado Legislativo e Jurídico.

O sistema patriarcal e capitalista para se manter, precisa que haja pobreza e que haja uma hierarquia de poder, resguardada a um determinado grupo (de homens, brancos, burgueses) que irá exercê-la em monopólio. Assim, esse sistema de governo precisa subjugar e classificar seu povo, concedendo a cada um deles um *status* social determinado. Quando no feudalismo, sistema antecessor ao capitalismo, todo o trabalho tinha como função o sustento familiar e “estava organizado com base na subsistência”, sendo a “divisão sexual do trabalho” menos pronunciada (FEDERICI, 2017, p. 52).

Leite (2020, p. 5364) destaca que “há muitas outras civilizações, por exemplo, baseadas na economia agrária, em que jamais houve essa divisão de papéis com tal configuração, tampouco a associação do binarismo com à (s.i.c.) cisão da vida em público e privado”. De outro modo, com a transição para o sistema capitalista o conceito de “feminilidade” foi construído como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um “destino biológico” e por isso relegou à mulher ao lar e a



posição de um ser-objeto, sem direitos básicos, que não é apta a exercer todas as atividades do sistema e que tem como principal função a procriação e manutenção da prole familiar, garantindo a continuidade do sistema, com novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p. 53).

É nesse contexto que, para Federich, o sistema capitalista oprime e silencia as mulheres, para manter seu *status quo* e que “a história das mulheres é a história das classes” (2017, p. 53). Essa ideologia, como será visto, está gravada no enunciado do crime de estupro, elaborado em 1940 e que permaneceu em vigor até o ano de 2009, no qual a proteção penal não era voltada para a mulher, mas sim para a proteção da honra e moral social. Mesmo com a edição da Constituição Federal da República de 1988, que – teoricamente – alçou homens e mulheres à mesma posição, num discurso liberal, promoveu, em vez de uma revolução de direitos, um “apagamento das diferenças constitutivas dos lugares distintos” (ORLANDI, 2007, p. 41). A mulher deixou de ter garantias aos direitos que lhe eram resguardados por suas diferenças constitutivas, mas não passou a ocupar o mesmo lugar que o homem (isso sem mencionar os recortes de raça e classe).

Há que se falar, ainda, que a redação da Lei, elaborada no ano de 2009, e que permanece válida até o momento em que se elabora este trabalho, também foi construída sob a égide do **Neoliberalismo**, um regime de poder que representa “o triunfo do Estado, e não a sua redução ao Estado Mínimo” (SAFATLE *et al.*, 2021, p. 27).

No **Neoliberalismo**, a economia figura como um “poder soberano” que é “provido de uma violência propriamente soberana” (2021, p. 28). Nesse ínterim, é imprescindível ao Estado Neoliberal o exercício do controle dos sujeitos, pois “controlar a gramática do sofrimento é um dos eixos



fundamentais do poder” (SAFLATE *et al.*, 2021, p. 13). Assim, o texto do crime de estupro, apesar de empregar diferentes palavras daquela antiga definição (feita nos anos 1940), manteve – de forma proposital - os mesmos silêncios, administrando-os para permitir ao Estado, o controle dos corpos femininos e no silêncio das mulheres.

Destaque-se que, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, **“os crimes sexuais estão entre aqueles com as menores taxas de notificação à polícia, o que indica que os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema”** (ANUÁRIO 2019, p. 115). Revela-se, ainda, que no cenário brasileiro, **“a última pesquisa nacional de vitimização estimou que cerca de 7,5% das vítimas de violência sexual notificam a polícia”**.

Diante disso, ressoam algumas questões, dentre as quais, estão as seguintes: (i) senão pelos meios oficiais, como haveria de se conseguir tais dados, que representem o número real da quantidade de crimes de estupro? e (ii) porque, particularmente, o crime de estupro é tão subnotificado?

O próprio Anuário, lista como algumas das causas, o “medo de retaliação por parte do agressor (geralmente conhecido), medo do julgamento a que a vítima será exposta após a denúncia, descrédito nas instituições de justiça e segurança pública, dentre outros”. Não há, desse modo, uma resposta única e definitiva para as questões da precisão dos dados e da subnotificação do crime. O que se pode inferir é que no percurso dos anuários, até aqui apresentado, é que não há real interesse do Estado Brasileiro em mensurar corretamente esses dados, esforço sem o qual não é possível fazer tal medição, bem como se percebe que o sistema patriarcal capitalista, pelo qual nosso



país é regido, tem interesse na manutenção do “silêncio” tanto em relação aos dados reais desse delito, bem como o “silêncio das vítimas”.

Consta, no documento, que “o estupro ainda é cercado por um profundo silêncio institucional” e que a publicação dos dados e debates propostos pelos anuários “refletem um esforço de provocar reflexões e de subsidiar políticas capazes de romper com os silêncios” (BUENO *et al.*, 2019, p. 119).

É importante salientar que muito embora o Fórum Brasileiro de Segurança Pública se declare como uma instituição apartidária, suas produções são atravessadas pela ideologia dominante, que é burguesa, capitalista, patriarcal, homofóbica e racista, além de ser mantido por doações de colaboradores, de modo que é limitado por uma formação discursiva, que não lhe permite dizer tudo e lhe impõe estratégicos silêncios. Assim, o crime de estupro permanece envolto no silêncio fundador (que está na sociedade e é acatado pela maioria da população), no constitutivo (porque se escolhe não dizer – subnotificação) e local (de censura de dados e especificidades do crime, suas vítimas e agressores), os quais importam na impossibilidade de se ter um real panorama sobre os casos de estupro que acontecem no país e, numa última consequência, na impossibilidade de adoção de medidas efetivas que possam prevenir e repelir a ocorrência do delito.

Não bastasse, é essa política de silêncio do Estado que vai permitir que se constituam e se fixem as formações imaginárias sobre o crime de estupro em si, sua vítima e seu agressor, que constituem a memória a respeito do crime de estupro no Brasil.

Apesar disso, os dados estatísticos do delito – que tem aumentado significativamente a cada ano, refletem que as mulheres têm apresentado resistências ao silenciamento manejado pelo Estado. De acordo com Fórum



Brasileiro de Segurança Pública há um aumento gradativo das denúncias feitas por mulheres aos órgãos públicos de segurança, ainda que a Ideologia não tenha se alterado. Assim, pois, as mulheres têm falado. Mas não basta que as mulheres quebrem o silêncio. Não basta que elas falem. É preciso ouvir. “Começemos a ouvir as mulheres!” (GEBARA, 2022, p. 26).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ANDRADE, A. P.; CARVALHO, E. M. A revitimização nos crimes sexuais cometidos contra mulheres: por um sistema penal menos machista. In: SANTOS, M. K. (org). **Criminologia feminista no Brasil: diálogos com Soraia Mendes**. São Paulo: Blimunda, 2020.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIANCHINI, A.; BAZZO, M.; CHAKIAN, S. **Crimes contra mulheres: Lei Maria da Penha, crimes sexuais, feminicídio**. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal**. Parte especial 4. Dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 9 dez. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código



Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-exposicaodemotivos-149280-pl.html>. Acesso em: 9 dez. 2022.

BRASIL. **Projeto de lei n. 5.472, de 2016**. Acrescenta os arts. 218-C e 225-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de divulgação de cena de estupro e prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2086414>. Acesso em: 9 dez. 2022.

BUENO, S.; PEREIRA C.; NEME, C. A invisibilidade da violência sexual no Brasil. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 9 dez. 2022.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FONTOURA, P. R. P. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise crítica e sistêmica**. 3. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2014.

GARCIA, D. A.; VENSON, A. P. R. Entre o jurídico e o midiático, o estupro culposos: mulher e violência. **Revista Leitura**, Maceió, n. 69, p. 267-278, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11830>. Acesso em: 9 dez. 2022.



GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

GILLOT, P. **Althusser e a psicanálise**. Trad. Pedro Eduardo Zini Davoglio, Fábio Ramos Barbosa Filho e Marie-Lou Lery-Lachaume. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

INDURSKY, F *et al.* (org.). **Memória e história na análise de discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

LEITE, T. S. C. **Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 6. ed. São Paulo: Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995 [1975].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1975].

PRADO, L. R. **Curso de direito penal brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.



ROSA, G. F. M. O sentido do silêncio de Eni Orlandi e seus efeitos no poder judiciário brasileiro. **Revista Digital do Curso de Letras**, Alto Araguaia, n. 25, 2018. Disponível em: <https://revista.unemat.br/avepalavra/EDICOES/25/artigos/geana.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

ROSA, Alexandre Morais da. **Guia do processo penal estratégico: de acordo com a Teoria dos Jogos**. Florianópolis: Emais, 2021.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral”. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.



A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM DISCURSOS E PRÁTICAS: (RE)LENDO PÊCHEUX

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN DISCOURSES AND PRACTICES: (RE)READING PÊCHEUX

Lucilla Rafaella Pacheco da SILVA¹

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de AZEVEDO²

Elaine Pereira DARÓZ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o funcionamento ideológico no discurso sobre mulher, em especial no que concerne à violência simbólica e física que assola inúmeras mulheres na atualidade. Para tanto, selecionamos discursos sobre essa temática na rede mundial de computadores, cujo modo de circulação possibilita, a nosso pensar, uma atualização da memória do dizer sobre a mulher na atualidade, assim como os seus efeitos nas nossas práticas sociais. Sob esse aspecto, a Análise discurso pecheutiana constitui nosso aporte teórico-metodológico, em especial no que concerne à relação entre história e memória na qual os dizeres, e sentidos, se regularizam na esfera social. A partir de nossas reflexões e análises, buscamos compreender o modo de funcionamento da ideologia na linguagem, em especial no que diz respeito ao feminino em nossa sociedade, tendo em vista a desnaturalização desses sentidos e a reconfiguração das práticas sociais.

¹ Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Coordenadora do curso de enfermagem da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: rafaella.pacheco@unicap.br.

² Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto IV da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: nadiaazevedo@gmail.com.

³ Professora da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: lainedaroz@gmail.com.



PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso; violência de gênero; mulher.

ABSTRACT

This article aims to analyze the ideological functioning in the discourse about women, especially with regard to the symbolic and physical violence that plagues countless women nowadays. To this end, we selected discourses about women in the world network of computers, whose mode of circulation makes possible, in our opinion, an update of the memory of saying about women today, as well as its effects on our social practices. In this respect, Pêcheux's discourse analysis constitutes our theoretical-methodological contribution, especially with regard to the relationship between history and memory in which the sayings, and meanings, are regularized in the social sphere. From our reflections and analyses, we seek to better understand the way ideology works in language, especially with regard to the feminine in our society, with a view to the denaturalization of these senses and reconfiguration of social practices.

KEYWORDS

Discourse Analysis; gender violence; woman.

1. INTRODUÇÃO

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1970, p. 361)

A história da civilização sempre foi contada por vozes e feitos masculinos. A mulher, por sua vez, sempre foi, e de certa forma ainda é significada majoritariamente a partir do olhar masculino cujos discursos regularizam um imaginário de mulher supostamente frágil e indefesa,



necessitando, assim, de uma proteção masculina. Assim também são os contos infantis de um modo geral.

No entanto, em contraposição à suposta proteção masculina, pesquisas demonstram que cresce a cada dia o número de violências contra a mulher, em sua maioria ocorrida em ambiente doméstico, sendo o agressor muitas vezes o seu cônjuge, namorado ou outras formas de enlacedos afetivos. De acordo com um levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto de Pesquisas DataFolha (2021), cerca de 17 milhões de mulheres acima de 16 anos – correspondendo 1 em cada 4 mulheres brasileiras – afirmaram ter sofrido alguma forma de violência durante a pandemia do covid-19, especificamente nos últimos 12 meses da crise sanitária. Muitas dessas violências são supostamente justificadas pelos agressores como de quem “perdeu a cabeça”, bebida dentre outros. Mas, será que há mesmo justificativa plausível para a violência contra a mulher?

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência é o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (OMS, 1996).

Ao se discutir a violência, é fundamental compreender suas tipologias e os impactos que essas podem causar nas vítimas. Neste sentido, o presente artigo traz como destaque a violência de gênero. A violência pode ocorrer em forma de abuso, agressão, injúria, difamação, ausência de gentileza, violação de direitos, podendo ser manifestada física e psicologicamente. A possibilidade de serem violentadas deixa as mulheres amedrontadas. A violência de gênero acontece, em muitos casos, devido à suposta necessidade de controlar e vigiar



a mulher. O homem se incomoda com o sucesso social da companheira. Nessa circunstância, a mulher é vítima do agressor e de uma prática cultural. Há vários tipos de violências simbólicas e físicas que acontecem, na maioria das vezes, entre paredes. São violências como xingamentos, empurrões e surras, que podem causar lesões graves. Mesmo sendo violentadas, muitas mulheres toleram, por dependerem economicamente do homem.

Assim, a violência de gênero não é apenas vivenciada no Brasil. Independente do grau de desenvolvimento, ela está presente na cultura de todos os países do mundo, porém pode se expressar em maior ou menor escala. Muitas vezes, esta violência é reflexo de comportamentos irrefletidos e infelizmente aprendidos histórica e socialmente em instituições como igreja, escola, família e Estado que contribuem diretamente para a opressão masculina sobre a feminina. Para a Análise do Discurso pecheutiana (AD), não há discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia. Logo, a violência de gênero materializa um discurso misógino, de opressão sobre as mulheres.

A partir do 5º artigo da Constituição Federal de 1988, no Brasil, as mulheres passaram a ser consideradas iguais aos homens. Passados quase quinhentos anos do início da colonização e cem anos depois da Proclamação da República, chegou-se ao discurso da igualdade de direitos na Constituição mais nova, com as exigências para se cumprir as leis mais recentes. Não significa que o discurso era de desigualdade, mas de generalização de um discurso de igualdade invisível, ao se considerar os tratamentos desiguais nas relações rotineiras entre homens e mulheres. Isso significa que a lei não é o suficiente para se ter uma igualdade, devido a uma cultura machista que permanece desde os primórdios do mundo.



Enfocando a AD, segundo Pêcheux (2010, p. 81), compreendemos o discurso como “efeito de sentidos” entre os locutores, sendo que a materialidade do discurso provém do real da língua e da história. O que há é uma produção de efeitos de sentido relativos ao campo político. Mais adiante, o autor afirma o seguinte: “chamaremos discurso uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos” (PÊCHEUX, 2011, p. 214). Essas condições fazem analogia com o lugar de quem fala para quem, sendo associadas às propriedades relativas ao lugar de quem fala e àquele com quem se fala, bem como ao que é visado pelo discurso.

Nessa perspectiva, mesmo com a existência da lei, culturalmente, há uma analogia que abrange todo um processo que retoma discursos anteriores de processos judiciais, tais como leis, assuntos culturais, antropológicos e filosóficos, situando o homem e a mulher na sociedade, entre outras, presentes em citações, discursos transversais e construídos com antecedência, causando efeitos de sentido para os interlocutores interpelados em sujeitos pelo discurso e pela ideologia.

À medida que a paráfrase se apresenta como matriz de sentido, especialmente em sua tensão com a polissemia, a ele também se liga outro processo discursivo que se constitui como a memória do dizer, o interdiscurso. Em função disso, deve-se considerar que a memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o



já-dito que está na base do dizível e que sustenta cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 1996).

Existe algo que se encontra no interdiscurso de gênero, que vem à tona em determinadas situações quando, por exemplo, se pergunta à mulher, vítima de agressão por parte do marido, o que ela fez para ser espancada por ele. Dessa forma, produziu-se um efeito de sentido de provocação feminina, tendo culpa pela agressão sofrida. Para a mulher estuprada perguntam que roupa ela usava ou porque andava tarde pela rua. Trata-se da memória discursiva com a retomada de discursos que são produzidos em outras situações históricas, tempos nos quais as mulheres tinham limitação para circular em espaços privados e eram tratadas dessa forma pelas leis como aquelas aqui apresentadas.

Nesse sentido, questionamos: quais os efeitos de sentido do humor em relação à violência contra a mulher? Como funciona o discurso da violência contra a mulher pela via da AD?

Desta forma, este trabalho pretende analisar o funcionamento ideológico no discurso sobre mulher, em especial no que concerne à violência simbólica e física que assola inúmeras mulheres na atualidade, a partir da Análise do discurso pecheutiana, utilizando-se para tal a materialidade significativa de charges. Esse estudo está assim desenvolvido: uma apresentação teórica acerca da posição da mulher na sociedade, vinculada à teoria da Análise do Discurso de linha francesa (AD), com ênfase para o momento da Covid-19, quando a violência contra a mulher atingiu o seu ápice. A seguir, haverá uma análise discursiva de três charges e as considerações finais.



2. O (INTER)DISCURSO SOBRE A MULHER

Numa abordagem discursiva, os sentidos se regularizam no seio social por meio de já-ditos relativamente estabilizados historicamente e que são atualizados nos discursos contemporâneos a partir de condições específicas de produção do dizer (PÊCHEUX [1983]1999). Nesse movimento de (re)produção/estabilização/transformação dos sentidos no seio social, a memória opera como um elo norteador dos sentidos a serem materializados nos discursos contemporâneos. Num entrecruzamento entre história e atualidade, a memória opera como sustentáculo dos dizeres, e sentidos, possibilitando não apenas as retomadas de sentidos naturalizados, como também confrontos e deslocamentos desses dizeres /sentidos.

Historicamente, a mulher era vista e tratada como uma propriedade patriarcal, inclusive aquelas que tinham um padrão social de imposição da família, bem como pelo marido, devido a uma cultura machista e patriarcal, que vem acontecendo ao longo dos anos na sociedade, associada às violências e desigualdades de poder e de direito enfrentados pelas mulheres.

Segundo Santiago *et al* (2017), as meninas sempre tiveram como objetivo, pela via da família, serem mães e esposas. Elas aprendiam a realizar trabalhos domésticos, sem terem direito a uma educação formal. Faziam com que elas acreditassem serem o sexo frágil, facilitando o domínio do homem sobre elas. A partir do século XIX, devido às transformações com o advento da industrialização e urbanização, ocorreram ideias civilizadoras por meio de grupos sociais nos Estados Unidos e na Europa, voltadas para a educação e a religião, criando conduta social aceita pela coletividade, legitimando o sistema patriarcal, aceitando nas práticas sociais o papel da mulher que estava posto, limitando com naturalidade sua liberdade de

ação e expressão. Isso favoreceu o poder do homem sobre a mulher. Nesse sentido, nas palavras de Beauvoir:

O mundo sempre pertenceu aos machos. [...] quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma delas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois, que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher. (BEAUVOIR, 2009, p. 99)

E, assim, ancoradas numa memória do dizer sobre a mulher, débil e, portanto, inferior, se legitimaram práticas de submissão e objetificação da mulher em relação ao homem. Nesse contexto, a mulher é subjugada a uma família denominada patriarcal que restringe seus limites dentro do ambiente doméstico, visto que a sociedade da época contava com um comportamento ajustado ao ideal de uma educação preconcebida, sendo a responsável pela reprodução que lhe confere a função de mãe. A mulher era comandada pela religião, pela sociedade e por homens que controlavam sua inserção social, deixando-as restritas ao espaço doméstico e sempre dependendo do homem, submissa a uma sociedade paternalista e fortemente machista. Desse modo, na sociedade do século XIX, a mulher era submissa ao pai, ao irmão, ao marido, ao sistema social e à Igreja.

Face os inúmeros casos de abusos domésticos centrados majoritariamente na violência contra a mulher que, nos últimos vinte e cinco anos, os debates relacionados à violência contra mulheres no Brasil foram intensificados, tornando-se mote de pesquisas acadêmicas, muitas vezes materializadas em publicações científicas, leis, políticas e uma rede de instituições específicas,



para combater esse mal pelo qual as mulheres têm passado. Sob esse aspecto, observamos algum avanço nessas ações no sentido de desnaturalizar essas práticas abusivas e violentas contra a mulher, possibilitando a reconfiguração de uma memória discursiva sobre a mulher na sociedade e(m) sua relação familiar, inclusive. Existe uma ampliação e aperfeiçoamento institucionais e de estratégias para abordar esse fenômeno em níveis federal, estadual e municipal (ENGEL, 2016), com vistas à transformação de práticas de submissão e objetificação da mulher que ainda reverberam nos dias atuais.

Em 1990, foram formulados objetivos estratégicos na tentativa de minimizar esse problema vivenciado pelas mulheres.

- i. Adotar medidas integradas para prevenir e eliminar a violência contra a mulher;
- ii. Estudar as causas e consequências da violência contra a mulher e a eficácia das medidas preventivas;
- iii. Eliminar o tráfico de mulheres e prestar assistência às vítimas da violência derivada da prostituição e do tráfico. (ENGEL, 2016, p. 4)

Esses objetivos visavam preservar a dignidade de mulheres e garantir seu pleno desenvolvimento. No entanto, a história, ao longo desses anos, mostra que a situação da mulher melhorou muito pouco, tem sido gradual e está em curso. A violência contra a mulher é um problema social que vem ocorrendo em um movimento contínuo e precisa ser extirpado. Em consequência das violências contra as mulheres há:

um constante medo em meninas e mulheres, as quais são privadas e se privam de distintas liberdades, especialmente a de ir e vir, e assim de frequentar os mesmos espaços que os homens de forma igualitária. Trata-se, como bem apontado pela Plataforma, de uma manifestação das relações de poder desiguais de gênero que perpetuam a naturalização dessas violências e a impunidade dos agressores,



além de apontar para a falta de discussão pública sobre o fenômeno. (ENGEL, 2016, p. 3)

Segundo Engel (2016), existem políticas públicas para superação das desigualdades de gênero e enfrentamento da violência contra as mulheres, em casos de violência no âmbito familiar ou comunitário. A tolerância do Estado constitui-se um dos obstáculos principais para garantir os direitos humanos e da liberdade do gênero feminino. As mulheres, ao redor do mundo, são afetadas em todas as fases de suas vidas em determinados contextos de vida mundial e nacional. As violências mais acometidas contra as mulheres são físicas, psicológicas, econômicas e sexuais, além do tráfico de meninas e mulheres, que sofrem de violências específicas devido a condições de gênero, indígenas, negras, migrantes, pobres ou moradoras de comunidades rurais muito afastadas.

No ano de 2015, vinte anos depois da Conferência, na 59^a Sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW59), que é organizada todos os anos pela ONU, aconteceram debates sobre os avanços e desafios ainda existentes para atingir as metas elencadas na Plataforma. É importante ressaltar que a ONU tem um papel essencial de melhorar a situação e direitos da mulher no mundo inteiro, por meio de negociação de recursos jurídicos em favor dela e a criação de espaços para debater o tema, buscando conscientização sobre a discriminação e inferioridade, sofridas pelas mulheres em muitas esferas da vida social, na maioria dos países. Essa negociação incide sobre a legislação e as políticas públicas, em favor da segurança de vida da mulher.

No Brasil, os crimes de violência contra a mulher são legislados pela Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa lei é um avanço e uma



conquista na luta pela preservação da vida feminina, mas ainda há falhas para controlar a violência e o feminicídio. É preciso avançar mais, pois mesmo com a lei, ameaças e outros tipos de violência ainda são frequentes contra a vida da mulher e, em alguns casos, o feminicídio.

Mesmo com essas leis, o feminicídio não acabou e está longe de acabar, se não houver mudanças na mentalidade da sociedade, principalmente daquela parcela que educa homens e mulheres, de uma forma que produz desigualdades de direitos entre os gêneros feminino e masculino. Segundo Granja (2008), para tentar solucionar esse problema, é importante entender o fenômeno da violência na esfera relacional, na qual há a necessidade de se cuidar do trio homem, mulher e contexto social. Em suas palavras, a autora diz: “é preciso sim cuidar de cada um dos vértices dessa relação triangular, que envolve homens, mulheres e um meio sociocultural pulsante” (GRANJA, 2008, p. 33).

Entretanto, as políticas públicas e a sociedade não se movem para solucionar essa questão, mesmo com as leis que elas mesmas criam, mas que não dão conta de fazer com que se cumpram de modo a evitar a violência e o feminicídio.

Assassinadas por parceiros ou ex, por familiares ou desconhecidos, estupradas, esganadas, espancadas, mutiladas, negligenciadas, violentadas por instituições públicas, invisibilizadas: mulheres morrem barbaramente todos os dias no país, mas os feminicídios não emergem como uma realidade intolerável para o Estado e nem para grande parte da sociedade. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 7)

A violência contra a mulher está presente em nosso meio há muito tempo, em todas as esferas sociais, sendo quase que impossível saber ao certo o momento em que ocorreu um feminicídio pela primeira vez. Sob esse



aspecto, observamos que ao longo dos tempos, as mulheres são interpeladas, de diferentes formas, a uma posição de alienação /submissão, em especial na sua relação com o homem e, sobretudo, ao que deveria ser seu companheiro. A nosso pensar, essa violência contra mulher visa perpetuar uma ideologia machista, implicando, para isso, inclusive a violência.

De acordo com Althusser (1967), a ideologia é a condição para ser sujeito, e tem como uma de suas funções dissimular o seu funcionamento na linguagem, a fim de direcionar os sujeitos a ocupar os seus lugares pré-determinados na esfera social.

A violência contra mulheres durante muito tempo foi, e ainda o é em grande medida, discursivizada como supostamente resultante de ciúmes do que deveria ser seu companheiro, inconformismo com o término, descontrole ou até “paixão”. Discursos que, a nosso pensar, mais do que imaginariamente justificar as agressões e crimes desumanos dos quais muitas mulheres são assujeitadas, legitimam tais práticas contra as mulheres em nosso país. Sob a dissimulação de um suposto efeito de amor, a violência contra a mulher é majoritariamente praticada por um sentimento de posse do agressor sobre a mulher, subjugando-a, objetificando-a, limitando sua liberdade e muitas vezes ceifando a sua vida.

Não é de hoje que vemos e ouvimos casos de mulheres que são injuriadas, hostilizadas, e assassinadas, muitas das vezes por seus próprios companheiros (namorado, marido, entre outros). Todas essas formas de violência causam diversos danos às mulheres, sejam elas físicas e/ou psicológicas. Os danos psicológicos podem ser tão ou mais graves do que os danos físicos. Em alguns casos, a ausência de marcas físicas da violência sofrida impede o reconhecimento da agressão, colocando em dúvida a “palavra” da vítima.



Daí ver-se a necessidade de escuta qualificada e uma análise criteriosa do discurso, como elementos fundamentais de compreensão e meios para criação de instrumentos para amenização desse problema tão grave que atinge um significativo número das mulheres brasileiras.

3. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A violência contra a mulher ocorre predominantemente no contexto familiar e doméstico. A pandemia de Covid-19 (Sars-COV-2) levou o Brasil a recomendar e, por vezes, impor o distanciamento social, com fechamento parcial de atividades econômicas, escolas e restrições de eventos e serviços públicos. Com isso, houve intensificação da presença das famílias na sua própria residência. Há indícios preliminares de que a convivência mais intensa gerou aumento nos casos de violência doméstica, ao mesmo tempo em que pode ter coibido acesso a redes e serviços públicos e causado privação de informação e ajuda (BRASIL, 2021).

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, em 2020, 3.999 mulheres foram vítimas de homicídios no Brasil, observando-se uma leve queda no ano seguinte, uma vez que 3.878 sofreram essa violência em 2021. O Estado com maior número de vítimas em 2021 foi a Bahia (431), seguido por Minas Gerais (419) e São Paulo (366). No estado de Pernambuco foram registrados 228 casos em 2020, havendo um pequeno aumento em 2021, com 230 vítimas (BRASIL, 2022).

O cenário atual mostra que há muitos casos de feminicídios, genocídios provenientes do preconceito contra a população negra e pessoas com orientação sexual diferente daquela socialmente aceita.



No que tange ao feminicídio, antes de seu desfecho, há um histórico de violências que resultam em uma morte evitável. Esse desfecho não ocorreria se não houvesse convivência institucional e social que relega as mulheres às discriminações e violências, e acabam por levá-las para o caminho da morte, deixando o agressor ou assassino na impunidade, uma vez que as leis parecem ser fortes, mas no momento da aplicação existem brechas que acabam por deixá-las muito brandas. Essa situação se perpetua na sociedade contemporânea e o poder público é omissivo, compactuando com a perpetuação do feminicídio ou genocídio contra a discriminação de gênero.

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) que vem assolando o mundo inteiro e que causa a doença COVID-19 alterou a rotina da maioria da população mundial. Com o isolamento social imposto pelos governadores, as mulheres têm de conviver 24 horas por dia com seus agressores, que na maioria dos casos são seus parceiros.

Com o avanço da transmissão da doença nos diversos países e a ocorrência de transmissão comunitária, medidas de contenção social têm sido propostas em diversos países, incluindo o Brasil. Dentre as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate à pandemia, destaca-se o isolamento dos casos suspeitos e o distanciamento social, estratégias fundamentais para conter o aumento exponencial dos casos da doença e a sobrecarga no serviço de saúde 4,5. Entretanto, tais recomendações têm severas repercussões negativas para a atividade econômica em todos os seus níveis e para a vida em sociedade. (MARQUES, 2020, p. 1)

Esse confinamento tem causado discussões e tensões em vários segmentos da sociedade, principalmente entre a medicina e setor produtivo. Existem conflitos a respeito das medidas adotadas e pouco apoio financeiro



das políticas públicas para as populações menos favorecidas, pois grande parcela da população não consegue fazer o confinamento, já que precisa trabalhar para o sustento de sua família.

Notícias apontam para o caso de São Paulo (com base na análise de boletins de ocorrência), onde o número de mulheres assassinadas dentro de casa dobrou em relação ao mesmo período de 2019 (WARKEN, 2020). Em nota técnica publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), que analisou os dados disponíveis solicitados a seis Unidades da Federação (UFs), aponta-se que o cenário da violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 é agravado pela diminuição nos registros de boletins de ocorrência, que exigem a presença das vítimas, e pela diminuição de concessão de medidas protetivas de urgência. Ao mesmo tempo, os atendimentos da Polícia Militar para esses casos aumentaram em comparação ao mesmo período de 2019. Enquanto há diferenças entre os estados na comparação entre os homicídios de mulheres entre o primeiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2020, o aumento dos feminicídios é generalizado, variando de 19% a 100% (BRASIL, 2021).

Dados divulgados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, indicam que as denúncias feitas ao *Ligue 180* aumentaram 14%, sendo de 37,6% o aumento no mês de abril em relação ao mesmo mês no ano de 2019 (ANTUNES, 2020).

Com o objetivo de minimizar a situação, novas plataformas digitais foram criadas para ajudar vítimas de violência doméstica a denunciar agressores com menos riscos do que em um atendimento por telefone.

Para permitir que denúncias sejam feitas de forma silenciosa, o Magazine Luiza incluiu no aplicativo de compras Magalu um botão



para denunciar casos de violência contra a mulher. A funcionalidade já é antiga: começou a ser implementada em março de 2019. Mas, com o aumento de casos de violência doméstica durante a pandemia de coronavírus, a rede de lojas usou as redes sociais para reforçar a possibilidade de uso desse canal”. (UOL, 2020, on-line)

O isolamento social devido à pandemia trouxe consequências desastrosas para mulheres e meninas, e cada uma dessas consequências acaba por vir acompanhadas de agravamentos de violências de natureza física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com duros contornos da violência baseada no gênero. Esse contexto permite tomar consciência de que há a ausência de instituições responsáveis por dar respostas às violências de gênero, que vêm sendo sentidas na sociedade. Pode-se perceber então que não existe uma política pública com cem por cento de eficácia, capaz de conter e enfrentar as violências existentes no seio da família nos períodos de normalidade, muito menos ainda em tempos de pandemia.

4. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER DE 2020 A 2022: (RE)LENDO PÊCHEUX

A constituição do corpus foi realizada a partir de recortes selecionados de discursos sobre a mulher na rede mundial de computadores, cujo modo de circulação, possibilita, a nosso pensar, uma atualização da memória do dizer sobre a mulher na atualidade, assim como os seus efeitos nas nossas práticas sociais.

A charge materializada na figura 1, a seguir, evidencia uma mesa repleta de executivos, todos homens, enquanto o que está de pé diz: “E como dizia o poeta: ‘as mulheres são o futuro do homem’”. Anota isso aí, Brigitte”.



Figura 1 — Charge 1
Fonte: Plantu (2022).

Para melhor compreendermos o funcionamento ideológico que se materializa neste discurso sobre a mulher presente na charge, chamamos a atenção para as condições de produção em que este discurso é produzido, bem como as posições, ideologicamente pré-determinadas, que os sujeitos ocupam a produção do dizer. Isso porque, de acordo com Pêcheux (1997[1969], p.77), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, compreendidas tanto em sentido restrito, condizente às circunstâncias da enunciação, quanto em atenção às condições sociais, históricas e ideológicas na produção do dizer.

Trazendo a cena do discurso em relação ao seu contexto restrito, observamos que se trata de um dizer sobre a mulher, produzido por um homem que se coloca de pé à mesa de reuniões, estando de frente para os



demais homens enquanto se localiza de costas à mulher a que se direciona a ordem. Sob esse aspecto, observamos que a hierarquização entre o homem e mulher se dá tanto na ordem dada, quanto na sua localização de costas à única mulher no recinto.

Observamos, ainda, que a ordem do homem se dá no sentido de reproduzir um dizer sobre a mulher dito por outro homem, o qual é trazido à cena sob o termo “le poete” (o poeta). Ao reproduzir o discurso sobre a mulher, o homem atualiza esses sentidos sobre o feminino. Tendo em vista as condições de produção em que o discurso é atualizado, compreendemos que ao trazer à memória a voz do poeta sob um anonimato, na medida em que o poeta não é nomeado, produz-se uma atualização desses sentidos, fazendo ressoar uma voz imaginariamente uníssona que direciona o lugar da mulher na atualidade, a saber: de alienação e submissão.

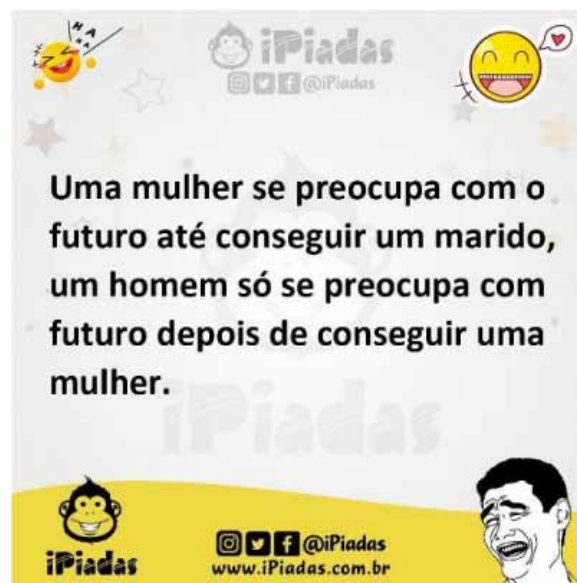
Segundo Pêcheux (1997 [1969]), inerente às posições que os sujeitos ocupam no discurso está a sua identificação do sujeito a determinados sentidos. Sob essa perspectiva, o sujeito se identifica com determinados sentidos na medida em que os reproduz, atualizando-os no fio do discurso; ao passo em que se contraidentifica com sentidos outros, isto é, estabelece relações de confrontos a esses sentidos.

Sob o discurso da mulher como “l’avenir de l’homme” (o futuro do homem), observamos uma contraidentificação do homem em relação aos dizeres e práticas que visam uma relação de equiparidade entre homem e mulher. Ao ser discursivizada como o futuro do homem, observamos que é legitimado um imaginário de inferioridade da mulher em relação ao homem. Ao omitir no discurso o nome do poeta observamos um efeito de uma voz uníssona desses sentidos na atualidade, possibilitando a perpetuação de

práticas machistas sob um efeito de evidência desses sentidos. Considerando que a charge tem como uma de suas finalidades satirizar algum acontecimento da atualidade, observamos que a charge em análise, figura 1, produz um efeito de reprodução dos sentidos inerentes à ideologia machista, satirizando, então, a luta das mulheres pela equiparidade de suas posições nas (e pelas quais) se inscrevem as relações sociais.

A nosso pensar, essa contraidentificação desses sentidos sobre os lugares que as mulheres devem ocupar na sociedade se realiza como resultante de um imaginário de mulher que, historicamente regularizado em nossa sociedade, ressoa nos dias atuais como vemos na figura 2.

Figura 2
Enunciado do site iPiadas
Fonte: iPiadas (2022).



No enunciado materializado na figura 2, observamos que os dizeres sobre a mulher são (re)produzidos a partir da posição de um homem, o marido, sendo este supostamente um de seus objetivos de vida. Segundo Beauvoir (1970), é sob o mito do matrimônio, significado como lugar de realização plena, que a mulher é preparada desde a infância para

o casamento, ou para as relações matrimoniais e, assim, realizar-se sexualmente como amante e mãe; objetivo último para atingir a sua dignidade social. Para este fim, as meninas eram, e ainda são em grande medida, educadas e significadas.

Embora haja, ao longo dos tempos, movimentos de contraidentificação a esses sentidos e práticas que reduzem à mulher a função de satisfazer desejos masculinos, como se elas próprias não tivessem os seus desejos, e uma suposta obrigatoriedade de serem mães, observamos no enunciado da figura 2 que estes sentidos e práticas ainda ressoam nos dias atuais, a fim de limitar as mulheres a determinados papéis dentre outros possíveis na esfera social.

Isso ainda ocorre porque, segundo Althusser (1970), os Aparelhos ideológicos do Estado têm como um de seus objetivos a reprodução dos sentidos inerentes à ideologia dominante, tendo em vista a sua naturalização. Dentre os aparelhos do Estado, a Mídia – TV, rádio dentre outros) é um dos mais relevantes, visto que cumpre a função de fazer circular no seio social, em seus diferentes níveis, determinados sentidos a fim de responder às demandas da ideologia vigente. Na atualidade, entendemos que a internet é um potente veículo de reprodução /naturalização de determinados dizeres, na medida em que alcançam público de diferentes camadas da sociedade, níveis de instrução, idade dentre outros.

Tais dizeres, ao serem reproduzidos na rede mundial de computadores por meio de *sites*, *blogs* etc., proporcionam uma aparente evidência dos sentidos sob um efeito de linearidade resultante da combinação algoritmos ideologicamente direcionados. Os filmes supostamente para meninas, por sua vez, largamente reproduzidos em TV – aberta com



canais gratuitos, a cabo dentre outros – cumprem, então, a função de projetar meninas a um futuro supostamente seguro e feliz ao lado do homem, imaginariamente seu príncipe.

Observamos que, sob o mito do casamento idealizado em que mulheres vivem felizes para sempre, mulheres se encontram enredadas em uma teia discursiva que tem em sua materialização práticas desiguais em que os homens riem, e as mulheres choram; homens cometem abusos psicológicos, emocionais e físicos enquanto mulheres perdem a sua dignidade. Sob o discurso e prática machista, homens têm a possibilidade de supostamente se arrependem, enquanto muitas mulheres não têm o direito à vida.

Os direitos das mulheres não são um fato dado; ao contrário, é resultante de lutas, e perdas de vida inclusive, a favor de condições básicas e garantidas aos homens por séculos, dentre eles o direito de ser em relação a si mesma, e coexistir socialmente. Ainda que haja alguns avanços, de acordo com Beauvoir (1949),

Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. (BEAUVOIR, 1970, p. 21)

O direito aos estudos e/ou sua progressão é muitas vezes cerceado, dificultando ou até mesmo impedindo a mulher de uma possível independência financeira e crescimento pessoal. Práticas muitas vezes advindas de uma figura masculina, quer pelo pai/marido quer por força da lei do Estado cujas diretrizes são historicamente norteadas também por homens, como podemos observar na figura 3.





Figura 3 — Charge 2
Fonte: Chappatte (2022).

A charge referenciada como figura 3 mostra uma condição de guerra, com tanques e homens armados na rua. Pela vestimenta, observa-se que são provavelmente do Afeganistão ou Paquistão, onde as mulheres perderam todos os direitos, inclusive o direito de lutar por eles. Duas meninas estão encostadas em um muro, já detonado pela guerra, enquanto uma delas pergunta: “E você, o que gostaria de fazer depois?”. A colega responde: “Estudante”. Em contraposição à posição desejante da mulher, está a força da lei e a sua impossibilidade do Ser.

O cenário ao fundo representa um espaço de guerra, as jovens sentadas em uma estrutura destruída pelos conflitos existentes, onde suas expressões faciais demonstram o descontentamento de tal situação, entretanto ainda se mostram esperançosas em compreender que a educação pode representar uma oportunidade de melhoria em suas vidas. A partir das condições de produção, apesar da tradução literal livre (o que você quer fazer quando crescer?), por serem adolescentes, o efeito seria “O que você quer fazer mais tarde (no pós-guerra)?”



Identificamos que o discurso entre as duas meninas traduz a idealização da figura feminina em alcançar uma nova perspectiva de vida a partir da educação. Tendo em vista que diante do cenário de guerra em que elas estão inseridas, mesmo tendo havido importantes perdas às conquistas das mulheres devido à teocracia e regime autoritário instalado, ainda há sonho e esperança. Há que se considerar, entretanto, que existem fatores externos e internos que podem ser empecilhos para que a situação vislumbrada pela jovem menina seja, de fato, alcançada.

Nesses países, as mulheres não possuem oportunidades, pois os preceitos éticos e morais são regidos por questões religiosas. Nesse sentido, as mulheres não possuem direitos de forma igualitária se comparadas aos homens. Ao contrário, elas perderam o direito de estudar, de trabalhar e, mesmo, de lutar por esses direitos. Cabe a essas mulheres o dever de constituir família e obedecer ao marido, sem questionar.

Ainda segundo os critérios de Análise de Discurso de Pêcheux, conforme Barros (2021, p. 71):

Analisar o discurso pressupõe um trabalho do analista, isto é: definir e delimitar o objeto que será analisado dentro de uma gama ampla e de uma infinidade de textos possíveis. Para se analisar um discurso, é necessária a construção de um corpus de análise.

Sendo assim, partindo dessas considerações a presente análise investiga a posição da mulher, inserida nessas condições de produção, onde seus direitos são cerceados por questões políticas e de cunho religioso que as deixam à margem da sociedade, excluindo-as de exercer o papel de figuras atuantes e passando a serem meras coadjuvantes no contexto social.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos tempos, as transformações sociais contribuíram para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. A mulher, destinada ao ambiente privado – reclusa ao lar – passa, gradativamente, a ocupar o espaço público, obtendo um papel ativo na esfera social, em detrimento ao lugar de reclusão no ambiente doméstico a ela outrora destinado.

As leis e movimentos sociais, por sua vez, atuam no sentido de coibir a violência contra a mulher em seus diferentes níveis, produzindo algum avanço em relação aos abusos e crimes que muitas mulheres sofrem, em especial, no seu ambiente privado, na figura de um matrimônio. Enquanto para o homem, o casamento é significado como a síntese de sua plenitude sexual no ambiente privado, e a sua realização profissional na esfera pública, o mesmo matrimônio é comumente discursivizado como condição de felicidade à mulher; lugar de realização de seu suposto ofício primordial: o cuidado da família e a satisfação do homem.

A nosso pensar, a naturalização do casamento idealizado – no qual a dita felicidade para sempre implica na submissão da mulher e reforço da suposta soberania masculina como efeito de uma sociedade machista e patriarcal – contribui para a hierarquização dessas relações quer no nível financeiro em que o homem é o provedor e a mulher a cuidadora; quer no nível emocional, na idealização de um suposto homem apaixonado e /ou perfeito, presente no imaginário feminino desde a mais tenra infância.

A partir de nossas reflexões e análises, compreendemos que os avanços nos permitiram produzir novas leituras sobre discursos sobre a inferioridade da mulher, naturalizados em nossa sociedade. As leis contribuíram, e contribuem, para desnaturalizar e, em alguns casos, coibir



práticas violentas e criminosas contra as mulheres. No entanto, ainda há um longo caminho de desnaturalização desses sentidos sobre a mulher e, sobretudo, transformação dessas práticas contra as mulheres. Sob essa perspectiva nos posicionamos neste artigo, tendo em vista uma melhor compreensão do modo de funcionamento da ideologia sobre os discursos sobre o feminino, bem como possibilitar uma reconfiguração da posição da mulher na atualidade a fim de produzir novas práticas sociais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A análise [do] discurso de Michel Pêcheux e a organização do conhecimento: possibilidades teórico-metodológicas**. Ensaios em organização do conhecimento. Florianópolis: UDESC, 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n. 11.340**. Lei Maria da Penha: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

COUTO, N. *et al.* O discurso sobre a mulher e o casamento na revista *jornal das moças* na década de 50. **Percursos Linguísticos**, Vitória, ES, v. 7, n. 16, 2017.

ENGEL, C. L. **A violência contra a mulher**. Brasília: IPEA, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Consulta global sobre violência e saúde. Violência: uma prioridade de saúde pública**. Genebra: OMS; 1996.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999 [1983].

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1997 [1969].



PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani *et. al.* 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010a [1983].

PÊCHEUX, Michel. A aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1973].

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburg; Instituto Patrícia Galvão, 2017.

SANTIAGO, Flávio; PEREIRA, Artur Oriel. Invitações griôs afrocolombianas para reinterpretação das relações de gênero e construção de pedagogias descolonizadoras. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017 (Anais eletrônicos).



UM OLHAR PECHEUXTIANO SOBRE O ESCÂNDALO DE PASTORES NO MEC ANALISADO NUMA CHARGE: ENTRE PARÁFRASE E POLISSEMIA

A PECHEUXTIAN VIEW ON THE PASTORS' SCANDAL IN THE MEC ANALYZED IN A CARTOON: BETWEEN PARAPHRASE AND POLYSEMY

Dalexon Sérgio da SILVA¹

Claudemir dos Santos SILVA²

RESUMO

O presente trabalho estabelece um olhar pecheuxtiano sobre uma charge jornalística, que foi publicada no dia 24 de março de 2022 no site do Jornal do Commercio de Pernambuco, na qual há uma referência ao escândalo ocorrido no MEC, na gestão do Ministro da Educação do Brasil, Milton Ribeiro, do governo do presidente Bolsonaro, sobre pastores acusados de pedirem propina em ouro e em dinheiro, em troca de liberação de verbas do MEC para municípios. Assim sendo, por meio da Análise Materialista do Discurso de vertente pecheuxtiana, este artigo analisa as posições-sujeito, a paráfrase e polissemia presentes nesta charge, que traz já-ditos e funcionamentos constitutivos na exterioridade pela historicidade, inscritos numa rede de memórias, nessa relação sempre constitutiva entre paráfrase e polissemia.

¹ Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: dalexon.silva@unicap.br.

² Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor Formador I da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: claudemirsilva711@gmail.com.



PALAVRAS-CHAVE

paráfrase; polissemia; posições-sujeito; escândalo no MEC.

ABSTRACT

This paper establishes a Pecheuxtian look on a journalistic charge, which was published on March 24, 2022 on the website of the Jornal do Commercio of Pernambuco, in which there is a reference to the scandal that occurred in the MEC, in the management of the Minister of Education of Brazil, Milton Ribeiro, the government of President Bolsonaro, about pastors accused of asking for bribes in gold and cash, in exchange for release of MEC funds for municipalities. Thus, through the Materialist Discourse Analysis of Pecheuxtian strand, this article analyzes the subject-positions, the paraphrase and polysemy present in this charge, which brings already said and constitutive workings in exteriority by historicity, inscribed in a network of memories, in this always constitutive relationship between paraphrase and polysemy.

KEYWORDS

paraphrase; polysemy; subject-positions; scandal at the MEC.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao nos filiar-mos à Análise do Discurso de linha francesa, doravante (AD), constatamos uma série de concepções que reúnem o seu arsenal teórico-metodológico. Tais concepções, contribuem para o batimento simultâneo entre teoria e metodologia, uma vez que a AD enquanto disciplina de interpretação, trata-se de um dispositivo/procedimento de análise. Nesse sentido, ao falarmos em análise, em seus muitos efeitos de sentido, poderíamos pensar em um exame, um estudo, um olhar mais detalhados, por exemplo, de nossa atual conjuntura social.

E, assim, mais especificamente, trazemos à baila nosso artigo intitulado:

Um olhar pecheuxtiano sobre o escândalo de pastores no MEC analisados



numa charge: entre paráfrase e polissemia. Em vista disso, ao apresentarmos as nossas questões de pesquisa, a saber: 1) O que Michel de Pêcheux diria sobre o escândalo de pastores no MEC? 2) Como a paráfrase e a polissemia funcionam na charge analisada?

Dessa maneira, é necessário que imaginemos Pêcheux vivendo atualmente na conjuntura social brasileira. A partir disso, é possível dizermos que através dos seus escritos, que circulam entre nós, Michel de Pêcheux vê o atual contexto brasileiro tendo em vista as suas condições de produção, por meio do seu olhar que funciona em nós, no nosso ato tomado em relação ao simbólico, em nosso modo de ressignificar a teoria. Ou seja, compreendemos que Pêcheux está vivo nesse batimento teórico-analítico e, por isso, se diz em nosso trabalho.

Na prática, como já dito, o presente trabalho estabelece um olhar pecheuxtiano sobre uma charge jornalística, que foi publicada no dia 24 de março de 2022 no *site* do Jornal do Commercio de Pernambuco, na qual há uma referência ao escândalo ocorrido no MEC, na gestão do Ministro da Educação do Brasil, Milton Ribeiro, do governo do presidente Bolsonaro, sobre pastores acusados de pedirem propina em ouro e em dinheiro, em troca de liberação de verbas do MEC para municípios. Nessa perspectiva, a *Revista Fórum*, apresenta já no dia 22 de março de 2022, a notícia intitulada: *Propina dourada - Escândalo: pastor do MEC pediu 1 kg de ouro em troca de recursos para cidade, diz prefeito*, esclarece que segundo Gilberto Braga, prefeito de Luis Domingues (PSDB/MA), o pastor Arilton Moura pediu ouro como condição de liberar verbas para construção de escolas e creches, logo após reunião com o ministro.



Nesse contexto, é importante salientarmos que Milton Ribeiro fora o quarto ministro da Educação da gestão Jair Bolsonaro (PL). Ele assumiu em julho de 2020. Antes, foi vice-reitor da Universidade *Mackenzie* e vice-presidente do conselho deliberativo da mantenedora da instituição. Antes dele, no ministério: O primeiro a deixar o cargo foi Ricardo Vélez Rodriguez, em abril de 2019. Em seguida, Abraham Weintraub assumiu o cargo, mas permaneceu até junho de 2020 após insultar o STF (Supremo Tribunal Federal). O economista Carlos Alberto Decotelli foi nomeado para o posto em junho de 2020, mas não chegou a assumir. Depois de um mal-estar causado por uma série de informações falsas no currículo, o governo optou por nomear Ribeiro.

Assim sendo, por meio da AD de vertente pecheuxtiana, este artigo analisa as seguintes concepções: posições-sujeito, paráfrase e polissemia presentes na charge em análise. Diante disso, traz já-ditos e funcionamentos constitutivos na exterioridade pela historicidade, inscritos numa rede de memórias, nessa relação sempre constitutiva entre paráfrase e polissemia.

A partir das questões, postas até então, este artigo está estruturado de forma a apresentar o trabalho ao leitor. Inicialmente, nas considerações iniciais, justificando-o e delimitando problematizações, questões e objetivos de pesquisa. À vista disso, no item 1, pretendemos situar, brevemente, algumas considerações sobre *o escândalo de pastores no MEC, noticiado em veículos de comunicação no Brasil*. *A posteriori*, no tópico 2, discutiremos *Pêcheux e a Análise Materialista do Discurso: sobre posição-sujeito, paráfrase e polissemia*. Em seguida, evidenciamos o percurso metodológico do trabalho, para, finalmente, no item 4, trazermos à discussão o *corpus* discursivo,



onde nos debruçaremos sobre a charge jornalística em apreço. Por último, haverá o fechamento do trabalho com as considerações finais.

2. O ESCÂNDALO DE PASTORES NO MEC NOTICIADO EM VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL

Diante das questões delineadas, e fundamentados em notícias publicadas em alguns *sites*, poderemos discutir e chegarmos a algumas conclusões. *A priori*, o *Jornal Estadão*, do dia 18 de março de 2022, apresenta a matéria: *Gabinete paralelo de pastores controla agenda e verba do Ministério da Educação*. Assim, esclarece que com livre circulação no MEC, religiosos ligados ao titular da pasta, Milton Ribeiro, atuam na intermediação com prefeitos que buscam recursos federais para a área. A notícia segue informando que o gabinete do ministro da Educação, foi capturado por um grupo de pastores ligados a ele. Segundo apurou o *Estadão*, embora não tenham vínculos com a administração pública nem com o setor de ensino, eles formam um gabinete paralelo que facilita o acesso de outras pessoas ao ministro e participam de agendas fechadas onde são discutidas as prioridades da pasta e até o uso dos recursos destinados à educação no Brasil.

De acordo com o *Correio Braziliense* postado em 24/03/2022, lemos a notícia: *Escândalo na educação. Pastor que atuava como lobista no MEC abriu uma faculdade*. Ou seja, ao usar, conforme o *site*, de sua influência, o líder religioso facilitava a liberação de verbas para prefeitos por meio do Ministério da Educação. À época, surgira naquela quinta-feira (24/3), uma nova denúncia envolvendo o pastor Gilmar Santos, na escalada da crise envolvendo o Ministério da Educação. De acordo com informações do jornal *O Globo*, o líder religioso teria usado sua influência para conseguir repasses



de recursos da pasta para a criação de uma faculdade, a “Faculdade ITCT”, aberta em 8 de março na Junta Comercial de Goiás, na qual foram investidos R\$ 100 mil na criação da instituição. Os repasses seriam destinados a prefeitos. Conforme o mencionado *site*, o pastor é apontado como um lobista que atuava no MEC para ajudar prefeitos a conseguir liberação de recursos públicos. Ele tinha acesso ao Palácio do Planalto e se reuniu quatro vezes com o presidente Jair Bolsonaro, responsável por recomendar o religioso ao titular da pasta, Milton Ribeiro.

Ao apresentar, no dia 22 de março de 2022, a notícia intitulada: *Propina dourada - Escândalo: pastor do MEC pediu 1 kg de ouro em troca de recursos para cidade, diz prefeito*, a Revista Fórum, como já dito, esclarece que segundo Gilberto Braga, prefeito de Luis Domingues (MA), o pastor Arilton Moura pediu ouro como condição de liberar verbas para construção de escolas e creches, logo após reunião com o ministro Milton Ribeiro. Segundo a *Fórum*, os indícios de corrupção no Ministério da Educação que vieram à tona com a informação de que o ministro Milton Ribeiro mantém um “gabinete paralelo” de pastores na pasta foram reforçados, à época naquela terça-feira (22/03) a partir de denúncia feita pelo supracitado prefeito ao jornal *Estadão*.

A solicitação do pastor teria ocorrido em abril de 2021 durante um almoço em Brasília, logo após uma reunião com o próprio ministro Milton Ribeiro, dentro do MEC. Gravação mostrara Ribeiro assumindo que o presidente Jair Bolsonaro pediu que o órgão priorizasse os pedidos feitos por Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). Já a coluna do *site* Uol, do dia 28/03/2022, apresenta a reportagem: *Milton Ribeiro pede*



exoneração do MEC. Sendo assim, Milton Ribeiro pediu exoneração do cargo de ministro da Educação hoje (28/03). A saída foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União por volta das 16h40. Ribeiro esteve no Planalto no início da tarde e conversou pessoalmente com Jair Bolsonaro (PL). Em princípio, ele deve ser substituído por Victor Godoy, secretário-executivo do MEC, sendo o número dois na pasta e atuava como braço-direito do ex-ministro.

3. PÊCHEUX E A ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO: SOBRE POSIÇÃO-SUJEITO, FORMAÇÕES DISCURSIVAS, PARÁFRASE E POLISSEMIA

Envolvido com a prática política e com um empreendimento teórico por consolidar, a AD foi idealizada por Michel Pêcheux. Nessa perspectiva, compreendemos que o projeto dessa corrente surge a partir das reflexões e inquietações teóricas desse filósofo marxista-leninista, por meio da égide da chamada “Tríplice Entente”: Saussure, Marx e Freud, firmando-se como um campo teórico de tradição intelectual, filosófica e política com desdobramentos até hoje. Portanto, “a AD se instaura na França pelo viés das efervescências dos acontecimentos históricos de *Maio de 1968* e as rupturas epistemológicas, filosóficas, teóricas e políticas no cerne da Linguística, enquanto *ciência régia* das ciências humanas” (FERREIRA, 2015, p.14).

Em síntese, a “aventura teórica” de Pêcheux tem início com sua “*Analyse automatique du discours*” (Análise Automática do Discurso – AAD-69), no entanto, como nos lembra Ferreira (2015), as primeiras inquietações teóricas do autor, encontram-se assinadas e publicadas sob o pseudônimo de *Thomas Herbert*. Por isso, é relevante destacarmos que em toda a sua trajetória de vida teórica, política e filosófica há a



contribuição de um homem que escreve uma obra (nunca acabada) e que sempre se confundiu com ela. No tocante aos desdobramentos para a constituição da AD, sobretudo, constitui-se uma abordagem teórica que se instaura necessariamente de um movimento de três rupturas ou cortes epistemológicos – ao gosto da metáfora da ruptura cunhada por Bachelard e Canguilhem – que, por sua vez, instituíram deslocamentos, em três campos do conhecimento para refletir sobre a língua, a história e o sujeito, Pêcheux (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] (1997); FERREIRA (2015)) lança mão de três disciplinas, a saber:

1. **No campo do Materialismo histórico e dialético:** o homem faz a história, mas essa também não lhe é transparente. Assim, convocamos uma teoria materialista da história para explicar os fenômenos das formações e transformações sociais. Posto que, nesse contexto histórico, salienta a teoria da ideologia de Louis Althusser;
2. **No campo da Linguística estruturalista:** como hipótese dos mecanismos sintáticos e dos projetos articulados por uma teoria da subjetividade. Questionamos, portanto, a autonomia e a transparência da língua, na busca por uma teoria do discurso que explicasse os processos de enunciação;
3. **No campo da Psicanálise:** o sujeito é recoberto pela opacidade, ou seja, ele não é transparente nem para si mesmo. Busca-se, também, uma teoria acerca dele que explicasse as questões referentes à sua subjetividade e sua respectiva relação com a história e o simbólico.

Dessa maneira, a AD, como bem pontua Ferreira (2015), constrói o seu arcabouço teórico e metodológico sob o viés de uma reflexividade profunda a partir das bases da Linguística: Saussure, Harris, Dubois, Culioli, entre outros. Articula os seus pressupostos com outras áreas do conhecimento, a saber: Althusser, no resgate do Marxismo e seu Materialismo Histórico, processando por meio de um deslocamento, a



teoria Ideológica; Lacan, retomando e reformulando a teoria psicanalítica do inconsciente instaurada por Freud e Foucault: propondo uma Teoria do Discurso. Nesse sentido, “com efeito, a AD vai-se constituir como uma disciplina de entremeio³, fazendo-se na contradição dos três campos de saber – a linguística, a psicanálise e o marxismo – ela terá um particular desenho disciplinar” (ORLANDI, 2015, p. 14).

À noção de formação discursiva (FD), Pêcheux (2009) esclarece que “corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 160). No entendimento de Orlandi (1996), uma FD é, “o lugar do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia” (ORLANDI, 1996, p. 21). Diante disso, a prática discursiva mostra que o sujeito, quando fala, adere à formação discursiva (FD) em que está inscrito, mobilizando dizeres a partir de tal inscrição. Atrelado a isso, “uma posição-sujeito se constitui como uma relação determinada de o sujeito se relacionar com o sujeito histórico, identificando-se com o mesmo” (COURTINE, [1981] (1995), p. 43).

A noção de paráfrase vem associada à produção de efeitos sentido. O sentido só ganha espaço na materialidade discursiva na medida em que a sequência é pertencente necessariamente a esta ou aquela FD. Nessa perspectiva, Pêcheux e Fuchs ([1975] (1997)). afirmam que “a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia

³ Expressão utilizada por Orlandi (2015, p. 76), que retoma aquilo dito por Pêcheux e nomeia a AD como uma disciplina de “entremeio”. O termo, bem aplicado, remete a espaços ocupados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias.



chamar a ‘matriz de sentido.’” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] (1997)) p. 169). Nesse entretecer discursivo, a polissemia, segundo Orlandi (2013) “é a ruptura de processos de significação, ou seja, poderá fazer novas interpretações do assunto tratado”. (ORLANDI, 2013, p. 36).

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

É propósito nosso, neste campo, expormos os procedimentos metodológicos que propiciaram o passo a passo para o adequado seguimento desta pesquisa. De início, acessamos, no dia 03 de dezembro 2022, o site do *Jornal do Commercio de Pernambuco* e vimos uma charge política que trazia referências ao escândalo de pastores no Ministério da Educação do Brasil - MEC.

Logo, isso nos chamou a atenção, principalmente, pelo modo como a charge (re)atualizava já-ditos. Então, a partir dessa observação, vimos questões teóricas e analíticas a serem analisadas pelo viés da Análise Materialista do Discurso de vertente pecheuxtiana. Para tal, fizemos um *print* da charge com um aparelho de celular, para constituir o nosso *corpus* discursivo.

Depois, procedemos à análise dessa materialidade, pois entendemos que a charge possui uma forma material na qual podemos analisar, por exemplo, o funcionamento da paráfrase, da polissemia e das posições-sujeito de ministro, pastores e presidente, que nos permitem mobilizar um gesto de leitura e de interpretação.

Desse modo, buscamos responder duas questões que nos provocaram na charge, sendo elas: 1) O que Michel de Pêcheux diria sobre o escândalo de pastores no MEC? 2) Como a paráfrase e a polissemia funcionam na charge analisada?



5. UM OLHAR ANALÍTICO PECHEUXTIANO SOBRE UM CORPUS DISCURSIVO

Figura 1 — Charge do *Jornal do Commercio de Pernambuco*



Fonte: *Jornal do Commercio de Pernambuco* (2022, on-line).

Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/charge-do-dia>. Acesso em: 03 de dezembro de 2022.

Para que possamos compreender o modo como essa charge significa ao produzir efeitos de sentidos, é preciso dizemos, em nosso gesto teórico-analítico pelo olhar pecheuxtiano que se estabelece sobre um objeto simbólico, que este artigo compreende a charge como materialidade discursiva⁴ devido ao

⁴ Chama-se Análise Materialista do Discurso devido à releitura que Pêcheux fez de Althusser, que por sua vez, fez uma releitura de Marx (HENRY, 2014). Para Pêcheux, a materialidade se refere aos processos discursivos e todo discurso está imbricado ao político, a luta de classes e à linguagem (PÊCHEUX, 2014). Desse modo, o discurso possui uma forma material que traz em si embates ideológicos e relações de poder, a partir da posição que o sujeito ocupa inscrito numa formação discursiva numa dada conjuntura social.



fato de ela possuir uma forma material, que permite ao analista compreender, principalmente, o processo de luta de classes em posições-sujeito, a produção de sentidos em sua paráfrase e polissemia no seu funcionamento, que atuam como unidade de sentido em relação à situação, à conjuntura social brasileira. Nesse sentido, Pêcheux (2009), ao articular ideologia e inconsciente na linguagem, revela que os sentidos são constituídos historicamente por meio dessa relação simbólico/ideologia/inconsciente e é a materialidade que permite entender o funcionamento da(s) ideologia(s) pelo inconsciente.

É nessa maneira de significar, que a charge aqui analisada traz em si a historicidade constitutiva de todo dizer ao promover o encontro de uma atualidade (o escândalo de pastores no MEC) e uma rede de memórias (já-ditos que circulam na memória do dizer sobre corrupção, governo de extrema-direita, cristofascismo, bolsonarismo, dentre outros). Nesse ponto, já situamos ao leitor, neste trabalho, no campo teórico anterior, em quais condições de produções do discurso esta charge está filiada, isto é, numa relação intrínseca com pastores que formavam um suposto gabinete paralelo com denúncias de terem o apoio do então senhor Ministro da Educação do Brasil, Milton Ribeiro, autorizado pelo presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

Assim sendo, é importante compreendermos as condições de produção do discurso, pois de acordo com Orlandi (2013), as condições de produção do discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação (aqui, analisados, pastores do MEC, presidente e ministro). Em vista disso, observamos que a charge se apresenta em sua forma material (exterioridade constitutiva pela historicidade), com a representação de um título onde está escrito o temo “O pastor”, a representação da imagem de um sujeito vestido



de paletó com a cabeça desenhada de um lobo, segurando com a mão direita uma Bíblia e com a mão esquerda um cajado com a ponta de lápis, onde se é possível ver a sigla “MEC”, ainda há uma caixa de diálogo onde podemos ler a frase: “Com a bênção do Messias” e, ao seu redor, a representação de quatro ovelhas, sendo três ovelhas com desenhos de cifrão de dinheiro e uma ovelha de ouro, onde se lê o termo “Ouro”.

Dito isso, o que Michel Pêcheux nos diria sobre o escândalo de pastores no MEC presente nessa charge? Primeiramente, por meio dos seus escritos, Pêcheux (2014) nos diz que o sentido não está colado nessa charge, mas se estabelece na inscrição dela na exterioridade constitutiva pela historicidade, por meio de já-ditos, pois segundo Pêcheux (2014), algo fala antes, em outro lugar, de modo independente e diferentemente. Isso posto, para Pêcheux (1999, 1984) todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Mas quais já-ditos são possíveis analisarmos como moventes nesta charge?

Dentre os muitos sentidos e saberes possíveis de observarmos nessa charge, com um olhar pecheuxtiano, é interessante pontuarmos que não vemos nela um simples pastor de ovelhas vestido com roupas campestres a cuidar do seu rebanho, mas sim, um modo de (d)enunciar a realidade social brasileira, por meio de figuras que trazem memórias sobre o que é e como se posiciona a atuação de pastores no MEC. Nessa retomada de valores, práticas e representações sociais, encontramos elementos que fazem parte desse evento social (o pastor a cuidar de suas ovelhas) sendo ressignificados (um pastor de ovelhas vestido de terno, com cajado ponta de lápis e com ovelhas de ouro e dinheiro, por exemplo).



Nessa ressignificação, é possível percebermos que o termo “Com a bênção do Messias”, presente na charge, não apenas faz referência ao nome do presidente Jair Messias Bolsonaro, no sentido permissivo, de que os pastores e o ministro atuaram no MEC sob sua permissão, mas ativa memórias que se ramificaram sobre o presidente, pois Bolsonaro representa um arsenal simbólico não só de evangélicos, mas de cristãos católicos que o reconhecem como a melhor e única saída para as mazelas do país, ou seja, estabelece-se uma relação entre a figura do candidato e o forte messianismo do catolicismo popular e evangélico do pentecostalismo. É importante lembrar que católicos e evangélicos uniram-se à bancada evangélica, na Câmara dos Deputados, em uma só voz contra pautas relacionadas à descriminalização do aborto e o casamento gay.

Outra relação possível de analisarmos no enunciado “Com a bênção do Messias”, é um funcionamento, de modo irônico, que ativa memórias que nos apontam para saberes sobre o cristofascismo, por exemplo. Dito de outro modo, em 1970, a teóloga alemã *Dorothee Sölle* criou o termo “cristofascismo” para se referir às relações entre o partido nazi e as igrejas cristãs no desenvolvimento do Terceiro Reich. Em 2020, ao lançar o livro “Pandemia cristofascista” (Editora Recriar), o também teólogo Fábio Py, docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF, resgatou o termo, trazendo-o para o contexto brasileiro. Logo, o cristofascismo brasileiro é, segundo Py (2020), a aliança entre igrejas cristãs e bolsonaristas para a implantação de um governo autoritário, com características neofascistas e ultraliberais.

Nesse contexto, ainda de acordo com Py (2020), são muitas as analogias com o cristofascismo alemão. Assim como *Hitler*, Bolsonaro utiliza jargões cristãos como parte preponderante de seus discursos, como o clássico



“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. De modo semelhante ao ditador nazista, o presidente brasileiro também participa de eventos promovidos pelas igrejas cristãs, relacionando-se com seus líderes. E, dentre suas estratégias para alçar o poder e manter sua imagem em alta, se vale de seguidas conversões ao cristianismo. Dessa forma, o cristofascismo bolsonarista promove-se por meio de uma teologia política autoritária, pautada hoje no clima apocalíptico do messias. Ao mesmo tempo que durante toda a sua campanha para presidente do Brasil, o termo “messias” fazia analogia apocalíptica a Jesus Cristo, pois assim como Jesus foi anunciado como aquele que viria e virá para salvar a humanidade, O “Messias”, Jair Messias Bolsonaro, seria o “prometido”, o “escolhido de Deus”, para salvar o Brasil do mal, que segundo o maniqueísmo bolsonarista dele e de seus seguidores, seria o PT, chamado por eles também de petralhas ou esquerdopatas.

É desse modo de analisar que, na ótica pecheuxtiana, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo numa tensão constitutiva entre os processos de funcionamento da linguagem, ou seja, entre a paráfrase e a polissemia. Nessa perspectiva, de acordo com Orlandi (2012b, 2013), os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer algo se mantém, ou seja, a memória. Há na paráfrase uma estabilização, produção do mesmo sentido sob muitas formas. Nos processos polissêmicos há o deslocamento, ruptura, ele é o responsável por múltiplos sentidos (o Messias do no Jair Bolsonaro, o Messias que representa Jesus e o Messias que aponta para estudos sobre o cristofascismo, dentre outros possíveis).

Nessa diretriz, podemos analisar como se mostram as posições-sujeito de pastor de ovelhas, pastores do MEC, ministro e presidente do Brasil, pois ao marcar o enunciado “Com a bênção do Messias”, é possível



entendermos pela atuação do interdiscurso, que os pastores só atuaram no MEC, porque foram autorizados pelo ministro da Educação Milton Ribeiro e pelo sujeito Bolsonaro, em sua posição-sujeito de presidente do Brasil. Na prática, “uma posição-sujeito se constitui como uma relação determinada de o sujeito se relacionar com o sujeito histórico, identificando-se com o mesmo” (COURTINE, [1981] (1995), p. 43).

A charge também dialoga com o discurso bíblico em torno da figura pastoral, pois a Bíblia apresenta o perfil dos bons pastores, como sendo aqueles que cuidam de seu “rebanho”, procurando fortalecer os fracos, doentes, liderando com amor e mansidão, dando o melhor de si para as “ovelhas”. Nesse ponto, a Bíblia trata, também, de advertir-nos em relação aos maus pastores. No Livro de Ezequiel, capítulo 34, desde a epígrafe já constatamos: “Profecia contra os pastores infiéis de Israel”. Nos versículos 2 e 3, lemos: [...] assim diz o Senhor Jeová: Ai dos pastores de Israel que se apascentam a si mesmos. Não apascentarão os pastores as ovelhas? Comeis a gordura, e vos vestis da lã, e degolais o cevado, mas não apascentais as ovelhas”.

Nesse sentido, percebemos que os tais cuidam de si próprios, preocupando-se com seu bem estar, lideram com severidade e guardam o melhor para si. Assim sendo, de acordo com o relato bíblico, Deus utilizando-se do seu profeta Ezequiel, envia-o ao povo e revela que os líderes/pastores infiéis da época deixaram de cuidar do rebanho. E, além disso, abusaram de sua autoridade, explorando o povo. Logo, os pastores que viessem a falhar com seu “rebanho”, deveriam ser removidos do cargo e considerados responsáveis pelo que viesse a acontecer aos sujeitos que não foram liderados corretamente. Nessa conjuntura, a AD garante, no interior da luta de classes, espaço para a circulação de sentidos outros, mas traz em seu bojo um conscientizar-nos



acerca do modelo de pirâmide social vigente, em suas classes: alta, média e baixa (pastor e ovelhas, líder e liderados, opressores e oprimidos).

De maneira que entre os efeitos de sentido, o pastor trata-se de um líder e pertence ao primeiro escalão, isto é, está no topo da pirâmide e, por isso, se acha superior. Já as ovelhas são/devem ser subordinadas/submissas/obedientes aos seu pastor, uma vez que estão sob o comando de seu líder e pertencem a classe média e/ou baixa na esfera social. Nesse encadeamento discursivo, fundamentados nos dizeres de Althusser (1992), compreendemos que “o discurso é uma das formas de realização do ideológico”, de modo que a ideologia se materialize no discurso. Conseqüentemente, “o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição” (ALTHUSSER, 1992, p.08).

Nesse contexto, tendo em vista tais dizeres, a partir da charge analisada, é possível vermos que a cabeça do pastor se transforma em cabeça de lobo, numa reverberação do texto bíblico ao apontar que a cabeça de lobo é devoradora, capaz de devorar as riquezas do das ovelhas do rebanho. No caso, o rebanho é transformado no próprio MEC, de onde os pastores saqueiam as ovelhas, que ao invés de se vestirem de lã, estão representadas, na charge, vestidas de ouro e de cifrão de dinheiro.

Essa retomada é possível, porque ao trazer referências da cultura campestre, a charge se posiciona por meio de condições históricas que a inscreve no domínio das relações de semelhança entre o evento social do pastor cuidador de ovelhas e o atual escândalo de pastores no MEC. Nessa diretriz, a paráfrase é compreendida como o retorno aos mesmos espaços do dizer (o mesmo) e a polissemia (o diferente) é o espaço onde sujeitos e sentidos se movimentam, significam-se de diferentes formas (o pastor de



ovelhas passa a ser pastor do MEC com ovelhas de dinheiro e de ouro). É nesta tensão entre o mesmo e o diferente que alguns sentidos são mobilizados e outros silenciados. Nessa diretriz, Pêcheux (2008, 2009) afirma que todo enunciado possui pontos de deriva possíveis, é suscetível de tornar-se outro, deslocando seu sentido para outros diferentes de si mesmo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso gesto teórico-analítico analisou, por meio de um olhar pecheuxtiano sobre uma charge, duas questões, a saber: o que Michel de Pêcheux diria sobre o escândalo dos pastores no MEC? 2) Como a paráfrase e a polissemia funcionam na charge analisada?

Assim sendo, observamos sentidos produzidos, ponto em relação ao dizer (charge) com sua exterioridade (escândalo de pastores do MEC), em suas condições de produção. Para tal, analisamos a relação entre paráfrase e polissemia, nas posições-sujeito de pastor, ministro e presidente, constitutiva da produção de sentidos na linguagem.

Por meio da paráfrase, observamos a (re)produção variada dele: ancoragem e retomada dos sentidos históricos (pré-construídos), que se reproduzem intradiscursivamente no funcionamento enunciativo-discursivo, por meio das operações sintáticas e das escolhas lexicais, analisando os termos: “Com a bênção do Messias”, por exemplo.

Num olhar pecheuxtiano, analisamos como a charge resgata dizeres que já estão estabelecidos na memória (evento social de um pastor a cuidar de suas ovelhas) e o reformula, abrindo espaço para o novo (pastor de paletó com cabeça de lobo, cuidando de ovelhas de ouro e de dinheiro, segurando um cajado com o nome MEC escrito nele). Essa tensão entre a retomada do



mesmo e a possibilidade do diferente acaba com a separação entre paráfrase e polissemia, uma vez que esses processos discursivos atuam em associação, sendo uma contraparte do outro, por exemplo, entre o bom e o mau pastor.

Dessa maneira, a charge nos apresenta o diferente, a criatividade, o deslocamento, o movimento dos sentidos. Este processo traz elementos que se repetem, reproduzem, parafraseiam, mas sempre há contingências que instauram “saltos”, deslocamentos, ressignificações do mesmo, construindo novos sentidos para o dizer. Nessa rede de filiação de sentidos, é a polissemia na linguagem que garante que um mesmo objeto simbólico passe por diferentes processos de ressignificação.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

COURTINE, Jean Jacques. *Analyse du discours politique (le discours communiste adresse aux chretiens)*. **Langages**, Paris, 1981. Trad. Maria Alice Maciel Alves. mimeo. 1995.

FERREIRA, Erasmo da Silva. **O discurso de Médici e seus jogos: questões sobre o silenciamento e a representação do outro**. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014.



ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Unicamp, 1997 [1975].

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: LAGAZZI, Suzy; ORLANDI, Eni Punicelli. (org.). **Discurso e textualidade**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Rôle de la mémoire. In: MALDIDIER, D. (org.). **Histoire et Linguistique**. Paris: La Maison des Sciences de l'Homme, 1984.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* (org.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.



SOLLE, Dorothee. **beyond mere obedience**: reflections on achristian ethic for the future. Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1970.

Sites consultados

CORREIO Brasiliense. Pastor que atuava como lobista no MEC abriu uma faculdade. **Correio Brasiliense**, Brasília, DF, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2022/03/4995574-pastor-que-atuava-como-lobista-no-mec-abriu-uma-faculdade.html>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ESTADÃO. Gabinete paralelo de pastores controla agenda e verba do Ministério da Educação. **Estadão**, São Paulo, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pastores-controlam-agenda-e-liberacao-de-dinheiro-no-ministerio-da-educacao,70004012011>. Acesso em: 28 mar. 2022.

ESTADÃO. Gabinete paralelo: entenda o escândalo com pastores no MEC. **Estadão**, São Paulo, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,gabinete-paralelo-pastores-mec-entenda,70004016056>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LONGO, Ivan. Escândalo: pastor do MEC pediu 1 kg de ouro em troca de recursos para cidade, diz prefeito. **Forum**, [S. l.], 22 mar. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/3/22/escndalo-pastor-do-mec-pediu-kg-de-ouro-em-troca-de-recursos-para-cidade-diz-prefeito-111914.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ARAÚJO, Carla. Milton Ribeiro pede exoneração do MEC. **Uol**, [S. l.], 28 mar. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2022/03/28/milton-ribeiro-pede-exoneracao-do-mec.htm>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Revista Policromias
Volume 07 | Número 1

ENTREVISTA

“A LINGUAGEM É CARACTERIZADA COMO
SOCIOINTERACIONAL E É, MUITO CLARAMENTE,
PARTE DO CONCEITO DE DIALOGISMO”:
ENTREVISTA COM LEONOR WERNECK DOS SANTOS¹

LANGUAGE IS CHARACTERIZED AS SOCIO-
INTERATIONAL, AND IT IS PART OF THE
CONCEPT OF DIALOGISM:
INTERVIEW WITH LEONOR WERNECK DOS SANTOS

Ana Paula dos Quadros Gomes²

Isabella Lopes Pederneira³

LEONOR WERNECK DOS SANTOS

Professora Titular de Língua Portuguesa da UFRJ, onde atua desde 1995. Graduação em Português-Literaturas (UFRJ-1989), Mestrado (UFRJ-1994) e Doutorado (UFRJ-2001) em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). Pós-Doutorado: em Linguística, sob a supervisão da Professora Doutora Isabel Roboredo Seara/Universidade Aberta-Portugal (janeiro-dezembro/2018); em Linguística, sob a supervisão da Profa. Dra. Mônica Cavalcante/UFC (abril/2013-janeiro/2014), com Bolsa Pós-Doutorado Sênior do CNPq. Ex-professora de Ensino Fundamental e Médio (Colégio Pedro II, rede municipal e particular do Rio de Janeiro). Atua na graduação em Letras, Mestrado e Doutorado em Letras Vernáculas e é

¹ Esta entrevista foi realizada por videoconferência e transcrita posteriormente, razão pela qual seu tom é coloquial.

² Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: anpola@gmail.com.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: spederneira@hotmail.com.



ex-professora do ProfLetras, da disciplina “Texto e ensino”. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística de Texto, gêneros textuais, referência, articulação textual, literatura infantil e juvenil e ensino de leitura. Presidente da Assel-Rio, no biênio 2008-2009. Membro do Júri da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), desde 2012. Membro do GT de Linguística de Texto e Análise da Conversação da ANPOLL. E-mail: leonorwerneck@gmail.com. Site pessoal: <https://leonorwerneck.wixsite.com/leonor>. Instagram: <https://www.instagram.com/gplint.ufrj/>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8415-3535>.

Maycon Silva Aguiar (MSA) — *Professora Leonor, é um prazer receber você aqui, neste espaço; e gostaria de agradecer, em nome dos demais editores, do nosso corpo editorial e da nossa comissão editorial, o seu aceite e a sua participação. Muito obrigado!*

Leonor Werneck dos Santos (LWS) — *Eu que agradeço o convite! É um grande prazer estar aqui com vocês.*

MSA — *Obrigado. Para poder entrevistar a professora Leonor Werneck dos Santos, convidamos as professoras Isabella Lopes Pederneira e Ana Paula Quadros Gomes. A professora Isabella Lopes Pederneira é professora do departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e é doutora em Linguística pela UFRJ. A professora Ana Paula Quadros é doutora em Linguística, mas pela USP; e, também, é professora do departamento de Letras Vernáculas da UFRJ. Ambas são pesquisadoras interessadas em temas relacionados ao ensino de língua materna, ao ensino de língua portuguesa e à Base Nacional Comum Curricular, que são os temas da entrevista. Então, sejam bem-vindas e muito obrigado por terem aceitado o nosso convite.*



Ana Paula Quadros Gomes (APQG) — *Bom, é um prazer estar aqui com essa companhia. A nossa primeira pergunta, Leonor, é a seguinte: como você vê as acepções de língua e de linguagem da BNCC? Deveriam ser diferentes? Como é sua avaliação das noções adotadas? Você acha que, com a BNCC, o ensino de língua portuguesa mudou para melhor? Ou houve uma mudança para pior? Dentro desse quadro, como você vê o papel das TICs?*

LWS — Então, vamos por partes. Ainda não dá para avaliar se o ensino melhorou ou piorou devido à BNCC, porque, na verdade, está muito recente. Em relação à aplicação, digamos assim, ainda está sendo estudada; está sendo mais debatida do que implementada propriamente, apesar de, obviamente, as escolas a terem implementado. As escolas a implementam fundamentadas não apenas na Base como documento nacional, mas, também, nos seus próprios documentos de projeto pedagógico e nas orientações regionais, estaduais e municipais. Aí, depende de cada lugar. Então, quando a gente fala de BNCC, falamos de um documento geral, de âmbito nacional, mas que, na verdade, para ser implementado, pressupõe diretrizes de outros níveis, de outras escalas, provenientes do estado e do município e, até mesmo, de escolas específicas. Por exemplo, dei aula no Pedro II, que tem um documento norteador, uma diretriz com conteúdos que é atualmente é baseada nos Parâmetros e na BNCC.

Quando falamos em implementação da Base Nacional Comum Curricular, precisamos ter em mente que falamos desse processo aplicado ou adaptado em outras documentações, embora a gente saiba que, às vezes, essas documentações não existem, ainda estão sendo elaboradas, ou ninguém



sabe quais são, enfim. Mas o certo é isto: a BNCC dá uma ideia geral de um todo, e os outros lugares, um olhar mais específico.

Em relação às concepções de língua e de linguagem, não há muita novidade. Aliás, eu diria que, praticamente, não há novidade nenhuma na BNCC em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Quando falo de PCN, estou falando de um combo de Parâmetros – das Orientações Curriculares Nacionais, dos PCN em ação e dos PCN +, ou seja, de todos aqueles documentos que, desde o final da década de 90, começaram a circular e foram elaborados e adaptados pelas secretarias municipais e estaduais de educação e pelas escolas.

Na BNCC, a linguagem é caracterizada como sociointeracional e é, muito claramente, parte do conceito de dialogismo. Nos Parâmetros, onde a gente não encontra muito essa noção de dialogismo tão explícita, os próprios conceitos “gênero textual” e “gênero discursivo” parecem meio confusos, meio embolados. A impressão é que os PCN foram elaborados, mas acabou o prazo, “tem que entregar amanhã”. Assim, alguns tópicos ficaram com lacunas, e a gente percebe isso. Mas são muito nítidas as concepções de língua e de linguagem como uma percepção sociointeracional, e eu diria sociocognitiva-interacional, que é uma concepção que vem sendo defendida nas faculdades de Letras desde a década de 1970 e de 1980, de maneiras diferentes.

Vimos, na década de 1970 e, também, na década de 1980, um peso muito grande dos estudos gerativistas e, também, dos estudos da Sociolinguística. Depois, fomos vendo os estudos textuais-discursivos tomando forma, tomando corpo. E estou falando de Brasil, gente! Porque, lá fora, as coisas funcionaram de outro jeito, inclusive em relação ao estudo, ao ensino. Lá fora, não necessariamente funciona como aqui. Nesse contexto, mais



recentemente, apareceram, na área nacional, grandes grupos teóricos — sem querer excluir outros, a gente sabe que há vários — com estudos que partem do pressuposto de analisar a língua na perspectiva de deixar de lado o preconceito linguístico, de respeitar as variações de uma forma geral, de trabalhar o texto; não apenas o texto escrito, mas o texto em suas múltiplas concepções. Isso já aparece desde os Parâmetros e é reforçado na Base. Uma grande diferença é que, até pela questão do lapso temporal — são 20 anos de diferença entre a publicação dos PNC e a publicação da BNCC —, a gente viu o *boom* dos gêneros digitais, do acesso às tecnologias e dos textos multimodais, que sempre existiram, mas que são cada vez mais presentes.

Outro dia, eu estava conversando a respeito disto: se você não assiste, minimamente, ao BBB, perde a metade dos memes da internet. Tem que assistir ao BBB para acompanhar os memes, não é mesmo? Quem, ontem, não sabia o que estava acontecendo no Brasil, também perdeu boa parte dos memes. Então, tudo é muito rápido! As notícias circulam tão rápido. E mesclando as linguagens. É natural que se pense em levar reflexão a respeito dessas múltiplas linguagens para a sala de aula, e isso é muito explícito na Base. Enfim, acho que eu respondi à primeira pergunta.

Agora, é lógico que estou fazendo quase uma descrição do que está na Base e nos outros documentos. Os problemas decorrentes disso são inúmeros: acesso à internet, acesso aos aparatos tecnológicos e acesso aos materiais, algo que a gente sabe que, no Brasil, principalmente em alguns lugares, saindo dos grandes centros, é muito difícil conseguir acessar essa tecnologia. Na época em que eu dava aula na escola, era complicado ter um mimeógrafo elétrico. Sou da época do mimeógrafo! Hoje em dia, é difícil ter outras tecnologias, mas, por outro lado, é possível fazer uma série de



adaptações. Então, acho que a BNCC, ao apresentar gêneros que, geralmente, não eram levados para a escola — até porque alguns são muito recentes —, também abre espaço para certa liberdade criativa do professor no trabalho com determinados textos. Se ele não encontra texto de um jeito, ele pode encontrar de outro, e assim vai.

APQG — *É muito bom ouvir a especialista, não é? Pelo que entendi da sua resposta, a BNCC não é uma ruptura muito grande em relação aos PCN, principalmente quanto às ideias de língua e linguagem, certo? Temos uns problemas que são os normais de teoria e prática, a sensibilidade de como os professores vão tornar isso uma prática de sala de aula e tudo isso. Mas, dentro dessa visão, que é uma continuidade da noção sociointerativa, consta a posição da linguagem como comunicação e como constituição das relações sociais. Então, como ficou o espaço dado para a diversidade linguística na Base Nacional Comum Curricular? Você falou alguma coisa sobre isso, mas, já que a gente vai tratar de gêneros de oralidade — você mencionou as notícias pela televisão, pelo rádio —, como fica a variação? Será que, agora, teremos mais possibilidade de, realmente, fazer aquilo que, de certa forma, também constava nos PCN, porém não estava em prática, que é perceber a variedade da língua portuguesa?*

LWS — Antes de responder, eu queria convidar as pessoas que estão assistindo ou lendo a entrevista a procurar na internet, no site da Abralin ou da [editora] Parábola, uma palestra do Clecio Bunzen⁴ em que

⁴ O vídeo a que se faz referência está disponível neste endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=dp5NmZSxLyg>.



ele vai analisando, item por item, a diferença dos Parâmetros para BNCC e até questões estruturais. Vale a pena, porque é um vídeo supersimples e superdidático do Clecio Bunzen.

Para responder à sua pergunta, Ana, a gente tem que entender que os Parâmetros e a BNCC têm uma estrutura textual e linguística diferente. Então, quando a gente lê os Parâmetros, tem um monte de problemas ali. Tem umas coisas que parece que foram puladas, que houve algum “recorte e cole” que não funcionou. Tem umas horas em que você pensa “Faltou uma informação aqui”. Tem muita referência a teóricos e a teorias que nós conhecemos, mas não são citados esses teóricos e essas teorias. Então, é um texto muito polifônico. A gente vai lendo o texto, e “isso está no Ataliba de Castilho”, “isso está na Maria Helena Moura Neves”, “isso está no Travaglia”, “isso está na Ingedore Koch”. A gente que conhece vai ouvindo as vozes, mas, para a gente constatar mesmo, só olhando a bibliografia. A bibliografia está toda lá, mas os autores não são citados. Os Parâmetros são estruturados mais em formato de parágrafo, eu diria, do que em um tom mais didático. Eu gosto muito de pensar nesses documentos juntos; eu não gosto de pensar na Base eliminando os Parâmetros. Acho que os dois conversam, sabe? Os Parâmetros têm um ar mais explicativo. A gente encontra mais detalhes sobre preconceito linguístico ali. Claro, você não vai encontrar teoria *hard* ali. Mas os Parâmetros têm um pouquinho mais de explicação, têm um pouquinho mais de informação sobre preconceito linguístico, variação linguística, ainda que superficial, mas têm. A Base tem outro objetivo. Os Parâmetros são diretrizes; a Base, um documento normativo.

O objetivo da Base é mostrar o que deve ser feito no primeiro ano, no segundo, no terceiro, até o Ensino Médio, tanto que, se você folhear



rapidamente, vai ver que a maior parte das páginas é de quadros separados por séries. Então, a parte destinada a alguma explicação, aqueles parágrafos mais detalhados, é muito sintética e, também, repetitiva. Você encontra, no início do Ensino Fundamental, um trecho que se repete nos anos finais do segmento e que se repete no Ensino Médio. Tem algumas palavras-chave, umas frases que são parafraseadas ali. Então, você não vê muito aprofundamento. O objetivo desses textos introdutórios é muito mais apresentar o pressuposto da Base do que apresentar o que precisa ser trabalhado em sala de aula. Nesse ponto, os PCN são um pouco mais interessantes, porque fazem o oposto: não apresentam o que é para ser feito por série — como diz a garotada, “a gente que lute” para adivinhar o que é para fazer por série —; por outro lado, eles vão dando algumas explicações, parecem dar alguma sistematizada em certas partes, o que eu acho muito bom. Diante disso, com relação à diversidade linguística, à variação linguística, ao preconceito linguístico, você encontra isso na Base, só que está diluído.

Vou falar um aspecto positivo e um aspecto negativo. O aspecto que eu acho positivo na Base é que destaca a oralidade em relação aos eixos de prática de trabalho com a linguagem. Isso não quer dizer que a diversidade aconteça só com a oralidade, não é isso; a gente sabe disso de trás para frente. Mas, quando olhamos para os PCN e vê leitura, produção e análise linguística, percebemos que esses conceitos não estão tão enfatizados, mesmo que se fale ali de textos variados, orais e escritos; mesmo que se fale de histórias em quadrinhos, sem falar muito da questão das multissêmioses. Se nós percebermos, nesses últimos anos, o trabalho com a oralidade e com os gêneros orais melhorou muito nos livros didáticos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Contudo, eu



avalio que é, ainda, uma mudança muito lenta. Acho que é muito difícil mudar os livros de Ensino Médio, por causa do ENEM e dos concursos de vestibular. A articulação com a literatura parece muito amarrada nos livros do Ensino Médio; já os do Fundamental começaram a apresentar questões sobre oralidade, mas ainda de maneira bem superficial.

No que tange ao trabalho com a variação linguística e com o preconceito linguístico, independentemente de o texto ser oral, escrito, multimodal, seja lá o que for, a gente percebeu que é preciso cumprir tabela. O livro didático vai ser aprovado se houver um capítulo sobre variação linguística. Com isso, as editoras elaboram um capítulo, às vezes até bonitinho, bacana, com uns exemplos legais, às vezes marcando um pouquinho o preconceito linguístico. Só que o capítulo seguinte vai falar de concordância verbal. E cadê a variação linguística? Acabou. Estava no capítulo um; o dois não tem nada a ver com o anterior, e isso acontece, também, com o preconceito linguístico. Mas, pelo menos aparecendo nos livros, pressupõe-se que aparecerá nas escolas. Todavia, isso não quer dizer que, de fato, foi internalizado no trabalho com a língua portuguesa.

De maneira semelhante, isso vem acontecendo com conceitos que, cada vez mais, vêm sendo defendidos na academia e que aparecem na Base, como é o caso do gênero textual e da modalização, que aparecem, às vezes, em algum livro didático, em algumas apostilas e nas salas de aula, mas como conteúdo extra. Tem um capítulo de gênero textual, às vezes até com a foto do Bakhtin lá, bonitinha. E o aluno tem que definir o que é gênero textual. Não é para isso que o gênero textual tem que entrar na escola, não é esse o objetivo. Mas parece que é assim: “tickei”, falei de gênero textual, falei de variação linguística.



Então, na verdade, o trabalho com a variação linguística e com o respeito às diversidades linguísticas ainda está muito lento, assim como o trabalho com gênero textual. Fala-se muito de gênero textual, mas se explora pouco. E, por isso, a gente tem que pensar em vários outros desdobramentos. Por isso, falo que a Base não é a solução, mas, também, não é o problema. Nem é o problema, nem é a solução da educação. Para discutir educação, a gente tem que ir muito além disso.

APQG — *Fantástico. Acho que você pontuou muito que falta integração, não foi? Tenho ouvido muita gente falar que os PCN não interessam mais, porque a novidade é a BNCC, não vendo os dois como documentos integrados. Veio essa ideia, também, de que os livros didáticos e, às vezes, os programas das séries vão indicando assuntos que não conversam um com o outro; de que falta uma organicidade, uma visão mais de conjunto, não é? Fantástico. Agora, acho que eu passo a bola para o Maycon.*

MSA — *Leonor, você poderia apresentar um pouco da teoria com a qual trabalha e um pouco da concepção de ensino que é adotada por você nos seus trabalhos?*

LWS — Eu venho trabalhando com a Linguística de Texto (LT) já há muito tempo. Comecei no Mestrado, na década de 1990. Às vezes, eu olho para trás e vejo que tive sorte de cruzar com muitas pessoas na minha vida e tive a sorte de ter acesso a textos que, na época, eram desconhecidos — às vezes, até hoje em dia, são desconhecidos. Então, lembro de ter lido textos da Ingedore Koch, do Luiz Carlos Travaglia e do Ataliba de Castilho ainda no



fim da década de 1980, no início da década de 1990, quando as publicações estavam sendo lançadas. Eu acho isso um privilégio. Então, isso foi meio que moldando — meio não, moldou totalmente — meu trabalho em sala de aula como professora da Educação Básica. Também dei muita aula particular, como explicadora, e tinha que ser uma coisa totalmente diferente daquilo em que eu acreditava. Mas isso moldou muito a minha visão e moldou muito, também, a minha pesquisa, a minha trajetória como pesquisadora e professora desde aquela época até o dia de hoje. Eu acho que todos os professores têm que ser pesquisadores; é nisso que eu acredito. A minha linha de pesquisa é voltada para a Linguística de Texto; então, eu sou coordenadora do Grupo de Pesquisa em Linguística de Texto da UFRJ. Quem quiser, pode ter mais informações a respeito no Instagram: @gplint.ufrj.

Venho pesquisando Linguística de Texto nessa perspectiva e na questão contemporânea. Isso também é uma coisa que as pessoas não entendem. A Ana Paula estava falando que tem gente que acha que a BNCC veio para se opor aos PCN; a pessoa que diz isso não leu nenhum dos dois, porque não é possível que tenha lido e não tenha percebido o nítido diálogo entre esses documentos. Do mesmo jeito, ainda ouvimos indivíduos falando absurdos sobre a LT, e, quando você vai ver o referencial teórico, é o texto da década de 1980. A Ingedore, que foi minha orientadora de Doutorado e faleceu há poucos anos, conversava muito comigo. Lembro que dizia o seguinte: “Eu nem queria que esses livros continuassem a ser vendidos, porque eles falam de uma Linguística de Texto que a gente não faz mais, eles fazem parte da história dessa teoria”.

Então, alguém pega o livro da década de 1980, que fala de uma Linguística de Texto numa perspectiva que não é mais utilizada, e não tem ideia do



que está sendo trabalhado hoje. A LT passou por vários momentos, como qualquer linha teórica. A Sociolinguística mudou. O Funcionalismo mudou. Tem vários Funcionalismos; tem várias perspectivas de Sociolinguística; tem várias perspectivas de Análise do Discurso. A Linguística de Texto também foi mudando. Ela partiu, realmente, de uma visão de texto como produto; de considerar o texto como uma ampliação da frase. Hoje em dia — e eu falo “hoje em dia” situando desde a década de 1990; quem não sabe disso está desatualizado —, a perspectiva da Linguística de Texto é sociointeracional e cognitiva; sociocognitiva-interacional, é melhor falar assim. Tem a ótica da construção de sentidos, da observação de conhecimentos que são acionados, de conhecimentos partilhados na hora da leitura e da produção, das escolhas linguísticas do usuário de uma língua, da análise e das estratégias linguísticas utilizadas nos textos, das estruturas usadas e dos conceitos de coesão e coerência, que não são exclusivos da Linguística de Texto, mas que são muito caros a ela.

De uns vinte anos para cá, principalmente, já na virada do século XXI, a Linguística de Texto — em especial, a brasileira — vem se preocupando, cada vez mais, com o ensino, respondendo à sua pergunta. Não quer dizer que seja a linha teórica da BNCC e dos Parâmetros; não é. Os Parâmetros e a BNCC, inclusive, têm um norte, mas passeiam por várias perspectivas teóricas. Agora, a Linguística de Texto, até pelo próprio viés sociocognitivo-interacional que está presente em ambos os documentos, busca defender o trabalho com os textos, e, por isso, é muito natural que quem pesquisa nessa perspectiva acabe se voltando para o ensino, mas não é algo exclusivo. Eu tenho orientandos, por exemplo, pesquisas minhas e alguns artigos meus que não têm nada a ver com ensino da Educação Básica. Quando a gente fala em



ensino, às vezes a gente esquece do Ensino Superior, não é? Eu tenho vários orientandos que fazem análise na linha da LT e não pesquisam voltados para o ensino. Mas é muito natural essa ideia, porque a gente trabalha muito com o texto, com as reflexões comuns de serem feitas em sala de aula, na escola. Então, não digo que essa concepção de ensino é a que eu utilizo, mas com a qual eu me identifico e que sempre me identifiquei; é a concepção da valorização do trabalho construído em conjunto com o aluno, principalmente por meio de textos, o que nem sempre é possível.

Também já dei várias aulas de “divida e classifique as orações”, “use a crase”, “aula de mesóclise”; tinha que cumprir o programa. Mesmo antes dos Parâmetros — fui professora da Educação Básica antes de serem publicados e, quando foram, eu já estava na UFRJ —, eu já acreditava nesse trabalho com base no texto, estimulando a leitura e a produção textual em um trabalho com a gramática, com aspectos gramaticais que não excluíssem a nomenclatura — isso também é importante de falar. Ninguém defende a exclusão de nomenclatura, ninguém defende a exclusão de teorias linguísticas na sala de aula, mas que não se parta dos nomes; eles são um ponto de chegada, não um ponto de partida. É algo que eu ouvi na minha graduação por vários professores e pesquisadores e que eu percebi, em sala de aula, que era o que realmente funcionava. Ficar ali falando que “hoje a aula é de oração subordinada adverbial” e dar a lista de orações subordinadas adverbiais e um exercício “divida e classifique”, eu sabia que isso era muito chato por experiência própria, porque eu detestava fazer isso quando era aluna: eu odiava as aulas de português. Fui fazer Letras por outros motivos e acabei me apaixonando pela língua portuguesa, porque vi que havia outra maneira de aprender a língua, e é isso que eu acho mais interessante. Então, quando



você mostra essa outra forma de trabalhar com os aspectos linguísticos, fica muito mais interessante ensinar, tanto para o professor quanto para o aluno; essa é a minha concepção. Não sei se eu respondi, mas eu tentei, também, articular com essa questão dos documentos.

MSA — *Sim, sim. Respondeu muito bem, obrigado. A minha próxima pergunta é a seguinte: considerando o que você conhece de literatura; considerando as suas concepções; considerando o que você mesma já publicou, você acredita que é possível ensinar a escrever ou que isso depende de criatividade? Até que ponto seria possível propiciar que um aluno consiga aprender a escrever; e, a partir de que ponto, isso dependeria de esforço e de criatividade?*

LWS — O que se discute, hoje, não é apenas a leitura e a produção de textos escritos, não é mesmo? A gente sabe que, na verdade, temos que enfatizar textos que trabalham as multissemióticas. Mas também sabemos que a escola acaba privilegiando a escrita por uma série de motivos: avaliações, ENEM e vestibulares em geral, até pela própria característica dessas instituições. Não quer dizer que eu defenda isso, mas, realmente, é isso o que acontece. Agora, se a gente não acreditar que é possível ensinar a escrever, se achar que escrever depende, simplesmente, de criatividade, o trabalho do professor se esvazia. O que significa ser criativo? Eu, por exemplo, sou incapaz de fazer um poema, totalmente incapaz; se eu fizer um, vai ficar a coisa mais brega, mais sem pé nem cabeça do mundo. Eu não tenho essa capacidade, já até experimentei fazer. Às vezes, a gente faz uns exercícios, participa de cursos, de oficinas de poesia; acredito que eu seja uma ótima leitora de poesia, mas eu não consigo fazer um poema.



O fato de você poder trabalhar, em sala de aula, com a leitura de determinados gêneros não implica, necessariamente, que o aluno precise aprender todos aqueles gêneros. Isso não quer dizer que o professor não possa proporcionar isso ao aluno. A gente tem algumas surpresas, viu? Inclusive, eu já tive surpresas incríveis; às vezes, dos alunos que menos participam. Quando eu dava aula em escolas, no Ensino Fundamental principalmente, os poucos ativos na aula eram os que faziam os poemas mais criativos e interessantes. Mas o trabalho com a criatividade não aparece só no texto literário; aparece, também, em outros textos: a pessoa tem aquela “sacada”, faz uma associação de ideias e tal. Todavia, isso não é uma característica determinante e essencial a todos os textos; nem é algo que não possa ser ensinado. O trabalho com a produção textual tem que ser ensinado, e é perfeitamente possível ensinar; se não, a gente não teria tantos alunos fazendo Mestrado e Doutorado que, às vezes, foram nossos alunos na graduação e tinham uma dificuldade incrível. Às vezes, no primeiro período da faculdade, você pega um aluno com muita dificuldade e, no fim do semestre, percebe que virou a chave. Isso acontece com muita frequência. Se a gente consegue fazer isso em um semestre, que dirá a escola em doze anos; é perfeitamente possível.

O problema do trabalho com a produção escrita nas escolas é que parece que continuam fazendo o que se fazia nas décadas de 1970 e de 1980, que é pedir redação, não trabalhar o texto, não fazer uma proposta de produção textual. Chega e passa uma redação sobre tema tal; o professor fica lá, corrigindo os textos de outra turma ou fazendo outra coisa, e o aluno, escrevendo o que quiser; ou, se for esperto, vai teclar no celular um *site* e vai copiar. Muitas vezes, o professor nem percebe. Para que é isso? Para que serve? Qual é a utilidade disso?



O grande problema é o mito que ainda se cria em torno da produção de texto. Em primeiro lugar, produzir texto não é só fazer algo escrito. Em segundo lugar, de que texto escrito nós estamos falando? Estamos falando da redação do ENEM? Estamos falando de uma notícia? Estamos falando de um bilhete para colar na porta da geladeira? Estamos falando da descrição de um *crush*? A pessoa tem um *crush* e o descreve tal qual ele é? Ou, então, é um resumo do que aconteceu, ontem, no BBB? De que texto você está falando? Escrito, oral, multimodal/multissemiótico? Agora, realmente, existe esse mito de que escrever é uma questão de criatividade. Uma vez, assisti a uma palestra do cronista Carlos Eduardo Novaes em que ele falou assim: “Escrever é um ato de transpiração, não é um ato de inspiração”.

MSA — *Obrigado! Agora, vou passar a palavra para Isabella.*

Isabella Lopes Pederneira (ILP) — *Ah, sim, sou eu agora. Leonor, gostaria de dar continuidade à entrevista, dando mais espaço para os seus estudos mais específicos, e quero saber o seguinte: como os estudos sobre referenciação podem contribuir para o ensino de língua materna?*

LWS — Especificamente no caso da referenciação, o seu conceito vai além do conceito de coesão referencial. O conceito de coesão referencial estava muito preso àquela visão de texto em que “a informação está no texto; se você não achou, é problema seu; está tudo lá”. Por isso, eu costumo brincar que é como se a gente tivesse que pegar uma vara de pesca e pescar o sentido. Não achou, o problema é seu; a isca está ruim. Nessa perspectiva, a coesão referencial tinha muito aquilo de puxar a setinha. Não quer dizer



que isso seja ruim; nem que isso não possa ser feito. Mas, conforme os estudos foram avançando, percebeu-se que, em primeiro lugar, ensinava-se que a coesão é linguística e que a coerência é semântica, como se semântica não fizesse parte de Linguística. O ensino começava errado lá atrás, na explicação da diferença. Começou-se a perceber o seguinte: ao usar uma estratégia coesiva, seja qual for – conectivo, pronome ou sinônimo –, você não está apenas estabelecendo relação entre as partes do texto, mas está construindo o sentido do texto. Ao estabelecer essas relações, você cria o efeito de sentido. Então, se estou me referindo a um menino, contando uma narrativa sobre ele, e, no decorrer da história, chamo o menino de “pivete”, eu crio uma imagem. Pelo menos no Rio de Janeiro, a palavra “pivete” tem uma conotação bastante negativa; estou associando esse menino ao crime. É diferente de eu chamar de garoto. Então, “pivete”, “garoto” e “menino” atuam como sinônimos no texto. Mas você não pode usar “Ah, hoje acordei com vontade de trocar menino por garoto”; não é esse o efeito. Você não acorda com vontade. Eu costumo até dizer que é aquela história da Bela Adormecida. Bela e bonita não são sinônimos? Não existe a história “A Bonita Adormecida”; a história é “A Bela Adormecida”. Então, você não pode pegar e substituir uma palavra pela outra. Mas a ideia que se criava era essa. O aluno tem muito isso de “Ah, eu tenho que achar um sinônimo”; aí, ele vai, pega o sinônimo, joga no texto e não percebe que aquela palavra precisa de um complemento nominal, de um complemento verbal, de uma preposição diferente da anterior... que muda o sentido, que tem uma conotação negativa, que não combina com aquele texto, né? “Por obséquio”: como assim, “por obséquio”, gente? Tem que ter 90 anos de idade para usar isso. “Outrossim”: essa mania que o pessoal tem de jogar “outrossim” na redação do ENEM.



Quando a gente fala de estratégias de referenciação ↓ e isso que eu vou falar agora não é unanimidade entre os meus colegas de pesquisa, ok? ↓, sou completamente contra levar nomenclatura de referenciação para a sala de aula, da mesma forma que sou completamente contra levar qualquer outra nomenclatura em excesso para a sala de aula. O aluno não tem que saber o que é anáfora direta; não precisa nem saber o que é referenciação. Não precisa saber da nomenclatura das estratégias de referenciação e do processo de referenciação. Mas o que o professor pode mostrar para ele? “Olha, está vendo isso daqui? Esse texto aqui está descrevendo um restaurante. Como é que eu sei que esse restaurante é chique? Quais são as pistas que aparecem no texto e que mostram que esse restaurante é chique?”. Aparece o garçom, o maitre. “Professora, eu nem sei o que é isso, o que é maitre?”. O maitre, a adega de vinhos, tudo isso faz parte da construção do objeto de discurso “restaurante”. Então, você não fala só do restaurante; você fala do que tem dentro, de quem trabalha, de como são as mesas e as cadeiras, de como é o ambiente, de como é a vista, de que tem uma música ao fundo etc. São pistas, são informações que colaboram para criar uma imagem *x* ou *y* daquele restaurante. Isso é perfeitamente possível de ser feito em sala de aula sem usar nomenclatura. Então, não é para falar da classificação. Porém, tem colegas meus que defendem que se deve falar. Eu sou totalmente contra, eu acho que não tem que falar nada; você deve mostrar. E, aí, se for o caso, eu remeto à nomenclatura.

Tem vários alunos meus que fizeram pesquisa sobre isso. A Cristiane Barbalho, por exemplo, no ProfLETRAS (Mestrado Profissional em Letras), levou o artigo de opinião para sala de aula. Os alunos perceberam. Ela falou assim: “como é que os moradores de rua estão sendo apresentados nesse artigo



de opinião”? E os alunos começaram: “olha aqui, ‘crackudo’”. Os moradores de rua estavam sendo tratados como se fizessem parte de um grupo de criminosos. Mas isso não é verdade, não necessariamente. Pode até ser que tenha morador de rua que seja criminoso, mas não necessariamente. O texto criava essa imagem, e os alunos perceberam isso. Ela não precisou trabalhar com os conceitos de estratégias de referenciação. Você vai, trabalha uma notícia, trabalha uma manifestação, aproveita uma que esteja acontecendo, e, aí, vem a manchete: “A confusão começou”, mas no outro jornal está “A manifestação começou”. Gente, eu monto várias aulas só com essas duas notícias. Agora, não precisa falar da classificação. Mais do que as estratégias, o processo de referenciação é o pulo do gato para fazer a articulação do que a gente chama de Análise Linguística na sala de aula, porque você vai trabalhar com substantivos abstratos, com pronomes, com substantivos concretos; também com verbos, com concordância. Enfim, você vai articular vários aspectos dos conteúdos gramaticais, trabalhando com a referenciação em sala de aula. Ficou claro?

ILP — *Ficou super claro, até eu aprendi (risos). Bem, a princípio, esta daqui seria a última pergunta, não sei se mais alguém vai querer fazer mais alguma intervenção, porque, realmente, você dá respostas muito claras, muito organizadas. Então, acho que está tudo muito claro para todo mundo. Quais conhecimentos, tanto em termos de teorias linguísticas, em termos de partes da gramática ou, para além disso, de ensino e de prática de ensino, deveriam estar presentes no currículo mínimo de nossos cursos? Mas vamos falar a partir somente dos nossos cursos de Licenciatura em Letras, para darmos conta de todos esses pontos sobre os quais você chamou bastante*



atenção ao longo de toda a entrevista, porque seria amplo demais comentar dos outros. Se a gente, por exemplo, na UFRJ, estivesse contemplando isso — ou outros cursos que você conhece —, como se poderia articular isso?

LWS — Eu acho que, em matéria de educação, as coisas acontecem de maneira muito lenta; na nossa área de Letras, especialmente. A gente reclama muito quando o governo — e até os outros colegas da Academia — não valoriza os estudos da área de Humanas; vamos nos colocar na área de Humanas. Tem até aquele “Ajudar o pessoal de Humanas a fazer miçangas”, porque o pessoal não trata a gente como cientista. Mas nós, às vezes, nos comportamos pouco como cientistas. É inadmissível pensar em um professor de Física, hoje, que continue dizendo que o átomo é indivisível. Isso é inadmissível. Qualquer adolescente, quando entra na escola e começa a aprender física, já aprende que isso não é mais verdade. Não me perguntem o porquê; já ouvi falar que não é indivisível (risos). Só sei essa parte, viu, gente? Parei aí (risos). Mas é inadmissível. É inadmissível que, por exemplo, um professor de Geografia continue dizendo que Plutão é um planeta. Eu não sei exatamente o que Plutão é, mas eu sei que planeta não é. Mas, enfim, as nomenclaturas mudam. É inadmissível que um professor de Biologia exclua os fungos dos reinos. Tem o reino animal, o mineral, o vegetal; e tem os fungos; acho que é isso. Na minha época, eram só três. Hoje em dia, os fungos são apresentados como mais um reino. Então, vejam, em todas as áreas do conhecimento, os estudos vão mudando. Na nossa área, apesar do muito que a gente vem pesquisando, parece que a coisa ainda está muito lenta. Eu não sei se todos vocês têm contato com o que acontece na sala de aula real



atualmente, tanto pública quanto particular. O que existe atualmente, em grande parte do Brasil, ainda é o ensino da metalinguagem puro, simples e desorganizado. Se ainda fosse organizado, tudo bem, mas é aquela ação desorganizada. Eu sempre falo de uma amiga da minha filha que uma vez me pediu ajuda. “Eu não sei nada, me ajuda, me salva da prova.” Eu falei: “Qual é a sua dúvida?”. “Olha, eu tenho que estudar sujeito, verbo, objeto direto e indireto, complemento verbal, regência verbal e nominal, complemento nominal, sintagma nominal”. Pensei assim: “coitada da criatura, não soube nem organizar o que não sabe”. Não sabe que objeto direto e indireto estão na categoria de complemento verbal; não sabe que isso tem a ver com a regência; não sabe que o sintagma nominal é outro nível de análise. Não sabia nada. Achava que sintagma nominal ou é sujeito ou é sintagma nominal.

ILP — *Eu não sabia nem que sintagma nominal estava sendo dado na escola.*

LWS — Pois é! É mais um nome, mais uma terminologia que entrou na escola, mas entrou pela janela, sabe? Desse jeito, nem o professor, às vezes, sabe explicar. Sempre cito o exemplo da minha filha, que teve que fazer prova sobre modalização ontológica e deôntica. Gente, não é para isso que é para entrar modalização na escola. Ela ficou desesperada, e, ainda por cima, estava mal ensinado. Então, quando essa nomenclatura entra na escola, entra muito mal organizada na nossa área. Eu tenho falado disso já há muitos anos. Estou um pouco cansada de falar disso. Mas, batendo na mesma tecla, tem vários outros pesquisadores que tratam do tema.



A gente precisa falar da política de educação linguística. Se a gente não fala — na academia e nas associações de pesquisa, Anpoll e Abralin — de política de educação linguística, vai vir mais um documento lá de cima que vai querer falar disso, e não necessariamente da maneira que a gente quer que fale. A gente, agora, na universidade, está sendo atropelado pela BNCC da universidade, que é mais um angu de caroço que a gente vai ter que resolver. Então, em resposta à sua pergunta, estou fazendo todo esse preâmbulo para dizer o seguinte: o que precisa não é só chegar uma variedade de perspectivas teóricas e metodológicas na universidade, na formação do professor. Isso, às vezes, até tem. O que precisa é, primeiramente, os colegas fazerem isso que a gente faz aqui, nesta entrevista. Nós somos de áreas diferentes, somos de quatro áreas diferentes aqui. Estamos juntos, conversando sobre a mesma coisa, e ninguém está se matando. A gente está se entendendo; todo mundo pensa de maneira muito semelhante, com olhares diferentes. É como aquela metáfora do Saussure, dos óculos; é como se a gente colocasse óculos diferentes, mas olhasse para o mesmo problema e tentasse encontrar a mesma solução.

Não é a teoria do fulano ou a do beltrano que vai resolver a educação. O que vai resolver a educação é levar teorias variadas para a formação do professor, mas falar para o professor que ele não tem que levar essas teorias para a sala de aula, como se fosse um espelho. O professor não vai conseguir fazer isso. O professor tem que se basear na teoria para mudar a prática. Então, é preciso, sim, que os estudos textuais discursivos, de uma maneira geral, entrem na universidade. Na nossa UFRJ, por exemplo, não tem. A gente encaixa nas matérias, mas não tem. É muito importante que os estudos variacionistas continuem. Estou falando de áreas separadas,



não que eu as veja como separadas, tudo bem? Mas estudos da área da Pragmática, da Semântica, da Análise do Discurso, da História da Língua, dos aspectos morfossintáticos, morfológicos, fonéticos e fonológicos, sintáticos: tudo isso tem que ser trabalhado. Gerativismo, Funcionalismo, todas as perspectivas podem ser, mais ou menos, trabalhadas no curso de formação de professores. Então, a gente tem que ter bem claro que está formando professor. Se estamos fazendo isso, a gente tem que, também, refletir sobre o que está acontecendo na sala de aula em relação àquilo que estamos ensinando. Se eu estou ensinando fonética e fonologia e estou dando aquela aula teórica, como é que posso discutir com meus alunos que vão ser professores a importância de trabalhar isso e como trabalhar isso na sala de aula? O professor não vai ficar dando aula de fricativa e uvular. Não é isso. Eu tive aula disso, gente. Eu tive aula de alfabeto fonético na oitava série.

Por isso, digo que fui fazer Letras apesar do que eu aprendi na escola, porque eu lembro o desespero. A gente não podia colar. Se pelo menos pudesse colar daquele quadrinho do alfabeto fonológico (risos)... Aquilo era um desespero, e tinha que saber fricativa, uvular, bilabial, nasal. Nasal era fácil, mas e o resto? O quadro das vogais, meu Deus. É claro que isso aconteceu na década de 1980, em outra perspectiva; hoje em dia, a gente já pensa isso, até na faculdade, de uma maneira diferente. Mas para que isso? Por que isso foi feito? Era para cumprir tabela; estava ali, era conteúdo; “tem que ensinar, se vira”. Decora, sobrevive. E você vai sobrevivendo na matéria. Será que é para isso? O que a gente tem que discutir na faculdade sobre morfologia e o que a gente precisa articular com a prática de sala de aula, com a leitura e a produção, para o aluno



ler e produzir textos na universidade e para pensar na hora em que for para sala de aula trabalhar isso? E assim vai.

Eu acho que, mais importante do que o que está sendo trabalhado na formação dos professores, é o como isso está sendo feito e com vistas a quê. E a gente sabe que tem colegas que ainda não se tocaram que estamos formando professores. É lógico que nem todos os nossos alunos vão ser professores. Eu espero, inclusive, que muitos consigam futuro de outra forma, sem ser professores. Mas, em sua maioria, não vai estar escrito no diploma deles se não quiserem ser professores ou se fizeram licenciatura só porque já estavam inscritos na licenciatura. O aluno vai estar com o diploma de licenciatura, vai se candidatar a um emprego e vai entrar numa sala de aula. Então, tem que saber o mínimo ou, pelo menos, tem que estar sensível para perceber isso.

Agora, outra coisa, também, Isabella, que eu acredito ser importante é que, mais do que pensarmos no que a gente aprendeu na faculdade, é a gente ter consciência de que a gente está em formação a vida inteira. O professor está se formando a vida inteira. Eu aprendo com todo mundo, todo dia. A gente tem que ler; a gente tem que estudar, preparar aula, se atualizar; a gente tem que aprender a usar as tecnologias também, a não clicar no sinal do microfone na hora errada; a gente tem que aprender a fazer isso. A gente tem que aprender o tempo inteiro. Então, eu também vejo, às vezes, da parte dos professores, “Ah, eu não aprendi isso na faculdade”. Quem disse que eu aprendi? Muita coisa eu aprendi depois. Uma vez eu fui fazer um curso com Travaglia na PUC de São Paulo sobre verbo. Eu lembro de uma amiga que estava lá comigo falar assim: “Ah, Leonor, fala sério! O que você tem que aprender tanto sobre verbo? O que



a gente já não sabe sobre verbo?” Gente, era tanta coisa que eu não sabia ou que, às vezes, eu sabia, mas não tinha linkado! De entender até como chamar a atenção do aluno para alguns problemas no uso dos verbos e tal. Esse curso, inclusive, gerou o livro do Travaglia *Gramática: ensino plural*, da editora Cortes, em que o Travaglia tem quase 60 páginas ou mais só discutindo atividades com verbo em sala de aula. Nem eu sabia que tinha tanta coisa para fazer com verbo em sala de aula.

APQG — *E as coisas mudam, não é mesmo? Eu me lembro que, antigamente, a gente falava assim: “Ah, eu vou fazer mestrado e doutorado”, porque, há muito tempo, doutorado era o trabalho de coroação de uma vida, como hoje tem o titular. A pessoa que tinha doutorado não era qualquer um. E as pessoas falavam “Ah, você vai ser estudante profissional?”. Mas, na verdade, um professor é um estudante profissional, porque tem que estar sempre se atualizando mesmo. Não pode parar.*

LWS — E em várias áreas! Eu não sou especialista em Gerativa, mas eu tenho que saber o mínimo de Gerativismo. Eu tenho que saber um pouquinho de cada área. Eu tenho que saber. Porque preciso desse conhecimento, inclusive, para entender melhor a minha linha de pesquisa, porque, na faculdade, a gente fica se especializando muito e, às vezes, esquece das outras coisas. Obviamente, ninguém consegue se atualizar em tudo. Isso é óbvio, não tem espaço no “HD” do cérebro para a gente colocar tanta informação. Mas o mínimo: “poxa, eu não sei isso, não estou sabendo disso, vou assistir à palestra da Ana Paula; eu vou assistir a uma mesa redonda com a Isabella, eu vou participar de um curso com o Maycon para



aprender”. Então, a gente vai aprendendo. Eu acho que as lacunas, Isabella, na formação, têm que ser preenchidas. Senão, nunca o curso vai ser completo; também tem que ter o ano letivo de Júpiter para dar conta de tudo. Agora, é muito importante que as faculdades de Letras se conscientizem de que estão formando professores para o século XXI e se atualizem. Também é muito cômodo a gente falar assim: “Um professor da Educação Básica tem que usar tecnologia em sala de aula”. Na nossa faculdade de Letras, não tem um Wi-Fi decente que funcione! Se isso não é de um surrealismo ímpar, eu não sei mais o que é o surrealismo.

ILP — *Acho que a polarização chegou ao mundo acadêmico, sabe? Então, se você é de texto, você tem que defender só texto. Se você é de gramática, tem que defender só gramática. Então, se eu sou gerativista, tenho que fechar meus ouvidos para qualquer ideia de texto. E eu dou aula de Produção Textual, por exemplo, com vontade; eu gosto dessa disciplina. Fica todo mundo fugindo de Produção Textual (risos). Para mim, quando não tem Morfologia e Morfossintaxe, eu prefiro Produção. Tenho nada contra essa disciplina e, obviamente, não dou Gerativismo (risos).*

LWS — Vamos fazer uma árvore (risos)!

ILP — *Não tem o menor sentido! Eu acho que fica uma polarização desnecessária e que só piora o que a gente poderia estar, agora, melhorando. E a gente entra nessa mesma briga que tem no Brasil mais do que o Brasil, obviamente. Então, ou eu sou isso ou sou aquilo. Ai, eu fico “Ah, meu Deus” (risos)!*



LWS — E, assim, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Bom, acho que todas as perguntas foram respondidas, não?

MSA — *Foram, sim. Muito obrigado, Leonor. Também gostaria de agradecer à Isabella e à Ana Paula. Foi um bate-papo muito proveitoso. Acredito que todos nós aprendemos bastante coisa com a sua fala e, também, tenho certeza de que os nossos leitores vão ficar muito satisfeitos de poder assisti-la. Aqueles que estiverem interessados ainda podem ler a entrevista com você. Muito obrigado e uma boa tarde! Espero que a gente continue se encontrando pelo mundo da Linguística.*

LWS — Eu que agradeço, gente! Obrigada mesmo, foi ótimo, adorei!

Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
LABEDIS - www.labedis.mn.ufrj.br
Museu Nacional, UFRJ

